Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do
Desporto e de Educação Física

Caracterização do pólo aquático em Portugal

O mini-pólo como contributo para o desenvolvimento estratégico da modalidade

Francisco José C. C. Godinho

Fevereiro de 2005

Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Caracterização do pólo aquático em Portugal:

O mini – pólo como contributo para o desenvolvimento estratégico da modalidade

Dissertação com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências do Desporto, na área de especialização em Gestão Desportiva, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 216/92 de 13 de Outubro.

Orientador: Professor Doutor Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino

Francisco José Calado Correia Godinho

Porto, Fevereiro de 2005

Godinho, F. (2005). Caracterização do pólo aquático em Portugal: o mini – pólo como contributo para o desenvolvimento estratégico da modalidade. Dissertação com vista à obtenção do grau de mestre em ciências do desporto. FCDEF – Universidade do Porto.

Palavras-chave: Estratégia, Desenvolvimento, Formação, Jogo Desportivo Modificado, Mini – Desportos.

Dedicatórias

Em cada afecto,

em cada músculo que se contrai,

em cada chão do caminho que percorro,

sinto a presença do amor

Aos meus cúmplices de vida, Ângela e Francisco

e da vossa infinita bondade.

A meus pais, Zezinha e Zé

Agradecimentos

Não sinto qualquer orgulho em afirmar que tenho poucos amigos mas bons. Preferiria dizer que tenho muitos e bons amigos. Se alguma virtude este estudo transportar, terá sido a de ter ampliado a minha carteira de amigos. E de ter confirmado o amor dos restantes.

- Aos meus amigos e colegas de profissão Paulo Barrigana e Paulo Pires, pelo apoio e compreensão demonstrados ao longo destes dois anos.
- Ao Director Técnico Regional, Sr. Pedro Brandão, pela partilha de uma visão diferente do sentido da evolução do pólo aquático nacional.
- Aos meus amigos de uma aventura chamada Arsenal 72: Helena Paulo, Fernando Martins, Hugo Virote, José Barradas, José Souto e Pedro Saragoça.
- À instituição Federação Portuguesa de Natação, nas pessoas do seu Presidente, Sr. Isidoro Morgado, do seu vice-Presidente Sr. Carlos Emídio e do seu Director Técnico Nacional, Dr. Nuno Paz, pelo apoio e interesse manifestados.
- Aos treinadores e dirigentes dos clubes portugueses que comigo partilharam a sua paixão pelo pólo aquático.
- À Cláudia Malheiro, pelo interesse e disponibilidade demonstrados para a consecução deste estudo.
- A todos os *meus* jogadores que, ao longo de vinte anos, comigo construíram o sonho de colocar uma bola nas piscinas de Portugal.
- Aos professores e colegas do V Mestrado em Gestão Desportiva da FCDEF-UP que proporcionaram uma das experiências mais enriquecedoras e inesquecíveis da minha vida.
- À Sandra Nancy que ao abrir as portas da sua casa me ajudou a redefinir o significado de generosidade.
- Ao melhor grupo de trabalho a que tive a honra de pertencer e no qual encontrei três amigos para a vida: Manuel Eddy, Rui Sousa e Teresa Pereira.

- Ao meu amigo e professor José Pedro Sarmento, por tudo o que juntos fizemos mas sobretudo pelo que falta viver e construir.
- Ao professor Rui Claudino, pela serenidade, saber e compreensão que sempre manifestou na orientação deste estudo.
- À minha família, sempre presente e disponível em qualquer altura e circunstância: avô Simões e avó Romana, cunhadas Ana Paula e Paula, irmão Zé e sobrinhos Ana Rita e José Pedro.

Índice geral

DEDICATÓRIAS I
AGRADECIMENTOS III
ÍNDICE GERAL VI
ÍNDICE DE QUADROS XI
ÍNDICE DE FIGURAS XIV
ÍNDICE DE ANEXOS XVI
RESUMO XVII
ABSTRACT XIX
RESUME XXI
LISTA DE ABREVIATURAS XXII

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA 3

1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA 3
2. OBJECTIVO DO ESTUDO 6
3. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA 8
3.1 SUB-PROBLEMAS 9
4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO 10
5. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS 10
6. PRESSUPOSTOS 12
7. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO 13
8. SÍNTESE DO CAPÍTULO 15

CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA 16

1ª PARTE- A SITUAÇÃO DO DESPORTO EM PORTUGAL 16

1. O ESTADO E O DESPORTO 16
2. CONSTRANGIMENTOS E CONTINGÊNCIAS DA PRÁTICA DESPORTIVA EM PORTUGAL 19
2.1 O COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA FACE AO DESPORTO 19
2.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE O DESPORTO ESCOLAR E O DESPORTO ASSOCIATIVO 24

2.3 O FINANCIAMENTO PÚBLICO AO DESPORTO 27
2.4 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA 30

2ª PARTE- A CONCEPTUALIZAÇÃO DO MINI – PÓLO: DA FORMAÇÃO DE TREINADORES AOS MODELOS DE APRENDIZAGEM 32

3. A FORMAÇÃO DE TREINADORES COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO AQUÁTICO 32
3.1 A FORMAÇÃO DE TREINADORES DE PÓLO AQUÁTICO 34
3.2 REFLEXÃO SÍNTESE 36
4. MINI – PÓLO: A CRIANÇA COMO REFERÊNCIA CENTRAL NA ORGANIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM 37
4.1 O PESO DO RACIONALISMO NA PRÁTICA DESPORTIVA 37
4.2 A PRÁTICA DESPORTIVA COMO UMA REALIDADE BIOLÓGICA E CULTURAL 39
4.3 A CRIANÇA E A PRONTIDÃO PARA O DESPORTO 40
4.4 A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DESPORTIVA DOS ADULTOS 42
4.5 A CRIANÇA E OS VALORES DA PRÁTICA DESPORTIVA 43
5. MINI – PÓLO: O JOGO COMO REFERÊNCIA DA APRENDIZAGEM 45
5.1 A DIMENSÃO TÁCTICO – COGNITIVA NA APRENDIZAGEM DOS JOGOS DESPORTIVOS COLECTIVOS 45
5.2 O JOGO COMO CONTEXTO DA APRENDIZAGEM 47
5.3 SIMPLIFICAR COMO ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DO JOGO 49
5.4 TENDÊNCIAS NA APRENDIZAGEM DOS JOGOS DESPORTIVOS COLECTIVOS 51
5.5 INICIAÇÃO COMUM A VÁRIOS JOGOS DESPORTIVOS 53
5.6 UMA NOVA ABORDAGEM NA APRENDIZAGEM DOS JOGOS DESPORTIVOS COLECTIVOS 54
6. MINI – PÓLO: SUBSÍDIOS PARA A SUA CONCEPTUALIZAÇÃO 59
6.1 ACTIVIDADES DE COMPREENSÃO: OS JOGOS MODIFICADOS 59
6.2 ACTIVIDADES DE FACILITAÇÃO: OS MINI – DESPORTOS 61
6.2.1 O mini – desporto como meio didáctico 62
6.2.2 O mini – desporto como referência competitiva 63
7. O CONCEITO MINI – PÓLO 64
8. SÍNTESE DO CAPÍTULO 70

CAPÍTULO III. METODOLOGIA 72

1. INTRODUÇÃO **72**
2. CARACTERIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA AMOSTRA **74**
2.1 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA: ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO 74
2.1.1 Associações de natação com pólo aquático 75
2.1.2 Perfil sócio-gráfico do treinador 77
2.1.3 Perfil sócio-gráfico do dirigente 80
3. A RECOLHA DA INFORMAÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO **86**
3.1 RECOLHA DE INFORMAÇÃO: PRIMEIRA ETAPA 86
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO: SEGUNDA ETAPA 87
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **90**
5. PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS **91**
6. SÍNTESE DO CAPÍTULO **92**

CAPÍTULO IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS **93**

1. INTRODUÇÃO **93**
2. A SITUAÇÃO DO PÓLO AQUÁTICO EM PORTUGAL: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO **95**
2.1 A MEMÓRIA DOS PRIMEIROS ANOS DA *2ª VAGA DO PÓLO AQUÁTICO EM PORTUGAL* 95
2.2 CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO 99
3. A SITUAÇÃO DO PÓLO AQUÁTICO EM PORTUGAL: 1ª ETAPA **101**
3.1 NÚMERO DE PRATICANTES QUE PARTICIPA NO QUADRO DE ACTIVIDADES ORGANIZADAS NO ÂMBITO DA MODALIDADE 101
3.2 NÚMERO DE PRATICANTES QUE PARTICIPA NO QUADRO DE ACTIVIDADES ORGANIZADAS NO ÂMBITO DA MODALIDADE, POR SEXO 103
3.3 EVOLUÇÃO DOS PRATICANTES DE PÓLO AQUÁTICO, POR ESCALÃO E SEXO 105
3.3.1 Evolução dos praticantes masculinos, por escalão etário 106
3.3.2 Evolução dos praticantes femininos, por escalão 108
3.3.3 Quadro síntese dos indicadores comuns em ambos os sexos 110
4. A SITUAÇÃO DO PÓLO AQUÁTICO EM PORTUGAL: 2ª ETAPA **115**
4.1 O LOCAL DE PRÁTICA 115
4.2 RELAÇÃO DO CLUBE COM O LOCAL DE PRÁTICA 120
4.3 O PÓLO AQUÁTICO NO CLUBE 125
4.3.1 As modalidades desportivas no clube 125
4.3.2 A autarquia e o clube 128
4.3.3 Os treinadores e o clube 129

4.4 O TREINO DO PÓLO AQUÁTICO EM PORTUGAL 131
4.4.1 O horário dos treinos 131
4.4.2 Número de treinos semanal 133
4.4.3 Carga horária semanal de treinos 136
5. A SITUAÇÃO DO PÓLO AQUÁTICO INFANTIL EM PORTUGAL: 3ª ETAPA 140
5.1 A DIVISÃO DO ESCALÃO INFANTIL EM DOIS GRUPOS ETÁRIOS 140
5.2 O ESPAÇO DE TREINO DO ESCALÃO INFANTIL 143
5.3 OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS CLUBES AOS JOGADORES DO ESCALÃO INFANTIL .. 147
5.4 FACTORES INTERNOS E EXTERNOS PARA O RECRUTAMENTO DE JOGADORES DO ESCALÃO INFANTIL 148
5.5 MODELO DE APRENDIZAGEM DO PÓLO AQUÁTICO NUMA ESCOLA DE NATAÇÃO 151
5.6 OS OBJECTIVOS DAS EQUIPAS DO ESCALÃO INFANTIL: A VISÃO DOS SEUS TREINADORES 153
5.6.1 Objectivos gerais 153
5.6.2 Objectivos específicos 154
5.7 O ESCALÃO INFANTIL NO FUTURO: O MINI – PÓLO COMO FACTOR ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 157
5.7.1 Medidas de desenvolvimento do pólo aquático jovem 157
5.7.2 O vínculo de participação dos dirigentes desportivos na implementação do mini – pólo 159
5.7.3 A estrutura do jogo no escalão cadete e no escalão infantil 161
5.7.4 A metodologia de implementação do mini – pólo 162
6. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO AQUÁTICO PORTUGUÊS 164
6.1. ANÁLISE DAS CONDICIONANTES EXTERNAS MACRO-ESTRUTURAIS 164
6.1.1 Prognóstico 165
6.1.2 Factores críticos de sucesso 165
6.2. ANÁLISE DAS CONDICIONANTES EXTERNAS ESPECÍFICAS 166
6.2.1 Prognóstico 173
6.2.2 Factores críticos de sucesso 175
6.3. ANÁLISE DAS CONDICIONANTES INTERNAS (CLUBES) 177
6.3.1 Prognóstico 179
6.3.2 Factores críticos de sucesso 180
6.4 ANÁLISE DAS CONDICIONANTES INTERNAS ESPECÍFICAS (EQUIPAS INFANTIS) 181
6.4.1 Prognóstico 183
6.4.2 Factores críticos de sucesso 185

7. PLANO ESTRATÉGICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO MINI – PÓLO 186
7.1 A ADESÃO DE TREINADORES E DIRIGENTES 186
7.2 ANÁLISE INTERNA E EXTERNA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MINI – PÓLO NOS CLUBES PORTUGUESES COM PÓLO AQUÁTICO 187
7.3 IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO MINI – PÓLO E ENQUADRAMENTO COMPETITIVO 191
8. SÍNTESE DO CAPÍTULO 195

CAPÍTULO V. CONCLUSÕES 196

1. PROBLEMA 196
1.1 SUB-PROBLEMA 1 196
1.2 SUB-PROBLEMA 2 197
1.3 SUB-PROBLEMA 3 197

CAPÍTULO VI. RECOMENDAÇÕES 198

CAPÍTULO VII. BIBLIOGRAFIA 200

ANEXOS I

ANEXO 1. QUESTIONÁRIO II
ANEXO 2. LENÇOL DE DADOS (QUESTIONÁRIO) XXVII
ANEXO 3. REGISTO DE ATLETAS E CLUBES FILIADOS NA FPN (1998-2004) XLVIII
ANEXO 4. REGISTO DE ATLETAS FILIADOS NA FPN, POR ESCALÃO E GÉNERO (1998-2004) LVI

Índice de quadros

Quadro 1. Índice de participação dos alunos no Desporto Escolar 2001/2002 (dados M.E., 2003) ---- 21

Quadro 2. Complementaridade das estruturas do desporto organizado (a partir de Knop et al., 2002) ---- 25

Quadro 3. Administração Pública Desportiva (do INDESP ao IND) ---- 28

Quadro 4. Administração Pública Desportiva (do IND ao IDP) ---- 28

Quadro 5. Factores de desenvolvimento desportivo (Pires, 2003) ---- 33

Quadro 6. Crescimento, Maturação e Desenvolvimento (adaptado de Cumming e Malina, 2003) ---- 39

Quadro 7. Equação da prontidão desportiva (adaptado de Cumming e Malina, 2003) ---- 41

Quadro 8. Denominadores comuns dos J D C (a partir de Bayer, 1994; Garganta, 1995; Águila Soto e Casimiro Andújar, 2001) ---- 53

Quadro 9. Sistema de classificação de jogos ---- 56

Quadro 10. Clubes com pólo aquático filiados na FPN, por associações de natação (2003-2004) ---- 75

Quadro 11. Distribuição dos treinadores, por sexo ---- 78

Quadro 12. Distribuição dos inquiridos, por faixa etária ---- 78

Quadro 13. Distribuição dos inquiridos, por nível de ensino concluído ---- 79

Quadro 14. Distribuição dos dirigentes inquiridos, por sexo ---- 80

Quadro 15. Distribuição dos dirigentes inquiridos, por faixa etária ---- 81

Quadro 16. Distribuição dos dirigentes inquiridos, por nível de ensino ---- 82

Quadro 17. Presença de familiares de dirigentes como atletas do clube ---- 83

Quadro 18. Relação do dirigente com a prática desportiva ---- 83

Quadro 19. Relação do dirigente com a prática do pólo aquático ---- 84

Quadro 20. Longevidade dos dirigentes de pólo aquático ---- 85

Quadro 21. Período temporal em que o pólo aquático surgiu nos clubes actualmente filiados na FPN ---- 100

Quadro 22. Taxa de crescimento anual dos praticantes de pólo aquático, verificada entre 1998 e 2004 ---------- 103

Quadro 23. Peso relativo da componente sexo sobre o número total de praticantes de polo aquático (1998 a 2004)---------- 104

Quadro 24. Taxa anual do crescimento de praticantes de pólo aquático, por sexo (1998 a 2004) ---------- 105

Quadro 25. Influência do escalão etário sobre o total de praticantes masculinos de pólo aquático ---------- 107

Quadro 26. Influência do escalão etário sobre o total de praticantes femininos de pólo aquático ---------- 109

Quadro 27. Quadro síntese dos indicadores comuns em ambos os sexos ---------- 110

Quadro 28. Ano de construção das piscinas utilizadas pelos clubes com pólo aquático ------ 116

Quadro 29. Piscinas onde os clubes de pólo aquático mais recentes desenvolvem a sua actividade---------- 117

Quadro 30. Opinião dos treinadores dos escalões de formação sobre a questão "A limitação regulamentar impede a constituição de novos núcleos de pólo aquático?"---------- 118

Quadro 31. Utilização de piscinas não regulamentares, nos escalões de formação do sexo masculino---------- 118

Quadro 32. Utilização de piscinas não regulamentares, nos escalões de formação do sexo feminino ---------- 119

Quadro 33. Quadro síntese sobre a utilização de piscinas não regulamentares---------- 120

Quadro 34. Quadro síntese da propriedade e gestão das piscinas utilizadas pelos clubes portugueses---------- 122

Quadro 35. Valor mensal do aluguer da piscina para treino, dos clubes portugueses --------- 123

Quadro 36. Valor do aluguer de piscina, por jogo ---------- 124

Quadro 37. Clubes campeões nacionais (em sublinhado) e participantes nas competições europeias de pólo aquático na época 2004/2005 (Espanha, França e Inglaterra) ---------- 126

Quadro 38. Modalidades desportivas no clube---------- 127

Quadro 39. Composição do quadro técnico dos clubes portugueses---------- 129

Quadro 40. Sentido da divisão do escalão infantil proposto pelos treinadores, em ambos os sexos ---------- 141

Quadro 41. Cadetes: os jovens nascidos em 1992 e 1993---------- 142

Quadro 42. Espaço de treino das equipas infantis do sexo feminino e masculino ---------- 144

Quadro 43. Treino das equipas infantis do sexo feminino e masculino, integrados noutros escalões etários---------- 146

Quadro 44. Treino simultâneo das equipas infantis do sexo feminino e masculino ---------- 146

Quadro 45. Serviços oferecidos pelo clube para a aprendizagem do pólo aquático---------- 147

Quadro 46. Importância das acções internas e externas ao clube, para o recrutamento dos atletas do escalão infantil---------- 148

Quadro 47. Os objectivos gerais das equipas infantis de pólo aquático, por ordem da importância atribuída pelos seus treinadores---------- 154

Quadro 48. Os objectivos específicos das equipas infantis de pólo aquático, por ordem da importância atribuída pelos seus treinadores---------- 156

Quadro 49. Importância das medidas de desenvolvimento do pólo aquático jovem, para os treinadores das equipas infantis nacionais de ambos os sexos ---------- 159

Quadro 50. Importância das medidas de desenvolvimento do pólo aquático jovem, para os dirigentes dos clubes nacionais com pólo aquático---------- 160

Quadro 51. Classificação da implementação do mini – pólo como medida de desenvolvimento do pólo aquático jovem, para os dirigentes dos clubes nacionais com pólo aquático---------- 160

Quadro 52. Sentido da estrutura do jogo proposto pelos treinadores das equipas femininas, para os escalões de cadetes e infantis---------- 161

Quadro 53. Sentido da estrutura do jogo proposto pelos treinadores das equipas masculinas, para os escalões de cadetes e infantis---------- 162

Quadro 54. Avaliação interna da implementação do mini – pólo---------- 187

Quadro 55. Avaliação externa da implementação do mini – pólo---------- 189

Quadro 56. Modelo para o enquadramento competitivo do mini – pólo em Portugal ---------- 193

Quadro 57. Modelo para o enquadramento competitivo do mini – pólo em Portugal ---------- 194

Índice de figuras

Figura 1. Modelo de colocação do problema: as potencialidades do mini – pólo como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal ---------- 8

Figura 2. Participação dos alunos no Desporto Escolar entre 1996 e 2001 (dados M.E., 2003) ---------- 22

Figura 3. Prática desportiva na UE – % população total (dados Eurobarómetro 2003) ---------- 23

Figura 4. Evolução dos orçamentos do D.E. e dos Institutos do Desporto (IND, CEFD, CAAD) no período 1999-2002, com dedução da taxa de inflação- fontes ME e CDP. ---------- 29

Figura 5. Evolução da estrutura etária da população residente em Portugal (%) – 1960/2001 (fonte INE) ---------- 31

Figura 6. Modelo de ensino vertical, a partir de López e Presedo (2004) ---------- 51

Figura 7. Modelo de ensino horizontal (a partir de López e Presedo, 2004) ---------- 52

Figura 8. Modelos de Ensino Fechado e Integrado (modificado a partir de Dévis e Peiró 1995) ---------- 58

Figura 9. Modelo de análise da metodologia: conhecer a realidade para caracterizar o pólo aquático nacional ---------- 73

Figura 10. Contributo das A.N. para o volume total de praticantes (2003-2004)---------- 76

Figura 11. Contributo das A.N. para o volume total de praticantes, por género (2003-2004)--- 77

Figura 12. Distribuição dos treinadores inquiridos, por profissão principal ---------- 80

Figura 13. Distribuição dos inquiridos (dirigentes), por profissão principal ---------- 82

Figura 14. Motivações para o dirigismo desportivo---------- 84

Figura 15. Modelo de análise dos resultados: conhecer a realidade para projectar um plano de futuro---------- 94

Figura 16. Linha de tendência da evolução do número total de praticantes de natação pura e de pólo aquático (1998-2004) ---------- 102

Figura 17. Linha de tendência da evolução do número de praticantes de pólo aquático, por sexo (1998 a 2004)---------- 104

Figura 18. Evolução do número de praticantes masculinos de pólo aquático, por escalão (1998-2004) ---------- 107

Figura 19. Evolução do número de praticantes femininos de pólo aquático, por escalão (1998-2004) ---------- 109

Figura 20. Número total de equipas inscritas na FPN, por sexo (2003-2004) ---------- 130

Figura 21. Horário de treinos das equipas de pólo aquático: escalões de formação e de rendimento, em ambos sexos (2003-2004) ---------- 132

Figura 22. Número de treinos semanais – equipas femininas de formação e de rendimento (2003-2004) ---------- 133

Figura 23. Número de treinos por semana– equipas masculinas de formação e de rendimento (2003-2004) ---------- 135

Figura 24. Duração semanal dos treinos das equipas femininas – escalões de formação e de rendimento (2003-2004) ---------- 137

Figura 25. Duração semanal dos treinos das equipas masculinas – escalões de formação e de rendimento (2003-2004) ---------- 138

Figura 26. Modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação ---------- 152

Figura 27. Estratégia para a implementação do mini – pólo: que público-alvo? ---------- 163

Índice de anexos

Anexos.....I

Anexo 1. Questionário.....II

Anexo 2. Lençol de dados (Questionário).....XXVII

Anexo 3. Registo de atletas e clubes filiados na FPN (1998-2004).....XLVIII

Anexo 3. Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e género (1998-2004).....LVI

Resumo

Com o presente estudo pretende-se efectuar uma reflexão sobre o momento do pólo aquático nacional, criando condições para uma maior sustentação das opções estratégicas de desenvolvimento da modalidade.

Neste sentido, poderemos afirmar que o objectivo do estudo consubstancia-se na caracterização da realidade desportiva do pólo aquático português na época desportiva de 2003-2004, recorrendo para tal a indicadores desportivos dos últimos anos, que nos permitirão observar com maior consistência as tendências e o sentido da evolução do pólo aquático português.

Coincidindo com a intenção da Federação Portuguesa de Natação em implementar, a partir do ano 2004, um jogo desportivo modificado para a iniciação ao pólo aquático, o estudo procurará perceber as potencialidades do mini – pólo como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal, alicerçado numa nova perspectiva do seu ensino.

A investigação contempla o universo dos clubes portugueses que, na época desportiva de 2003-2004, possuíam equipas de pólo aquático filiadas na FPN. A recolha da informação necessária à sua realização foi obtida através da análise de documentos, através da aplicação de um questionário e finalmente a partir da recolha de bibliografia relevante para a compreensão do estudo.

O estudo conclui que o mini – pólo poderá constituir um factor de desenvolvimento do pólo aquático português desde que, paralelamente à sua implementação, se proceda a uma reestruturação da formação de treinadores de pólo aquático, na qual o mini – pólo surge como a expressão de uma nova concepção do ensino dos jogos desportivos colectivos.

Palavras-chave: Estratégia, Desenvolvimento, Formação, Jogo Desportivo Modificado, Mini – Desportos.

Abstract

The purpose of this study is to make a reflexion on the present moment of the national water polo creating thus the conditions for a greater basis of the strategic options made for the development of this sport.

This way we can assert that the purpose of the study consists in the characterization of the Portuguese water polo reality in the years 2003-2004. For such purpose, we used sports indicators from the last years which will allow us to observe with the most consistency the tendencies and the way Portuguese water polo has been evolving.

Matching up with the Federação Portuguesa de Natação`s intention on implementing a modified first level of initiation water polo game starting from 2004, this study will try to understand the potentials of the mini – polo as a factor of the development of the Portuguese water polo based on a new perspective of its teaching.

Our study contemplates also the whole of the Portuguese clubs that in the years of 2003-2004 had water polo teams belonging to FPN. The gathering of the necessary information was obtained through the analysis of documents, the application of an enquiry and finally through the gathering of relevant bibliography.

The study concludes that mini - polo will be able to constitute a factor of development of the Portuguese water polo since that, parallel to its implementation, if it proceeds to a reorganization of the education of trainers of water polo, in which mini - polo appears as the expression of a new conception of the education of the collective sportive games.

Key words: Strategy, Development, Coaching Development, Modified Games, Mini – Sports.

Résumé

Avec la présente étude se prétend effectuer une réflexion sur le moment du polo aquatique national, créant des conditions pour une plus grande sustentation des options stratégiques de développement de la modalité.

Dans ce sens, nous pourrons affirmer que l'objectif de l'étude se consolide dans la caractérisation de la réalité sportive du polo aquatique portugais à l'époque sportif de 2003-2004, faisant appel pour tel à des indicateurs sportifs des dernières années, qui dans les permettront d'observer avec plus grande consistance les tendances et le sens de l'évolution du polo aquatique portugais.

En coïncidant avec l'intention de FPN à mettre en oeuvre, à partir de l'année 2004, un jeu sportif modifié pour l'initiation au polo aquatique, l'étude cherchera à percevoir les potentialités de la mini - polo comme facteur de développement du polo aquatique au le Portugal, fondé dans une nouvelle perspective de son enseignement.

La recherche envisage l'univers des clubs portugais qui, à l'époque sportive de 2003-2004, possédaient des équipes de polo aquatique affiliées dans FPN. La collecte des informations nécessaires à sa réalisation a été obtenue à travers l'analyse de documents, à travers l'application d'un questionnaire et finalement à partir de la collecte de bibliographie importante pour la compréhension de l'étude.

L'étude conclut que la mini - polo pourra constituer un facteur de développement du polo aquatique portugais depuis que, parallèlement à sa mise en oeuvre, se procède à une réorganisation de la formation d'entraîneurs de polo aquatique, dans lequel la mini - polo apparaît comme l'expression d'une nouvelle conception de l'enseignement des jeux sportifs collectifs.

Mots-clef: Stratégie, Développement, Formation, Jeu Sportif Modifié, Mini - Sports.

Lista de abreviaturas

FPN	-	Federação Portuguesa de Natação
AN	-	Associações de Natação
CAAD	-	Complexo de Apoio à Actividade Desportiva
CDP	-	Confederação do Desporto de Portugal
CDUP	-	Centro Desportivo Universitário do Porto
CEFD	-	Centro de Estudos e Formação Desportiva
EPC	-	Ensino Para a Compreensão
FPB	-	Federação Portuguesa de Basquetebol
FPN	-	Federação Portuguesa de Natação
FPV	-	Federação Portuguesa de Voleibol
IDP	-	Instituto do Desporto de Portugal
IND	-	Instituto Nacional do Desporto
INDESP	-	Instituto do Desporto
JDC	-	Jogos Desportivos Colectivos
LBD	-	Lei de Bases do Desporto
ME	-	Ministério da Educação
SAD	-	Sport Algés e Dafundo
SCP	-	Sporting Clube de Portugal
SLB	-	Sport Lisboa e Benfica
TGFU	-	Teaching Games For Understanding
UE	-	União Europeia

INTRODUÇÃO

O que amamos é sempre chuva, entre o voo da nuvem e a prisão do charco.
Afinal, somos caçadores que a si mesmo se azagaiam.
No arremesso certeiro vai sempre um pouco de quem dispara.

Mia Couto, in "Cada homem é uma raça".

Apesar de pouco conhecido e com uma divulgação inexpressiva nos órgãos de comunicação social, o pólo aquático foi um dos primeiros jogos desportivos colectivos a ser praticado em Portugal[1] (Lopes, 1989) e o primeiro jogo desportivo colectivo a integrar o programa competitivo dos Jogos Olímpicos da era moderna[2].

Com uma imagem associada a um combate violento entre duas equipas, de grande intensidade física, com um regulamento de jogo confuso e imperceptível para a generalidade das pessoas, o pólo aquático perde progressivamente a sua expressão nacional, até ao seu total desaparecimento no início da década de cinquenta.

Após um interregno superior a trinta anos, as competições institucionais de pólo aquático ressurgem na época desportiva de 1984-1985, cumprindo-se no corrente ano de 2004, o vigésimo aniversário da segunda vaga do pólo aquático em Portugal.

Com um percurso desportivo ligado à natação pura de competição, à semelhança da globalidade dos restantes praticantes pioneiros, rapidamente

[1] O primeiro jogo realiza-se em 1907, na baía de Cascais, surgindo em 1915 o primeiro quadro competitivo regular.

[2] Em Paris, no ano de 1900.

ficámos aliciados por este jogo desportivo colectivo disputado no meio aquático, ao qual, acreditamos, não é possível associar uma posição afectiva de indiferença.

Ao longo destes vinte anos tivemos a oportunidade de ocupar um conjunto abrangente de cargos e funções (jogador, treinador, seleccionador nacional, director técnico regional, entre outros) que, hoje, nos permite possuir uma experiência vivida e reflectida do passado e do presente do pólo aquático em Portugal.

A participação no V Mestrado em Gestão Desportiva da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto reforçou em nós a necessidade / responsabilidade de efectuar uma reflexão sobre o momento do pólo aquático nacional, procurando, com a nossa modesta contribuição, uma maior sustentação das opções estratégicas de desenvolvimento da modalidade.

Desta forma, como se poderá depreender das linhas anteriores, o estudo que agora iniciamos resulta do cruzamento de dois factores de motivação intrínseca: a enorme paixão que sentimos pelo pólo aquático e, simultaneamente, a nossa determinação em continuar a contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento.

CAPÍTULO I. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1. Formulação do problema

Parece-nos que não existe na Federação Portuguesa de Natação[3] (FPN) uma política de desenvolvimento da modalidade que nos permita saber para onde se pretende ir e como fazer para lá chegar, até pelo simples facto de não se saber aonde nos encontramos.

Com efeito, como afirma Pires (2003:63-64), só a partir da realização de um diagnóstico do desporto se poderão sustentar políticas e projectos de desenvolvimento desportivo, ou seja, "desencadear um processo de tomadas de decisão quanto à organização do futuro".

Apesar da leitura atenta dos relatórios anuais divulgados pela FPN sugerir, quanto ao número de atletas e de clubes filiados, um crescimento do pólo aquático em Portugal, esse crescimento revela-se harmonioso e equitativamente distribuído por escalões etários e género? Como se distribui geograficamente? Existirá simultaneamente desenvolvimento desportivo?

Se comummente se associa crescimento a uma evolução quantitativa e desenvolvimento a uma transformação de ordem qualitativa, então qualquer política e projecto desportivo a definir pela FPN terá que ter subjacente uma ideia de mudança social, adaptada quer ao público específico que pretende atingir, quer a uma sociedade com referências culturais diferentes das do passado.

[3] A FPN, fundada em 19 de Agosto de 1930, é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública desportiva, unidesportiva, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, nos termos da legislação em vigor.

Inevitavelmente, ao aumento progressivo do número de praticantes jovens a que temos assistido nas últimas épocas desportivas, deverá efectuar-se, reciprocamente, uma reacção de adaptação e compreensão deste fenómeno. Tal como na obra de Saint-Exupéry, *O principezinho,* pretende-se que estes jovens fiquem cativos de uma organização que tudo fará para satisfazer os seus anseios, expectativas e ilusões.

Para que tal aconteça, acreditamos no valor dos jogos desportivos modificados e dos mini – desportos, quer no plano de uma iniciação desportiva mais adaptada ao jogo formal quer no plano de uma estrutura competitiva diferente da que existe actualmente; mais adequada às diferentes fases de desenvolvimento dos jovens, mais lúdica e menos exclusiva.

Se este tem sido, com aparente sucesso, o caminho percorrido por diversas federações desportivas nacionais[4] para cativar os seus mais jovens clientes e aumentar a qualidade da prática desportiva (Correia, 2000), porque não resultará esta estratégia no pólo aquático português?

Por solicitação do então presidente da FPN, Sr. Isidoro Morgado, conhecedor desta nossa inquietação e da orientação metodológica por nós desenvolvida no ensino do pólo aquático no clube Arsenal 72, apresentámos em Janeiro de 2002 um documento que, ancorado na implementação do mini – pólo em Portugal, reflectia a nossa visão sobre o crescimento e o desenvolvimento do pólo aquático jovem.

Como em todos os *desportos mini*, os conceitos que sustentavam o documento supra passariam pela simplificação das regras e pela redução do espaço de jogo e do número de praticantes, o que facilitaria a aprendizagem do

[4] GiraVolei, Federação Portuguesa de Voleibol; Andebol 5, Federação Portuguesa de Andebol; Bitoque, Federação Portuguesa de Râguebi; Minibasquete, Federação Portuguesa de Basquetebol; Futebol 7, Federação Portuguesa de Futebol, entre outros.

jogo formal, particularmente exigente ao nível do *saber estar* no meio aquático[5], apresentando ainda um quadro agonístico mais adaptado aos jovens praticantes (mais lúdico e menos intenso).

Efectuada uma análise atenta das características dos *desportos mini* e da sua filosofia enquanto novo produto desportivo, constatámos que continuávamos a cometer um erro tão comum no desporto português: desenvolver uma ideia e/ou apresentar um novo produto desportivo sem conhecer, com alguma profundidade, o mercado que pretendíamos atingir com o projecto mini – pólo (Mullin et al., 1993).

Com efeito, desconhecer a realidade do pólo aquático em Portugal ou, ainda mais grave, ignorar a preciosa informação que poderia advir dum estudo mais aprofundado sobre a realidade desta modalidade, poderia comprometer irreversivelmente um momento histórico de uma política desportiva orientada, até então, para os quadros normativos e regulamentadores das competições.

Pensamos efectivamente que se trata de uma oportunidade irrepetível, pois a implementação do mini – pólo em Portugal poderá concorrer para o aumento do número de praticantes jovens e permitir uma qualidade mais elevada do seu desempenho desportivo. Porém, a possível desadequação do projecto mini – pólo perante as características e o sentido do desenvolvimento do pólo aquático em Portugal, retirará credibilidade não só a este projecto, como a qualquer outro que vise criar uma maior empatia entre o pólo aquático e os jovens.

Com o estudo que agora se inicia, pretendemos obter um conhecimento mais profundo do que é o pólo aquático em Portugal, criando condições para que o projecto mini – pólo se possa afirmar como um catalizador do desenvolvimento estratégico da modalidade.

[5] Agravado pela impossibilidade de se poder utilizar o apoio fixo do fundo da piscina.

Concordamos com o pensamento de Senge (1990) ao referir que as práticas, quando surgem como a resposta de uma determinada organização a circunstâncias específicas, serão sempre situacionistas. Com efeito, implementar com sucesso o mini – pólo em Portugal, sem se efectuar, concomitantemente, um conjunto de alterações de cariz doutrinal e filosófico, implicará uma diluição progressiva dos efeitos positivos daquele projecto e o retorno ao ponto inicial do plano traçado.

Neste sentido, o movimento de novos praticantes resultantes da *geração mini – pólo*, exigirá, previsivelmente, uma nova prática desportiva, onde a qualificação e a formação de dirigentes, treinadores e árbitros assumirão um papel transformador decisivo. Resta-nos reagir pró – activamente, ou seja, ao reconhecer os sinais de mudança e transformação, fazer com que o futuro aconteça hoje.

2. Objectivo do estudo

Regulamentada pela Lei de Bases do Sistema Desportivo e pelo Regime Jurídico das Federações Desportivas[6], as federações desportivas nacionais são associações sem fins lucrativos que representam agentes desportivos[7], clubes ou agrupamento de clubes de todo o país.

Uma organização cujo âmbito de intervenção se estende por uma vasta área geográfica, em que os seus associados apresentam necessidades diferenciadas ao nível da formação, da recreação e do desenvolvimento, só

[6] Artigo 21º da Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo), alterada pela Lei n.º 19/96, de 25 de Junho e Artigo 2º do Dec.-Lei n.º 144/93 de 26 de Abril (Regime Jurídico das Federações Desportivas).

[7] Definido na Lei de Bases do Sistema Desportivo como praticantes, o Regime Jurídico das Federações Desportivas corrige posteriormente para agentes desportivos, dada a possibilidade das associações de treinadores, de atletas e árbitros poderem fazer parte do processo de eleição do elenco federativo.

poderá ter uma política de desenvolvimento desportivo coerente e integrada se funcionar como um sistema aberto, imergindo no meio ambiente em que intervém e, simultaneamente, auto regulando-se através das interacções que com ele estabelece (Mestre Sancho, 2002).

A eficácia da FPN, ou seja, a capacidade de atingir objectivos e de alcançar resultados (Chiavenato, 2000), é ainda colocada à prova pelo facto de ser uma federação multidesportiva, onde não existe, necessariamente, unicidade nos objectivos estabelecidos para a natação pura, para a natação sincronizada, para os saltos para a água, nem relativamente aos objectivos estabelecidos para o pólo aquático.

A ausência de uma visão estratégica sobre o futuro do pólo aquático nacional releva a ineficiência da política desportiva da FPN que, de acordo com a concepção de eficiência estabelecida por Chiavenato (2000), se tem manifestado por um *gap* negativo na relação entre os custos e os benefícios daquela política (ou da sua inexistência).

Com efeito, o desalento de todos os que se inter-relacionam com a organização federativa vai crescendo, pois existe a noção de que é grande a diferença entre o que é conseguido e o que poderia ser alcançado.

Qualquer iniciativa de desenvolvimento desportivo estará inevitavelmente condenada ao fracasso, sem a consciencialização de que se trata de um amplo processo de transformação sócio – cultural (Sarmento, 1996), onde o conhecimento criterioso da sua realidade desportiva assume um papel determinante para o sucesso das políticas adoptadas.

A semântica de objectivo apresenta na sua essência uma ideia de futuro. Neste sentido, poderemos afirmar que o objectivo do estudo, i.e., o que pretendemos alcançar no final do estudo, consubstancia-se na caracterização

da realidade desportiva do pólo aquático português na época desportiva de 2003-2004.

Para uma maior solidez na análise dos resultados e uma maior sustentação das opções estratégicas a desenvolver recorreremos a indicadores desportivos dos últimos anos, que nos permitirão observar com maior consistência as tendências e o sentido da evolução do pólo aquático português.

Finalmente, pretendemos efectuar um estudo sobre a implementação do mini – pólo em Portugal, como contributo para o desenvolvimento estratégico do pólo aquático, bem como de uma nova perspectiva do seu ensino.

3. Definição do problema

Coincidindo com a intenção da FPN em implementar, a partir do ano 2004, um jogo desportivo modificado para a iniciação ao pólo aquático, o presente estudo procurará perceber as potencialidades do mini – pólo como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal (figura 1).

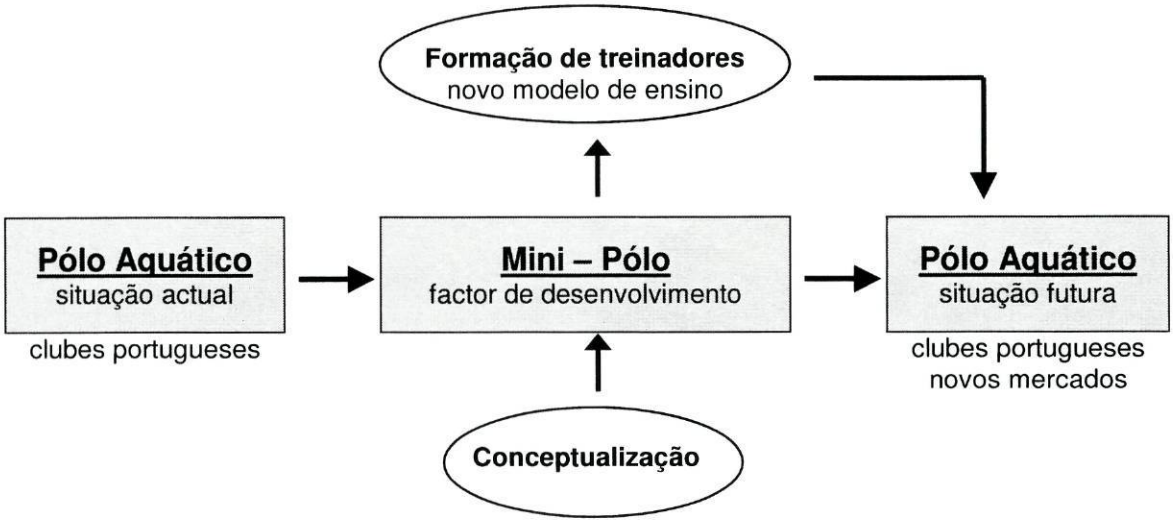


Figura 1. *Modelo de colocação do problema: as potencialidades do mini – pólo como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal*

Procuraremos ainda, através do levantamento de um conjunto de indicadores desportivos da modalidade, caracterizar e compreender a realidade desportiva do pólo aquático em Portugal.

Com efeito, as tomadas de decisão sobre os caminhos do desenvolvimento desportivo necessitam, cada vez mais, de serem suportadas num rigoroso conhecimento e caracterização da realidade (Almeida, 2002).

A disponibilização deste documento possibilitará a todos os que têm responsabilidades de intervenção no pólo aquático, a oportunidade de, a partir de agora, apoiarem as suas opções estratégicas de desenvolvimento num conhecimento mais sólido da realidade desportiva.

3.1 Sub-problemas

Sub-problema 1:

Em que medida federação, dirigentes e clubes estão preparados para promoverem uma estratégia de desenvolvimento do pólo aquático nacional, através da implementação do mini – pólo.

Sub-problema 2:

Em que medida os dirigentes da modalidade e os actuais treinadores, têm capacidade para dar resposta prática a um programa deste tipo.

Sub-problema 3:

Que expectativas, a nível nacional e regional, se poderão esperar de um projecto desta natureza.

4. Delimitação do estudo

O estudo reflecte o universo dos clubes portugueses com equipas de pólo aquático filiadas na FPN, sabendo-se, contudo, da existência de núcleos de pólo aquático de âmbito não federado, bem como de piscinas em que, através da sua escola de natação, se desenvolvem actividades pontuais relacionadas com a prática do pólo aquático.

O estudo pretende caracterizar a situação desportiva do pólo aquático na época desportiva de 2003-2004, pelo que os resultados obtidos, a sua análise e interpretação têm a limitação temporal que um estudo com estas características encerra.

O estudo não pretende apresentar uma versão universal do mini – pólo, mas modelos que se possam adequar às especificidades e necessidades dos núcleos regionais de pólo aquático.

5. Definição de conceitos

Os conceitos seleccionados reportam-se ao universo do desporto, não se podendo dissociá-los de um contexto social e cultural marcado por um ambiente de grande turbulência e volatilidade.

Desta forma, os conceitos da gestão do desporto estarão, como sempre estiveram no passado, condicionados pelo dinamismo das mudanças sociais, políticas, económicas e tecnológicas que acompanham este século.

Estratégia:

Mobilização dos recursos da organização para atingir objectivos globais previamente estabelecidos. Indica as áreas em que a organização poderá retirar vantagens competitivas naquilo que realiza.

Fornece à organização uma lógica de actuação, pois garante uma coordenação e uma orientação das pessoas para objectivos comuns.

Desenvolvimento:

Transporta uma ideia de mudança social, materializada por uma transformação de ordem qualitativa, à qual geralmente se associa o crescimento, ou seja, uma alteração positiva de ordem quantitativa.

Em termos desportivos associa-se, numa primeira fase, à satisfação das necessidades das populações, nos aspectos da formação, recreação e especialização.

Formação:

Instrumento ao serviço das organizações que permitirá aos seus recursos humanos, muito para além da transmissão de conhecimento e do aumento da capacidade de produção, uma maior aptidão para a compreensão do ambiente exterior à organização.

Uma formação consistente e de bom nível conduzirá a uma maior capacidade de inovação e criatividade, um maior conhecimento da realidade e, consequentemente, uma adaptação facilitada à mudança.

Jogo desportivo modificado:

O jogo desportivo modificado resulta de um processo de transformação da estrutura do macro modelo desportivo, tornando-o mais adaptado aos diferentes estádios de desenvolvimento dos praticantes jovens.

Mantendo o que é invariável nos desportos de equipa (companheiros, adversários, um objectivo e um objecto móvel), procura-se a simplificação das regras e a redução do espaço de jogo e do número de praticantes.

Apresenta um quadro agonístico mais adaptado aos jovens praticantes, tornando-o menos intenso ao nível dos contactos físicos, mais lúdico e menos exclusivo.

Mini – desportos:

Surgem como (i) suporte didáctico para a aprendizagem do jogo formal, sendo a sua utilização tão mais relevante quanto menor for o nível de iniciação da criança, ou como (ii) modelo instituído para a competição dos praticantes mais jovens.

Os mini – jogos ou mini – desportos são distintos dos jogos desportivos modificados pois apesar de adaptarem o desporto à idade da criança, reproduzem os mesmos padrões de formalização e estandardização do *jogo dos adultos*.

6. Pressupostos

O que o estudo poderá transmitir:

Percepção aproximada da realidade desportiva do pólo aquático português:

- Caracterização dos clubes portugueses com pólo aquático;
- Caracterização das instalações;
- Caracterização do treino;
- Caracterização dos praticantes;
- Perfil sócio-gráfico dos dirigentes e caracterização da sua formação;
- Perfil sócio-gráfico dos treinadores e caracterização da sua formação.

Confirmar o mini – pólo como factor de desenvolvimento desportivo:

- Promove o aumento do número de praticantes;

- Proporciona uma estrutura competitiva mais adequada aos praticantes jovens;
- Possibilita um melhor enquadramento do percurso desportivo do atleta;
- Facilita a aprendizagem do pólo aquático, através do reforço da componente lúdica;
- Possibilita uma iniciação desportiva mais precoce;
- Permite uma superior rentabilização do parque de piscinas;
- Introduz um novo modelo de ensino da natação.

Possibilitar uma nova abordagem ao ensino dos jogos desportivos colectivos.

7. Importância do estudo

Para quem acredita que o desporto continua a desempenhar um papel decisivo na formação integral dos jovens, os primeiros passos do novo século determinam, por parte das organizações responsáveis pela oferta da prática desportiva, uma observação atenta à dinâmica social e cultural do fenómeno desportivo.

Se no final do século passado, apenas 23% da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos fazia desporto com regularidade (Marivoet, 2001), os resultados do Eurobarómetro "Os cidadãos da UE e o desporto"[8] confirmam as conclusões daquele estudo, revelando que apenas 22% dos cidadãos portugueses com mais de 15 anos pratica desporto, pelo menos uma vez por semana.

[8] Resultados apresentados no Fórum Europeu do Desporto, realizado em Novembro de 2003 na cidade de Verona (Itália).

Ainda de acordo com o estudo de Marivoet, do total da população portuguesa que pratica desporto regularmente, apenas 4% o faz sob o enquadramento do desporto federado.

Neste contexto de distanciamento da população face às organizações responsáveis pelo desporto federado, a FPN procurará, de acordo com um manifesto de intenções apresentado às associações regionais, implementar o mini – pólo a partir da época desportiva de 2004-2005.

Desta forma, a pertinência deste estudo surge relevada pela proximidade temporal entre a sua realização e a intenção de implementação do mini – pólo em Portugal, podendo constituir um documento que, em tempo útil, permita sustentar algumas das opções estratégicas do órgão máximo da modalidade.

A importância deste estudo estará, certamente, relacionada com a possibilidade de sistematizar todo o conhecimento disponível sobre a realidade desportiva do pólo aquático português, permitindo aos dirigentes uma tomada de decisão mais consistente e devidamente enquadrada com as dinâmicas e tendências desta modalidade em Portugal.

8. Síntese do capítulo

Com o presente estudo pretende-se efectuar uma reflexão sobre o momento do pólo aquático nacional, criando condições para uma maior sustentação das opções estratégicas de desenvolvimento da modalidade.

Neste sentido, poderemos afirmar que este estudo consubstancia-se na caracterização da realidade desportiva do pólo aquático português na época desportiva de 2003-2004, recorrendo para tal a indicadores desportivos dos últimos anos, que nos permitirão observar com maior consistência as tendências e o sentido da evolução do pólo aquático português.

Coincidindo com a intenção da FPN em implementar, a partir do ano 2004, um jogo desportivo modificado para a iniciação ao pólo aquático, o estudo procurará perceber as potencialidades do mini – pólo como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal, alicerçado numa nova perspectiva do seu ensino.

A investigação contempla o universo dos clubes portugueses que na época desportiva de 2003-2004 possuíam equipas de pólo aquático filiadas na FPN. A recolha da informação necessária à sua realização foi obtida através da análise de documentos, através da aplicação de um questionário e, finalmente, a partir da recolha de bibliografia relevante para a compreensão do estudo.

CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA

1ª Parte- A situação do desporto em Portugal

1. O Estado e o desporto

Apesar da decisão apresentar uma década de atraso, o Governo aprovou, em recente Conselho de Ministros, a nova Lei de Bases do Desporto (LBD)[9], que manifesta como seu principal objectivo *o aumento da prática desportiva em Portugal.*

"Esta nova lei vai ao encontro de um objectivo expresso no programa do Governo que é o de aumentar a prática desportiva", sublinhou José Luís Arnaut, o então ministro-adjunto do primeiro-ministro, realçando a necessidade de uma "maior cooperação entre poder central, poder local, federações, clubes e sociedade civil".

Ao longo da última década tem existido uma grande preocupação política pela promoção, orientação e generalização da actividade desportiva, reconhecendo-se nela, "um factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade[10]".

Contudo, esta preocupação expressa no assinalável esforço legislativo de três Leis do Desporto – sendo uma, rectificação de outra – em catorze anos, tem constituído um conjunto de tiros na água, não parecendo existir um retorno

9 Promulgada pela Presidência da República em 6 de Julho de 2004 e apresentada no D.L. nº 30/2004, em 21 de Julho de 2004. Dado que, aquando da publicação da nova LBD, a realização deste estudo já decorria, não tivemos oportunidade de reflectir sobre o seu articulado, pelo que continuaremos a sustentar-nos pela Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro, rectificada nos termos da Rectificação publicada no DR, Iª S, n.º 64, de 17 de Março de 1990 e alterada pela Lei n.º 19/96, de 25 de Junho.

10 Artigo I, do 1º capítulo da LBSD (Lei n.º 19/96, de 25 de Junho).

efectivo ao nível da (i) articulação entre o produto desportivo oferecido pelo movimento associativo, pelas escolas e pelas autarquias, nem tão pouco ao nível de (ii) uma mobilização efectiva dos portugueses pelo desporto.

A inquietação dos sucessivos governos em regulamentar o fenómeno desportivo recorda-nos a pertinência e a (ainda) contemporaneidade do pensamento de Alphonse de Lamartine (1790-1869), poeta e ministro dos negócios estrangeiros de Luís XVIII, quando afirmou que *a noção de direito parece ser tão forte que os homens, mesmo quando o violam, simulam respeitá-lo*.

O que beneficiou o atletismo nacional com a realização do campeonato do Mundo de pista coberta de 2001, no Pavilhão Atlântico? Que contrapartidas retirou a natação portuguesa da organização do campeonato da Europa de piscina curta de 1999, no Jamor? O número de praticantes aumentou? O nível qualitativo das referidas modalidades sofreu alguma alteração? De acordo com o principal objectivo da LBDS – aumento da prática desportiva, foi definida alguma estratégia para a posterior utilização das referidas infra-estruturas?

Cremos que o armazenamento indefinido da pista de atletismo e a quase inacessibilidade da utilização da piscina do Jamor – quer pelo desporto escolar quer pelo movimento associativo – respondem às questões colocadas, criando-se assim um sabor amargo pela incapacidade em projectar os benefícios da realização de grandes eventos desportivos, numa mobilização efectiva dos portugueses para a prática desportiva.

Apesar de Portugal apresentar um assinalável progresso em alguns sectores sociais, adiaram-se reformas essenciais em matéria de política desportiva. Ao trabalho sério, programado e metódico, Portugal optou pelo reflexo mediático, pela construção de uma imagem para o exterior que não corresponde, efectivamente, ao nível de literacia desportiva e motora da nossa população (Constantino, 2002).

Não ficamos surpreendidos com o progressivo desinteresse dos jovens pela prática desportiva organizada [11] (Marivoet, 2001). Este afastamento reflecte, verdadeiramente, uma incapacidade dos nossos líderes em fazerem face a uma nova realidade, da qual pouco conhecem.

A dificuldade em reconhecer os sinais de mudança que, através de várias formas e sentidos, se manifestam na nossa sociedade, possibilitou um desfasamento entre o que os jovens procuram no desporto e o que o desporto tem, efectivamente, para lhes oferecer. Com efeito, o tempo em que vivemos é um tempo diferente do tempo passado, já que se organiza em função de referências culturais que também são diferentes (Pires, 2002).

Numa sociedade ansiosamente exigente, como se pode oferecer um produto, uma ideia, ou um sonho, sem se conhecer a pessoa que desembrulha a oferta e partilha da nossa ilusão?

Se um acto de gestão revela uma preocupação intrínseca em antecipar o futuro, podemos afirmar, com alguma segurança, que o modelo desportivo apresentado por associações, federações, clubes e desporto escolar atrasou-se no tempo, propondo caminhos que os jovens (já) não querem percorrer.

Com efeito, não é possível construir o futuro utilizando como ferramentas, valores que entram em contradição com uma nova hierarquia axiológica, vigente na sociedade dos nossos dias (Garcia e Queirós, 1998).

Acreditamos que em Portugal se conhecem melhor as leis sobre o desporto, do que os resultados da sua aplicação. Os dirigentes do desporto conhecem melhor os projectos de crescimento e desenvolvimento da sua modalidade (quando existam), do que as pessoas a quem se destinam.

[11] A grande preocupação neste momento passa pela recuperação dos jovens para o movimento associativo, ou seja, correr, mais uma vez, atrás de um comboio que já partiu.

Enquanto esta situação se mantiver, as políticas desportivas continuarão a ser ineficazes e os seus efeitos inócuos pois, como afirma Pires (2003), o conhecimento da situação desportiva constitui a base de sustentação de políticas e de projectos desportivos.

De facto, "Sem medida, uma ciência política aplicada ao desporto é impossível. A sua inexistência (...) é um conjunto de acções improvisadas ao longo do tempo." (Feio, 1979: 81).

2. Constrangimentos e contingências da prática desportiva em Portugal

2.1 O comportamento da população portuguesa face ao desporto

A busca incessante por níveis mais elevados de qualidade de vida, acompanhada por um deficiente investimento em políticas efectivas de descentralização e de regionalização, provocou nos últimos anos uma gradual concentração da população portuguesa ao Sul e nos grandes centros urbanos, contrastando com uma progressiva desertificação do interior do país [12] (Marivoet, 1998; Queiró, 2004).

O *encasulamento* da população portuguesa em zonas de grande densidade populacional e de reduzida oferta de espaços, livres do domínio do betão e do alcatrão, parece aumentar a importância do desporto organizado[13] no acesso a alguma forma de actividade física.

---

[12] O índice de prática desportiva em Portugal acompanha naturalmente esta tendência, apresentando-se mais elevada nas regiões onde se encontram os maiores centros urbanos (Marivoet, 2000: 41). O estudo confirma ainda, relativamente à prática desportiva por habitat, a relação entre a prática desportiva e o nível de urbanidade do território.

[13] Implicando a presença de um treinador / professor, bem como uma prática e uma competição regular ao longo do ano (Malina, 2003).

Inevitavelmente, ao conceito de desporto organizado surge associado o conceito de praticante desportivo que, de acordo com Feio (1985: 69) "...é aquele que pratica regularmente um desporto e sendo a competição o vector essencial da mesma, deverá alargar-se o conceito a todos aqueles que praticam regularmente desporto, competindo"[14].

Em Portugal, a primeira porta de entrada para a prática desportiva parece ser a da escolaridade básica obrigatória, através das actividades curriculares da disciplina de educação física.

Num estudo efectuado em Portugal por Piéron (1999), a disciplina de educação física, quando comparada com a de outros países em estudo[15], apresenta a mais alta taxa de aceitação por parte dos estudantes com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos[16]: 96% de aceitação para os alunos do sexo feminino e 92,5% de aceitação para os do sexo masculino.

De acordo com o mesmo autor, a percepção positiva da educação física face às outras disciplinas curriculares, deve-se a uma maior noção de liberdade através do movimento, acompanhada por uma carga lúdica que raramente se encontra na Escola.

Constituindo a educação física uma matéria escolar que apresenta uma boa aceitação pelos estudantes portugueses, procurámos observar a sua correspondência com o nível de adesão dos alunos portugueses ao desporto escolar[17], projecto que se configura como a principal possibilidade para a

[14] O mesmo autor alerta para a necessidade de não confundir praticante desportivo com alguém que apenas joga nos fins-de-semana, fora de um quadro competitivo organizado, tratando-se neste último caso de recreação desportiva.

[15] O estudo compara a atitude de alunos da Bélgica, Finlândia, Alemanha, Grã-bretanha e Portugal face à disciplina de Educação Física.

[16] Idades que correspondem ao 3º ciclo do nosso sistema de ensino.

[17] O Desporto Escolar é a actividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de actividades desportivas, em ambiente educativo, sob a orientação de professores.

maioria dos jovens poder participar, de forma regular, em quadros competitivos desportivos.

De acordo com o quadro 1, o índice de participação dos alunos portugueses no desporto escolar é fraco, confinado a 13,8% em 2001-2002, sustentando-se como hipóteses para este resultado, (i) a descontinuidade dos grupos/equipas de modalidade devida à mobilidade do corpo docente, bem como (ii) uma desadequada visão conceptual do sistema competitivo do desporto escolar[18] (ME, 2003).

Quadro 1. *Índice de participação dos alunos no Desporto Escolar 2001/2002 (dados M.E., 2003)*

N.º de alunos em actividade	Total da população-alvo	Índice de participação[19]
119.760	**868.422**	**13.8%**

Com efeito, esperar-se-ia que face ao elevado nível de aceitação da disciplina de educação física apresentado no estudo de Piéron (1999), o índice de participação no desporto escolar fosse mais elevado.

Partindo dos pressupostos do estudo de Piéron (1999)[20], acreditamos que os dados recolhidos serão mais importantes para uma reflexão sobre o distanciamento entre as restantes matérias disciplinares e as expectativas e aspirações dos nossos alunos, do que para uma ponderação sobre a existência de um elo de ligação entre a aceitação da disciplina de educação física e o nível de adesão dos alunos ao desporto escolar.

[18] A recolha dos dados refere-se apenas a um âmbito de competição externa, não contabilizando a actividade competitiva interna.

[19] $\frac{\text{Total de alunos em actividade}}{\text{Total da população-alvo}} \times 100$

[20] Aceitação da disciplina de educação física pelos alunos, comparativamente com as outras matérias disciplinares do nosso sistema de ensino.

Prosseguiremos então num outro sentido. Assumindo o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar a existência de uma fraca adesão dos alunos ao desporto escolar, o pico de adesão regista-se em 2001-2002 com 119.760 alunos (figura 2), o desporto organizado associativo apresentará uma cobertura institucional relevante, no acesso da população a alguma forma de actividade física?

A elaboração de um enquadramento estatístico sobre as últimas investigações referentes a índices de participação desportiva, revela-se uma tarefa de difícil concretização devido à falta de uniformização de variáveis como a idade e o género, bem como à especificidade dos próprios estudos.

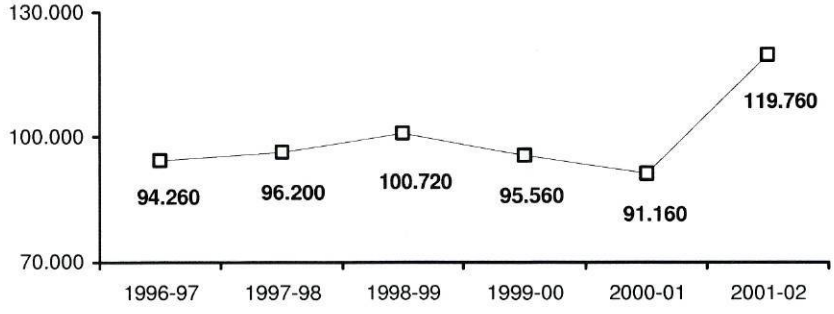


Figura 2. *Participação dos alunos no Desporto Escolar entre 1996 e 2001 (dados M.E., 2003)*

Por ocasião do Fórum Europeu do Desporto, sob o tema *Os cidadãos da UE e o desporto*, a Comissão Europeia publica os resultados da sondagem Eurobarómetro [21] constatando que uma "taxa particularmente elevada de pessoas, respectivamente 75% e 70% da população, não faz desporto na Grécia e em Portugal" (European Opinion Research Group, 2003).

De acordo com o mesmo estudo, apenas 19% dos gregos e 22% dos portugueses admitem praticar, pelo menos uma vez por semana, um desporto.

[21] Breve ficha técnica: sondagem Eurobarómetro especial realizada em Setembro de 2003, entre 16000 pessoas com mais de 15 anos, dos 15 estados membros. Em Portugal foram realizadas 1000 entrevistas.

Por contraste, os países do norte da Europa apresentam valores bastante acima da média europeia, que se cifra em 35% (figura 3).

Assim, o estudo revela que 70% da população finlandesa e da população sueca pratica um desporto, pelo menos uma vez por semana, enquanto a taxa de prática desportiva cai para 53% na Dinamarca (figura 3).

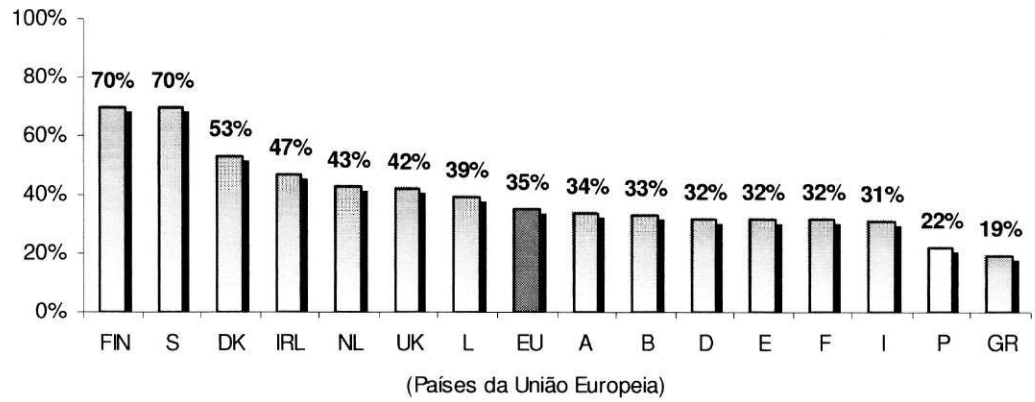


Figura 3. *Prática desportiva na UE – % população total (dados Eurobarómetro 2003)*

Estes resultados confirmam a investigação de Marivoet (2001)[22] sobre o comportamento da população portuguesa face ao desporto, ao revelar que 73% da população portuguesa não pratica desporto, enquanto que 23 em cada 100 portugueses, dos 15 aos 74 anos, afirmam praticar desporto ou uma actividade física.

O estudo refere ainda que, segundo o âmbito da prática, do conjunto da população que pratica desporto ou uma actividade física, 19% desenvolve a sua prática desportiva no espaço do desporto de lazer e apenas 4% enquadrado no desporto de competição federado.

[22] Breve ficha técnica: resultados da aplicação do inquérito aos Hábitos Desportivos da População Portuguesa entre os 15 e os 74 anos, no primeiro semestre de 1998, num total de 3.030 indivíduos.

Com efeito, o levantamento do número de praticantes federados em 1998, ano a que corresponde o estudo de Marivoet (2001), indicava a existência de apenas 299.421 atletas[23] inscritos nas federações desportivas (IND, 2002).

Estes indicadores quantitativos do final do século passado, menos de 120.000 alunos inscritos no desporto escolar e menos de 300.000 atletas filiados nas federações desportivas, indiciam por um lado a desadequação dos serviços apresentados às necessidades e aspirações de quem os procura e, por outro lado, a necessidade emergente de uma melhor articulação entre as duas organizações.

2.2 A articulação entre o desporto escolar e o desporto associativo

A vantagem adicional das organizações desportivas trabalharem articuladamente, será a de oferecer suficientes possibilidades de escolha e de variedade, de modo a que a criança possa trocar uma organização por outra sem, contudo, abandonar a prática desportiva[24].

De facto, qualquer iniciativa que ajude a criança a encontrar o(s) caminho(s) para as ofertas desportivas locais, constituirá um passo certo para aumentar a qualidade e a quantidade da participação desportiva dos jovens.

Num estudo referente à participação desportiva dos jovens nas organizações desportivas[25], Knop et al. (2002) verificaram a existência de uma grande inter-penetração dos dados: após integrar uma estrutura organizativa, a criança gosta de experimentar outra ou, eventualmente, coabita nas duas organizações.

---

[23] Já deduzidos os praticantes inscritos nas federações de campismo e de columbofilia.

[24] Esta vantagem é tão mais substancial, quanto mais geograficamente próximas coabitarem as organizações desportivas.

[25] Breve ficha técnica: estudo realizado na Flandres, com uma amostra aleatória de 564 alunos entre os 9 e os 12 anos.

Ao apelar ao mesmo grupo alvo e com objectivos referenciais comuns (quadro 2), as políticas desportivas para os jovens deverão ser complementares e inclusivas, pois o seu objectivo final deverá ser o de proporcionar condições que permitam a manutenção da criança no processo desportivo.

Quadro 2. *Complementaridade das estruturas do desporto organizado (a partir de Knop et al., 2002)*

	Clubes	Desporto escolar
Objectivos	Equilíbrio entre recreação e competição. Rendimento.	Desenvolvimento educacional; recreação e competição.
Grupo-alvo	Idade jovem, média e superior.	Todos os jovens em idade escolar.
Tipo de actividades	Regulamentada institucionalmente. Prática uni – desportiva.	Introdução à cultura desportiva. Prática multi – desportiva.
Gestão	Maioritariamente voluntários nos clubes. Profissionais nas federações.	Totalmente profissional; departamento educação física, gabinete coordenador desporto escolar.
Liderança	Profissionais (maioritariamente actividade secundária) e voluntários.	Totalmente profissional (actividade principal); professores.

Com efeito, de acordo com o European Opinion Research Group (2003), existem grandes expectativas na população da UE em torno do desenvolvimento de vínculos entre a educação e o desporto. Cerca de 80% dos europeus espera uma maior cooperação entre os sistemas educativos e as organizações desportivas dos respectivos países, enquanto 76% dos inquiridos afirmam a necessidade dos programas escolares dedicarem mais tempo ao desporto.

Alguns passos têm sido dados em Portugal no estabelecimento destes vínculos:

- A constituição de centros de formação do desporto escolar, permitindo a especialização desportiva e a continuidade do percurso desportivo do aluno num clube, através do estabelecimento de protocolos (ME, 2003);

- A entrada das federações desportivas no mercado escolar, através da oferta de produtos desportivos mais atractivos e adequados aos jovens em idade escolar: minibásquete, andebol 5, giravolei, entre outras (FPB, 2000; FPB, 2001; FPV, 2000; Manaças, 2001);

- Estabelecimento de protocolos de cooperação entre os serviços de formação das federações desportivas e o desporto escolar (M.E., 2003).

Sem comprometer as características intrínsecas e a missão específica das organizações, parece-nos que o estabelecimento de vínculos entre o desporto escolar e o desporto federado permitiria um apoio mais forte ao percurso desportivo dos jovens.

Numa perspectiva vertical, após completar a escolaridade básica, o jovem teria a possibilidade de continuar a prática desportiva, através de uma oferta que concretizasse a sua intenção de procura desportiva. Numa óptica transversal, a complementaridade entre os objectivos e valores do desporto escolar e do desporto federado, permitiria um enriquecimento da sua formação desportiva, social e cultural.

2.3 O financiamento público ao desporto

Num país onde a ordenação das instalações desportiva não existe, imperando o capricho eleitoral sobre a racionalidade exigível pelas limitações do investimento público no desporto, a optimização dos recursos humanos e físicos seria outro aspecto não negligenciável. Neste sentido, para uma afirmação plena do desporto em Portugal, acreditamos que só um investimento articulado e adequado à procura poderá produzir um verdadeiro desenvolvimento desportivo (Marivoet, 2001).

A Carta Europeia do Desporto[26], cujos princípios fundamentais devem inspirar as políticas desportivas dos países membros do Conselho da Europa, ao destacar a importância dos recursos financeiros provenientes dos fundos públicos como um instrumento essencial para a promoção e desenvolvimento do desporto, reconhece implicitamente o financiamento público ao desporto como factor gerador de desenvolvimento no plano económico e social.

Contudo, a tradicional dependência financeira das organizações desportivas relativamente ao orçamento de estado para o sector, tem condicionado as suas políticas de desenvolvimento a médio e longo prazo, exigindo cada vez mais uma criteriosa racionalização dos recursos humanos, financeiros, físicos e materiais.

Num contexto de forte constrangimento à despesa pública e de sinais preocupantes na economia, a administração pública desportiva portuguesa, representada desde Maio de 2003 pelo Instituto do Desporto de Portugal (IDP), tem sofrido ao longo dos últimos anos alterações profundas, visando uma gestão mais célere, menos burocratizada, bem como uma forte contenção às despesas em recursos humanos e encargos de funcionamento (quadros 3 e 4).

[26] Documento resultante da 7ª conferência dos ministros do desporto representados no Conselho da Europa, realizada em Rhodes, dias 14 e 15 de Maio de 1992.

Quadro 3. *Administração Pública Desportiva (do INDESP ao IND)*

O Instituto do Desporto (INDESP) apresenta uma estrutura pesada e burocrática, com uma concentração de meios financeiros muito avultada e uma gestão desajustada.	
Decreto-Lei n.º 62/97, de 26 de Março. Criação do Instituto Nacional do Desporto (IND).	Reestrutura e substitui o INDESP. Promove a autonomização do Centro de Estudos e Formação Desportiva e do Complexo de Apoio à Actividade Desportiva. O IND passa a integrar os serviços de apoio ao associativismo e os serviços de apoio às infra-estruturas desportivas.
Decreto-Lei n.º 63/97, de 26 de Março. Criação do Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD).	Engloba os serviços responsáveis pela formação de quadros desportivos e respeitantes aos estudos, investigações e planeamento.
Decreto-Lei n.º 64/97, de 26 de Março. Criação do Complexo de Apoio à Actividade Desportiva CAAD.	Englobam-se as infra-estruturas desportivas de âmbito nacional: Jamor, Lamego, Centro de Alto Rendimento e Centro de Estágio da Cruz Quebrada.

Quadro 4. *Administração Pública Desportiva (do IND ao IDP)*

A autonomização dos três organismos apresenta dispersão e sobreposição de atribuições e competências, que resultam em implicações desnecessárias. Marcada burocracia e morosidade nos processos.	
Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio. Criação do Instituto do Desporto de Portugal (IDP).	Procede-se à fusão dos três organismos que constituem a administração pública desportiva. Objectivo: diminuição significativa dos encargos com pessoal dirigente e não dirigente, como diminuição significativa com encargos de funcionamento.

Analisando o comportamento da estrutura do financiamento estatal ao desporto organizado, poderemos verificar que a principal componente do orçamento do desporto escolar provem de receitas próprias, obtidas através da exploração do Totoloto.

Esta situação tem colocado, ao longo dos anos, dois planos de dificuldades: (i) a impossibilidade de se efectuar um planeamento estratégico de desenvolvimento, devido à flutuação das receitas mensais e anuais e (ii) a diminuição efectiva das receitas de exploração do Totoloto verificada nos últimos anos (ME, 2003).

A outra fonte de receitas resultará dos montantes obtidos pelo então Instituto Nacional do Desporto (IND), regulamentada pelo Decreto – Lei n.º 317/2002, de 27 de Dezembro[27], decreto que transmitiu uma maior estabilidade e uma melhor solução para o financiamento do desporto escolar.

Apesar da correcção introduzida pelo novo Decreto – Lei, verificou-se que no período de 1999 a 2002 existiu uma diminuição das receitas globais do desporto escolar, na ordem dos 1,25 milhões de euros Nesse período, o IND tem um crescimento de 19% em 2000, caindo em 2001 e estabilizando em 2002 com um orçamento na ordem dos 84 milhões de euros – já com correcção da taxa de inflação (figura 4).

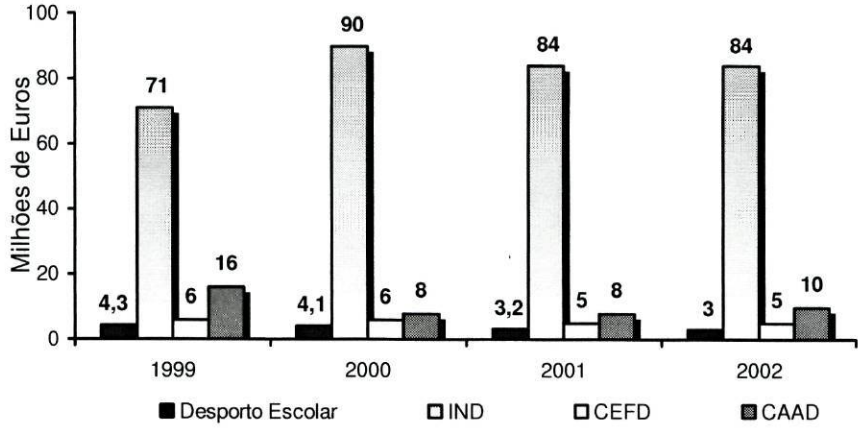


Figura 4. *Evolução dos orçamentos do D.E. e dos Institutos do Desporto (IND, CEFD, CAAD) no período 1999-2002, com dedução da taxa de inflação- fontes ME e CDP.*

[27] Que revoga o artigo 3º do Decreto – Lei n.º 258 / 97, de 30 de Setembro.

Prosseguindo a leitura da figura 4, verificamos que, de 1999 para 2000, os valores do orçamento para o Complexo de Apoio à Actividade Desportiva (CAAD) decrescem em 50% e apenas em 2002 são recuperados dois pontos percentuais. De 1999 a 2002, o orçamento do Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD) apresenta um decréscimo de um ponto percentual.

A situação de estagnação da despesa pública colocada ao desporto, num sector aberto à competitividade mundial como o desporto, é um sinal de tempos difíceis e de decisões inadiáveis para o associativismo desportivo (Confederação do Desporto de Portugal, 2002).

2.4 A dinâmica demográfica

A reacção das organizações desportivas ao reduzido nível de prática desportiva em Portugal, não deverá negligenciar, igualmente, o sentido das transformações demográficas vividas nos últimos anos.

De acordo com os resultados dos Censos 2001, a população residente em Portugal ultrapassa os 10 milhões de habitantes[28], apontando-se como principais motivos (Carrilho e Patrício, 2002):

- Ligeira subida da natalidade;
- Forte incremento da imigração;
- Retracção dos fluxos emigratórios.

Ainda de acordo com as autoras, a dinâmica deste crescimento caracteriza-se pelo agravamento do fenómeno de envelhecimento demográfico, i.e., pelo aumento da proporção da população idosa - pessoas com mais de 65 anos - no total da população (figura 5).

[28] Entre 1991 e 2001 verificou-se uma taxa média de crescimento anual de 0,49%, contra uma taxa de 0,03% verificada entre 1981 e 1991.

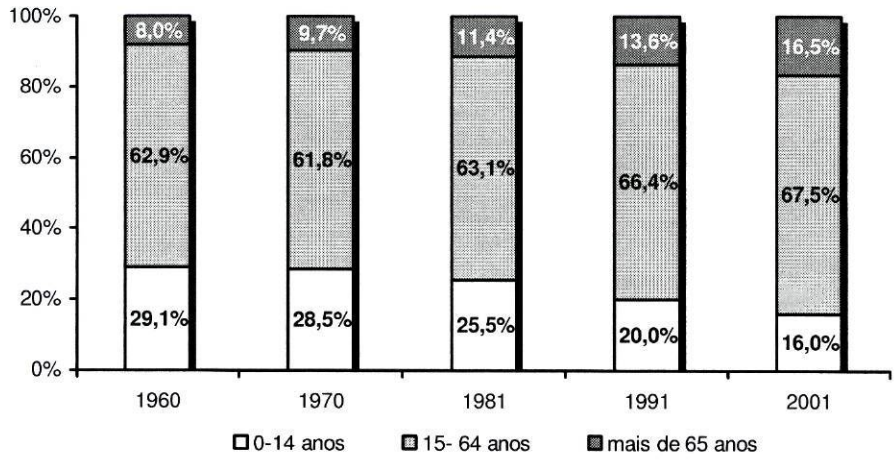


Figura 5. *Evolução da estrutura etária da população residente em Portugal (%) – 1960/2001 (fonte INE)*

Da leitura da figura 5, destacamos os seguintes dados:

- Em 2001, o número de idosos em Portugal – pessoas com mais de 65 anos –, excede pela primeira vez o número de jovens[29];
- O peso relativo de jovens população total – pessoas com menos de 15 anos – passa de 29,1% em 1960, para 16,0% em 2001[30];
- Em quarenta anos, a população activa – pessoas entre os 15 e os 64 anos – aumenta a sua importância relativa na população total: de 62,9% em 1960, para 67,5% em 2001.

O fenómeno de envelhecimento demográfico ocorre pela transição de um modelo demográfico de natalidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos assumem valores fracos, assistindo-se assim a um estreitamento da base da pirâmide demográfica portuguesa e, paralelamente, a um alargamento do seu topo (Carrilho e Patrício, 2002).

[29] Devendo-se essencialmente à manutenção de níveis de fecundidade inferiores aos de substituição e ao aumento continuado da esperança de vida (Carrilho e Patrício, 2002).

[30] Em 2001 assistiu-se ao nascimento de 112.774 nados vivos, ou seja menos 100.000 nascimentos que em 1960. Em quarenta anos assistiu-se a uma redução da natalidade de 53%, situação que se reflecte através da redução da população jovem em 36,3%. (Carrilho e Patrício, 2002).

2ª Parte- A conceptualização do mini – pólo: da formação de treinadores aos modelos de aprendizagem

3. A formação de treinadores como factor de desenvolvimento do pólo aquático

A reduzida base massiva de praticantes, as dificuldades de instalações e o desequilíbrio verificado na implantação geográfica do pólo aquático, para além de obstáculos, deverão ser considerados como estímulos adicionais para o desenvolvimento desportivo do pólo aquático em Portugal.

Com efeito, num país culturalmente afastado da prática desportiva, apresentando uma redução da despesa pública ao desporto e com uma tendência demográfica de envelhecimento, a afirmação de um desporto que, até aqui, nunca projectou uma consciência da sua necessidade de crescimento e de desenvolvimento, exigirá uma definição clara e inequívoca do caminho que se pretende trilhar.

Tratando-se de um amplo processo de transformação sócio – cultural (Sarmento, 1996), o desenvolvimento através do desporto deverá ser fundamentalmente " o meio de valorização total e desinteressada do homem, devendo-se entender a palavra no sentido amplo, antropológico, e desinteressado nas sua implicações criadoras e sociais, visando o bem-estar individual e social das populações" (Feio, 1979:80).

De facto, qualquer iniciativa conducente ao desenvolvimento do pólo aquático deverá centrar-se sobre quem o pratica, onde o conhecimento criterioso da realidade desportiva assume um papel determinante para o sucesso das políticas adoptadas.

Num dos primeiros ensaios conhecidos sobre a análise da situação desportiva em Portugal, Feio (1979) refere um conjunto de instrumentos de transformação e progresso [31] que permitiria aos responsáveis pela política desportiva sustentar as respostas sobre o *como*, o *onde* e o *porquê* das suas opções. Mais refere o autor que tais respostas seriam inviáveis sem o apoio de uma doutrina (resultante de amplo debate), sem a clarificação do universo desportivo e sem soluções apoiadas por uma vivência dinâmica.

Nesta linha, Pires (1986; 2003) sintetiza os instrumentos de transformação e progresso do sistema desportivo português em doze factores de desenvolvimento que, quando colocados ao serviço do gestor desportivo, possibilitam a mudança de uma plataforma de desenvolvimento, para outra (quadro 5).

Quadro 5. *Factores de desenvolvimento desportivo (Pires, 2003)*

Orgânica	Actividades	Marketing	Formação
Documentação	Informação	Instalações	Apetrechamento
Quadros humanos	Financiamentos	Legislação	Gestão

Numa situação conjuntural de diminuição demográfica da população jovem e de afastamento dos jovens das propostas do desporto organizado, a implementação do mini – pólo deverá constituir uma oportunidade única de desenvolvimento [32] do pólo aquático português e, complementarmente, de promoção de uma dinâmica de mudança da actual situação do seu ensino.

Com efeito, subjacente ao conceito de jogo modificado encontra-se uma nova abordagem do ensino dos JDC que, abandonando a visão técnica e racionalista do ensino, recentra a sua amplitude de intervenção no jovem que joga (respeitando a sua dimensão *biocultural*), num ambiente caracterizado pela grande velocidade das transformações sociais e culturais.

[31] Factores de desenvolvimento do desporto (Castejon Paz, 1977).

[32] Encontrando-se subjacente a noção de crescimento, i.e., do aumento do número de praticantes.

Conscientes de que a mudança que pretendemos no pólo aquático será sempre o resultado de uma conjugação multi-factorial, acreditamos porém que a principal *ferramenta* da mudança será a **formação**, não apenas pela sua faceta institucional, regulamentadora e formal, mas porque será portadora dum novo conceito de ensino e aprendizagem dos JDC.

Assim, de acordo com Feio (1979) a sustentação das respostas sobre o *como*, o *onde* e o *porquê* desta opção como factor fulcral para o desenvolvimento do pólo aquático, assentará nas seguintes premissas:

- Uma doutrina que deverá percorrer o ensino do pólo aquático, suportada na competência dos seus intervenientes e na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.
- A clarificação do universo desportivo do pólo aquático em Portugal, no qual sobressai a necessidade do aumento da base massiva de praticantes, quer cativando mais jovens para esta modalidade quer evitando o abandono precoce dos praticantes.
- A implementação do projecto mini – pólo como catalizador da mudança.

3.1 A formação de treinadores de pólo aquático

A identificação da formação de treinadores como a medida de desenvolvimento menos importante para os treinadores de equipas infantis femininas e a quarta ordem de importância assumida pelos treinadores de equipas masculinas[33] reflecte, na nossa opinião, a débil dinâmica da FPN no sector da formação de treinadores de pólo aquático.

Com efeito, a ausência de um plano de complemento de formação de treinadores[34], no qual, de forma metódica e organizada, se poderia promover a partilha de conhecimentos e de experiências através da organização de acções

[33] Resultados do inquérito aplicado aos treinadores infantis dos clubes nacionais (ver capítulo Análise e discussão dos resultados).

[34] Que ultrapasse a frequência obrigatória dos cursos institucionais de treinadores.

de formação e de seminários, através da divulgação de literatura especializada e do investimento na informação à distância, entre outras iniciativas, tem contribuído para algum distanciamento dos treinadores relativamente às iniciativas avulsas do sector de formação da FPN.

Por outro lado, a inexistência de uma associação de treinadores de pólo aquático[35], mobilizadora do investimento da classe de treinadores na sua própria formação, tem contribuído para algum desconhecimento do papel da formação como factor crucial para o desenvolvimento desportivo do pólo aquático, nomeadamente ao nível da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem dos escalões etários mais jovens.

Acreditamos que os treinadores desempenham um papel vital no desenvolvimento do desporto e de todas as pessoas que se relacionam com o sistema desportivo. Um bom programa de formação de treinadores permitirá um maior envolvimento dos dirigentes desportivos nas tarefas de suporte e apoio à actividade do treinador, uma maior participação dos familiares de referência no quotidiano da actividade desportiva e uma maior satisfação e divertimento dos jovens durante a sua prática desportiva.

Um bom programa de formação de treinadores permitirá:

- Planear e efectuar programas de desenvolvimento desportivo de qualidade;
- Manter os praticantes motivados e empenhados na prática desportiva;
- Ajudar os praticantes a melhorar o seu desempenho desportivo;
- Reconhecer e agir de acordo com as necessidades individuais dos praticantes, respeitando a sua cultura, género e competência desportiva;
- Criar um clima de satisfação e divertimento nas sessões de treino e, em geral, nas actividades desportivas e sociais;

[35] No decurso do presente estudo, foram estabelecidos os primeiros passos para a constituição da associação nacional de treinadores de pólo aquático, decorrendo, neste momento, o processo metodológico de definição dos seus estatutos.

- Uma maior responsabilização pela segurança e bem-estar dos jovens;
- Uma maior participação dos adultos de referência no percurso desportivo dos jovens;
- Desempenhar a actividade de treinador no respeito por um código ético de conduta.

3.2 Reflexão síntese

Subjacente à implementação do mini – pólo em Portugal, encontra-se uma nova abordagem do ensino dos JDC que, abandonando a visão técnica e racionalista do ensino, recentra a sua amplitude de intervenção no jovem que joga

Entre os diversos factores de desenvolvimento desportivo, acreditamos que a principal *ferramenta* da mudança será assumida pela **formação**, porque será portadora dum novo conceito de ensino e aprendizagem dos JDC.

Contudo, a apreensão da necessidade de mudança terá que constituir, forçosamente, o primeiro indicador de mudança. O sentido da mudança dependerá das opções que permitam uma adequada percepção das transformações sociais, assim como a observação e o respeito pelas motivações, expectativas e ambições dos jovens.

A implementação do projecto mini – pólo, na completa amplitude das transformações que poderá gerar, só será possível com a participação de treinadores mais qualificados e competentes.

4. Mini – pólo: a criança como referência central na organização da aprendizagem

4.1 O peso do racionalismo na prática desportiva

Acompanhando o processo de racionalização da actividade humana que se verifica desde o início do século XX, o ensino do desporto tem colocado uma ênfase excessiva na técnica desportiva e nos processos de melhoria do rendimento humano (Bunker e Thorpe, 1982).

O avanço da ciência, a necessidade da emancipação científica e a procura do reconhecimento social, contribuíram para que a educação física e o desporto constituíssem um campo privilegiado da ciência aplicada (Devís e Peiró, 1995).

Esta linha de investigação influenciou a aprendizagem tradicional dos JDC, centrando a sua atenção na aprendizagem descontextualizada das habilidades motoras básicas. O domínio da execução motora das habilidades básicas, sem a devida integração na realidade competitiva do jogo, constituía um pré-requisito para o sucesso da participação da criança no jogo (Graça e Mesquita, 2002).

Caracterizada pela sistematização, especialização, estandardização e categorização do conhecimento, a racionalidade técnica encarava as questões práticas como simples problemas instrumentais.

Nesta perspectiva, a aproximação técnica dos JDC esquecia ou reduzia à mínima expressão as características mais apreciadas num jogo desportivo e próprias da racionalidade humana: os pensamentos abertos, a capacidade para responder a novas situações, a reflexão na acção, a imaginação e a criatividade (Devís e Peiró, 1995).

O que deveria ser considerado como uma ferramenta para a livre expressão motora da criança no jogo, constituía em si uma finalidade, esvaziando a possibilidade da criança reconhecer um problema e, a partir do conhecimento existente, encontrar a solução adequada.

Na óptica do desenvolvimento desportivo e do aumento da prática desportiva, esta aproximação aos JDC transporta em si uma perversidade: selecciona os jovens habilidosos e fisicamente mais aptos (nesse momento), discriminando muitos que, podendo ser criativos na sua participação desportiva, não possuem essas capacidades no momento, seja porque efectivamente não as possuem ou porque elas se desenvolverão mais tarde (Devís e Peiró, 1995; Cumming e Malina, 2003).

Constituindo a prática desportiva um fenómeno cultural e social que, quando adquirido nos primeiros anos de vida da criança, parece criar vínculos duradouros ao longo da sua existência, as contingências e os constrangimentos da prática desportiva em Portugal transportam a necessidade de se repensar no desporto que é oferecido aos jovens.

Parece evidente que à medida que caminhamos pelo novo século, os estudos e as pesquisas sobre o desporto para jovens deverão ser inter-disciplinares, cruzando a realidade biológica e cultural da criança.

Com efeito, enquanto a problematização sobre a criança no desporto não for considerada numa perspectiva multifactorial, continuaremos a observar apenas uma parte do *filme.* A abordagem *biocultural* devolve a visão da totalidade, "proporcionando um modelo interactivo e contextual na análise das questões relativas ao desporto para jovens" (Kontos e Malina, 2003:248).

4.2 A prática desportiva como uma realidade biológica e cultural

No percurso desportivo do jovem, o crescimento a maturação e o desenvolvimento (quadro 6) são processos que raramente ocorrem isolada e independentemente uns dos outros, mas que, com frequência, surgem simultaneamente e em interacção entre si.

Quadro 6. *Crescimento, Maturação e Desenvolvimento (adaptado de Cumming e Malina, 2003)*

Processos	Alterações
Crescimento: *Aumento do tamanho do corpo como um todo e das suas partes.*	Tamanho; Proporções; Físico; Composição; Sistema.
Maturação: *Progressão do estado de maturação biológica.*	Estrutura esquelética; Sexual; Somático; Neuroendócrino; Neuromuscular; Auto-estima; Imagem do corpo; Percepção competência.
Desenvolvimento: *Aquisição de competências cognitivas, afectivas e comportamentais.*	Cognitivo; Emocional; Social; Moral; Motor.

Ao longo deste processo, factores de estabilização da criança no desporto como a auto-estima a imagem do corpo e a percepção da sua competência sofrem múltiplas alterações, com implicações objectivas na sua motivação, comportamento e performances (Cumming e Malina, 2003).

Todos os envolvidos no desporto para jovens (pais, treinadores, professores, dirigentes e médicos) deverão estar atentos a este percurso evolutivo, nem sempre linear nem tão pouco previsível.

Com efeito, o percurso desportivo dos jovens deverá ser um processo partilhado, onde os adultos de referência (pais, professores, treinadores), os colegas e os amigos desempenham um papel relevante no seu desenvolvimento psico-social.

Neste sentido, Weiss (2003) destaca que as áreas chave do desenvolvimento psico-social como (i) a auto-estima, (ii) a percepção da sua competência, (iii) as respostas afectivas à prática desportiva (prazer e ansiedade) e (iv) a motivação para a continuidade no desporto (esforço e persistência), são áreas fundamentais para o envolvimento e a manutenção da criança no desporto e na prática desportiva.

Numa perspectiva motivacional, os adultos de referência, os colegas e o ambiente de aprendizagem são determinantes na continuidade e na manutenção da criança nas actividades desportivas (Brustad, 2003; Weiss, 2003).

4.3 A criança e a prontidão para o desporto

Uma questão essencial que ao longo dos tempos tem preenchido as preocupações do desporto organizado, centra-se sobre o momento em que a criança se encontra ou não preparada para o desporto.

O conceito de prontidão desportiva refere-se à capacidade do indivíduo ultrapassar com sucesso as exigências da instrução, da aprendizagem, da prática e das situações de competição (Cumming e Malina, 2003).

Este conceito funcional traduz uma relação entre as exigências do desporto e a capacidade de resposta da criança, à qual acrescentaríamos o grau de preparação dos adultos de referência, fundamentalmente ao nível da gestão dos afectos, do equilíbrio das emoções e da percepção dos estados motivacionais.

Para uma melhor compreensão do estado de equilíbrio entre as capacidades da criança e as exigências do desporto, Cumming e Malina (2003) sugerem a utilização da *equação da prontidão desportiva* (quadro 7).

Quadro 7. Equação da prontidão desportiva (adaptado de Cumming e Malina, 2003)

PRONTIDÃO = CAPACIDADE > EXIGÊNCIAS DO DESPORTO

Nesta representação, a capacidade surge como o resultado das relações *bioculturais* de equilíbrio entre crescimento, maturação e desenvolvimento do indivíduo, enquanto as exigências do desporto reportam-se aos objectivos específicos, tarefas, técnicas, tácticas e regras do próprio jogo.

Assim, a prontidão desportiva é um conceito funcional e dinâmico. Os factores que influenciam a prontidão desportiva evoluem (i) de acordo com o crescimento, maturação e desenvolvimento da criança e (ii) à medida que a criança se adapta às exigências do desporto.

Numa analogia feliz com a aprendizagem da linguagem, Blázquez e Flores (1995:128) referem que "a actividade física desportiva exige uma experiência que deve adquirir-se nos primeiros anos de vida: mais importante que determinar a idade para iniciar a criança no desporto, é saber escolher a tarefa apropriada e a forma de apresentá-la em cada momento", i.e., no momento preciso apelar ao estímulo adequado, de forma a possibilitar uma experiência didáctica nova.

Neste sentido, Hogg (2000) observa que os jovens são mais confiantes quando acreditam fortemente nas suas capacidades (principalmente os rapazes), ou quando crêem que estão preparados física e psicologicamente para competir (especialmente as raparigas).

O facto da criança executar correctamente coisas simples, poderá proporcionar um conjunto de histórias de sucesso que, ao longo do seu percurso desportivo, ajudá-la-á a acreditar na sua competência e na sua capacidade de resolução das situações de stress e conflito.

4.4 A influência da prática desportiva dos adultos

O equilíbrio entre as exigências do desporto e as capacidades da criança constitui uma relação de elevada complexidade e instabilidade, pelo facto dos objectivos, tarefas e regras da grande maioria dos desportos ter sido largamente desenvolvida por e para adultos.

Neste sentido, como se poderão modificar as tarefas e as regras dos desportos, no sentido de se ajustarem à constante evolução do crescimento, da maturação e do desenvolvimento das crianças?

De acordo com Bayer (1994), a resposta à questão anterior deverá situar-se em três planos de acção:

1- Observar o que a criança percebe, como age e quais as suas possibilidades de sucesso;
2- Perceber o sentido que a criança dá à sua participação na actividade desportiva;
3- A partir da interpretação e análise dos passos anteriores, definir um nível de jogo que se adapte à criança.

Partindo do princípio generalizado que as crianças não são adultos em miniatura, então a actividade desportiva oferecida pelas organizações desportivas e escolares deverá centrar-se, efectivamente, na criança e no jovem (Orlick, 2000).

Com base nas suas necessidades de desenvolvimento, pretende-se a modificação da prática do adulto para uma forma jogada que melhor se ajuste à criança e ao jovem (Schembri, 2002).

Este autor salienta ainda que para a concretização da adaptação da prática do adulto para a prática da criança, será necessário proceder a uma alteração de equipamentos e espaços, bem como a uma escolha criteriosa das actividades e metodologias de ensino.

Parece-nos evidente que a problemática da abordagem aos JDC deverá recentrar-se sobre quem o pratica, recuperando-se assim as dimensões cultural e social do desporto como instrumentos de formação pessoal.

4.5 A criança e os valores da prática desportiva

Para que possamos utilizar e usufruir do desporto como meio educativo e formativo, deveremos analisar os valores que lhe são próprios e que o distinguem e diferenciam das outras actividades humanas (Águila Soto e Casimiro Andújar, 2001).

Desta forma, a persecução de fins educativos no desporto pressupõe, implicitamente, o reconhecimento e a identificação desses valores, que terão de ultrapassar a esfera dos valores tradicionalmente atribuídos ao desporto, como a promoção da saúde, a disciplina, o esforço e o empenho, entre outros[36] (Seirul.lo, 1995).

Seirul.lo (1995) propõe três valores fundamentais, intrínsecos à dimensão social e cultural do desporto:

- Valor Agonístico: confere ao desporto o aspecto competitivo, na luta contra algo, alguém, ou contra si mesmo;
- Valor Lúdico: deverá estar presente em toda a actividade desportiva, servindo de compensação ao valor agonístico. Confere ainda um ambiente motivacional que cativa o praticante e que o identifica com a actividade desportiva;
- Valor Hedonístico: resulta do prazer que a prática desportiva suscita, proporcionando um argumento suficiente para que a criança dirija o seu interesse para uma modalidade desportiva ou outra. O prazer da criança na sua prática desportiva será mais ou menos influenciado de acordo com (i) a criação de um ambiente favorável, (ii) um nível elevado de

[36] Valores que não são intrínsecos ao desporto, mas sim aspectos exteriores da prática desportiva.

interacção entre todos os elementos e (iii) situações significativas de aprendizagem.

A conjugação destes valores na aprendizagem de um desporto promove a construção da personalidade da criança, na justa medida em que desperta a presença dos seus mecanismos cognitivos e reflexivos (Águila Soto e Casimiro Andújar, 2001).

Neste sentido, Guillem (1999) sugere que ensino dos JDC deverá ir ao encontro do interesse da criança, deixando espaço para a sua opinião e reflexão durante a aquisição de conhecimentos: a referência central do desporto como acto educativo, não é o desporto em si mas quem o pratica (Blázquez, 1995a).

Desta forma, "o desporto educativo deve permitir o desenvolvimento das aptidões motoras e psicomotoras paralelamente com os aspectos afectivos, cognitivos e sociais da sua personalidade, respeitando as fases do desenvolvimento motor" (Blázquez, 1995a:29).

5. Mini – pólo: o jogo como referência da aprendizagem

5.1 A dimensão táctico – cognitiva na aprendizagem dos jogos desportivos colectivos

Nos anos mais recentes, as correntes metodológicas sobre a aprendizagem dos JDC recentraram e alargaram as abordagens e investigações a domínios como a táctica e a sua interacção complexa com a técnica, a compreensão, a tomada de decisão e a capacidade de acção em situação de jogo (Graça e Mesquita, 2002).

Na opinião de Garganta (1995) e Bunker e Thorpe (1986b), as grandes questões que se colocam à criança nos JDC são essencialmente de âmbito táctico, não fazendo sentido separar o modo de fazer (técnica), das razões de fazer (táctica). A aprendizagem orientada para o ensino das habilidades e separada do contexto de jogo, torna-se instrumental, repetitiva e dificilmente compreensível dentro de um contexto que não se conhece (Devís e Peiró, 1995).

Sem desrespeitar as fases de desenvolvimento da criança, Bayer (1994) refere a importância do educador actuar no sentido de assegurar que a recolha de informações transite do predomínio da actividade visual (centrada na bola), para o predomínio das sensações quinestésicas.

Com efeito, para uma maior compreensão da realidade dos acontecimentos, a recolha de informações nos desportos colectivos revela-se fundamental, pois permitirá à criança, de acordo com a sua percepção da situação, escolher a acção que melhor se ajusta ao momento do jogo.

Nesta linha, o domínio da técnica específica de um JDC continuará a ser importante para a criança, na justa medida em que proporcionará uma

ferramenta adequada para interpretar e resolver a complexidade de problemas que o jogo lhe apresenta.

Assim, o domínio das habilidades técnicas ganha uma nova dimensão no ensino dos jogos desportivos colectivos, constituindo não uma finalidade do processo de ensino, mas um poderoso suporte à *dupla tarefa* que se traduz na capacidade do aluno deslocar a atenção da execução motora para uma tarefa cognitiva (Temprado, 1997).

Pela natureza aberta dos jogos desportivos colectivos, a organização da aprendizagem deverá privilegiar as situações de *dupla tarefa*, permitindo, numa situação rica em múltiplos sinais, seleccionar os que são efectivamente significativos e eliminar os detalhes sem importância (Bayer, 1994; Tavares, 1995).

Sendo os JDC actividades ricas em situações imprevistas, i.e. não previstas antecipadamente, a aprendizagem do jogo deverá transmitir à criança uma grande adaptabilidade, especialmente ao nível da dimensão táctico-cognitiva (Garganta, 1995).

A abordagem do ensino dos JDC volta a sua atenção para a integração do indivíduo na equipa, sistema complexo que vai para além do somatório das especificidades intrínsecas dos seus elementos, e das relações de comunicação e contra-comunicação práxica que se estabelecem entre companheiros e adversários (Parlebas, 1986).

Desta forma, tendo em atenção a natureza aberta das habilidades motoras e o seu carácter multidimensional, a aprendizagem de um JDC deverá ser enquadrada pelos seguintes princípios (Graça, 1995; Rink, 1993):

- As habilidades devem ser praticadas em contextos variáveis, com a solicitação de execuções variadas, o mais cedo possível;

- As habilidades devem ser praticadas em situações com baixa interferência contextual, durante o menor tempo possível;
- Devem ser privilegiadas as situações que coloquem problemas semelhantes aos que surgem em situação de jogo.

Para Garganta (1995), a actuação da criança na prática desportiva estará fortemente condicionada pelos seus modelos de explicação, ou seja, pelo modo como ela concebe e percebe o jogo.

São estes modelos explicativos que suportam as opções decisoras da criança, pelo que quanto mais elevado for o seu conhecimento do jogo, maior será a capacidade de compreensão das informações e mais adequada a resposta motora.

Assim, a criança deverá ser confrontada desde muito cedo com situações que coloquem dois tipos de problemas: os problemas da selecção da resposta adequada à situação e os problemas relativos à realização da resposta motora (Graça, 1995).

5.2 O jogo como contexto da aprendizagem

É neste contexto que a aprendizagem do jogo através do jogo ganha a sua identificação, emancipando-se como acto educativo relevante para a criança que o pratica, pois nele revê as suas expectativas, ambições e necessidades de desenvolvimento pessoal.

Com efeito, o jogo constitui uma actividade essencial para a criança, já que permite a expressão das formas actuais da organização da sua personalidade (Le Boulch, 1991).

Com maior ou menor complexidade, mais ou menos condicionado, o jogo deve estar sempre presente no processo de ensino/aprendizagem,

possibilitando situações ricas e diversificadas na prática desportiva dos jovens (Carvalho, 2003). Não se trata de um jogo livre e anárquico, condicionado apenas pelo regulamento, mas de "um jogo dirigido, metódico, sistemático, de complexidade crescente, de harmonia com a evolução comportamental do praticante" (Queirós, 1983:26).

Aprender os JDC através do jogo e da ideia de grupo, aproxima o processo de ensino às necessidades e expectativas da criança:

- Facilita a aprendizagem tornando-a mais divertida;
- Acompanha as necessidades agonísticas da criança;
- Proporciona a consciencialização de valores essenciais: respeito pelos outros, solidariedade, conhecimento de si mesmo, relativização do resultado;
- Promove a socialização.

Desta forma, para além da assimilação de valores que são essenciais face a uma sociedade individualista e competitiva, a utilização do jogo facilita a aquisição de capacidades e habilidades no plano motor, cognitivo e sócio-afectivo (Garcia López et al., 2001).

Ao evitar-se uma motricidade hermética e pouco diversificada – concepção mecanicista (Bayer, 1994; Carvalho, 2003), estabelecem-se condições para que se crie um clima motivacional positivo e um prazer efectivo na prática, factores que possibilitarão uma maior longevidade do jovem no desporto (Schembri, 2002).

A utilização do jogo como iniciação ao desporto, ou como elemento de síntese das actividades táctico–cognitivas e das habilidades motoras apreendidas anteriormente, permitirá um acesso facilitado ao que é próprio dos JDC: a oposição e a colaboração, a aplicação da técnica e da táctica, a ocupação espacial, etc.

5.3 Simplificar como estratégia para a compreensão do jogo

No entanto, para que o jovem jogador compreenda o jogo torna-se necessário a sua simplificação, acrescentando Schembri (2002) que o ensino dos jogos deverá proporcionar o entendimento global do jogo, formando jogadores que pensam quando praticam a modalidade.

Assim, Garganta (1995) refere que o jogo formal deve ser decomposto em unidades funcionais com um aumento crescente da complexidade, permitindo uma evolução faseada e progressiva da aprendizagem, compatível com o grau de compreensão do jogo[37].

Neste sentido, Mertens e Musch (1990) citados por Graça (1995) desenvolvem um modelo de abordagem aos JDC derivado do conceito de jogo, onde a aprendizagem descontextualizada das habilidades se encontra, contudo, orientada e regulada pelos problemas do jogo.

Este modelo resulta de uma forma modificada de jogo, mais simples e adequada ao nível de desenvolvimento e de interpretação do jogo pelas crianças, facilitando a aquisição dos conceitos e dinâmica do jogo.

Ainda de acordo com Mertens e Musch (1990) citados por Graça (1995), a construção da forma modificada de jogo terá na sua génese a observação e a análise do comportamento da criança em jogo e, posteriormente, o trabalho em esquemas parcelares dos problemas identificados.

Estas situações simplificadas, que acentuam estruturas parciais do jogo, deverão contudo preservar os conteúdos essenciais do jogo, permanecendo a exercitação das habilidades em ambiente aberto (Queirós, 1983).

[37] Para Bayer (1994), a passagem de um nível de jogo para outro caracterizar-se-ia de acordo com as seguintes modificações: capacidade e empenho físico mais relevantes, realizações cada vez mais complexas no plano técnico-táctico, resolução de problemas em condições espaço-tempo cada vez mais reduzidas e a velocidades de execução cada vez mais rápidas.

Para Graça (1995), esta forma de jogo deverá manter a autenticidade do jogo formal, respeitando o seu objectivo, as fases de desenvolvimento do jogo, nomeadamente ao nível da dinâmica e fluidez das acções ofensivas e defensivas.

Desta forma, o jogo modificado deverá procurar preservar a dimensão agonística dos jogos de equipa e a exposição das crianças a situações de resposta aberta.

Porque falamos de actividades sócio-motrizes (Parlebas, 1986), a aprendizagem dos JDC deverá ser efectuada num ambiente de interacção/cooperação, desenvolvida com oposição, sendo importante que a intenção táctica de um jogador vá ao encontro das intenções tácticas dos seus companheiros, promovendo assim um sistema de referência comum (Bayer, 1994).

Para que este sistema de referência comum se possa verificar, a aprendizagem deve ser regulada pelos princípios do jogo, possibilitando a coordenação das acções dos jogadores (Garganta, 1995).

Este método solicita a capacidade de decisão do jogador, a sua reflexão táctica, contribuindo para o desenvolvimento da inteligência táctica, ou seja a correcta interpretação dos princípios do jogo (Garganta, 1995).

Neste sentido, Pacheco (2001) refere que o maior conhecimento táctico do jogo permitirá a formação de jogadores inteligentes, i.e., para além de saber como fazer, sabe quando fazer e, sobretudo, sabe o porquê das suas acções durante a prática desportiva.

5.4 Tendências na aprendizagem dos jogos desportivos colectivos

Na perspectiva da aprendizagem do jogo pelo jogo, poderemos distinguir duas grandes tendências na aprendizagem dos jogos desportivos:

1. Modelo de ensino vertical (López e Presedo, 2004):

Caracteriza-se por um processo de aprendizagem direccionado para o jogo *standard,* estruturado em três fases[38] (figura 6).

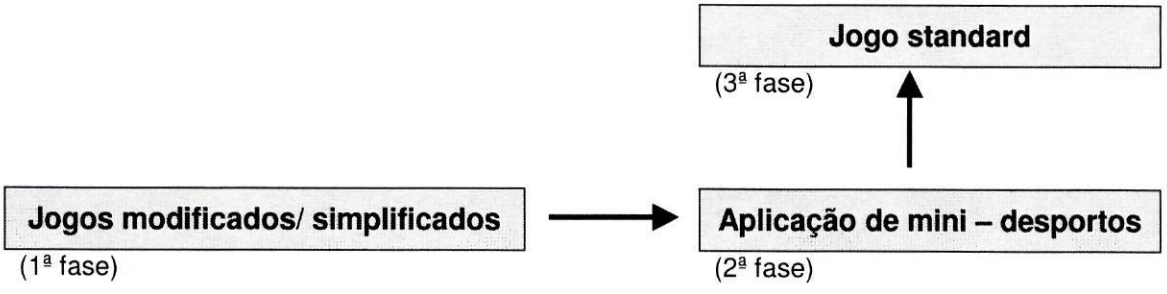


Figura 6. *Modelo de ensino vertical, a partir de López e Presedo (2004)*

2. Modelo de ensino horizontal (Blázquez, 1986; Devís e Peiró, 1992):

Caracteriza-se por um processo inicial de abordagem sobre o que há de comum em vários jogos desportivos, após o qual se efectua um contacto prévio com jogos modificados. A partir deste momento poderão estabelecer-se dois caminhos: (i) para a exploração de um jogo standard adopta-se uma abordagem vertical e (ii) numa perspectiva final de prática de diferentes jogos desportivos, prossegue-se para uma abordagem horizontal (figura 7).

Com base no modelo de ensino horizontal, diferenciaram-se duas correntes metodológicas:

- Corrente estrutural (Blázquez, 1986): centrada nos JDC de invasão, o jogo constitui um recurso incontornável, apesar de não indicar, com

[38] No caso da criança apresentar problemas de tipo técnico em qualquer das fases, efectuar-se-á uma abordagem analítica fora do contexto de jogo.

objectividade, estratégias para a reflexão táctica do aluno e para a compreensão do jogo (López e Presedo, 2004).

- Corrente compreensiva (Thorpe, Bunker e Almond, 1986; Devís e Peiró, 1995; Werner, 1996; Hopper, 1998): centrada num sistema de classificação de jogos, que os agrupa de acordo com características semelhantes. Os autores propõem o ensino integrado do que há de comum em cada um dos grupos, não o direccionando para um JDC concreto.

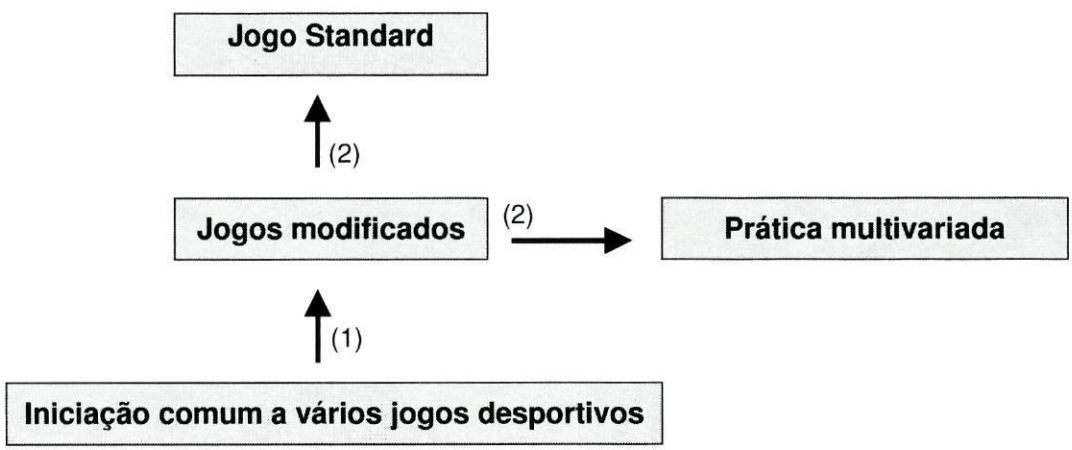


Figura 7. *Modelo de ensino horizontal, a partir de López e Presedo (2004)*

Para López e Presedo (2004), não faz sentido destacar um dos dois modelos como o mais adequado, devendo-se no entanto observar algumas condicionantes para a sua adopção: (i) de que tipo de desporto se trata; (ii) em que contexto se desenvolve o processo (escola, clube, etc.); (iii) a idade da criança; (iv) quando iniciou a prática desportiva, entre outras.

Contudo, numa perspectiva evolutiva dos estados de crescimento, maturação e desenvolvimento da criança, acreditamos que numa primeira fase a abordagem horizontal será a mais adequada, pela sua vertente multidesportiva, e numa fase posterior, após adquiridos os conceitos técnico-tácticos básicos, a abordagem vertical permitirá um maior aprofundamento das características específicas de uma determinada modalidade desportiva.

5.5 Iniciação comum a vários jogos desportivos

Para Bayer (1994) e Garganta (1995) existem denominadores comuns ou elementos invariáveis do jogo (Águila Soto e Casimiro Andújar, 2001) a determinados JDC que, numa perspectiva transversal da aprendizagem, permitem a abordagem dos JDC através da utilização do que é comum entre eles (quadro 8).

Quadro 8. *Denominadores comuns dos J D C (a partir de Bayer, 1994; Garganta, 1995; Águila Soto e Casimiro Andújar, 2001)*

O que é comum	Acção
A bola	As equipas disputam-na.
O alvo	Um alvo para atacar e outro para defender.
As regras	Para respeitar e para utilizar.
Os colegas	Para comunicar e cooperar.
Os adversários	Para contra-comunicar e vencer oposição.
O espaço de jogo	Os jogadores ocupam-no racionalmente, de acordo com os objectivos estabelecidos.

Com efeito, a utilização do que é comum nos JDC permitirá encarar a sua aprendizagem numa perspectiva multidesportiva, com as seguintes vantagens (Bayer, 1994; Garganta, 1995):

- Maximiza o tempo disponível para a aprendizagem, pois não existe a repetição de conteúdos comuns;
- Enriquece a aprendizagem da criança, através de uma visão abrangente das especificidades de várias modalidades desportivas;
- Facilita a aprendizagem da criança, pois ao reconhecer uma estrutura de jogo já experimentada, adapta-se e enquadra-se mais fácil e rapidamente com a nova realidade;
- Evita a especialização precoce.

Neste sentido, Thorpe (1990) refere como vantagem da utilização dos denominadores comuns dos JDC, o facto da criança, no momento da

aprendizagem do jogo, não se apresentar em *branco*: o seu reportório motor anterior permitir-lhe-á encarar o jogo, reconhecer os princípios básicos e comuns, e neles actualizar os procedimentos específicos da modalidade.

Contudo, todo o processo deverá ser contextualizado sobre aquilo que é específico e identifica a modalidade suporte da aprendizagem, permitindo uma correspondência efectiva entre a situação pedagógica e a situação real. Em última análise, a questão fundamental é: "como estruturar e organizar a aprendizagem de forma a atingir um modelo de jogador eficaz, inteligente, criativo?" (Queirós, 1983:25).

5.6 Uma nova abordagem na aprendizagem dos jogos desportivos colectivos

Em qualquer circunstância, o principal interesse da criança na aprendizagem dum jogo, é o jogo em si.

O tempo normalmente longo dedicado à adequação das características da criança para a prática do *jogo dos adultos*, desencoraja a criança nas suas primeiras vivências desportivas pois "o seu principal objectivo é jogar e participar no jogo" (Hopper e Bell, 2001:23).

Desta forma o jogo deverá surgir cedo nas aulas, necessitando para tal, como já referimos anteriormente, de ser modificado para se ajustar às características, físicas, mentais e sociais da criança (Hopper, 1998).

Como referem Werner, Thorpe e Bunker (1996) o principal propósito no ensino de qualquer jogo, para além de melhorar a performance desportiva da criança, deverá apontar no sentido de proporcionar momentos de satisfação pessoal e divertimento, cativando a criança para a sua continuidade na prática desportiva.

No entanto, segundo Hopper e Bell (2001), a simples modificação dos jogos não se revela uma medida suficiente para cativar as crianças, pois à primeira vista os jogos adaptados revelam-se fracos substitutos dos jogos formais que a criança vê na televisão. Neste sentido, o jogo modificado deverá permitir à criança a compreensão do jogo, aumentando o seu empenho e interesse à medida que se apropria da dimensão táctica do jogo.

Conhecido como *Teaching games for understanding* (TGFU) ou *Ensino para a compreensão* (EPC), esta abordagem ao ensino dos JDC coloca a compreensão do jogo como a preocupação central e primária, antes da refinação das habilidades técnicas do jogo.

Como autores de referência para a divulgação deste modelo destacamos as contribuições de Thorpe, Bunker e Almond (1986) em Inglaterra, Werner (1996) nos Estados Unidos, Blázquez (1995) e Devís e Peiró (1995) nos países de expressão latina, Hopper (1998) no Canadá, entre outros.

Na sua essência, a abordagem do TGFU ou EPC permitirá que a criança perceba e compreenda um jogo, antes das questões de como fazer as habilidades técnicas do jogo dos adultos (Hopper e Bell, 2001).

Abrimos um parêntesis no sentido de referir que os jogos modificados a partir do jogo *standard*, ou *jogo dos adultos*, não se esgotam e terminam em si mesmo, sendo antes um caminho, entre outros, de aproximação aos JDC[39].

Uma característica essencial desta abordagem é a de que ela se desenvolve dentro de um sistema de classificação de jogos (quadro 9), que os agrupa de acordo com aquilo que é globalmente similar[40]: (i) a problemática do

[39] Hopper e Bell (2001) referem que a progressão dos jogos modificados para o jogo dos adultos engloba a noção de um processo metódico, a longo prazo e por vezes complexo.

[40] Porque não encontrámos referências na literatura portuguesa que traduzissem e sintetizassem com precisão o espírito dos conceitos, optámos pela manutenção desta classificação na língua inglesa.

jogo, (ii) as características e as intenções básicas do jogo, (iii) o contexto social e (iv) os aspectos tácticos (Ellis, 1983; Thorpe, Bunker e Almond, 1986; Dévis e Peiró, 1995; Hopper, 1998; Hopper e Bell, 2000).

Quadro 9. *Sistema de classificação de jogos*

Classificação de jogos[41]	Exemplos
Target	Curling, Golfe, Bowling.
Court or Net / Wall	Voleibol, Ténis, Squash, Badmington.
Field or Striking/Fielding	Basebol, Críquete, Softbol.
Territory or Invasion (Invasão)	Pólo Aquático, Basquetebol, Futebol.

Neste sentido, Doolittle e Girard (1991) realçam que esta abordagem evitará, em jogos que sejam similares entre si, a repetição de conhecimentos tácticos comuns, permitindo um melhor aproveitamento do tempo destinado à prática, bem como a construção da compreensão da inter-relação táctica de um jogo para outro.

A nova aproximação ao ensino dos JDC deverá fundamentar-se na compreensão e reflexão do aluno, o que permitirá ultrapassar as limitações do primado da técnica no ensino dos JDC (Bunker e Thorpe, 1986a; Dévis e Peiró, 1995).

Em resumo, trata-se de passar de uma equação em que:

TÉCNICA (Como fazer) > **TÁCTICA** (Porquê fazer) = **INTERVENÇÃO NO JOGO**

para,

TÁCTICA (Porquê fazer) > **TÉCNICA** (Como fazer) = **COMPREENSÃO DO JOGO**

[41] Na literatura hispânica, *Blanco y Diana, Cancha Dividida y Muro, Bate y Campo, Invasión.*

A fundamentação teórica e pedagógica do ensino para a compreensão sustenta-se nas seguintes áreas (Devís e Peiró, 1995):

1- O conhecimento implicado nos jogos desportivos é essencialmente um conhecimento prático. Na prática desportiva, a habilidade técnica ou o saber como fazer, só tem sentido no contexto da própria prática, e é nesse contexto que adquire o seu significado.

2- A compreensão da natureza dos JDC[42]:
Natureza problemática:
Caracteriza-se pela grande quantidade de situações e problemas que o aluno deverá resolver durante o jogo;
Natureza contextual:
A incerteza do contexto exigirá à criança respostas flexíveis e adaptadas de acordo com a evolução do jogo[43].

3- Noção de transferibilidade: O ensino para a compreensão permite aprender os princípios ou regras gerais que se encontram presentes no contexto de jogo, podendo aplicar-se em outras situações que apresentem condições semelhantes.

4- Novo marco e modelo conceptual: modelo integrado: Destaca a importância da táctica e do contexto de jogo, incentivando a imaginação e a criatividade para resolver as distintas situações de jogo (figura 8).

Com um especial enfoque na habilidade isolada, o modelo fechado não estabelece conexões entre as exigências ou as questões problemáticas do jogo e as habilidades específicas (figura 8).

---

[42] A natureza dos jogos desportivos é marcada pelas suas regras, i.e., as regras definem os aspectos estruturais do jogo e a sua fundamentação (Dévis e Peiró, 1995).

[43] Assim, o contexto e os problemas do jogo são inseparáveis, relacionando-se ambos com a táctica pois para resolver os problemas motores que surgem será necessário compreender os princípios ou aspectos tácticos básicos (Dévis e Peiró, 1995).

No modelo integrado, os aspectos contextuais criam problemas e situações de jogo que a criança deve solucionar da melhor forma possível[44]. (figura 8).

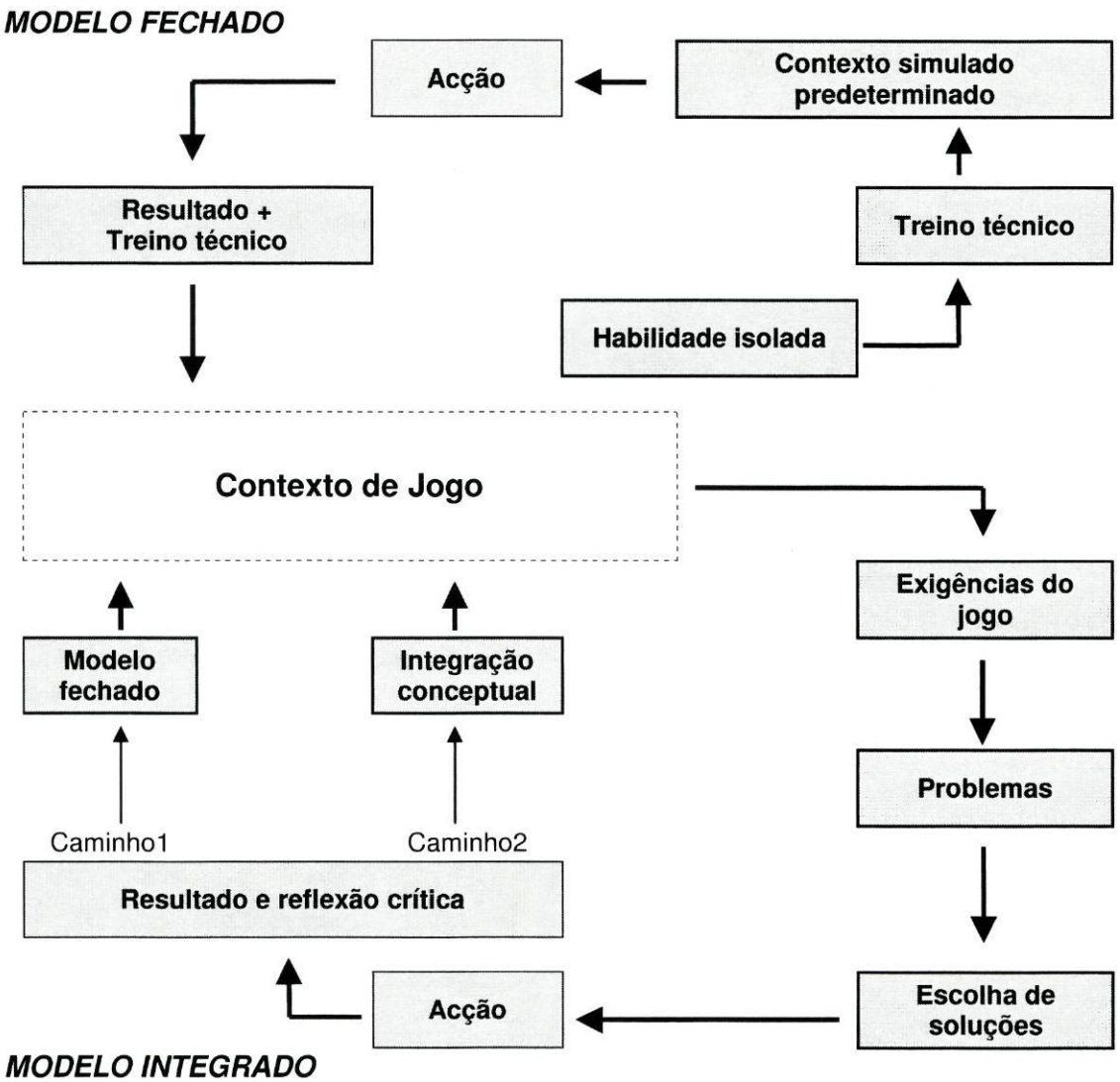


Figura 8. *Modelos de Ensino Fechado e Integrado (modificado a partir de Dévis e Peiró, 1995)*

[44] De acordo com os estudos de Ellis (1983), Thorpe, Bunker e Almond (1986), Devís e Peiró (1995), Hopper (1998), Hopper e Bell (2000), o desenvolvimento do modelo integrado de ensino, consubstancia-se através do agrupamento daquilo que os jogos desportivos têm de comum entre si.

6. Mini – pólo: subsídios para a sua conceptualização

6.1 Actividades de compreensão: os jogos modificados

Os jogos modificados surgem como uma necessidade para facilitar a compreensão do jogo, em estreita coerência com os princípios teóricos do modelo integrado, anteriormente exposto. Desta forma, o *jogo dos adultos* deve adaptar-se aos mais novos, através de jogos que, mantendo a essência dos *standard,* sejam exequíveis com as condições *bioculturais* dos alunos.

Os jogos modificados cumprem todos os pressupostos dos fundamentos teóricos do modelo integrado:

- Permitem o conhecimento prático;
- Mantêm a natureza problemática e contextual dum jogo desportivo – possuem regras e princípios tácticos similares;
- Facilitam a tomada de decisões, assim como a aprendizagem de aspectos tácticos básicos.

De acordo com Thorpe, Bunker e Almond (1986), os jogos modificados são uma abstracção global, mas simplificada, da natureza problemática e contextual dum jogo desportivo, que exagera os princípios tácticos e reduz as exigências técnicas dos grandes jogos desportivos.

Não se tratam de situações fechadas do jogo, nem de jogos esporádicos, sem continuidade nem progressões, que podem realizar-se no fim ou no princípio de uma aula (Devís e Peiró, 1995).

Tão pouco são mini – jogos ou mini – desportos pois estes, apesar de adoptarem o desporto à idade da criança, não apresentam progressão no seu ensino e reproduzem os mesmos padrões de formalização e estandardização do *jogo dos adultos*, bem como os mesmos princípios de ensino-aprendizagem,

i.e., de ensino da técnica[45] (Bunker e Thorpe, 1986b; Thorpe, Bunker e Almond, 1986).

Do ponto de vista da aproximação didáctica, a abordagem TGFU apresenta à criança uma forma modificada do jogo *standard*, destacando uma habilidade ou uma estratégia do jogo que necessita desenvolver.

Através de um conjunto de questões guiadas, o professor possibilita que a criança (i) conceba estratégias – formas de resolver os problemas do jogo, (ii) tenha um pensamento táctico – como ultrapassar a acção de um opositor, e (iii) desenvolva as habilidades técnicas essenciais do jogo (Hopper e Bell, 2001).

Como já verificámos anteriormente a abordagem TGFU desenvolve-se dentro de um sistema de classificação de jogos – *formas de jogo*. Os jogos dentro de cada categoria evoluem a partir dos seguintes ajustamentos:

- Adequação do objecto móvel;
- Adaptação do equipamento;
- Modificação do espaço físico;
- Ajustamento do número de jogadores;
- Reorganização das regras de jogo.

Na aproximação ao jogo formal dos *adultos*, as *formas de jogo* deverão ser modificadas em conformidade com o jogo *standard*, exagerando os seus problemas tácticos e encorajando, desta forma, o raciocínio táctico (Hopper e Bell, 2001).

Os mesmos autores referem que a modelação dos jogos desportivos modificados, acompanhada por uma intervenção do professor que apele a uma

[45] Não se devem confundir, igualmente, os jogos modificados com os jogos pré-desportivos, que normalmente resultam de uma combinação, sem qualquer potencial táctico, de jogos infantis tradicionais com a aprendizagem de habilidades técnicas.

atitude mental vocacionada para a resolução dos problemas, conduz a um jogo mais dinâmico e participado.

A compreensão conceptual do jogo modificado induz a progressão para as exigências do jogo formal, ajudando a criança a apreciar a complexidade do jogo formal sem por ele ficar esmagado.

Quando as crianças apreciarem as exigências do jogo e estiverem aptas a reconhecer como ultrapassar os desafios colocados a partir da prática e do jogo, então a prática desportiva tornar-se-á divertida e cativante (Hopper, 1998).

6.2 Actividades de facilitação: os mini – desportos

O jogo representa um meio de aprendizagem rico, pois para além de facilitar o conhecimento do desporto institucional vai, como já vimos anteriormente, ao encontro das principais motivações da criança.

Porque a apresentação do desporto institucional ultrapassa as capacidades de realização e compreensão da criança, procura-se adoptar o desporto dos adultos aos principiantes, através da modulação das seguintes variáveis (Bayer, 1994):

- Redução do número de jogadores
- Redução do espaço de jogo
- Condicionamento e alteração das regras
- Adaptação do material

Esta metodologia coloca-se em dois planos de intervenção: (i) o mini-desporto como meio didáctico em situação de aprendizagem ou (ii) como modelo instituído para a competição dos mais novos.

6.2.1 O mini – desporto como meio didáctico

A simplificação como recurso instrumental para a aprendizagem do jogo, permitirá um aumento da participação da criança na actividade, potenciando factores decisivos para a sua manutenção na prática desportiva como a auto-confiança e o prazer que poderá retirar de uma presença efectiva no jogo.

Neste sentido, os estudos de Buck e Harrison (1990) e Buck et al (1991) referem a importância do nível inicial dos alunos na estruturação das situações de aprendizagem, bem como a relação entre o número de execuções e os ganhos de aprendizagem das habilidades básicas do voleibol.

Com efeito, de acordo com os mesmos autores, a quase total ausência de sucesso dos alunos com desempenho mais baixo, põe em causa a utilização do jogo formal como meio preferencial de aprendizagem do voleibol e sugere a articulação mais funcional das habilidades específicas com formas de jogo reduzido.

Esta linha de pensamento é corroborada pelo estudo experimental de Mesquita (1998), no âmbito da aprendizagem do voleibol, ao constatar que o grupo utilizador do jogo formal revela poucos progressos nas habilidades técnicas, comparativamente ao grupo que utilizou o jogo reduzido.

Bezerra (1999) estabelece uma correlação significativa entre as acções pertinentes com bola (passes com êxito, mais remates) e o número de posses de bola no futebol de cinco, referindo a necessidade de desenvolver este tipo de jogos pois, em espaços reduzidos, a rede de comunicações a que o jogador se submete será articulada com maior racionalidade.

Desta forma, os diferentes estudos sustentam a aplicação dos mini – desportos como suporte didáctico da aprendizagem do jogo formal, sendo a sua utilização tão mais relevante quanto menor for o nível de iniciação da criança.

6.2.2 O mini – desporto como referência competitiva

Os mini – jogos ou mini – desportos são distintos dos jogos desportivos modificados pois apesar de adaptarem o desporto à idade da criança, não apresentam progressão no seu ensino, reproduzindo os mesmos padrões de formalização e estandardização do *jogo dos adultos*. (Bunker e Thorpe, 1986b; Thorpe, Bunker e Almond, 1986)[46].

Desta forma, os mini – desportos surgem como um modelo reduzido do macro modelo desportivo, ou seja, resultam de adaptações introduzidas para fazer face aos elementos morfo–funcionais dos principiantes, mas na realidade apresentam as mesmas formas e finalidades do *desporto grande* (Seirul.lo, 1995).

Na opinião de Bayer (1994), com os sucessivos processos de redução do jogo corre-se o risco de entender a criança como um adulto em miniatura. Na realidade estas adaptações acabam por ser dirigidas para o desporto e não para a criança, perdendo assim a sua principal razão conceptual: aproximar a prática desportiva da realidade *biocultural* da criança.

Por outro lado, a sua validade ficará comprometida pelos grandes problemas em, posteriormente, se efectuarem transferências do modelo adaptado para o modelo dominante, aumentando o desconcerto pedagógico que estas práticas geram (Seirul.lo, 1995).

Neste sentido, Bayer (1994) refere a necessidade de se definir o que é essencial no desporto codificado, no sentido de o tornar inteligível para a criança, mantendo no entanto os princípios essenciais do jogo. Pretende-se que o modelo elaborado não se afaste demasiado da realidade, possibilitando um *transfert* eficaz e funcional para o jogo formal.

[46] Não se deve confundir, igualmente, os jogos modificados com os jogos pré-desportivos, que normalmente resultam de uma combinação, sem qualquer potencial táctico, de jogos infantis tradicionais com a aprendizagem de habilidades técnicas.

Com efeito, estas adaptações colocam um conjunto de questões pertinentes:

- Descaracterização da actividade: estarão a ser criados novos desportos colectivos, com especificidade própria, que através da aplicação de um quadro competitivo formal se justificarão por eles;
- Deformação da essência do desporto institucional: o que se pretendia que constituísse uma ferramenta pedagógica passa a ser um fim em si mesmo.

7. O conceito mini – pólo

As propostas das organizações responsáveis pelo desporto organizado apresentam como máxima expressão e intensidade da sua realização, o jogo e a produção de actividades competitivas.

Está criado um primeiro obstáculo para uma maior presença das crianças no universo do desporto organizado, pois a competição não constitui um motivo prioritário para a sua prática desportiva, "mesmo que certos educadores tenham tendência em acreditar em tal, inculcando no aluno, de maneira artificial, esta pseudo motivação..." (Bayer, 1994:72).

Ao ser apresentado na sua forma global, a criança poderá demonstrar dificuldades no entendimento global do jogo, provocando o seu fracasso em situação de competição e um progressivo abandono em idades sucessivas (Hernández Moreno, 2000).

Com efeito, as exigências do desporto para jovens conflituam, por vezes, com o normal e intrínseco crescimento, maturação e desenvolvimento dos jovens, constituindo um factor potencial de risco para o aumento do stress e favorecimento de lesões (Cumming e Malina, 2003).

Divertimento e prazer, aprendizagem e aperfeiçoamento de competências / habilidades, socialização (estar com os amigos), sucesso e vitória, condição física e saúde, são aspectos centrais para a participação das crianças no desporto (Biddle, 1999; Gould e Petlichkoff, 1988; Knop et al., 2002; Schembri, 2002; Biddle, 2003).

Por outro lado, a mudança / conflito de interesses, a perda do divertimento e do aspecto lúdico do desporto, a ausência de tempo livre, o conflito com os estudos, a evolução limitada na aprendizagem, o insucesso, o aborrecimento, bem como um comportamento severo do treinador / professor e o stress competitivo, são factores de *attrition*[47] associados ao abandono precoce da prática desportiva (Ewing e Seefeldt, 1988; Gould e Petlichkoff, 1988; Knop et al., 2002; Biddle, 2003; Cumming e Malina, 2003).

Existem assim múltiplos aspectos que influenciam quer o envolvimento da criança no desporto quer o seu afastamento, pelo que a tarefa das organizações desportivas, no sentido do aumento da procura e da prática desportiva, exige uma visão conceptual que se possa harmonizar com este caleidoscópio de variáveis intra-individuais e sociais, bem como aquelas que se referem ao ambiente em que decorre a participação desportiva da criança.

Consequentemente, qualquer organização de desporto para jovens deverá determinar o segmento de mercado a atingir. A segmentação do mercado, i.e., agrupar clientes com exigências, expectativas e perfis similares, é mais crítico hoje do que nunca (Mullin et al., 1993; Chiavenato, 2000; Sá e Sá, 2002). Com o aumento da heterogeneidade da sociedade e do mercado desportivo em particular, as políticas desportivas deverão abraçar uma gama abrangente e variada de desejos e gostos.

[47] Na literatura americana o termo *attrition* é utilizado para representar os diversos factores e condições que dificultam a fixação dos indivíduos (crianças e jovens) aos projectos de prática desportiva.

Neste sentido, Biddle (2003) observa que para além de todos os dados provenientes dos estudos descritivos (inquéritos, questionários, entrevistas, observações directas, etc.), o estudo deste tema deverá recorrer às abordagens teóricas sobre o ambiente motivacional e a auto-determinação, ou seja, sobre os factores de motivação extrínseca e intrínseca que envolvem a presença da criança no desporto.

Do ponto de vista da gestão e da pedagogia, a vivência das crianças que participam como clientes do desporto organizado são de extrema importância. Conhecer o que os clientes querem (expectativas) e a maneira como interiorizam o que lhes é oferecido (vivências, experiências), constitui um aspecto adicional essencial para a estruturação dos serviços desportivos (Knop et al., 2002).

Cada vez mais, para além de disputarem o mesmo público-alvo entre si, as organizações desportivas têm de competir com outras actividades de tempos livres. O desafio para as organizações responsáveis pelo desporto organizado é o de criarem um valor adicional acrescido. Oferecer um valor acrescido, significa que, entre outros factores, a organização possui um conhecimento das necessidades e expectativas dos jovens [48] (Zeithamel, Parasuraman, Berry, 1990; Chelladurai, 1999).

Neste sentido, parece-nos que para além do ajustamento das ofertas a diferentes escalões etários, as diferenças entre crianças da mesma idade poderão ser determinantes na definição de um modelo de mini – desporto.

Aptidão psicomotora, desenvolvimento *biocultural*, interesse e representação da actividade, nível inicial face ao jogo, enquadramento técnico da aprendizagem (perspectivas metodológicas e didácticas), bem como o ambiente sócio-familiar que envolve a prática desportiva da criança, são

[48] Na literatura, esta aproximação do marketing é descrita como child-oriented sports.

premissas indispensáveis para a construção de um jogo que se revele adequado à condição da criança.

Desta forma, uma solução única (forma de jogo já institucionalizada ou modificada, mas única) não estará adaptada à diversidade dos contextos (Béraud et al., 1999).

Sublinhando a importância duma formação psicomotora abrangente e diversificada, qualquer proposta para um projecto nacional de um mini – desporto, neste caso o mini – pólo, deverá ter em conta na sua concepção e idealização:

- Um largo espectro de actividades (não nos podemos contentar apenas com um jogo para cada grupo etário);
- A diferença de nível entre jogadores do mesmo escalão etário;
- As diferenças de velocidade de evolução e desenvolvimento das crianças.

Nesta linha de pensamento, o mini – desporto deverá possibilitar a existência de competições adaptáveis, modeláveis e complementares aos jogos institucionais. Abaixo do escalão juvenil, cada forma jogada deve ser entendida pela criança (e igualmente pelos adultos de referência) como um meio e, pela sua utilidade, como uma ferramenta formativa. Face ao seu nível e evolução, a criança deverá vivenciar em competição e em treino, diferentes formas de prática desportiva.

Se as crianças têm necessidade de movimento, de actividades motoras e desportivas, é preciso perceber que essas actividades devem corresponder a às suas necessidades e características específicas, possibilitando a intervenção do seu espírito de iniciativa e de criatividade (Bayer, 1994).

Através de uma grande diversidade de ofertas, consegue-se adaptar as formas competitivas do jogo e os conteúdos do desporto institucional às características das crianças (Béraud et al., 1999).

Assim, não falamos de mini – pólo como uma versão institucionalizada e universal, mas de versões de mini – pólo. Contudo, defendemos uma versão comum de mini – pólo que funcione como referência para projectos pontuais de âmbito nacional.

A supressão de alguns *tiques* normativos e institucionais do desporto dos adultos permitirá, de acordo com Schembri (2002), que as crianças sintam prazer e alegria na actividade que desenvolvem, com desafios e metas adaptados à sua idade.

O prazer do movimento, a relativização dos resultados e a possibilidade de estar com os amigos, constituem factores de atracção e manutenção da criança na oferta desportiva que, desta forma, lhes é apresentada.

Estando em causa uma significação lúdica da prática desportiva da criança, bem como um caminho de acesso ao pólo aquático como desporto institucional, deixamos, a partir de Seirol.lo 1995, algumas condições para a competição institucional do mini – pólo:

- Utilização de instalações (piscinas) que não possuam as dimensões regulamentares;
- De acordo com as dimensões e características das piscinas, ajustar a proposta competitiva;
- Permitir que a criança compita no maior número de práticas desportivas, institucionais e não institucionais;
- Modificar segundo critérios pedagógicos as regras do desporto sem, contudo, desvirtuar a sua essência;
- Modificar as normas de competição instituídas para a modalidade;
- Implicar a família nas tarefas de organização, gestão e arbitragem;

- Relacionar a prática desportiva com outras manifestações competitivas e culturais;
- Eliminar alguns elementos que a identifiquem com os desportos institucionalizados: juízes e árbitros federados, uniformes, classificações convencionais, categorias que contemplem apenas a idade cronológica, troféus e distinções tradicionais, entre outras

As federações desportivas, através das associações e colectividades filiadas, exercem uma acção fundamental na mobilização e na formação desportiva. Ao assegurar a actividade orientada para a competição e para a excelência, define-se a partir dos escalões etários mais elevados, paradigmas de rendimento que estão na base da fixação e adesão dos praticantes mais jovens ao treino e à experiência competitiva (Sobral et al., 2002).

Desta forma, a política de uma federação não poderá / deverá restringir-se exclusivamente à apresentação do mini – desporto, como panaceia para os seus problemas de desenvolvimento desportivo.

A qualidade do macro – modelo desportivo é, numa primeira fase, decisivo para atrair a criança e, numa fase posterior, imprescindível para que o jovem mantenha e continue a sua prática desportiva no âmbito de determinado desporto.

8. Síntese do capítulo

A FPN pretende implementar o mini – pólo em Portugal no ano de 2005. Apresentando-se como um novo produto desportivo, o presente capítulo pretende efectuar uma reflexão sobre o conceito que está subjacente aos mini-desportos, recorrendo para tal à revisão da literatura relevante e ao articulado dos autores de referência na conceptualização do ensino dos JDC.

Porque a apresentação de um novo produto desportivo pressupõe a análise do mercado a que se destina, a primeira parte deste capítulo procura contextualizar as condições macroestruturais da prática desportiva em Portugal, ao nível do comportamento da população portuguesa face ao desporto, dos mecanismos de articulação entre o desporto escolar e o desporto associativo, do financiamento público ao desporto e da dinâmica demográfica da população portuguesa.

Não existindo uma definição clara e inequívoca do que é o mini – pólo, nem de que forma a sua implementação poderá provocar uma transformação da situação actual do pólo aquático português, a segunda parte deste capítulo centra-se na tentativa de conceptualizar o mini – pólo, no âmbito das novas tendências de ensino dos JDC.

Nesta linha, a criança surge como a referência central na organização da aprendizagem, relevando-se o papel da expressão táctico-cognitiva da criança na aprendizagem dos JDC. A utilização do jogo como iniciação ao desporto ganha assim a sua identificação, surgindo a necessidade da sua simplificação como uma estratégia para o tornar mais compreensível e facilitador das aquisições essenciais.

No âmbito da simplificação do *jogo dos adultos*, o presente capítulo procura o esclarecimento e a delimitação de diversos conceitos, como *jogo reduzido*, *jogo modificado*, *jogo pré-desportivo* e *mini-desporto*, do qual o mini –

pólo emerge na dupla valência de *ferramenta* didáctica e de referência competitiva.

O capítulo reflecte ainda sobre a formação de treinadores como factor de desenvolvimento, pois a implementação do projecto mini – pólo, na completa amplitude das transformações que poderá gerar, só será possível com a participação de treinadores mais qualificados e competentes.

CAPÍTULO III. METODOLOGIA

1. Introdução

O presente estudo pretende conhecer a realidade do pólo aquático em Portugal, através da recolha de um conjunto de informações que se julgam pertinentes para a sustentação das opções estratégicas de desenvolvimento da modalidade, entre as quais surge a implementação do mini – pólo.

Neste sentido, para obter o que efectivamente se procura, a organização e a implementação do estudo deverá responder a três inquietações resultantes do processo de investigação:

- O que importa saber para conhecer a realidade?
- Como fazer para proceder à recolha de informação?
- O que fazer com a informação obtida?

Ao longo deste capítulo procuraremos detalhar o percurso efectuado, estruturando-o de acordo com a sua acção sequencial:

- Descrição da amostra, fazendo alusão ao seu enquadramento e caracterização;
- Os instrumentos utilizados para a recolha de dados;
- Os procedimentos da sua aplicação;
- Os procedimentos estatísticos.

Para a caracterização do pólo aquático português foram recolhidas, numa primeira etapa, informações sobre as tendências de crescimento de praticantes, clubes e AN filiados na FPN e, numa segunda etapa, foi aplicado um inquérito por questionário a dirigentes e treinadores dos clubes portugueses com pólo aquático na época desportiva 2003-2004 (figura 9).

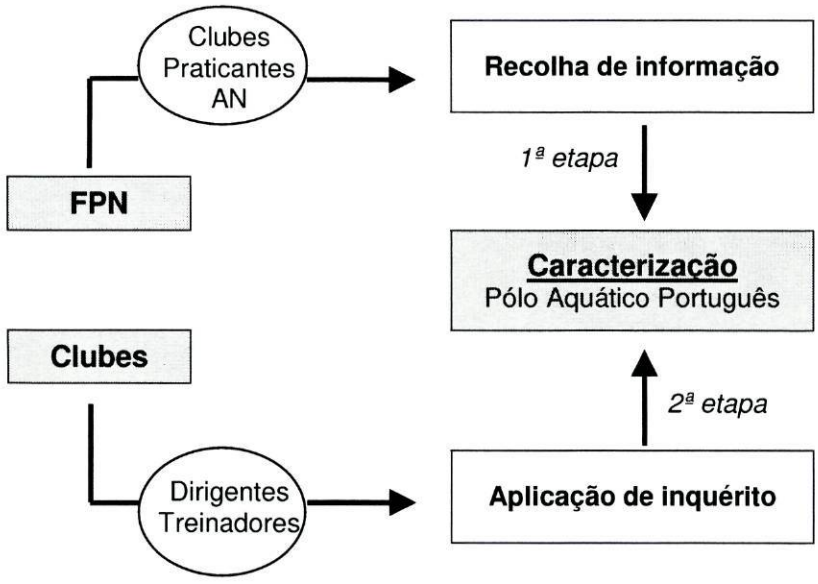


Figura 9. *Modelo de análise da metodologia: conhecer a realidade para caracterizar o pólo aquático nacional*

Dado que pretendemos compreender e caracterizar a situação do pólo aquático em Portugal, recorrendo, entre outros procedimentos, à recolha de dados através de um inquérito por questionário, a metodologia de pesquisa poderá ser classificada como próxima do método de pesquisa de natureza descritiva (Leedy, 1980:97).

O perfil do presente estudo configurará dois dos pressupostos da pesquisa de natureza descritiva: (i) a necessidade de criar e desenvolver um instrumento para obter a informação procurada e (ii) a amostra ser verdadeiramente representativa da população (Claudino, 1993).

De forma responsável respeitámos os princípios éticos que garantem a integridade da investigação, ultrapassando com o apoio e cumplicidade de todos os que connosco colaboraram, as dificuldades inerentes a um estudo com estas características.

2. Caracterização e descrição da amostra

Como universo de partida para a elaboração deste estudo, considerou-se a totalidade dos clubes portugueses que, devidamente enquadrados numa estrutura associativa e federativa, promovem e desenvolvem a prática do pólo aquático.

Dado que todos os clubes filiados na FPN responderam ao inquérito por questionário por nós elaborado, a amostra inquirida corresponde efectivamente ao universo alvo, proporcionando uma maior consistência dos resultados deste estudo (Hill e Hill, 2002). Desta forma, não se colocam problemas quanto à escolha, definição e delimitação da população a estudar.

Dos 179 clubes que na época desportiva de 2003-2004 se encontravam inscritos na FPN, o estudo contemplou os 25 clubes que desenvolvem a prática federada do pólo aquático (quadro 11), movimentando em 2004 um total de 1135 atletas.

2.1 Delimitação da amostra: enquadramento e caracterização

Foi efectuada uma caracterização das 6 AN com pólo aquático, destacando o volume de clubes e de praticantes federados, por género.

Os 47 treinadores e os 23 dirigentes desportivos inquiridos foram caracterizados quanto ao sexo, a idade, a situação profissional e o nível de ensino.

Foram recolhidas informações sobre a relação dos dirigentes com a actividade desportiva e sobre as motivações para a função que desempenham no clube.

Os dados necessários à caracterização do pólo aquático nacional foram obtidos a partir da pesquisa efectuada nos arquivos da FPN e da análise às respostas provenientes do questionário aplicado a treinadores e dirigentes.

2.1.1 Associações de natação com pólo aquático

O pólo aquático encontra-se representado em 50% das 12 AN inscritas na FPN[49], revelando uma inexpressiva cobertura e implantação nacional. Esta situação encontra-se agravada pelo facto da AN do Norte representar mais de 50% dos clubes portugueses com pólo aquático, encontrando-se os restantes onze clubes agregados às cinco AN remanescentes (quadro 10).

Analisando a distribuição dos jogadores de pólo aquático por AN verificamos uma acentuação deste desequilíbrio, na medida em que 61% dos atletas nacionais concentra-se na ANN Portugal.

Quadro 10. *Clubes com pólo aquático filiados na FPN, por associações de natação (2003-2004)*

AN Aveiro	SSCDCM Mealhada
AN Coimbra	CN Académico
ARN Nordeste	SC Vila Real
AN Sul	Aminata-Évora CN; Louletano DC; Portinado
AN Lisboa	Arsenal 72-DC; CN Amadora; CF Belenenses; SL Benfica; Sporting CP
AN Norte Portugal	ADDCE Gondomar; AD Penafiel; Apolos Aquáticos-FEUP; CDUP; CFP (Fluvial); CN Povoense; CPN; EVS (Vigorosa); FOCA-CN Felgueiras; Gespaços; Lousada xxi; SC Salgueiros; SSCM Paredes; Vitória SC

[49] Durante o decorrer do estudo constituiu-se uma nova associação de natação, Associação de Natação do Algarve, cuja inexistência criara dificuldades ao desenvolvimento das disciplinas da natação na região do Algarve.

A AN Lisboa *absorve* 19% dos atletas nacionais, a AN Sul é a terceira associação com maior número de filiações (12% do número total de atletas), enquanto os restantes 8% se encontram filiados nas AN de Aveiro, Coimbra e Nordeste (figura 10).

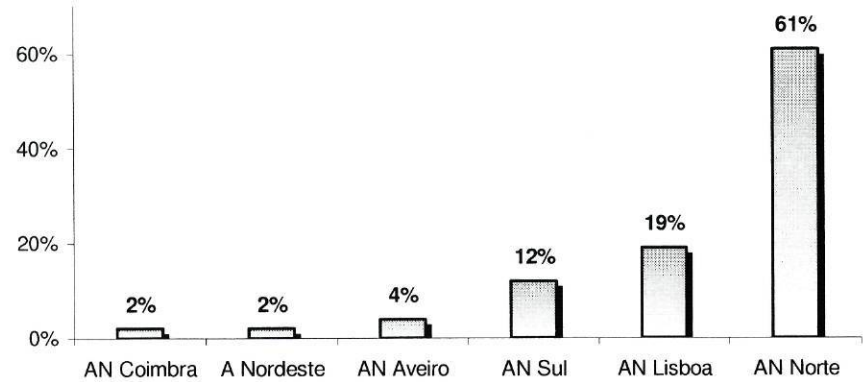


Figura 10. *Contributo das A.N. para o volume total de praticantes (2003-2004)*

Como já foi referido anteriormente, no ano de 2004 existiam 1135 jogadores de pólo aquático inscritos na FPN, pertencendo 876 destes praticantes ao género masculino e 259 ao género feminino.

Sendo evidente que a relação verificada de, aproximadamente, ¼ de praticantes femininos para ¾ de praticantes masculinos, cria necessidades e opções de desenvolvimento diferenciadas, já a sua distribuição por associação coloca em evidência um outro conjunto de problemas.

Enquanto a disposição dos jogadores masculinos segue o perfil global do número total de praticantes por AN, poderemos verificar que, quanto ao género feminino, só existem praticantes em três AN (Sul, Lisboa e Norte). Destas associações, a AN do Norte de Portugal representa 75,7% do total de praticantes do sexo feminino (figura 11).

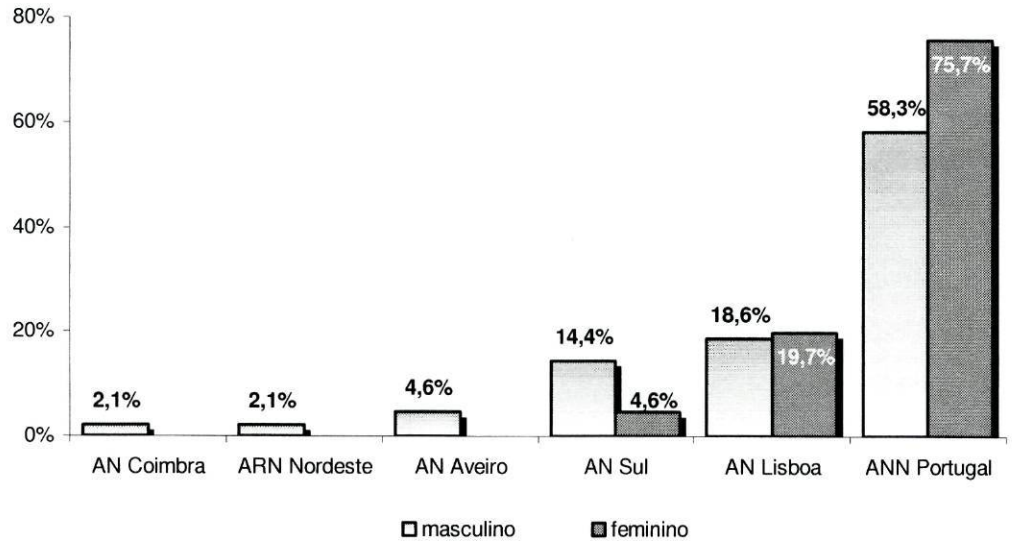


Figura 11. *Contributo das A.N para o volume total de praticantes, por género (2003-2004)*

2.1.2 Perfil sócio-gráfico do treinador

Para a caracterização do pólo aquático português, seria imprescindível efectuar uma caracterização do perfil sócio-gráfico dos treinadores que desenvolvem a sua actividade nos clubes nacionais. Em traços gerais, vejamos a *sociografia* dos 47 treinadores[50] que responderam ao questionário por nós adoptado, tendo como base a metodologia e instrumentos concebidos pelo Centro de Estudos e Formação Desportiva[51].

Quanto à distribuição por sexo, podemos constatar que a quase totalidade dos treinadores de pólo aquático pertence ao sexo masculino (83%) e apenas 17% pertence ao sexo feminino. Contudo, a presença feminina nas equipas técnicas desta modalidade excede em 7% o valor apresentado por Almeida (2001), num estudo efectuado sobre o universo dos treinadores em Portugal (quadro 11).

[50] A amostra corresponde a 90% do total de treinadores em actividade na época desportiva de 2003-2004.

[51] Realizado em 2000, a concepção e os resultados deste estudo vêm apresentados no livro "O treinador em Portugal – Perfil social, caracterização da actividade e formação", da autora Cristina Matos Almeida, cujo estudo pretendeu efectuar um levantamento do perfil do treinador em Portugal.

Quadro 11. *Distribuição dos treinadores, por sexo*

	Frequência*	%
Masculino	**39**	**83%**
Feminino	**8**	**17%**

**N= 47 treinadores*

A idade dos inquiridos varia entre os 19 e os 42 anos, constituindo a faixa etária dos 26-35 anos a que reúne uma maior percentagem de treinadores. O somatório das faixas etárias dos 18-25 anos com a dos 26-35 anos *absorve* 87,2% dos treinadores de pólo aquático. Este valor, quando comparado com o registo de 46,2% obtido no estudo de Almeida (2001)[52], coloca em evidência a juventude do universo de treinadores de pólo aquático em Portugal (quadro 12).

A idade média dos treinadores é de 30 anos, sendo a idade modal (valor mais repetido) de 32 anos.

Quadro 12. *Distribuição dos inquiridos, por faixa etária*

	Frequência*	%
18-25 anos	**8**	**17%**
26-35 anos	**33**	**70,2%**
36-45 anos	**6**	**12,8%**

**N= 47 treinadores*

Uma das particularidades da população inquirida constitui o elevado nível de habilitações literárias declaradas. Com efeito, 66% dos treinadores concluiu uma formação de nível superior[53], enquanto 8 treinadores, dos 15 com o 12º ano de escolaridade concluído, encontram-se a frequentar um curso superior. Registe-se que 2 treinadores possuem o grau de mestre na vertente

[52] Valor obtido a partir de uma amostra constituída pelos treinadores nacionais de todas as modalidades desportivas, para as mesmas faixas etárias.

[53] A média nacional dos treinadores com frequência ou conclusão de licenciaturas e pós-graduações cifra-se, de acordo com Almeida (2001), na ordem dos 48%.

das ciências do desporto, enquanto 3 dos licenciados estão em fase de conclusão de pós-graduações (quadro 13).

Quadro 13. *Distribuição dos inquiridos, por nível de ensino concluído*

	Frequência*	%
Pós-Graduação	**2**	**4,3%**
Licenciatura	**29**	**61,7%**
12º ano	**15**	**31,9%**
Ensino Secundário	**2**	**2,1%**

**N= 47 treinadores*

A área dominante do curso superior frequentado ou concluído é, em 63% dos casos, a educação física e o desporto, destacando-se o Instituto Superior da Maia (ISMAI) e a Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF-UP) como as entidades formadoras predominantes (respectivamente 21 % e 16% dos treinadores formados e/ou em formação).

Os elevados níveis de escolaridade dos treinadores de pólo aquático produzem um impacto significativo na sua composição sócio-profissional. Nesta linha, o elevado número de treinadores com uma formação na área da educação física e do desporto, projecta-se de forma evidente nos resultados obtidos quanto à profissão principal.

De acordo com a figura 12, 63,7% dos inquiridos têm na área do ensino e da gestão desportiva a sua profissão principal, destacando-se como valor mais repetido (modal) a profissão de professor de educação física (Prof EF), com 34%.

A distribuição de frequências revela que 12,8% dos treinadores são estudantes, registando-se o mesmo valor para outras profissões da área científica, tecnológica e artística (outras prof. CTA).

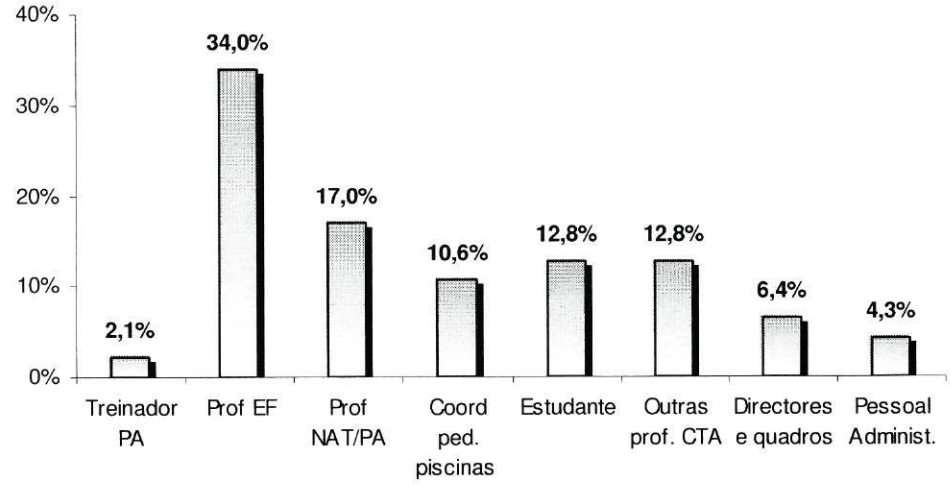


Figura 12. Distribuição dos treinadores inquiridos, por profissão principal

2.1.3 Perfil sócio-gráfico do dirigente

Dois dos 25 clubes inquiridos não responderam ao questionário dirigido à caracterização sócio-gráfica dos seus dirigentes, pelo que colaboraram neste estudo 23 dirigentes, correspondendo a uma amostra de 92% da população alvo.

A sua representatividade nos órgãos sociais dos clubes – direcção é de 60,9%, enquanto 39,1% não ocupam qualquer cargo a nível directivo, exercendo uma acção mais direccionada para a secção de pólo aquático.

Quanto à distribuição por sexo, a maioria dos dirigentes do pólo aquático pertence ao género masculino (73,9%), enquanto 26,1% é do sexo feminino (quadro 14). Curiosamente, esta relação percentual assume um valor muito semelhante à distribuição por sexo dos jogadores de pólo aquático: 76% de praticantes masculinos para 24% de praticantes femininos.

Quadro 14. Distribuição dos dirigentes inquiridos, por sexo

	Frequência*	%
Masculino	**17**	**73,9%**
Feminino	**6**	**26,1%**

**N= 23 dirigentes*

À semelhança do que encontrámos no conjunto dos dados relativos à distribuição dos treinadores por faixa etária, os dirigentes do pólo aquático são predominantemente jovens.

Com efeito, 60,9% dos dirigentes apresentam uma idade situada entre os 26 e os 45 anos, sendo a faixa etária dos 26 aos 35 anos a que reúne uma maior percentagem de dirigentes. Neste sentido, registe-se que apenas 17,4% dos dirigentes apresentam uma idade superior aos 45 anos (quadro 15).

Quadro 15. *Distribuição dos dirigentes inquiridos, por faixa etária*

	Frequência*	%
Menos de 18 anos	**1**	**4,3%**
18-25 anos	**2**	**8,7%**
26-35 anos	**8**	**34,8%**
36-45 anos	**6**	**26,1%**
46-55 anos	**4**	**17,4%**
Mais de 56 anos	**2**	**8,7%**

**N= 23 dirigentes*

Um dos traços marcantes na caracterização sócio-gráfica dos treinadores e dirigentes, que desenvolvem a sua actividade profissional ou benévola no pólo aquático, é o facto de possuírem elevados capitais escolares.

Na linha das habilitações escolares dos treinadores, 47,7% dos dirigentes possuem cursos médios ou superiores, enquanto 26,1% dos inquiridos possuem como habilitação literária o 12º ano de escolaridade. O nível de ensino modal (com maior número de registos de frequência) é a licenciatura, que apresenta um peso de 30,4% no total dos 23 inquiridos (quadro 16).

Quadro 16. *Distribuição dos dirigentes inquiridos, por nível de ensino*

	Frequência*	%
Pós-Graduação	**3**	**13,0%**
Licenciatura	**7**	**30,4%**
Bacharelato	**1**	**4,3%**
12º ano	**6**	**26,1%**
Ensino Secundário	**4**	**17,4%**
3º Ciclo	**1**	**4,3%**
2º Ciclo	**1**	**4,3%**

**N= 23 dirigentes*

Relativamente à situação profissional[54], constatamos que o registo mais frequente (modal) é representado pelas profissões de cariz científico, tecnológico e artístico (prof. CTA), com o valor de 52,1% sobre o total de inquiridos. Deste grupo, 17,3% são professores de educação física (prof. EF), treinadores e monitores de natação. Não encontramos dirigentes em situação de desemprego e de reforma, sendo as restantes categorias mais representadas, as dos sectores administrativos e de serviços com 34,8% (figura 13).

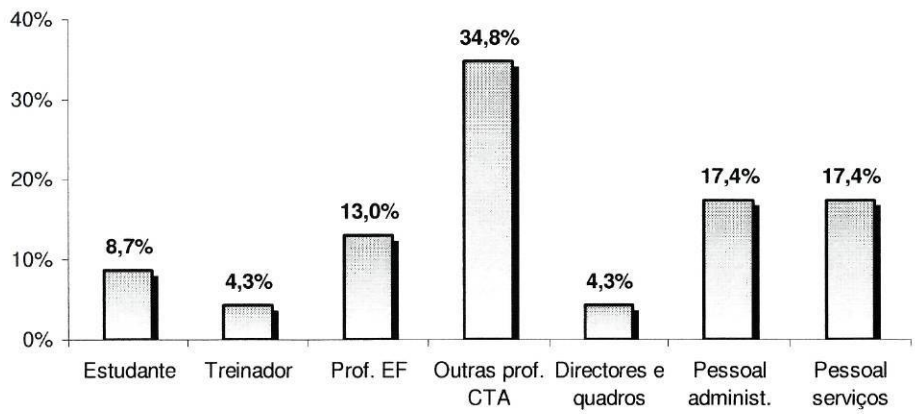


Figura 13. *Distribuição dos inquiridos (dirigentes), por profissão principal*

[54] A tipologia utilizada é a referenciada no estudo "O treinador em Portugal: perfil social, caracterização da actividade e formação" de Cristina Matos Almeida (2001).

Uma pergunta recorrente na análise das motivações para as causas benévolas do dirigismo reporta-se aos factores e mecanismos que cativam os indivíduos à função. Pela sua pequenez e reduzida exposição mediática, o pólo aquático não constitui um meio privilegiado para mecanismos de fortalecimento da auto-estima como a notoriedade e o reconhecimento público da sua actividade, pelo que o dirigismo exercido no âmbito das disciplinas da natação, nomeadamente da natação pura, recorre habitualmente à disponibilidade dos familiares que acompanham os filhos em treino e competição.

Não parece ser o caso dos dirigentes do pólo aquático, pois apenas 39,1% possui algum familiar no clube (quadro 17) e apenas um indivíduo tem como principal motivação para a sua relação benévola com o clube, o acompanhamento do filho (figura 14).

Quadro 17. *Presença de familiares de dirigentes como atletas do clube*

	Frequência*	%
Não	**14**	**60,9%**
Sim	**9**	**39,1%**

**N= 23 dirigentes*

Este dado direcciona-nos num outro sentido de apreciação, que passa pela verificação de alguns factores adicionais que possam estimular a presença destes dirigentes numa secção de pólo aquático. Os quadros relativos ao passado desportivo do dirigente relevam uma presença da prática desportiva na sua vida: 82,6% afirma ter sido, ou ainda é, atleta, e deste grupo, 63% pratica, ou praticou, pólo aquático (quadros 18 e 19).

Quadro 18. *Relação do dirigente com a prática desportiva*

Foi (é) praticante desportivo?	Frequência*	%
Não	**4**	**17,4%**
Sim	**19**	**82,6%**

**N= 23 dirigentes*

Quadro 19. *Relação do dirigente com a prática do pólo aquático*

Foi (é) praticante pólo aquático?	Frequência*	%
Não	**11**	**52,2%**
Sim	**12**	**47,8%**

**N= 23 dirigentes*

Mais do que indiciar uma relação entre o passado desportivo e a motivação para o dirigismo, o gosto particular pelo pólo aquático e a sensibilidade face à necessidade de colaborar com uma modalidade que apresenta carências diversas a nível logístico e organizacional, são factores determinantes para que quase metade dos dirigentes inquiridos (47,8%) seja, ou tenha sido, praticante de pólo aquático.

Convidados a expressar sobre o que os motiva para o dirigismo, as razões mais evocadas recaem na paixão intrínseca pelo pólo aquático e na necessidade de auxiliar o pólo aquático no clube.

Como outros factores de atracção para o dirigismo, os inquiridos aludem ainda ao desenvolvimento do pólo aquático nacional e a uma sequência natural da sua carreira no desporto, parecendo confirmar o seu sentido de missão e entrega a este desporto. Registe-se a formação na área da gestão como razão para a presença de alguns dos inquiridos no dirigismo, o que poderá transmitir um suplemento qualitativo à área do dirigismo e da qual, naturalmente, o pólo aquático nacional poderá beneficiar (figura 14).

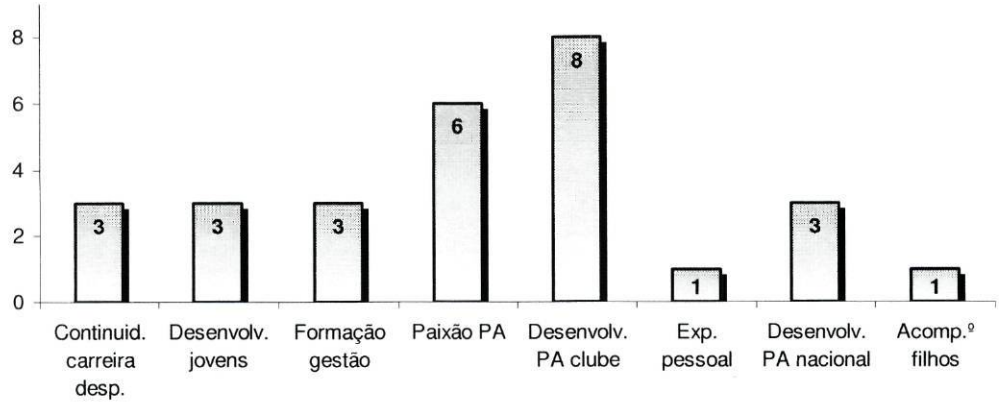


Figura 14. *Motivações para o dirigismo desportivo*

Relativamente à longevidade dos dirigentes no clube, podemos verificar que 34,8% exercem a função de dirigente do pólo aquático numa faixa que decorre entre os 3 e os 10 anos e apenas dois clubes possuem dirigentes que exercem a sua função há mais de 11 anos – 8,6% dos 23 inquiridos (quadro 20).

Quadro 20. *Longevidade dos dirigentes de pólo aquático*

	Frequência	%
Até 2 anos	**13**	**56,5%**
3-5	**4**	**17,4%**
6-10	**4**	**17,4%**
11-15	**1**	**4,3%**
Mais de 15 anos	**1**	**4,3%**

**N= 23 dirigentes*

Na recolha da literatura relativa à longevidade do dirigente desportivo em Portugal, Oliveira (2002) refere que a longevidade média destes agentes desportivos é de 6 anos, situação que sugere a oportunidade de uma reflexão sobre os mecanismos que potenciam o *drop out* prematuro dos dirigentes no pólo aquático.

Com efeito, mais de metade dos inquiridos ocupa o seu cargo no clube há menos de dois anos (56,5%), reflexo, na nossa opinião, das grandes dificuldades económicas e organizativas que sustentam a vida das secções de pólo aquático dos clubes portugueses, bem como da indefinição, por parte da FPN, de linhas estratégicas de desenvolvimento do pólo aquático nacional.

Contudo, acreditamos que estamos num ponto de viragem desta situação, pois 19 dos inquiridos revelam a intenção de continuar como dirigentes do pólo aquático. A manifestação desta intenção, *cruzada* com a extrema juventude dos indivíduos e com o elevado índice de habilitações académicas que possuem, configura um quadro de oportunidades e forças potencialmente determinantes para o desenvolvimento do pólo aquático

nacional, exigindo-se uma actuação adequada por parte dos responsáveis da FPN.

3. A recolha da informação e a caracterização do instrumento

A recolha da informação necessária à caracterização do pólo aquático nacional foi efectuada em duas etapas.

Na primeira etapa que decorreu durante o mês de Janeiro de 2004, pretendemos, através da consulta dos arquivos da FPN, efectuar uma caracterização relativa à filiação de atletas e clubes.

Na segunda etapa, que decorreu durante os meses de Março a Maio de 2004, elaborámos um questionário com a finalidade de conhecer a realidade dos clubes portugueses com pólo aquático[55], ao nível das suas estruturas físicas e dos seus recursos humanos, bem como ao nível do treino e da problemática específica dos escalões de formação.

3.1 Recolha de informação: primeira etapa

Em reunião efectuada com o presidente da FPN, Sr. Isidoro Morgado, explicámos os objectivos, o âmbito e o enquadramento do presente estudo, solicitando-se a sua autorização para a consulta de diversos documentos em arquivo. Neste particular, foram consultados os relatórios anuais da FPN, as fichas individuais de filiação de atletas e treinadores, bem como diversos ficheiros em formato digital, relativos às últimas sete épocas desportivas.

[55] Tanto quanto nos foi possível averiguar, não existe nenhum instrumento apto a realizar a observação dos indicadores do nosso estudo, pelo que optámos pela construção de um instrumento próprio que, após aprovação por peritos e o crivo de um teste piloto, foi distribuído aos coordenadores técnicos dos clubes.

Após a recolha da informação solicitada, efectuámos a sistematização e o agrupamento dos dados quantitativos relativos à filiação de atletas na época desportiva de 2003-2004: número de praticantes por escalão, por género e por associações.

No sentido de transmitir maior consistência à análise dos dados e de podermos observar a linha de tendência da evolução do pólo aquático em Portugal, foram recolhidas informações que abrangem o período de tempo que decorre de 1997[56] até 2004.

Os dados relativos ao intervalo de 1997 a 2003 foram recolhidos a partir de informação em suporte digital, fornecida pelos serviços da FPN. A informação relativa ao ano de 2004 foi obtida através da consulta directa dos processos de filiação dos atletas e das associações de natação[57].

Toda a informação recolhida foi convertida e transferida para a folha de cálculo Microsoft Excel 2000.

3.2 Caracterização do instrumento: segunda etapa

Como dispositivo para a elucidação da situação actual do pólo aquático nacional, concebemos um inquérito por questionário estruturado de acordo com a nossa vivência e percepção da realidade, o qual, numa perspectiva de enriquecimento do próprio conteúdo e de um distanciamento crítico da ideologia intrínseca ao seu autor, confrontámos com diversos especialistas e peritos nesta área do conhecimento.

[56] Ano a partir do qual a informação relativa a filiações de associações e atletas de pólo aquático, se encontra sistematizada e informatizada pelos serviços da FPN.

[57] Dado que as informações relativas às filiações ainda não se encontravam arquivadas em registo informático.

Para a construção do questionário e selecção dos temas a incluir, foi efectuada uma consulta a diversos agentes do pólo aquático, entre os quais treinadores, dirigentes e praticantes. Deste procedimento inicial, resultou um primeiro esboço do questionário que, com o objectivo de conhecer a realidade dos clubes portugueses com pólo aquático, incluiria os seguintes itens:

- Caracterização do local de prática e de competição;
- Relação do clube com o local de prática;
- O pólo aquático nos clubes (caracterização do treino);
- O escalão infantil nos clubes portugueses;
- A opinião dos treinadores sobre o escalão infantil em Portugal;
- Quem são os treinadores de pólo aquático (caracterização sócio-gráfica, da actividade e da formação);
- Quem são os dirigentes de pólo aquático (caracterização sócio-gráfica da formação).

No sentido de testar a clareza das questões e a pertinência dos temas realizámos um *teste piloto* nos clubes, Arsenal 72 e Portinado. Tratou-se de um passo metodológico para aferir a inteligibilidade dos itens do questionário. À medida que eram preenchidos efectuávamos uma reflexão falada sobre a formulação das questões, com o intuito de detectarmos deficiências, ambiguidades, esquecimentos e todas as dúvidas que as respostas levantavam.

Como consequência deste confronto de ideias e opiniões, o arquétipo inicial do questionário sofreu alterações, alargando-se a sua amplitude de intervenção e o nível de profundidade das questões colocadas, sempre balizadas pela necessidade de não o tornar demasiado extenso, nem de aumentar a complexidade da sua interpretação e do seu preenchimento.

Posteriormente, o questionário foi apresentado a dois peritos na área do pólo aquático, Director Técnico Nacional e Director Técnico Regional, respectivamente Dr. Nuno Paz e Sr. Pedro Brandão, no sentido de validarem a

semântica específica da modalidade e verificarem a adequação e a relevância dos temas, face ao que o instrumento pretendia medir.

Para a construção deste instrumento de recolha de dados [58], nomeadamente na caracterização do treinador de pólo aquático, recorremos, com as devidas e necessárias adaptações (dado o âmbito estritamente uni-desportivo deste estudo), à metodologia e instrumentos concebidos pelo Centro de Estudos e Formação Desportiva, cujo estudo pretendeu efectuar um levantamento do perfil do treinador em Portugal[59].

Para além da nossa preocupação em que o significado de cada uma das perguntas fosse explicitamente claro, pretendemos obter alguma informação qualitativa que possibilitasse complementar e contextualizar a informação quantitativa obtida (Hill e Hill, 2002).

Assim, dado o reduzido número de clubes com pólo aquático e a nossa disponibilidade em efectuarmos uma análise mais detalhada e pormenorizada, procurámos cruzar algumas das perguntas de carácter fechado com perguntas abertas, onde os inquiridos, ultrapassando a restrição formal deste instrumento, pudessem expressar mais detalhada e expressivamente a sua opinião.

Após esta fase de teste e correcção procedeu-se à aplicação do questionário.

[58] De "administração directa", dado que são os próprios inquiridos a executar o seu preenchimento.

[59] A concepção e os resultados deste estudo realizado em 2000, vêm apresentados no livro "O treinador em Portugal – Perfil social, caracterização da actividade e formação", da autora Cristina Matos Almeida.

4. Procedimentos metodológicos

Partindo da base de dados dos serviços da FPN, procedemos à recolha dos endereços dos clubes e contactos pessoais dos respectivos coordenadores técnicos [60]. Posteriormente, efectuámos uma reunião com o coordenador técnico responsável pela secção de pólo aquático de cada clube, informando-o das intenções e objectivos do estudo, solicitando, igualmente, a sua colaboração e empenho. Sempre que não foi possível efectuar um esclarecimento personalizado sobre o âmbito e o objectivo do estudo, utilizámos o contacto telefónico como recurso alternativo ao presencial.

Os inquéritos foram globalmente entregues em mão, acompanhados por uma explicação prévia dos objectivos e estrutura das perguntas, no sentido de aumentar a fidedignidade e o número de respostas, bem como um maior grau de envolvimento e motivação dos inquiridos face ao estudo proposto (Quivy e Campenhoudt, 2003).

O coordenador técnico ficou responsável pela aplicação do inquérito no seu clube, com a incumbência de o distribuir por todos os inquiridos (treinadores e dirigentes), acompanhar o seu preenchimento, proceder à sua recolha e efectuar a posterior devolução ao remetente. Nos raros casos em que não foi possível estabelecer um contacto pessoal, o inquérito foi enviado por correio (estabelecidos que foram os passos anteriormente referidos).

Aos inquiridos que não receberam directamente o questionário [61], estabelecemos uma linha de contacto através de telefone e/ou e-mail,

[60] Na ausência de coordenador técnico recolhemos o contacto telefónico do responsável pela secção de pólo aquático (dirigente ou técnico).

[61] Por falta de oportunidade, ou pela sua localização geográfica, não conseguimos contactar pessoalmente alguns dos responsáveis dos clubes inquiridos. Optámos pela entrega dos questionários pelo correio, acompanhando este acto, como referimos anteriormente, por um estreito contacto via telefone e/ou e-mail.

procurando esclarecer qualquer dúvida surgida e exercendo, ainda, alguma *coacção* no sentido de uma resolução mais rápida e correcta dos questionários.

Os questionários foram entregues entre os dias 15 e 31 de Março, ficando estabelecido como prazo limite para a sua devolução a data de 30 de Abril. Dado que nem todos os inquéritos foram devolvidos no prazo estabelecido, procedemos a um contacto telefónico e pessoal permanente, com o intuito de estimular e pressionar a sua rápida devolução. A totalidade dos clubes respondeu ao inquérito, apesar de três clubes apenas o terem efectuado em finais de Maio de 2004.

A partir de Junho de 2004, procedeu-se à análise e tratamento dos dados recolhidos.

5. Procedimentos estatísticos

Os dados recolhidos na primeira etapa foram compilados numa folha de cálculo Microsoft Excel 2000, para possibilitar a inserção de texto. Para a análise dos dados foram utilizados indicadores de frequência e técnicas estatísticas descritivas baseadas nos parâmetros de tendência central (média e moda).

As informações recolhidas na segunda etapa da investigação foram estatisticamente tratadas através do Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 12.0 para Windows) e da folha de cálculo Microsoft Excel 2000, tendo sido utilizados indicadores de frequência e técnicas estatísticas descritivas baseadas nos parâmetros de tendência central (média e moda).

As respostas às perguntas de carácter aberto, que complementavam o *corpo* de determinadas questões do questionário, foram compiladas numa folha

de cálculo Microsoft Excel 2000 e o seu conteúdo foi agrupado e analisado quanto à sua semântica e lógica construtiva.

6. Síntese do capítulo

O capítulo pretende descrever a metodologia utilizada para efectuar a recolha de um conjunto de informações que permitam conhecer a realidade do pólo aquático em Portugal, possibilitando a sustentação da implementação do mini – pólo como um factor estratégico do desenvolvimento da modalidade.

O universo do estudo é constituído pela totalidade dos clubes portugueses com pólo aquático federado, efectuando-se uma caracterização das AN quanto ao volume de clubes e de praticantes, por género. Procedeu-se igualmente ao levantamento do perfil sócio-gráfico de treinadores e dirigentes.

O procedimento necessário à recolha da informação relevante foi efectuado em duas etapas: através (i) da consulta nos serviços da FPN dos indicadores desportivos dos últimos sete anos e (ii) através da aplicação de um inquérito por questionário aos clubes que desenvolvem a prática desportiva do pólo aquático.

Para a análise dos dados obtidos, os procedimentos estatísticos consubstanciaram-se na utilização de indicadores de frequência e de técnicas estatísticas descritivas, baseadas nos parâmetros de tendência central.

CAPÍTULO IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Introdução

Para a análise da situação desportiva de um país, de uma modalidade desportiva, ou de uma federação, "torna-se imprescindível a existência de uma estatística desportiva devidamente organizada e actualizada" (Feio, 1985:70). Sem a presença daqueles dados, não será possível encetar os primeiros passos para o desenvolvimento de qualquer política desportiva.

Nesta linha, para conhecer a realidade do pólo aquático em Portugal, recorremos a uma primeira etapa metodológica que consistiu na recolha dos dados quantitativos existentes nos serviços da FPN[62], relativos ao número de atletas filiados, aos clubes que possuem equipas federadas de pólo aquático, bem como às Associações de Natação (AN) que desenvolvem um quadro de actividades no âmbito federado da modalidade. No sentido de aumentar a consistência da nossa análise, utilizámos os indicadores desportivos dos últimos sete anos, período a que corresponde a base informática de dados da FPN.

Numa segunda etapa da análise da situação desportiva do pólo aquático em Portugal apresentaremos, devidamente sustentada em suporte estatístico e acompanhada pela respectiva análise e interpretação dos dados, as informações resultantes do questionário aplicado no ano de 2004 aos clubes

[62] Como sabemos, esta federação apresenta uma especificidade própria no panorama desportivo nacional pois, para além do pólo aquático, dirige e promove regularmente a natação pura, os saltos para a água e a natação sincronizada. Da eficácia e consistência de uma organização com estas características, muito se tem falado em Portugal, deixando para uma outra oportunidade um estudo sobre esta realidade.

portugueses com pólo aquático, conforme descrição mais pormenorizada apresentada no capítulo III.

Numa terceira etapa, abordar-se-á com maior detalhe a situação específica do escalão infantil, população sobre a qual recairá a implementação do projecto mini – pólo.

A abordagem das três etapas metodológicas será antecedida por um enquadramento histórico da modalidade.

Finalmente, de acordo com a análise da situação desportiva apresentaremos um plano de desenvolvimento do pólo aquático, no qual se alicerçará a implementação do mini – pólo em Portugal (figura 15).

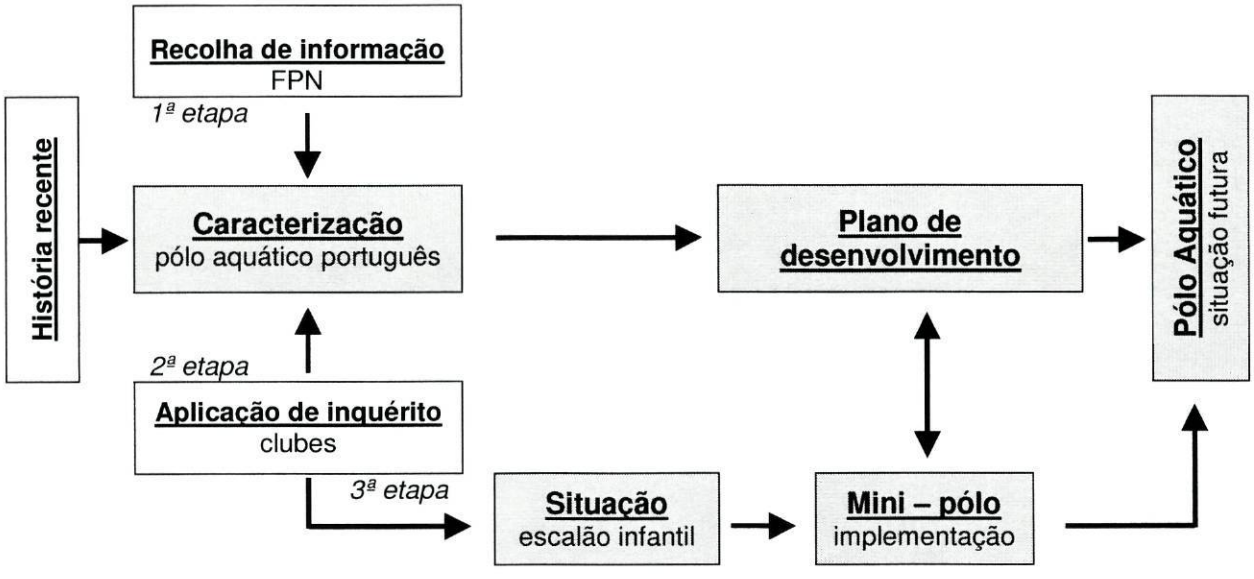


Figura 15. *Modelo de análise dos resultados: conhecer a realidade para projectar um plano de futuro*

2. A situação do pólo aquático em Portugal: enquadramento histórico

2.1 A memória dos primeiros anos da 2ª vaga do pólo aquático em Portugal

A situação encontrada no pólo aquático nacional está, por diversas razões, longe de satisfazer os seus diversos agentes. Comemorando-se o vigésimo aniversário da *2ª vaga do pólo aquático em Portugal*[63], efectuaremos uma análise da situação actual desta modalidade, a qual será acompanhada por um prévio enquadramento histórico sobre os primeiros anos do seu reaparecimento.

A memória é o elo de ligação ao passado que suporta a identidade das organizações do futuro. O recurso à memória das organizações constitui um poderoso instrumento decisório, possibilitando que, de entre vários caminhos, se escolham os que não criam as dificuldades do passado.

Com efeito, poderão estar a ser recriadas algumas das condições que, nas décadas de trinta e quarenta, conduziram ao desaparecimento do pólo aquático em Portugal, pelo que o pequeno contributo que aqui deixamos poderá transformar-se numa ferramenta que valorize qualquer reflexão prospectiva sobre o devir desta modalidade desportiva, bem como suportar as opções estratégicas de desenvolvimento a implementar por associações e federação.

[63] Denominamos de 2ª vaga do pólo aquático português, o período de tempo que decorre desde o restabelecimento das competições oficiais de pólo aquático em Portugal, na época desportiva de 1984-1985, que apresenta como momento determinante a realização do campeonato nacional de pólo aquático, realizado em 1985 na piscina dos Olivais em Lisboa.

A história recente do pólo aquático em Portugal começa cinco décadas atrás, quando, já numa fase agonizante, a selecção nacional participa nos Jogos Olímpicos de Helsínquia em 1952.

A fraca prestação da equipa portuguesa, duramente criticada pela opinião pública, iludiu de forma contundente a expectativa daqueles que acreditavam que a continuidade desta disciplina da natação, dependeria do sucesso da participação portuguesa.

Efectivamente, a desilusão criada, aliada ao abandono dos jogadores mais velhos da equipa olímpica, quebrou a dinâmica de desenvolvimento que a preparação dos atletas olímpicos tinha suscitado (Lopes, 1989).

Este autor refere ainda que o pólo aquático não desapareceu por completo, continuando o Sport Algés e Dafundo (SAD) como último resistente, até ao seu desaparecimento gradual verificado na década de sessenta. A prática não sistemática do pólo aquático continuaria no SAD e noutros clubes, integrando os planos de treino das equipas de natação pura em início de época[64].

Somente em 1975, "vinte e três anos depois da participação do pólo aquático nos Jogos Olímpicos, este voltou a ser praticado em Portugal. O núcleo dinamizador formou-se no Centro Desportivo Universitário do Porto (CDUP), por um grupo de ex-nadadores universitários, que durante dez anos tentaram fomentar e reorganizar o pólo aquático como modalidade desportiva" (Sarmento, 1986:8).

[64] Durante a década de setenta, a equipa de natação pura do Sport Lisboa e Benfica realizava, como forma lúdica para os longos e exigentes períodos preparatórios geral e específico, torneios internos de pólo aquático. Já em final da carreira desportiva, alguns destes atletas, juntamente com outros nadadores de segundo plano, formariam a equipa de pólo aquático do Sport Lisboa e Benfica, uma das quatro equipas que em 1985 participaria no primeiro campeonato nacional de pólo aquático da era moderna.

Gradualmente, a iniciativa dos jovens universitários do Porto teria repercussões na capital, contribuindo para a formação em 1978 de um núcleo de pólo aquático no Sporting Clube de Portugal (SCP).

Utilizando a piscina do Instituto Superior Técnico como espaço de treino das suas equipas de natação pura, o SCP não teve dificuldades em encontrar atletas para a novel equipa, dado ser o único clube a praticar a modalidade na área de Lisboa. Contudo, esta situação teve o seu lado negativo, pois a inexistência de qualquer outro clube em Lisboa provocou, pela ausência de competição, o progressivo desinteresse destes atletas.

Apesar desta conjuntura, o núcleo do SCP permaneceu activo até 1982, devido ao entusiasmo que suscitava a participação nos torneios de pólo aquático de Natal, organizados pela equipa do CDUP.

Presença regular naquele torneio (1981, 1982 e 1983), foi a de uma equipa constituída por ex-nadadores do SAD, à qual se juntou em 1984 uma equipa denominada *Misto do Sul* que reunia vários jogadores de equipas entretanto em formação (Aminata de Évora, Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Clube de Natação da Amadora, Clube de Futebol "os Belenenses" e o Clube de Natação de Oeiras).

Em Julho de 1984, a AN de Lisboa reúne-se com os clubes, demonstrando a sua disponibilidade e empenho em colaborar no ressurgimento do pólo aquático. Estava dado o primeiro passo para a implementação do pólo aquático em Portugal: a dinâmica dos jovens exigia a atenção da estrutura associativa, *forçando* a sua intervenção como entidade organizativa e regulamentadora desta disciplina da natação (Godinho, 1989).

Nos finais de 1984, o pólo aquático nacional viu surgir a equipa do Sport Lisboa e Benfica (SLB) [65], circunstância que, associada à expectativa e

[65] Constituída por ex-nadadores e nadadores do clube.

curiosidade geradas por uma nova modalidade desportiva, estimulou o interesse de todos os que se relacionavam com a natação pura.

Em Maio de 1985, a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico organiza o seu "1º Torneio Universitário de Pólo Aquático", contando com a participação de seis equipas: Instituto Superior de Educação Física do Porto, Apolos Aquáticos da Faculdade de Engenharia do Porto, Aminata de Évora, Clube de Natação da Amadora, Clube de Futebol "os Belenenses" e a equipa anfitriã.

É igualmente em 1985 que se constitui um novo núcleo na piscina dos Olivais em Lisboa, formado maioritariamente por ex-jogadores do SLB, clube que entretanto retirara o seu apoio à equipa de pólo aquático.

Com o apoio e suporte financeiro de uma empresa apostada em fazer renascer o pólo aquático, o Clube Português de Pólo Aquático – Seagram Portugal [66], para além dos objectivos estritamente desportivos, pretendia aumentar a visibilidade da marca, quer através da organização de eventos desportivos e sociais quer através da sensibilização efectuada pelo patrocinador junto dos media[67].

Em Junho de 1985 realiza-se o campeonato regional de Lisboa, depois de quase quatro décadas de ausência, concluindo-se a época desportiva de 1984-1985 com a realização do primeiro campeonato nacional de pólo aquático da 2ª vaga do pólo aquático nacional. Sagrar-se-ia vencedora a equipa do CDUP, seguindo-se o SAD, o Real Clube Fluvial Portuense e o SLB.

[66] Liderada por um familiar de um ex-nadador do SLB

[67] Nesta estratégia de promoção da empresa, cabia a compra semanal de uma página no já extinto jornal "Gazeta dos Desportos". Esta equipa extinguir-se-ia no início da década de 90, após o falecimento do director da Seagram Portugal.

2.2 Consolidação e expansão

A época desportiva seguinte regista o maior número de clubes filiados (15 clubes no total) assistindo-se a um empenho crescente das estruturas associativas e federativa em proporcionarem um enquadramento regulamentador adequado, face a esta fase expansionista do pólo aquático.

Se ainda existiam dúvidas quanto à implantação ou renascimento do pólo aquático, elas estavam, nesta fase de desenvolvimento, definitivamente colocadas de lado.

Progressivamente, alargaram-se as actividades a outros escalões etários e ao sector feminino. Surgiram novos clubes, a modalidade descentralizou-se e a FPN incentivou a actividade internacional. Consolidaram-se estruturas ao longo de uma evolução onde, nunca será demais salientar, o papel preponderante foi assumido pelos clubes e pelos seus jogadores.

Estávamos perante um facto raro no desporto em Portugal: o ressurgimento de uma modalidade desportiva, pela força intrínseca da motivação dos seus intervenientes.

Ao longo destes 20 anos, o pólo aquático nunca possuiu mais de 26 clubes, registando-se a extinção núcleos que foram determinantes para o reaparecimento deste desporto: Associação dos Bombeiros Voluntários de Agualva – Cacém, Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Clube de Natação de Oeiras, Clube Português de Pólo Aquático – Seagram Portugal e o Sport Algés e Dafundo (curiosamente todos adstritos à AN de Lisboa), Instituto Superior de Educação Física do Porto, entre outros.

De acordo com o quadro 21, poderemos verificar que dos clubes actualmente filiados, seis contribuíram para a reintrodução do pólo aquático em

Portugal[68] e que apenas cinco clubes iniciam a sua actividade entre 1985 e 1994, denunciando uma década de reduzido crescimento.

Quadro 21. *Período temporal em que o pólo aquático surgiu nos clubes actualmente filiados na FPN*

	*Frequência**	*%*
Até 1985	**6**	**24%**
Entre 1985 e 1989	**3**	**12%**
Entre 1990 e 1994	**2**	**8%**
Entre 1995 e 1999	**5**	**20%**
Após 1999	**9**	**36%**

**N= 25 clubes*

Dos 25 clubes em estudo, 9 constituíram a sua secção de pólo aquático após 1999 – 36% sobre o total de clubes (quadro 21) –, transmitindo uma noção de vitalidade da modalidade. Dado que sete destes nove clubes se encontram filiados a norte da AN de Lisboa, assistimos igualmente a uma reorientação geográfica do pólo aquático português a norte.

Sem resultados internacionais expressivos a nível de clubes e de selecções, realçamos pela possibilidade de retorno qualitativo e de melhoria da imagem do pólo aquático, o facto inédito de, na época desportiva de 2004-2005, uma jogadora internacional portuguesa disputar uma liga estrangeira de pólo aquático com um vínculo profissional.

[68] Os seis clubes históricos que têm uma participação ininterrupta desde o primeiro campeonato nacional disputado na época 1984/1985 são a Aminata de Évora, os Apolos Aquáticos da Faculdade de Engenharia do Porto, o Cento Desportivo Universitário do Porto, o Real Clube Fluvial Portuense, o Clube de Natação da Amadora e o Sport Comércio e Salgueiros. O Sport Lisboa e Benfica que participou no primeiro campeonato nacional, teve uma interrupção da sua participação durante vários anos, ressurgindo em 2001 mediante apresentação de projecto de uma empresa particular.

3. A situação do pólo aquático em Portugal: 1ª etapa

3.1 Número de praticantes que participa no quadro de actividades organizadas no âmbito da modalidade

O pólo aquático, juntamente com a natação pura, a natação sincronizada e os saltos para a água, é representado institucionalmente pela FPN. Com especificidades próprias, ao nível das instalações, do treino e da formação, as quatro disciplinas da natação apresentam, per si, dificuldades estruturais e necessidades de desenvolvimento díspares e diferenciadas.

Sem representatividade nacional, sem quadro competitivo e sem atletas filiados, os saltos para a água encontram-se institucionalmente suspensos, enquanto a natação sincronizada desenvolve todos os esforços para conquistar o seu espaço a nível nacional, ultrapassando o panorama verificado em 2003 de 60 praticantes.

A natação pura e o pólo aquático surgem assim como as disciplinas mais representativas da FPN, apesar de no ano de 2003 revelarem, face ao volume total de praticantes filiados na FPN, um acentuado desequilíbrio no peso relativo de cada uma das modalidades: os nadadores representam 86% do total de atletas filiados, para uma representatividade de 14% por parte dos jogadores de pólo aquático.

Acompanhando o perfil evolutivo do número total de praticantes filiados na FPN nos últimos sete anos, podemos verificar que, de ano para ano, o peso da natação pura é progressivamente maior, distanciando-se de forma consistente do pólo aquático (figura 16).

Com efeito, a linha de tendência da natação pura apresenta uma configuração oblíqua, com um ganho aproximado de 1600 praticantes ao longo

dos anos em estudo, enquanto a linha de tendência do pólo aquático apresenta-se plana, com um ganho aproximado de 200 atletas.

O ano de 2004 corresponde ao maior pico de praticantes federados, com um total de 1135 atletas de ambos os sexos, enquanto o valor menos expressivo regista-se em 1998, com um total de 924 praticantes (figura 16).

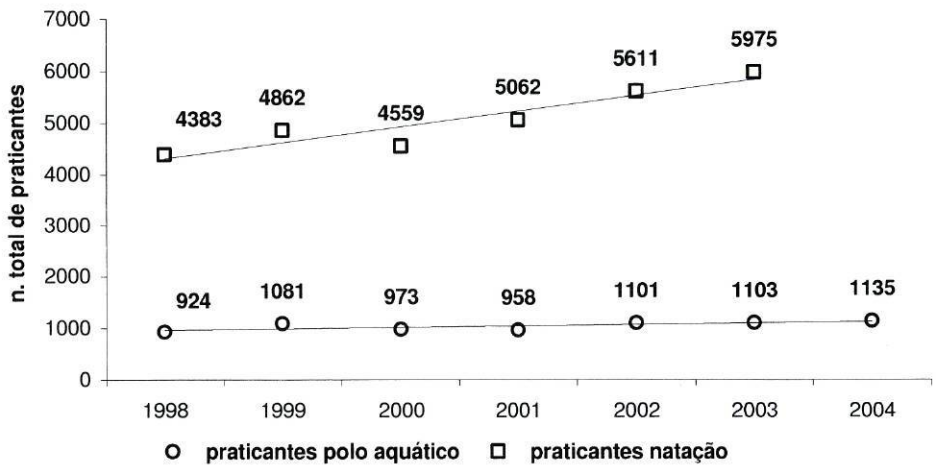


Figura 16. *Linha de tendência da evolução do número total de praticantes de natação pura e de pólo aquático (1998-2004)*

Ao longo das últimas sete épocas, o número de praticantes federados de pólo aquático tem um crescimento médio de 3,9%[69] (quadro 22). Contudo, para este crescimento positivo contribuem de forma significativa os picos de crescimento de 17% e de 14,9% registados, respectivamente, na transição dos anos de 1998 para 1999 e de 2001 para 2002.

No primeiro caso, o crescimento deve-se ao aumento do número de praticantes da AN de Lisboa (130 atletas)[70] e da AN do Norte (80 praticantes),

[69] De acordo com o estudo elaborado pelo IND (2002), a taxa de crescimento do pólo aquático situa-se a um nível ligeiramente inferior à média nacional, que em 2000 se cifrava em 5,4%.

[70] Colocamos sérias reservas a este valor, acreditando que se trate de um erro cometido pelos serviços da FPN, estabelecido durante o processamento das filiações provenientes da AN de Lisboa.

enquanto no segundo caso o crescimento deve-se ao ganho aproximado de 130 atletas na AN do Norte (ver capítulo III).

Quadro 22.Taxa de crescimento anual dos praticantes de pólo aquático, verificada entre 1998 e 2004

98-99	99-00	00-01	01-02	02-03	03-04	**Média**
17,0%	**-10,0%**	**-1,5%**	**14,9%**	**0,2%**	**2,9%**	**3,9%**

Ainda de acordo com o quadro 22, verifica-se que após cada pico de crescimento existe uma fase de *recessão demográfica* de dois anos, com taxas de crescimento inexpressivas ou mesmo negativas, aguardando-se com expectativa os registos de filiados do próximo triénio: poder-se-á extrapolar um perfil de crescimento do pólo aquático em Portugal?

3.2 Número de praticantes que participa no quadro de actividades organizadas no âmbito da modalidade, por sexo

Efectuada a análise macro da demografia do pólo aquático em Portugal, iremos em seguida analisar a sua evolução quanto ao género, para o período compreendido entre 1998 e 2004.

Ao longo dos últimos sete anos, a linha de tendência da evolução do número de praticantes masculinos distancia-se progressiva e paulatinamente da linha de tendência dos praticantes do sexo feminino (figura 17).

Para uma linha de tendência plana e sem crescimento relevante do número de praticantes femininos, a evolução do número de praticantes masculinos, para o mesmo período de tempo, apresenta uma linha de tendência oblíqua e positiva, embora de progressão lenta e não abrupta.

Ainda de acordo com a figura 17, o ano de 2004 assiste ao maior pico de praticantes masculinos em Portugal com 876 atletas, enquanto os 259 praticantes do género feminino enquadram-se no terceiro registo mais

expressivo desde 1998. Estes valores correspondem a uma contribuição de, respectivamente, 77% e 23% sobre a percentagem total de praticantes.

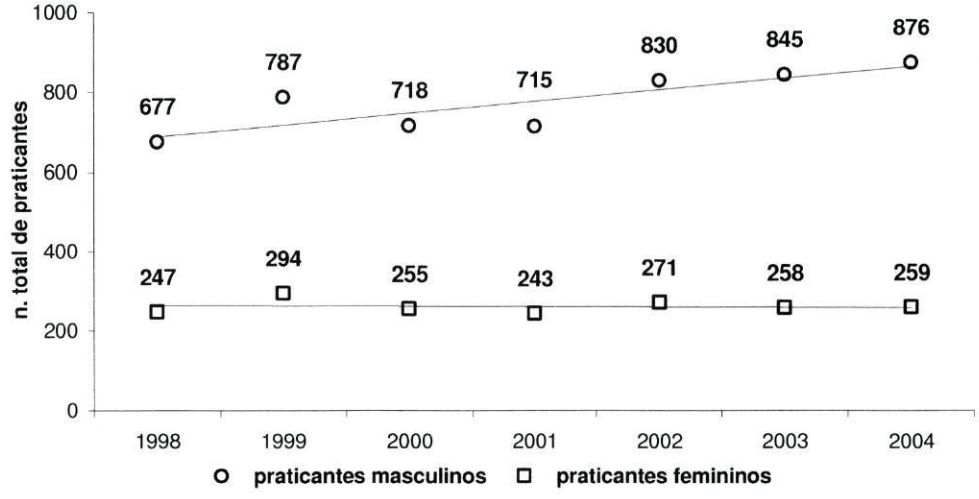


Figura 17. *Linha de tendência da evolução do número de praticantes de pólo aquático, por sexo (1998 a 2004)*

Este perfil aproximado de ¾ de atletas masculinos para ¼ de atletas do sexo feminino permanece ao longo dos sete anos em estudo, existindo contudo, relativamente ao número total de praticantes, uma crescente predominância do género masculino sobre o feminino[71] (quadro 23).

Quadro 23. *Peso relativo da componente sexo sobre o número total de praticantes de polo aquático (1998 a 2004)*

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Praticantes femininos	**27%**	**27%**	**26%**	**25%**	**25%**	**23%**	**23%**
Praticantes masculinos	**73%**	**73%**	**74%**	**75%**	**75%**	**77%**	**77%**

[71] De 1998 até 2004, a contribuição do género feminino para a totalidade dos praticantes de pólo aquático passou de 27% para os actuais 23%, registando-se assim uma perda de 4% da presença feminina no actual panorama do pólo aquático nacional.

No ano de 2004 verifica-se uma taxa média de crescimento positiva em ambos os sexos: 3,7% para os praticantes do sexo masculino e 0,4% para os praticantes do sexo feminino [72] (quadro 24).

Apesar do índice de crescimento se revelar positivo, a expressão final em termos do aumento do número de praticantes é reduzida: um acréscimo de 1 praticante feminino e de 31 praticantes masculinos.

Quadro 24. *Taxa anual do crescimento de praticantes de pólo aquático, por sexo (1998 a 2004)*

	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03	03-04	**Média**
Praticantes masculinos	**16,2%**	**- 8,8%**	**- 0,4%**	**16,1%**	**1,8%**	**3,7%**	**4,8%**
Praticantes femininos	**19%**	**-13,3%**	**- 4,7%**	**11,5%**	**- 4,8%**	**0,4%**	**1,4%**

A taxa anual média de crescimento, no período a que corresponde o nosso estudo, é de valor positivo para os atletas masculinos e femininos de pólo aquático: respectivamente 4,8% e 1,4% (quadro 24).

3.3 Evolução dos praticantes de pólo aquático, por escalão e sexo

Efectuada uma apreciação sobre a evolução do pólo aquático por género, iremos concentrar o nosso esforço de análise na evolução dos praticantes de pólo aquático por escalões de competição. O primeiro passo da análise recairá nos praticantes masculinos e posteriormente nos praticantes do sexo feminino.

Na época competitiva de 2003-2004, os escalões etários das competições de pólo aquático são os seguintes (em ambos os sexos):

- Infantil: atletas nascidos em 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993.

[72] Registe-se que a análise da taxa média de crescimento de praticantes por sexo, entre 1998 e 2004, acompanha a tendência observada para a totalidade dos praticantes (quadro 6): crescimento abrupto e simultâneo dos praticantes femininos e masculinos em 1999 e 2002, seguindo-se nos anos subsequentes, em cada um dos sexos, uma *recessão demográfica*.

- Juvenil: atletas nascidos em 1987 e 1988.
- Júnior: atletas nascidos em 1985 e 1986.
- Sénior: atletas nascidos em 1984 e mais velhos.

Pela vasta abrangência da faixa etária do escalão sénior, que agrupa todos os atletas com 19 anos e mais velhos[73], concentraremos a nossa análise nos escalões etários infantil, juvenil e júnior. Apesar do escalão infantil incluir jovens com cinco idades diferenciadas, o levantamento efectuada na segunda fase da caracterização do pólo aquático nacional revela que a globalidade dos jovens filiados pertencem aos anos de 1989, 1990 e em expressão reduzida aos anos de 1991, 1992 e 1993, homogeneizando assim as possibilidades de apreciação dos três escalões em ambos os sexos.

3.3.1 Evolução dos praticantes masculinos, por escalão etário

Não existindo problemas em cativar novos praticantes para o pólo aquático (os anos de 2002, 2003 e 2004 são os anos de maior expansão da categoria infantil), as grandes dificuldades surgem posteriormente quer na sua fixação a esta disciplina da natação quer, na nossa opinião, em proporcionar um ambiente desportivo que os cative e que vá ao encontro das suas expectativas e ambições.

Com efeito, podemos constatar que entre 2001 e 2004 o número de praticantes decresce com o avanço da idade do atleta; o escalão júnior apresenta um menor número de atletas que o escalão juvenil, que por sua vez regista uma população de atletas menor que a do escalão infantil (figura 18).

[73] Na época competitiva de 2003-2004, o atleta masculino mais velho possuía 42 anos de idade e a praticante mais velha registava 38 anos.

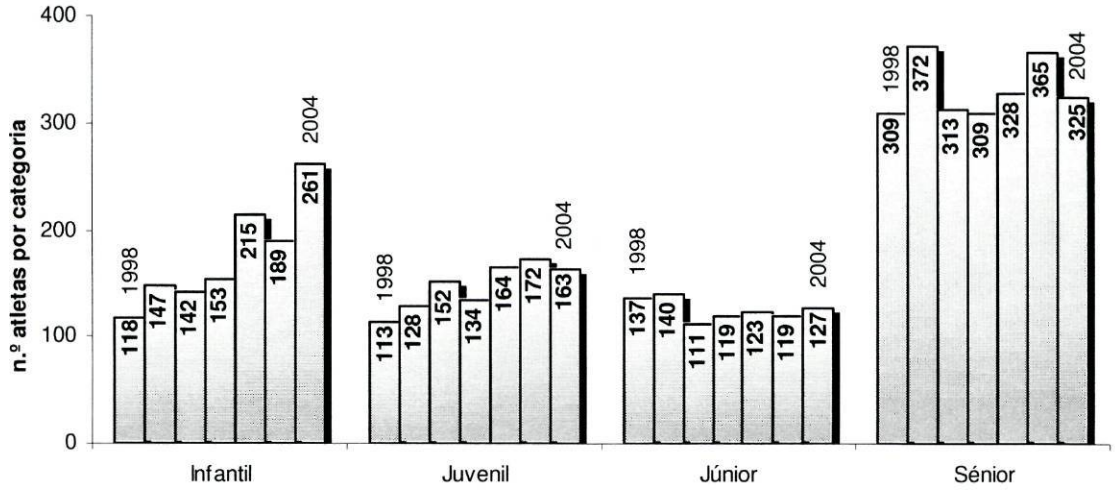


Figura 18. *Evolução do número de praticantes masculinos de pólo aquático, por escalão (1998-2004)*

O ano de 2004 consolida o perfil evolutivo do escalão infantil masculino, registando o pico mais elevado de filiados desde 1998: 261 atletas. Confirma-se igualmente a tendência de perda do número de atletas à medida que se avança pelos escalões etários seguintes: o escalão juvenil e o escalão júnior perdem, respectivamente, 98 e 134 atletas para o escalão infantil (figura 18).

Durante os sete anos em estudo, a influência média dos escalões juvenil e júnior sobre a percentagem total de praticantes masculinos é de apenas 35 %. De 2000 a 2004, a categoria júnior é a que menos contribui para o total de filiados na FPN, acentuando-se este indicador em 2003 e 2004: apenas 14% sobre o total de praticantes masculinos (quadro 25).

Quadro 25. *Influência do escalão etário sobre o total de praticantes masculinos de pólo aquático*

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Infantil	**17%**	**19%**	**20%**	**21%**	**26%**	**22%**	**30%**
Juvenil	**17%**	**16%**	**21%**	**19%**	**20%**	**20%**	**19%**
Júnior	**20%**	**18%**	**15%**	**17%**	**15%**	**14%**	**14%**
Sénior	**46%**	**47%**	**44%**	**43%**	**39%**	**44%**	**37%**

A situação actual do pólo aquático no sector masculino, releva a necessidade de todos os agentes desportivos da modalidade intervirem em dois planos de acção:

1. Capitalização da oportunidade de expansão dos jogadores mais jovens: em 2004 o escalão infantil representa 30% do volume total de praticantes (quadro 25);
2. Paralelamente, criar condições que evitem o abandono precoce da modalidade, nomeadamente ao nível da transição para os escalões juvenil e júnior.

3.3.2 Evolução dos praticantes femininos, por escalão

O sector feminino, tal como o masculino, revela um escalão infantil em franca expansão, constituindo nos anos de 2002, 2003 e 2004 a categoria numericamente mais representativa do quadro de filiados femininos da FPN.

O impacto do crescimento do escalão infantil repercute-se directamente na categoria juvenil que, de ano para ano, apresenta um crescimento linear, enquanto, à semelhança do sector masculino, o escalão júnior é o que possui um menor número de atletas (figura 19).

Da análise da figura 19, o traço mais marcante da evolução do número de praticantes femininos por escalão etário é, na nossa opinião, a perda gradual e constante do número de praticantes júnior e sénior desde o ano de 1999.

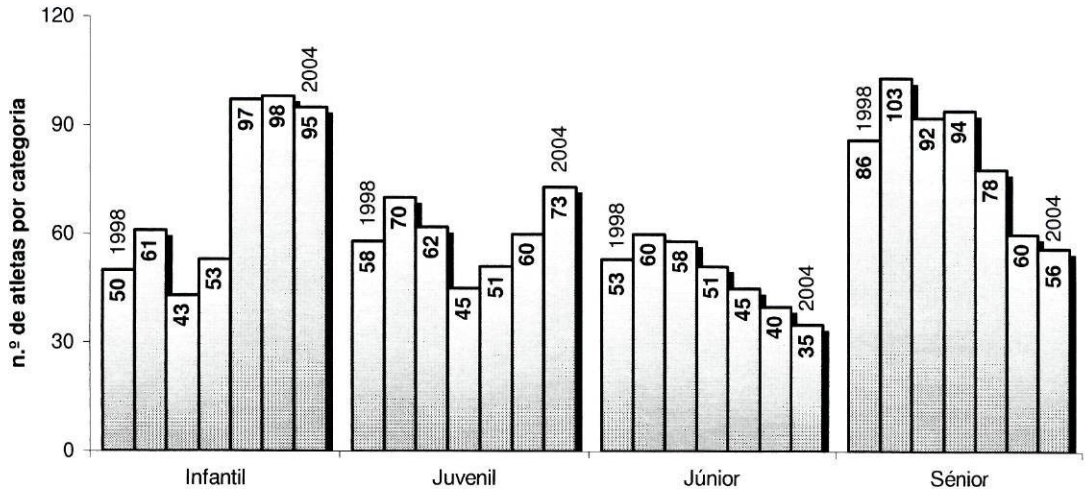


Figura 19. *Evolução do número de praticantes femininos de pólo aquático, por escalão (1998-2004)*

Dado que esta tendência para o abandono de atletas em idade júnior e sénior subsiste há seis anos, poderemos concluir que as opções estratégicas da FPN foram incorrectas e ineficazes, pois não contrariaram esta tendência negativa de crescimento.

Como poderemos verificar a partir do quadro 26, a influência do escalão júnior sobre a percentagem total de praticantes decresce, entre 1998 e 2004, de 21% para 14%, enquanto para o mesmo período de tempo o peso relativo das jogadoras seniores decresce de 36% para 22%.

Quadro 26. *Influência do escalão etário sobre o total de praticantes femininos de pólo aquático*

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Infantil	**20%**	**21%**	**17%**	**22%**	**35%**	**38%**	**36%**
Juvenil	**23%**	**24%**	**24%**	**19%**	**19%**	**23%**	**28%**
Júnior	**21%**	**20%**	**23%**	**21%**	**17%**	**16%**	**14%**
Sénior	**36%**	**35%**	**36%**	**38%**	**29%**	**23%**	**22%**

De facto, como referimos anteriormente, a situação desportiva do sector feminino exigia medidas diferenciadas das do sector masculino. Através de uma análise mais minuciosa, por escalão etário, poderemos facilmente concluir

que todo o investimento efectuado ao nível das participações internacionais das selecções nacionais júnior e sénior foi inconsequente e redundante pois, efectivamente, não era deste esforço de investimento que estes escalões etários necessitavam.

Achamos ainda incompreensível que nos últimos anos não se tenham efectuado acções técnicas e pedagógicas, ou outras, direccionadas para o escalão de desenvolvimento mais forte e consistente do sector feminino: o escalão infantil.

Com efeito, desde 2002 que a acção desenvolvida pela FPN tem consistido na realização do Torneio Nacional de infantis femininos, disputado num único fim-de-semana e no final de cada época competitiva (Julho).

Para o escalão etário mais representativo da FPN com respectivamente 35% sobre o volume total de praticantes em 2002, 38% em 2003 e 36% em 2004 (quadro 26), esta situação revela-se social e pedagogicamente pouco entusiasmante e, do ponto de vista do serviço prestado, pouco cativante.

3.3.3 Quadro síntese dos indicadores comuns em ambos os sexos

Da análise efectuada à evolução dos praticantes por escalão etário, de 1998 a 2004, poderemos retirar alguns indicadores que são comuns em ambos os sexos (quadro 27):

Quadro 27. *Quadro síntese dos indicadores comuns em ambos os sexos*

O escalão infantil apresenta uma tendência de crescimento do número de praticantes.
O número de praticantes decresce à medida que se progride nos escalões etários
O escalão júnior apresenta o menor número de praticantes.

Nas linhas seguintes reflectiremos sobre os três indicadores comuns a ambos os sexos, resultantes da evolução do pólo aquático entre os anos de 1998 e 2004.

Em ambos os sexos, o escalão infantil apresenta uma tendência de crescimento do número de praticantes.

Este facto resulta numa excelente oportunidade para a implementação dos jogos desportivos modificados (entre os quais o mini - pólo), bem como para a introdução dum novo plano nacional de formação de treinadores, dirigentes e árbitros.

Consideramos que este é o momento crítico para se estabelecer uma reflexão sobre a formação dos jovens jogadores e projectar o que poderá ser o pólo aquático nacional do futuro.

Em ambos os sexos, o número de praticantes decresce à medida que se progride nos escalões etários.

Para este facto concorrem diversas causas, das quais destacamos (i) a formação dos treinadores, (ii) a visão mecanicista da aprendizagem do jogo, (iii) os problemas relacionados com as condições de treino e (iv) o enquadramento competitivo ao nível do quadro de provas e competições.

Formação de treinadores:

A formação dos treinadores é um factor de desenvolvimento crucial no pólo aquático português. Em Portugal não tem sido estabelecido um plano de formação de treinadores que contemple a especificidade da aprendizagem do jogo[74], pois a concepção da formação em pólo aquático tem ficado *colada* ao modelo da formação de treinadores de natação pura.

[74] De grande complexidade face às exigências do próprio jogo e à premissa inultrapassável do domínio do meio aquático.

Por outro lado, o modelo da formação de treinadores de pólo aquático deverá contemplar o seu nível de habilitações literárias[75], possibilitando que a participação dos treinadores na formação se transforme numa experiência mais estimulante e enriquecedora.

Visão mecanicista da aprendizagem do jogo:

No currículo da formação de treinadores deverá constar um modelo pedagógico de iniciação ao pólo aquático, adaptado à especificidade das instalações e às motivações dos jovens, onde a aprendizagem através do jogo desportivo modificado deverá desempenhar um papel relevante.

Aliciados por um jogo desportivo colectivo que se disputa no meio aquático, a aprendizagem do jogo vai-se revelando muito técnica, voltada para o domínio dos deslocamentos e, acima de tudo, pouco lúdica.

O jovem é confrontado desde muito cedo com uma abordagem técnica e mecanicista do pólo aquático. Antes de ter oportunidade de compreender o jogo, este é-lhe apresentado na sua estrutura formal, que se situa a um nível superior à sua capacidade de resolução das situações e dos problemas colocados.

Desta forma, não existe uma progressiva complexificação na apresentação do jogo: ele já é demasiado complexo assim que o jovem inicia o seu percurso neste desporto.

Problemas relacionados com as condições de treino:

Devido à falta de espaço para treino e à racionalização financeira dos clubes[76], os jogadores infantis treinam com os juvenis e os jogadores juniores treinam com os seniores, prejudicando uma progressão natural do jovem pelas diferentes etapas de aprendizagem do jogo.

---

[75] Mais de 60% dos treinadores possui uma licenciatura como nível de habilitação académica (ver capítulo III).

[76] Ao nível da contratação de treinadores e do aluguer de espaço nas piscinas.

Assim, o jovem é confrontado prematuramente com exigências superiores às suas possibilidades de resposta, quer ao nível do treino quer num plano de envolvimento social.

Enquadramento competitivo ao nível do quadro de provas e competições:

O regulamento de competições permite que os jogadores do escalão juvenil joguem até ao escalão sénior e que o jogador infantil jogue até ao escalão júnior. Dado o reduzido número de jogadores por escalão etário, esta premissa do regulamento é utilizada pela generalidade dos clubes.

Os jogadores jovens com uma prontidão desportiva superior terão mais oportunidades de evoluir através da competição, enquanto os menos dotados assistirão a um distanciamento do seu nível de jogo face ao dos colegas da mesma idade, decrescendo desta forma o seu auto-conceito na prática desportiva.

Perante um calendário de competições que se revela exíguo, num plano regional e nacional, os jovens com menor prontidão desportiva terão poucas oportunidades para melhorar o seu nível de jogo.

Finalmente, o sistema de competições apresentado pela FPN é estruturalmente semelhante em todos os escalões etários, não estabelecendo estímulos novos e crescentes ao longo do percurso desportivo do jovem.

Assim, propomos uma estrutura competitiva que apresente dois escalões aglutinadores, com objectivos e conteúdos diferenciados: escalões de formação e escalões de rendimento.

Nos escalões de formação (categorias infantil e juvenil) a estrutura competitiva deverá ser orientada para as componentes lúdicas, sociais e de experimentação multi-desportiva, onde o jogo evoluirá dos jogos desportivos modificados ao mini – pólo e, finalmente, do mini – pólo ao jogo formal.

Os escalões de rendimento (categorias júnior e sénior) deverão estar direccionados para o macro modelo desportivo, com uma complexidade crescente ao nível do volume de jogos nacionais e dos contactos desportivos internacionais.

Em ambos os sexos, o escalão júnior apresenta o menor número de praticantes.

O jogador em idade júnior reflecte o percurso de aprendizagem efectuado nos escalões de formação. Neste sentido, o abandono verificado neste escalão surge como a acumulação e o resultado das situações referenciadas anteriormente, ao nível da formação de treinadores, da aprendizagem do jogo, das condições de treino e da estrutura competitiva.

Constituindo uma etapa de transição para o escalão máximo, os jovens que iniciam mais tarde a sua iniciação no pólo aquático, não têm tempo para elevar a sua prontidão desportiva ao nível das exigências do jogo sénior.

Assim, abandonam prematuramente o pólo aquático, pela noção de que não estão aptos para integrar um escalão que possui atletas melhor preparados que ele.

Dada a situação actual do pólo aquático, onde a necessidade de elevar a base massiva em que assenta é de primordial importância, consideramos que a amplitude etária do escalão júnior deverá ser alterada de dois para três anos, medida que procurará contrariar o abandono prematuro dos jogadores juniores, oferecendo assim mais tempo para a sua evolução e posterior transição para o escalão sénior.

4. A situação do pólo aquático em Portugal: 2ª etapa

Conforme referenciámos anteriormente, para esta segunda etapa da análise da situação desportiva do pólo aquático em Portugal, recorreremos às informações resultantes do questionário aplicado no ano de 2004, aos clubes portugueses com pólo aquático (ver capítulo III).

Neste âmbito serão abordados os temas, (i) o local de prática dos clubes, (ii) a relação do clube com o local de prática, (iii) o pólo aquático no clube e (iv) o treino do pólo aquático em Portugal.

4.1 O local de prática

Através do seu regulamento geral de provas, a FPN estipula que as competições de pólo aquático, em todos os escalões etários, devem realizar-se num plano de água de dimensões mínimas de 25 metros x 12,5 metros x 1,80 metros e de dimensões máximas de 30 metros x 20 metros x 1,80 metros (comprimento, largura, profundidade).

As dimensões exigidas para a realização de competições constituem uma primeira barreira à generalização e divulgação do pólo aquático por todo o território nacional, pois as características físicas do parque de piscinas português não são compatíveis com aquela exigência regulamentar.

Metodologicamente, poderemos considerar dois tipos de problemas resultantes da volumetria exigida:

1º Obstáculo:

A superfície do praticável (comprimento x largura) dificulta a criação de núcleos de pólo aquático fora das grandes urbes, das capitais de distrito e das sedes de concelho. Com efeito, por uma questão de racionalização económica e de controlo de custos, os planos de água adequados a cidades com uma

reduzida dimensão populacional não configuram as dimensões de 25 metros x 12,5 metros.

Desta forma, qualquer núcleo que surja como resultado de actividades desenvolvidas em piscina de pequena dimensão e que enverede por um enquadramento competitivo do pólo aquático, terá que contemplar no seu orçamento os custos relacionados com deslocações para os seus jogos em *casa*, bem como o aluguer de piscinas compatíveis com o regulamento.

2º Obstáculo:

A profundidade exigida pelo regulamento de competições (mínimo de 1,80 metros e aconselhável de 2 metros) contraria o perfil – tipo de construção de piscinas em Portugal. Até ao início dos anos 90 adoptou-se como solução generalizada para a aprendizagem da natação pura, o perfil desnivelado – parte da piscina de pequena profundidade e a outra parte de grande profundidade, ou o perfil nivelado de pequena profundidade.

A partir dos anos 90 a concepção das piscinas foi alterada, registando-se a construção, fundamentalmente a Norte, de piscinas de grande profundidade conciliáveis com a realização de jogos de pólo aquático. De facto, 66,5% das piscinas utilizadas pelos 25 clubes em estudo foram construídas após 1990, o que parece relevar a importância da tipologia das instalações para a viabilidade do pólo aquático (quadro 28).

Quadro 28. *Ano de construção das piscinas utilizadas pelos clubes com pólo aquático*

	*Frequência**	*%*
Construção entre 1961 e 1970	**2**	**8,3%**
Construção entre 1971 e 1980	**2**	**8,3%**
Construção entre 1981 e 1990	**5**	**20,8%**
Construção entre 1991 e 2000	**11**	**45,8%**
Construção após 2001	**4**	**16,7%**

**N= 24 piscinas*

Aprofundando a análise expressa no parágrafo anterior, podemos observar que dos 9 clubes mais recentes – com prática federada após o ano 2000 –, 7 desenvolvem a sua actividade em piscinas regulamentares, construídas após 1991 (quadro 29).

Quadro 29. *Piscinas onde os clubes de pólo aquático mais recentes desenvolvem a sua actividade*

Clube	Ano de construção	Características
Benfica	Entre 1991 e 2000	Regulamentar
Gespaços	Após 2000	Regulamentar
Guimarães	Entre 1991 e 2000	Regulamentar
Lousada	Após 2000	Regulamentar
Mealhada	Após 2000	Regulamentar
Penafiel	Entre 1991 e 2000	Regulamentar
Povoense	Entre 1991 e 2000	Não Regulamentar
Sporting	Após 2000	Regulamentar
Vila Real	Entre 1991 e 2000	Não Regulamentar

Parecendo existir uma relação entre as condições regulamentares das piscinas e o aparecimento de clubes a desenvolverem a prática do pólo aquático, exige-se uma atitude prospectiva que permita à FPN contrariar a tendência anteriormente descrita.

Neste sentido, o crescimento do pólo aquático impõe a colocação da seguinte questão: continuar à espera que se construam novas piscinas, ou adaptar os regulamentos à situação desportiva real?

A resposta dos treinadores de pólo aquático inquiridos converge no sentido da alteração do regulamento, pois 73,7% dos 19 treinadores de escalões de formação masculinos e 84,6% dos 13 treinadores de escalões de formação femininos, referem que esta limitação regulamentar dificulta a constituição de novos núcleos de pólo aquático (quadro 30).

Quadro 30. *Opinião dos treinadores dos escalões de formação sobre a questão "A limitação regulamentar impede a constituição de novos núcleos de pólo aquático?"*

	Frequência*	%	Frequência**	%
Não	**5**	**26,3%**	**2**	**15,4%**
Sim	**14**	**73,7%**	**11**	**84,6%**

** N= 19 treinadores de escalões de formação masculinos*
*** N= 13 treinadores de escalões de formação femininos*

Acreditamos que os objectivos que devem enquadrar a participação das crianças nas competições dos escalões de formação, principalmente ao nível do escalão infantil[77], são perfeitamente compatíveis com as piscinas cujas dimensões não cumprem com o preceituado regulamentar.

No sentido de delimitar até que escalão etário se deveria jogar em piscinas não regulamentares, o questionário aplicado aos treinadores dos escalões de formação distingue as competições de âmbito regional das de âmbito nacional, pois ambas encerram perspectivas de desenvolvimento diferenciadas[78] (quadros 31 e 32).

Quadro 31. *Utilização de piscinas não regulamentares, nos escalões de formação do sexo masculino*

	COMPETIÇÕES REGIONAIS		COMPETIÇÕES NACIONAIS	
	Frequência*	%	Frequência*	%
Até Cadete	**5**	**35,7%**	**8**	**57,1%**
Até Infantil	**5**	**35,7%**	**4**	**28,6%**
Até Juvenil	**4**	**28,6%**	**2**	**14,3%**

** N= 14 treinadores de escalões de formação masculinos*

[77] Divertimento e prazer, aprendizagem e aperfeiçoamento de competências / habilidades, socialização (estar com os amigos), sucesso e vitória, condição física e saúde, são aspectos centrais para a participação das crianças no desporto (Biddle, 1999; Gould e Petlichkoff, 1988; Knop et al., 2002; Schembri, 2002; Biddle, 2003).

[78] No questionário aplicado, o escalão infantil encontra-se dividido em dois níveis etários, cadetes e infantis, metodologia que antecipou a reestruturação efectuada pela FPN já no decorrer do nosso estudo.

Quadro 32 *Utilização de piscinas não regulamentares, nos escalões de formação do sexo feminino*

	COMPETIÇÕES REGIONAIS		COMPETIÇÕES NACIONAIS	
	Frequência*	%	Frequência*	%
Até Cadete	**2**	**18,2%**	**5**	**45,5%**
Até Infantil	**3**	**27,3%**	**5**	**45,5%**
Até Juvenil	**6**	**54,5%**	**1**	**9,0%**

** N= 11 treinadores de escalões de formação femininos*

De acordo com os quadros 31 e 32, as linhas de tendência mais fortes das respostas dos treinadores são as seguintes:

1. Em ambos os sexos, existe maior aceitação na utilização das piscinas não regulamentares em competições de âmbito regional, relativamente às de âmbito nacional;
2. Em ambos os sexos, a aceitação na utilização das piscinas não regulamentares decresce com o aumento da faixa etária;
3. Existe uma maior tolerância na utilização das piscinas não regulamentares nos escalões mais velhos do sexo feminino, relativamente aos mesmos escalões do sexo masculino;
4. Reduzida aceitação na utilização de piscinas não regulamentares para o escalão juvenil masculino, quer nas competições de âmbito regional quer nas de âmbito nacional;
5. Relativamente ao escalão juvenil feminino, as respostas dos treinadores apontam para a utilização de piscinas não regulamentares apenas nas competições de âmbito regional.

Desta forma, o crescimento do pólo aquático exige a alteração do regulamento que define as dimensões mínimas dos planos de água para as competições de pólo aquático, sendo o sentido da alteração, de acordo com a nossa sensibilidade e a opinião dos treinadores, sintetizado da seguinte forma:

- Escalão cadete e infantil, em ambos os sexos: as competições de âmbito regional e nacional poderão realizar-se em piscinas não regulamentares (quadro 33).

- Escalão juvenil masculino: as competições de âmbito regional e nacional deverão disputar-se em piscinas regulamentares (quadro 33).
- Escalão juvenil feminino: para as competições de âmbito regional poderão ser utilizadas piscinas não regulamentares, enquanto as competições de âmbito nacional deverão disputar-se em piscinas regulamentares (quadro 33).

Quadro 33. *Quadro síntese sobre a utilização de piscinas não regulamentares*

	COMPETIÇÕES REGIONAIS		COMPETIÇÕES NACIONAIS	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Cadete	**Sim**	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Infantil	**Sim**	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Juvenil	**Não**	**Sim**	**Não**	**Não**

4.2 Relação do clube com o local de prática

Pela sua tipologia específica, as piscinas apresentam uma elevada complexidade ao nível do seu projecto e da sua construção, assim como na sua posterior utilização e respectiva gestão.

De acordo com a sua função e objectivos de intervenção/transformação na/da população que serve, existem diversas possibilidades para a caracterização de uma piscina: coberta ou descoberta, de lazer ou de competição, de reabilitação ou de adaptação ao meio aquático, compridas ou curtas, entre tantas outras especificações.

Constituindo a água o elemento comum a todas piscinas e, simultaneamente, o que as faz distinguir de todas as outras instalações desportivas, as piscinas não deixam de ser retentores de maior ou menor volume que possibilitam, com finalidades diversas, o uso e o desfruto do meio aquático (Mestre Sancho, 2002).

Pelas características climatéricas do nosso país, a deslocação de alguns dos campeonatos e torneios de pólo aquático para a primavera e verão, disponibilizaria um número superior de piscinas regulamentares, nomeadamente as piscinas descobertas ou de *ar livre*. Face à limitada existência de piscinas regulamentares cobertas, esta medida permitiria corrigir o grave problema da marcação de jogos para todas as categorias e sexos.

A maior rentabilização do parque de piscinas descobertas poderia alterar a imagem do pólo aquático, associando-o a um desporto de *ar livre* e, consequentemente, mais próximo das motivações hedonísticas dos jovens. Por outro lado, através de uma maior exposição a um público mais vasto e diferenciado, esta medida contribuiria, acreditamos que significativamente, para retirar o pólo aquático do anonimato em que se encontra.

Com efeito, são poucos os clubes desportivos com recursos financeiros e humanos, principalmente aqueles, que possam suportar a construção de uma piscina e a sua posterior manutenção técnica e gestão global.

Pela superior volumetria e especificidades técnicas complexas, nomeadamente ao nível da manutenção da qualidade do ambiente e da sua temperatura, do aquecimento da água e despesas de combustível, as piscinas cobertas comportam custos mensais elevadíssimos, comparados com as necessidades de construção e manutenção das piscinas de *ar livre*[79].

Então, a deslocação temporal do período competitivo para a primavera e varão permitiria que outros clubes ou entidades aderissem ao pólo aquático,

[79] A necessidade de redução de custos constitui uma preocupação que atravessa o movimento associativo nacional e internacional. Como exemplo significativo, o comité executivo da UEFA, em reunião realizada na Áustria em 10 de Novembro de 2004, aprova a realização dos jogos das competições da UEFA em relva artificial a partir da temporada 2005/2006, medida que visa combater os elevados custos dos clubes com a manutenção e o tratamento da relva natural.

quer pela maior facilidade na utilização de piscinas com outra tipologia, quer pelos custos menos elevados da sua utilização.

De acordo com o quadro 34, destacamos que apenas 20% dos 25 clubes em estudo são proprietários da piscina onde desenvolvem a sua prática desportiva diária, enquanto 64% das piscinas são municipais.

Quanto à sua gestão, poderemos verificar que 8 das 16 piscinas municipais não são geridas directamente pelo município, sendo a sua gestão transferida para empresas municipais (4 piscinas) e atribuída a clubes (2 piscinas) e a outras entidades (2 piscinas).

Quadro 34. *Quadro síntese da propriedade e gestão das piscinas utilizadas pelos clubes portugueses*

	PROPRIEDADE DA PISCINA		GESTÃO DA PISCINA	
	Frequência*	%	Frequência*	%
Câmara municipal	**16**	**64%**	**8**	**32%**
Empresa municipal	**0**	**---**	**4**	**16%**
Clube	**5**	**20%**	**7**	**28%**
Instituição escolar/universitária	**2**	**8%**	**2**	**8%**
Outra	**2**	**8%**	**4**	**16%**

** N= 25 piscinas*

Dado que apenas 28% das piscinas são geridas pelos próprios clubes, a utilização das restantes piscinas para os treinos e para as competições dos clubes, deveria requerer uma intervenção prévia de associações e federação, de forma a harmonizar e compatibilizar as missões e os objectivos das entidades gestoras com a prática desportiva dos clubes.

Da leitura do quadro 35 poderemos verificar que 68% dos clubes portugueses não efectua qualquer pagamento para efectuar as sessões de treino, enquanto os restantes clubes alugam o espaço destinado ao treino das suas equipas.

Inevitavelmente, quanto menor for o espaço e o tempo sujeito a aluguer menor será o custo mensal, o que se traduzirá na opção dos clubes em restringirem o número de equipas em actividade, por género e/ou por escalão etário.

Quadro 35. *Valor mensal do aluguer da piscina para treino, dos clubes portugueses*

	Frequência*	%
Não efectua pagamento	**17**	**68%**
Até 500€	**5**	**20%**
Entre 501€ e 1000€	**1**	**4%**
Entre 1001€ e 1500€	**1**	**4%**
Entre 1501€ e 2000€	**1**	**4%**

** N= 25 clubes*

Esta situação contribuirá inevitavelmente para a contracção da expansão de clubes a praticarem pólo aquático, constituindo-se assim em mais um factor limitativo para o crescimento da modalidade.

Na perspectiva de aumentar a base massiva de praticantes, os clubes que possuam um agravamento dos seus encargos fixos devido ao aluguer de piscinas para treino, deveriam ser alvo de uma descriminação positiva por parte da FPN, que, por exemplo, se poderia traduzir por uma redução das taxas de inscrição e filiação ou por um aumento do subsídio de deslocação.

Esta medida poderia constituir um forte sinal para os núcleos de pólo aquático que ainda não se encontram filiados, cumprindo-se assim as alíneas e) e f) do artigo 3 dos estatutos da FPN, cujo texto indica como atribuições da federação "fomentar a criação de clubes e prestar apoio técnico, humano e financeiro aos seus associados".

Outro factor de constrangimento para o crescimento do pólo aquático, relaciona-se com o facto de 9 dos 25 clubes treinarem em piscinas que não possuem as dimensões regulamentares para a realização de jogos oficiais.

Para além da óbvia desvantagem competitiva, que resulta do facto de não poder realizar nenhum jogo no local habitual de treino, o clube perde igualmente uma importante oportunidade de divulgação do pólo aquático na sua área de influência social.

Desta forma, para a realização dos seus jogos em *casa*[80], os clubes ficarão sujeitos à disponibilidade das poucas piscinas regulamentares existentes, bem como à aplicação de uma taxa de aluguer por jogo.

Na época desportiva 2003-2004, o valor modal (mais frequente) da taxa de aluguer por jogo situa-se no intervalo entre os 51€ e os 75€ (quadro 36), valor que será tão mais significativo quanto maior for o número de escalões de ambos os sexos que o clube possua.

Quadro 36. *Valor do aluguer de piscina, por jogo*

	Frequência*	%
Não efectua pagamento	**16**	**64%**
Até 50€	**1**	**4%**
Entre 51€ e 75€	**4**	**16%**
Entre 76€ e 100€	**2**	**8%**
Não responderam	**2**	**8%**

** N= 25 clubes*

Atendendo a que os clubes que possuem todos os escalões de ambos os sexos realizam acima de 35 jogos em *casa* por época, o custo anual do

[80]Nos diversos escalões e sexos, existem diversos clubes que necessitam de efectuar longas e dispendiosas deslocações para poderem realizar os seus jogos em casa, dos quais damos os seguintes exemplos: o clube Aminata de Évora realiza os seus jogos em Lisboa, a equipa de Vila Real realiza os seus jogos na cidade do Porto, o S.L. Benfica desloca-se a Santarém (por questões de cedência gratuita da piscina), o clube Arsenal 72 de Sintra realiza os seus jogos em Lisboa, a equipa do CN Académico de Coimbra desloca-se à Mealhada, entre outros exemplos. Retomando análise anterior, refira-se que se o calendário competitivo se deslocasse para os meses climatericamente mais quentes, todos estes clubes poderiam disputar os jogos nas suas cidades de origem.

aluguer de piscinas para a realização de jogos orçará, aproximadamente, os 2000€.

Com efeito, existe alguma perversidade e incongruência nesta realidade: quanto maior for o potencial de desenvolvimento dos clubes (maior número de praticantes, maior número de escalões etários em competição), mais elevados serão os custos em filiações, inscrições, aluguer de piscinas para treino e para jogos, situação que, inevitavelmente, concorrerá para que os próprios clubes exerçam medidas de auto-restrição ao seu crescimento e desenvolvimento.

Mais uma vez, a intervenção de associações e federação revela-se de capital importância para a continuidade destes clubes na modalidade. A formulação de protocolos entre aqueles organismos e as entidades gestoras das piscinas possibilitaria a cedência gratuita das piscinas, ou, pelo menos, o seu aluguer sob valores mais compatíveis com as dificuldades dos clubes sem instalações próprias. Em última análise, possibilitaria a extensão dos núcleos de pólo aquático a um número superior de praticantes por escalão e sexo.

4.3 O pólo aquático no clube

4.3.1 As modalidades desportivas no clube

Entre outras organizações com responsabilidades institucionais no universo do desporto, os clubes têm representado, nas últimas décadas, a verdadeira *casa das máquinas* da prática desportiva em Portugal. É o caso específico do pólo aquático nacional, pois ao não ser contemplado pelo currículo da disciplina de educação física, nem integrando o quadro de actividades do desporto escolar, a sua oferta institucional é da exclusiva responsabilidade dos clubes com acesso a instalações de grande complexidade como as piscinas.

Nos países geográfica e culturalmente mais próximos como a Espanha, a França e a Inglaterra, existe a tendência dos clubes se constituírem a partir

da gestão das piscinas, oferecendo assim um leque de actividades desportivas exclusivamente relacionadas com as modalidades aquáticas.

De acordo com o quadro 37, à excepção do campeão francês feminino ASSPT Nancy, todos os clubes vencedores das ligas nacionais de Espanha, França e Inglaterra, com participação nas competições europeias de pólo aquático na época 2004-2005, possuem apenas actividades aquáticas como referência do desporto de rendimento.

Quadro 37. *Clubes campeões nacionais (em sublinhado) e participantes nas competições europeias de pólo aquático na época 2004/2005 (Espanha, França e Inglaterra)*

	Masculino	Feminino
Espanha	Club Natació Barcelona	Club Esportive Mediterrani
	Club Natació Sabadell	Club Natació Ondorreta
	Club Natació Atlètic-Barceloneta	Club Natació Sabadell
França	Club Natation Marseille	ASSPT Nancy
	Société Natation Strasbourg	
Inglaterra	Cheltenham S. Water Polo Club	City of Sheffield Swimming Squad
		City of Liverpool Swimming Club

A limitação do número de modalidades por clube desportivo tem sido um dos mecanismos encontrados, para aumentar a capacidade de resposta destas organizações à velocidade e complexidade das mudanças do meio.

Com efeito, "a relativa dimensão dos clubes, os modos operativos orientados pela tradição dos voluntários e a confiança nas organizações externas para financiamento, frequentemente tornam-nos mais sensíveis do que quaisquer outras organizações às alterações do meio" (Santos, 2002:15).

Assim, "os clubes pesados, centrados numa lógica insustentável do ecletismo e de uma gestão amadora ou a tempo parcial, não vão sobreviver à forte concorrência dos tempos que se adivinham" (Pires, 1994:6).

Em Portugal, os clubes portugueses com pólo aquático não seguem a *tendência exclusivamente aquática* dos seus congéneres espanhóis, franceses e ingleses, bastando referenciar que os actuais campeões nacionais, ambos com um lugar de destaque na história do desporto português, Sport Comércio e Salgueiros no sector masculino e o Real Clube Fluvial Portuense no sector feminino são clubes multidesportivos.

A partir da análise do quadro 38 poderemos verificar que apenas 28% dos clubes em estudo possuem exclusivamente modalidades aquáticas[81], sendo o valor mais frequente encontrado, com 40% do universo, os clubes que possuem até 5 modalidades.

Estes valores indiciam uma aproximação à necessidade dos clubes apresentarem uma configuração menos eclética e mais agilizada, para, assim, responderem com maior prontidão e eficácia às transformações do ambiente. Refira-se que apenas 12% dos clubes em estudo configuram um quadro com mais de 15 modalidades desportivas (quadro 38).

Quadro 38. *Modalidades desportivas no clube*

	Frequência*	%
Apenas pólo aquático	**1**	**4%**
Apenas modalidades aquáticas	**6**	**24%**
Até 5 modalidades	**10**	**40%**
6 a 10 modalidades	**5**	**20%**
Mais de 15 modalidades	**3**	**12%**

**N= 25 clubes*

[81] Apolos Aquáticos da Faculdade de Engenharia do Porto, Aminata de Évora, Clube de Natação da Amadora, Clube Náutico Académico de Coimbra, Foca de Felgueiras, Lousada Sec. XXI e SSCDCM Mealhada.

4.3.2 A autarquia e o clube

Quatro dos núcleos de pólo aquático federados mais recentes foram constituídos a partir de entidades municipais, com funções de gestão das piscinas municipais de Lousada, Mealhada, Paços de Ferreira e Paredes, parecendo que esta será uma realidade do futuro da natação em Portugal.

Face aos investimentos avultados das autarquias na concepção e construção de piscinas, existe uma tendência para a centralização da sua gestão no próprio espaço autárquico, nomeadamente através da constituição de empresas que assumem a gestão global da piscina, bem como a liderança pedagógica ao nível do ensino e da aprendizagem da natação.

Reconhecendo que *cada caso é um caso*, as especificidades locais, nomeadamente culturais e sociais, bem como a dinâmica do movimento associativo regional, determinam diferentes soluções para cada espaço.

Com efeito, no universo da natação portuguesa existem clubes municipais que desenvolvem um excelente trabalho, como são os casos, entre outros, de Gondomar, Loures, Paços de Ferreira, Palmela, Paredes, assim como existem autarquias que, ao delegarem a gestão de piscinas municipais em clubes, encontraram uma boa solução para os seus munícipes, das quais o Clube de Natação da Amadora e o Louletano Desportos Clube constituem excelentes exemplos. Outro caminho aponta para a disponibilização das piscinas municipais aos clubes que desenvolvem o pólo aquático, como é o caso da autarquia da cidade do Porto.

Qualquer que seja a solução encontrada, acreditamos convictamente que a introdução da vertente competitiva nas escolas de natação municipais proporciona um aumento global da qualidade dos seus serviços, na medida em que estimula o investimento pessoal dos seus profissionais, estabelece patamares de exigência superiores, proporciona modelos de execução de

referência, abrangendo, ainda, todos os jovens que procuram estímulos de rendimento desportivo que só a competição pode proporcionar.

Contudo, dado que a assumpção da prática desportiva federada não constitui a missão daquelas entidades municipais, a estabilidade e a continuidade destes projectos poderão ficar comprometidas pois, de mandato para mandato, poderão surgir opções políticas divergentes e contrárias à prossecução do modelo adoptado.

4.3.3 Os treinadores e o clube

Ao longo do estudo referenciámos um universo de 51 treinadores principais, dos quais 8 são do sexo feminino (15,7% do universo)[82]. Quanto à composição das equipas técnicas por clube, poderemos verificar que são constituídas por um número reduzido de elementos, sendo a situação de 1 treinador por clube a mais frequente, com 36% do universo em estudo. Com valores muito aproximados, 32% dos clubes possuem 2 treinadores principais e 28 % dos clubes apresentam uma equipa técnica constituída por 3 treinadores principais (quadro 39).

Quadro 39. *Composição do quadro técnico dos clubes portugueses*

	Frequência*	%
1 treinador principal	**9**	**36%**
2 treinadores principais	**8**	**32%**
3 treinadores principais	**7**	**28%**
5 treinadores principais	**1**	**4%**

**N= 25 clubes*

[82] Foram ainda referenciados 21 treinadores assistentes, com uma função mais direccionada para a logística geral do núcleo de pólo aquático do que para o treino. Detectámos vários treinadores principais que colaboram noutros escalões etários como assistentes. Noutros casos são jogadores mais velhos que apoiam o treino dos jogadores mais novos.

Da composição das equipas técnicas dos clubes consta ainda a figura do coordenador técnico, cujas funções, de acordo com as respostas obtidas, se situam ao nível da organização dos espaços de treino, da realização das tarefas burocráticas inerentes à prática desportiva competitiva (filiações, deslocações estadias, marcação piscinas, entre outras), a definição das estratégias de desenvolvimento do núcleo de pólo aquático e a prestação de apoio técnico aos treinadores.

Das equipas em estudo, 64% possuem um coordenador técnico, que em 9 casos assume igualmente a função de treinador principal. Assim, apenas 7 clubes possuem um coordenador técnico que não participa directamente na orientação técnica de qualquer equipa.

O reduzido número de treinadores por clube resulta de um processo de racionalização económica, que poderá colidir com a qualidade do treino e do desenvolvimento do percurso desportivo dos jogadores.

Com efeito, existindo 104 equipas que, nos diversos escalões e em ambos os sexos, disputam os diversos campeonatos de âmbito regional e nacional (figura 20), poderemos registar que, em média, cada um dos 51 treinadores principais treina duas equipas[83].

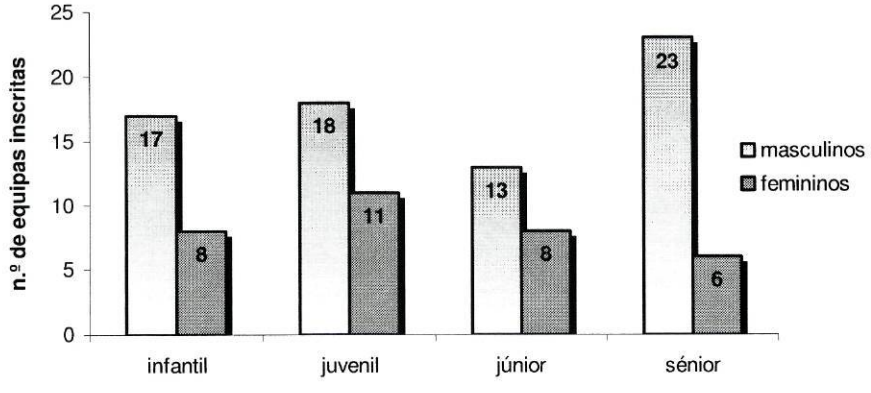


Figura 20. *Número total de equipas inscritas na FPN, por sexo (2003-2004)*

[83] O agrupamento – tipo verificado, dentro do mesmo sexo, consiste na união do escalão infantil com o escalão juvenil e a junção dos escalões júnior e sénior.

Esta realidade apela à *massificação* do treino, onde a atenção às necessidades individuais dos jogadores e às exigências específicas das diversas etapas da aprendizagem e do treino poderão sair comprometidas.

Desta forma, o processo de formação dos treinadores terá uma importância relevante, no sentido de capitalizar todos os recursos didácticos e pedagógicos conducentes a uma optimização da situação existente e, consequentemente, aportar uma maior qualidade aos processos de aprendizagem e de treino.

4.4 O treino do pólo aquático em Portugal

4.4.1 O horário dos treinos

Uma das dificuldades, comummente apontadas, para a generalização do pólo aquático à população jovem que frequenta as piscinas relaciona-se com o horário tardio das suas aulas e treinos.

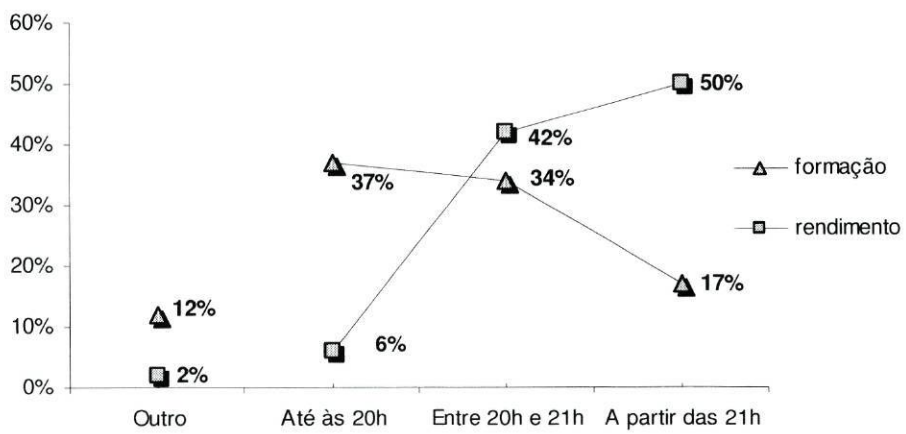
Pela sua especificidade, o treino do pólo aquático exige a ocupação da totalidade do plano de água por um número de atletas abaixo do limiar de ocupação máxima da piscina por hora [84], situação que conflitua com a rentabilização económica das piscinas. Assim, a generalidade dos núcleos de pólo aquático utilizam a piscina em horários mais tardios, normalmente após a ocupação dos horários nobres pela escola de natação do clube e, quando exista, pela equipa de competição de natação pura.

Contudo, de acordo com a figura 21, os clubes demonstram a preocupação em iniciar os treinos de pólo aquático dos escalões de formação, em ambos os sexos, num horário mais compatível com a idade dos atletas. À medida que se avança nos intervalos horários seleccionados para o nosso

[84] A ocupação máxima recomendada situa-se num adulto por cada 2m² de superfície do plano de água e, quando se trata de crianças, de uma criança por cada 2,5m².

estudo, poderemos verificar que existem progressivamente menos equipas dos escalões de formação em treino, por oposição aos escalões de rendimento.

Com efeito, apenas 17% dos clubes em estudo iniciam os treinos dos jogadores infantis e juvenis a partir das 21 horas Assim, 37% dos clubes iniciam os treinos dos escalões de formação até às 20 horas, enquanto 34% o faz entre as 20 horas e as 21 horas. Esta situação revela-se mais adequada às necessidades sociais e familiares dos atletas mais novos, representando uma *braçada* em frente relativamente ao que era tradicional na última década.



Formação, N= 54 equipas; Rendimento, N= 50 equipas

Figura 21. *Horário de treinos das equipas de pólo aquático: escalões de formação e de rendimento, em ambos sexos (2003-2004)*

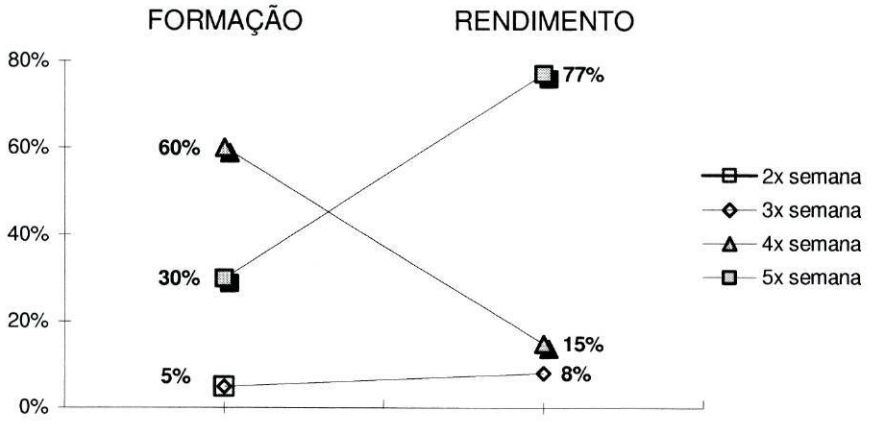
Como consequência da antecipação da hora de início do treino dos escalões de formação, 50% dos clubes nacionais iniciam o treino dos escalões de rendimento a partir das 21 horas, registando-se contudo que 42% dos clubes o faz entre as 20 horas e as 21 horas (figura 21).

Apesar de não termos encontrado registos anteriores, parece-nos que, também ao nível dos jogadores juniores e seniores, o treino se inicia num horário menos tardio, começando a ser criadas condições para que o treino do pólo aquático, nos diversos escalões e sexos, não colida com a vida estudantil e profissional dos seus atletas.

Nos escalões de formação, em que o volume de jogos é extremamente reduzido, parece-nos que a inclusão do sábado como dia de treino, em substituição de um dos dias da semana, poderá constituir uma alternativa válida para cativar mais jovens para este desporto. Por outro lado, esta medida disponibilizaria aos atletas juniores e seniores, um plano de água de dimensões superiores, bem como um horário de treino menos tardio

4.4.2 Número de treinos semanal

Relativamente ao número de treinos semanal efectuado pelas equipas de formação do sexo feminino, as respostas ao questionário por nós aplicado indicam que 60% das equipas treinam quatro vezes por semana e que 30% o faz todos os dias da semana, i.e., a quase totalidade das jogadoras infantis e juvenis portuguesas (90%) treina pelo menos quatro vezes por semana (figura 22).



Formação, N= 19 equipas; Rendimento, N= 14 equipas

Figura 22. *Número de treinos semanais – equipas femininas de formação e de rendimento (2003-2004)*

Continuando a interpretação do desenho da figura 22, registamos que aproximadamente 3/4 das equipas de rendimento do sexo feminino (77% do total dos clubes nacionais) treina todos os dias da semana e que 15% o faz quatro vezes por semana. À semelhança dos escalões de formação, 92% das atletas treina no mínimo quatro vezes por semana, predominando contudo a

situação de 5 treinos por semana. Apenas 8% das equipas apresentam uma prática de três vezes por semana.

Partindo do pressuposto lógico que as equipas infantis e juvenis que treinam todos os dias também o farão nos escalões subsequentes, poderemos inferir que, na transição dos escalões de formação para os escalões de rendimento, aproximadamente 80% das atletas que treinavam quatro vezes por semana passam-no a fazer cinco vezes por semana.

Sabendo-se que a quebra mais significativa do número de atletas se verifica na transição do escalão juvenil para o júnior, parece-nos que a presença diária do pólo aquático na vida das atletas constitui um dos factores de abandono da modalidade. De facto, o escalão júnior (idades de 17/18 anos) coincide com a fase pré universitária e com o início da vida universitária das atletas, o que aumenta a necessidade da disponibilização de mais tempo de estudo, bem como de alguma pressão exterior dos familiares directos.

Dado que desde muito cedo estas jovens treinam pelo menos quatro vezes por dia, gera-se a noção de que o pólo aquático absorve um grande espaço na vida das atletas e que, quando a exigência do treino cresce paralelamente com as solicitações sociais e escolares, a continuidade do seu percurso desportivo é colocada em causa.

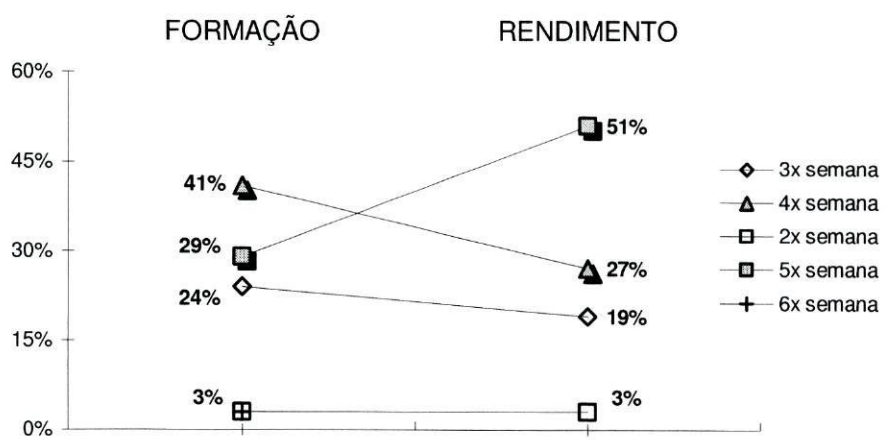
Sendo o aumento da base massiva do pólo aquático feminino uma prioridade estratégica da política de desenvolvimento de associações e federação, parece-nos que a diminuição do número de treinos semanais, quer nos escalões de formação quer numa primeira etapa dos escalões de rendimento, permitiria suster o fluxo de abandono de atletas que se tem verificado nos últimos anos.

Numa modalidade desportiva de grande intensidade física, que exige um domínio abrangente do meio aquático e de tudo o que é comum aos jogos

desportivos colectivos (JDC), reconhecemos que o factor treino é preponderante e decisivo para a evolução dos atletas.

Neste sentido, a diminuição da carga semanal de treino que preconizamos, terá que ser sustentada, ao longo de todo o percurso desportivo do jovem, pelo aumento da qualidade de cada sessão de treino. Neste sentido, destacamos, mais uma vez, o papel decisivo da qualidade da formação de todos os agentes desportivos, o que, inevitavelmente, se reflectirá na qualidade da sua intervenção.

Relativamente aos escalões de formação do sector masculino, poderemos verificar que o número de treinos semanais mais frequente é o de quatro vezes por semana, utilizado por 41% dos clubes portugueses. Com valores aproximados, 29% dos escalões de formação masculinos dos clubes portugueses treinam cinco vezes por semana, enquanto 24% têm três sessões de treino semanais (figura 23).



Formação, N= 35 equipas; Rendimento, N= 36 equipas

Figura 23. *Número de treinos por semana– equipas masculinas de formação e de rendimento (2003-2004)*

Verificamos assim que 73% dos jogadores das categorias infantil e juvenil treinam pelo menos quatro vezes por semana (figura 23), valor menos significativo que os 90% verificados para o sector feminino.

Nos escalões de rendimento do sector masculino, as respostas ao questionário indicam que aproximadamente metade das equipas nacionais (51%) treina cinco vezes por semana, o que representa um aumento de 26% relativamente às categorias infantil e juvenil (figura 23).

Dos escalões de formação para os escalões de rendimento, o número total de equipas que treina pelo menos quatro vezes por semana cresce 5%, representando 78% do universo de equipas dos escalões júnior e sénior (figura 23), contra os 92% verificado no sector feminino para os mesmos escalões.

Desta forma poderemos concluir que, quer nos escalões de formação quer nos de rendimento, o sector feminino ocupa mais dias da semana em situação de treino que o sector masculino.

4.4.3 Carga horária semanal de treinos

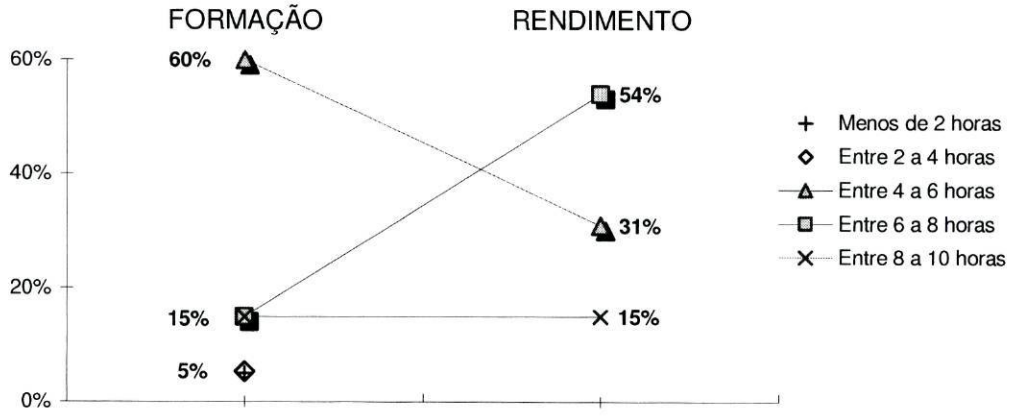
A reduzida dimensão da globalidade dos planos de água limita a coexistência simultânea de várias equipas em situação de treino. Paralelamente, a hora tardia do seu início coloca limites naturais quanto à duração da sessão.

Para que as diversas equipas possam treinar diariamente, os clubes optam por sessões de treino com uma duração temporal pouco extensa e, como já analisámos anteriormente, pela diminuição do número total de equipas em treino, através do agrupamento dos escalões de competição.

Efectuado o enquadramento sobre as condicionantes que concorrem para um treino diário com reduzida carga horária, poderemos verificar que 60% dos escalões de formação do sexo feminino treina entre 4 a 6 horas semanais, 15% entre 6 a 8 horas e apenas 15% utiliza a carga mais intensa, que se situa entre as 8 e as 10 horas de treino semanal (figura 24).

Relativamente aos escalões de rendimento do sexo feminino, o valor mais frequente, com 54% do universo dos clubes portugueses, reporta-se às equipas que treinam entre 6 a 8 horas por semana.

Com um valor semelhante ao das equipas infantis e juvenis, 15% das equipas treina entre 8 a 10 horas, verificando-se ainda que não existem equipas que treinem menos de 4 horas por semana (figura 24).



Formação, N= 19 equipas; Rendimento, N= 14 equipas

Figura 24. *Duração semanal dos treinos das equipas femininas – escalões de formação e de rendimento (2003-2004)*

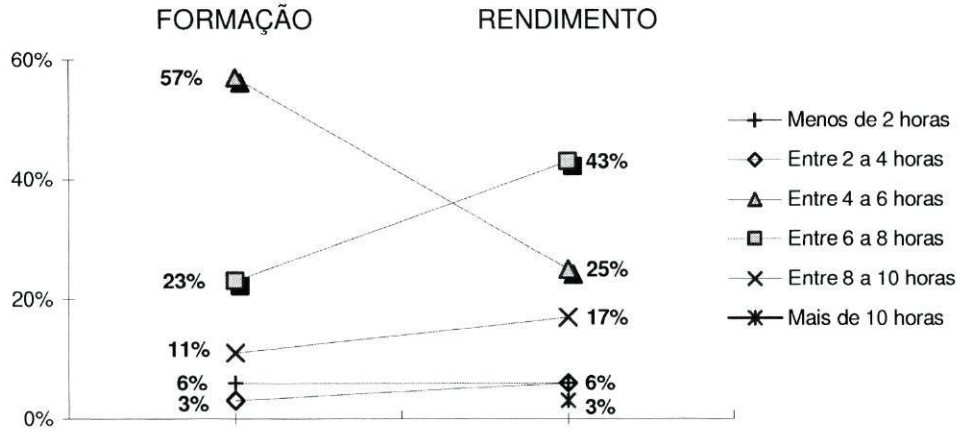
Na transição dos escalões de formação para os escalões de rendimento, poderemos salientar que a percentagem de equipas que treina mais de 6 horas por semana cresce de 30% para 69%.

Contudo, este crescimento é obtido através de uma carga horária – tipo de 6 a 8 horas semanais, dado que o valor para as equipas que treinam entre 8 a 10 horas permanece idêntico nas equipas de formação e de rendimento: 15% (figura 24).

Cruzando estes valores com os valores relativos ao número de dias de treino semanais, poderemos inferir que a duração – tipo das sessões de treino diárias do sector feminino se situa nos 90 minutos.

A análise do desenho da figura 25, referente ao número de horas semanal que os escalões de formação do sexo masculino dedicam às sessões de treino, revela que, comparativamente com as jogadoras dos escalões de formação, não existem diferenças expressivas.

O valor modal (mais frequente) em ambos os sexos é o de 4 a 6 horas semanal, com os registos de 60% para o sexo feminino e de 57% para o sexo masculino. Refira-se que 34% das equipas de formação do sexo masculino treina mais de 6 horas por semana, contra os 30% verificado pelas equipas do sexo feminino (figura 25).



Formação, N= 35 equipas; Rendimento, N= 36 equipas

Figura 25. *Duração semanal dos treinos das equipas masculinas – escalões de formação e de rendimento (2003-2004)*

Confrontando com a análise efectuada sobre a frequência de treinos semanais, poderemos concluir que as equipas masculinas dos escalões de formação apresentam um perfil de menos dias de treino semanais, porém com uma duração superior por treino.

As equipas femininas treinam mais dias por semana, apresentando contudo uma duração por treino inferior à dos rapazes.

À semelhança do escalão de rendimento feminino, o número de horas de treino semanal mais frequente do escalão de rendimento do sexo masculino situa-se entre as 6 e as 8 horas, com 43% para as equipas masculinas e 54% para as equipas femininas (figura 25).

Todavia, a percentagem de equipas que treina mais de 8 horas por semana é ligeiramente superior nas equipas masculinas (20%), relativamente aos 15% verificado pelas equipas femininas. Registe-se ainda que 9% das equipas masculinas treina até 4 horas semanais, situação que não se verifica nas equipas de rendimento femininas (figura 25).

Assim, comparando com as respectivas equipas do sexo feminino, as equipas de formação e de rendimento masculinas treinam menos vezes por semana, mas com uma duração superior por sessão de treino.

5. A situação do pólo aquático infantil em Portugal: 3ª etapa

Efectuado um enquadramento sobre o panorama do pólo aquático nacional, o presente estudo, de ora em diante, focará a sua atenção na realidade do escalão infantil. Num universo de 25 clubes portugueses com pólo aquático, 20 clubes apresentam equipas infantis do género masculino, existindo apenas 11 clubes com equipas infantis do género feminino.

5.1 A divisão do escalão infantil em dois grupos etários

Como consequência da amplitude etária do escalão infantil[85], situação que compromete a imposição natural dos jogadores mais novos deste escalão, 84,6% dos treinadores de equipas femininas e 73,7% dos treinadores de equipas masculinas não concordam com a actual faixa etária infantil, apontando como solução a divisão do escalão em dois grupos etários.

Prevendo-se que na próxima época 2004-2005 a FPN determine a subdivisão do escalão infantil, questionámos os treinadores das equipas infantis nacionais sobre qual o sentido da divisão que se deveria adoptar:

- Opção 1 – Categoria cadete abrangendo os praticantes com 10 e 11 anos de idade e a categoria infantil para os praticantes com 12, 13 e 14 anos de idade;
- Opção 2 – Categoria cadete abrangendo os praticantes com 10, 11 e 12 anos de idades e a categoria infantil para os praticantes com 13 e 14 anos de idade.

A resposta dos treinadores de equipas infantis surge inequívoca no sentido da segunda opção (cadetes, 3 anos e infantis, 2 anos), apresentando, em ambos os sexos, uma concordância acima dos 90% (quadro 40)[86].

[85] Integra jogadores com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos de idade.

[86] Durante o decorrer do presente estudo a FPN efectuou a previsível alteração regulamentar, dividindo o escalão infantil em cadetes e infantis. A estrutura da divisão acompanhou o sentido proposto pelos treinadores inquiridos no âmbito do nosso estudo.

Quadro 40. *Sentido da divisão do escalão infantil proposto pelos treinadores, em ambos os sexos*

	EQUIPAS FEMININAS		EQUIPAS MASCULINAS	
	Frequência*	%	Frequência**	%
Opção 1	---	---	1	6,7%
Opção 2	10	90,9%	14	93,3%
Outro	1	9,1%	---	---

** N= 11 treinadores; ** N= 15 treinadores*

Desta forma, a implementação da opção defendida pelos treinadores das equipas infantis implicará que, na época desportiva de 2004-2005, a categoria cadete agrupe os jovens nascidos em 1994, 1993 e 1992.

Existindo um inexpressivo número de jovens nascidos em 1994, o futuro escalão cadete será constituído quase exclusivamente pelos atletas nascidos em 1993 e 1992. Nos parágrafos seguintes, iremos reflectir sobre as consequências desta realidade para o devir do pólo aquático jovem em Portugal.

Da análise do quadro 41 poderemos observar que a criação do escalão cadete não é sustentada pelo volume de atletas inscrito na FPN, pois apenas se encontram filiados 16 atletas do sexo feminino e 38 do sexo masculino, nascidos em 1992 e 1993.

Procurámos ainda aprofundar a situação deste escalão ao nível dos jovens que, mesmo não se encontrando registados na FPN, efectuam a aprendizagem do pólo aquático nos clubes inquiridos. Assim, 15 jovens do sexo feminino e 54 do sexo masculino integram a escola de pólo aquático dos clubes (quadro 41), encontrando-se, de acordo com o diálogo estabelecido com os seus responsáveis técnicos, em fase de consolidação do domínio do meio aquático.

Quadro 41. *Cadetes: os jovens nascidos em 1992 e 1993*

	FEMININO		MASCULINO	
	Filiados	Não filiados	Filiados	Não filiados
Nascidos em 1993	**8**	**10**	**20**	**37**
Nascidos em 1992	**8**	**5**	**18**	**17**
Total	**16**	**15**	**38**	**54**

Desta forma, a resolução da divisão do escalão infantil em dois agrupamentos de idade não ultrapassará per si, o problema do crescimento da base massiva dos praticantes de pólo aquático, nem tão pouco aumentará a qualidade do jogo praticado em Portugal.

Com efeito, o reduzido número de praticantes descrito no quadro 41 impossibilitará que os clubes formem equipas exclusivas da categoria cadete, optando antes por inscrever os jovens nascidos em 1992 e 1993 no escalão seguinte, de forma a poderem usufruir de um quadro competitivo regional e nacional.

O escalão cadete ficará esvaziado de conteúdo, sem equipas e sem quadro competitivo, observando-se uma vez mais jovens que, na perspectiva de poderem competir, de poderem confrontar-se consigo mesmo e com os colegas de outras equipas, ultrapassarão inevitavelmente etapas essenciais da aprendizagem do pólo aquático.

Nesta perspectiva, urge reformular a essência do jogo que é oferecido aos jovens que integram o escalão cadete. O jogo deverá (i) contemplar o nível de domínio do meio aquático demonstrado pelos alunos, (ii) deverá ajustar-se ao nível da sua compreensão do próprio jogo e, por outro lado, (iii) deverá permitir que todos os elementos do (já pequeno) escalão de cadetes usufruam de um quadro competitivo inclusivo, i.e., que abranja todas as equipas que não possuam um número mínimo de jogadores para competirem numa estrutura de jogo formal.

Assim, a forma de jogo a apresentar aos jovens do escalão cadete deverá apontar na direcção dos jogos desportivos modificados a partir do macro modelo desportivo, com redução do número de jogadores.

Dado o número extremamente diminuto de jovens do sexo feminino nascidas em 1992 e 1993, a introdução daquela medida não se revelará suficiente, pelo que suportamos a ideia dos clubes poderem participar nas diversas competições regionais e nacionais com equipas mistas, i.e., com equipas constituídas por jogadores de ambos os sexos.

5.2 O espaço de treino do escalão infantil

A antecipação do horário de treino dos jogadores mais novos, relativamente aos restantes escalões etários, coloca o problema do espaço de piscina que se encontra disponível para a aprendizagem e treino dos jovens.

Com efeito, quanto mais cedo se iniciarem as sessões de treino do pólo aquático, maiores serão as possibilidades de, paralelamente, evoluírem equipas de natação pura ou classes de aprendizagem da escola de natação.

Por outro lado, os clubes que possuam várias equipas dos diversos escalões e sexo terão, inevitavelmente, de proceder a uma gestão do espaço disponível para treino, de acordo com as características das equipas, os objectivos do treino, o momento da época desportiva, entre outras variáveis decisivas para a adopção de critérios de ocupação do plano de água.

Conforme poderemos retirar do quadro 42, apenas 9,1% das equipas femininas e 26,3% das equipas do sexo masculino evoluem na totalidade do plano de água[87].

[87] A este conjunto de clubes que utilizam a totalidade da piscina, acrescentaremos os clubes que utilizam um espaço de treino até 6 pistas, pois este plano de água corresponde a uma piscina de 25m de comprimento por 12,5m de largura (medidas mínimas para a realização de jogos oficiais de pólo aquático).

Esta evidência transmite uma imagem positiva para a implementação do pólo aquático jovem em Portugal, pois demonstra que é possível a prática do pólo aquático sem a obrigatoriedade da utilização de grandes espaços. Porém, pela limitação que o espaço coloca à aprendizagem de um JDC, este panorama constitui um constrangimento ao desenvolvimento desportivo dos jovens.

Um dos recursos mais utilizados pelos clubes portugueses consiste na ocupação de metade da piscina – em largura, situação utilizada por 45,5% das equipas infantis femininas e por 26,3% das equipas masculinas (quadro 42).

Se a utilização de metade da piscina pode proporcionar a aprendizagem de elementos técnico – tácticos significativos, por outro lado limita a consolidação das situações de transposição de ataque e de defesa, nomeadamente ao nível da exploração de um dos princípios cruciais na aprendizagem dos JDC nos jovens: criar situações de vantagem numérica nas primeiras fases dos processos ofensivos e defensivos (Garganta, 1995).

Quadro 42. *Espaço de treino das equipas infantis do sexo feminino e masculino*

	FEMININO		MASCULINO	
	Frequência*	%	Frequência**	%
Totalidade da piscina	**1**	**9,1%**	**5**	**26,3%**
Metade da piscina	**5**	**45,5%**	**5**	**26,3%**
Até 2 pistas	**1**	**9,1%**	**1**	**5,3%**
De 2 até 4 pistas	**3**	**27,3%**	**6**	**31,6%**
De 4 até 6 pistas	**1**	**9,1%**	**1**	**5,3%**
Outra situação	**---**	**---**	**1**	**5,3%**

** N= 11 treinadores; ** N= 19 treinadores*

Aproximadamente 37% das equipas infantis de ambos os sexos treinam num plano de água que se prolonga até 4 pistas (quadro 42), situação que aponta para o domínio dos deslocamentos horizontais, nomeadamente para as transições rápidas de sentido defesa – ataque e ataque – defesa, bem como

para alguma debilidade no domínio dos princípios técnico – tácticos das fases planeadas do ataque e da defesa.

Da análise efectuada anteriormente, poderemos relevar a desmistificação da ideia de que para treinar pólo aquático é necessário a totalidade do plano de água, emergindo, pelo contrário, a noção de que neste grupo de idades, qualquer espaço de treino apresenta situações positivas para o enriquecimento da evolução desportiva do jovem.

Todavia, a permanente confrontação do jovem com um espaço de treino que apresenta constrangimentos ao conhecimento e à compreensão global do jogo, determina uma limitação à evolução plena do jovem neste desporto.

Assim, parece-nos que a existência de uma articulação entre as diversas equipas que ocupam simultaneamente a piscina, será indispensável para que em cada treino ou de sessão para sessão, se apresente à criança um espaço com uma geometria variável (p. ex. parte da sessão ser efectuada em pistas e a outra parte, por troca com outra equipa, ser efectuada em largura, etc.), que permita ultrapassar as limitações e constrangimentos provocadas por planos de água diversos dos planos de água com medidas mínimas oficiais.

Para além da sugestão por nós adiantada no parágrafo anterior, parece-nos que os jogadores infantis de ambos os sexos deveriam constituir uma única equipa de treino. Como já referimos anteriormente, a integração dos jogadores infantis nos escalões seguintes poderá representar um óbice à evolução desportiva e social do jovem jogador.

Conforme poderemos observar a partir dos quadros 43 e 44, 81,8% das equipas infantis femininas e 63,2% das equipas masculinas integram o treino de outros escalões etários dentro do mesmo sexo, mas apenas, respectivamente, 36,4% e 21,1% das equipas infantis de ambos os sexos treinam em simultâneo, i.e., no mesmo espaço e com o mesmo horário.

Quadro 43. *Treino das equipas infantis do sexo feminino e masculino, integrados noutros escalões etários*

	FEMININO		MASCULINO	
	Frequência*	%	Frequência**	%
Treino integrado	**9**	**81,8%**	**12**	**63,2%**
Treino não integrado	**2**	**18,2%**	**7**	**36,8%**

** N= 11 treinadores; ** N= 19 treinadores*

Quadro 44. *Treino simultâneo das equipas infantis do sexo feminino e masculino*

	FEMININO		MASCULINO	
	Frequência*	%	Frequência**	%
Treino simultâneo	**4**	**36,4%**	**4**	**21,1%**
Treino não simultâneo	**7**	**63,6%**	**15**	**78,9%**

** N= 11 treinadores; ** N= 19 treinadores*

A reestruturação das equipas de treino nos clubes portugueses, através da constituição de equipas de treino mistas para o escalão infantil, permitiria ultrapassar as desvantagens de uma integração prematura no escalão seguinte, bem como uma ocupação do espaço de treino mais racional e adequada às exigências da formação dos jovens.

Com esta medida, os pressupostos que orientam a opção de juntar escalões etários concomitantes permaneceriam intactos, pois salvaguardar-se-ia a racionalidade económica (contratação de um número menor de treinadores) e a gestão da ocupação dos espaços de treino disponíveis, com a vantagem acrescida de um melhor enquadramento técnico e social dos jovens.

5.3 Os serviços oferecidos pelos clubes aos jogadores do escalão infantil

Conforme poderemos observar a partir do quadro 45, os clubes que possuem equipas infantis tendem a apresentar serviços vocacionados exclusivamente para a aprendizagem do pólo aquático: 72,7% dos clubes com equipas infantis femininas e 63,2% dos clubes com equipas masculinas daquele escalão, apresentam classes de mini – pólo.

A vocação da escola de natação dos clubes com equipas infantis do sexo feminino encontra-se direccionada para a aprendizagem da natação pura, pois apenas 18,2% incluem no seu currículo a aprendizagem do pólo aquático.

A situação agora descrita generaliza-se aos clubes com equipas infantis do sexo masculino, dado que, para além da aprendizagem da natação pura, apenas 15,8% das respectivas escolas de natação efectua uma iniciação ao pólo aquático (quadro 45).

Quadro 45. *Serviços oferecidos pelo clube para a aprendizagem do pólo aquático*

	FEMININOS		MASCULINOS	
	Frequência*	%	Frequência**	%
Escola de natação	**2**	**18,2%**	**3**	**15,8%**
Classe mini – pólo	**8**	**72,7%**	**12**	**63,2%**
Equipa federada	**6**	**54,5%**	**13**	**68,4%**

** N= 11 clubes; ** N= 19 clubes*

5.4 Factores internos e externos para o recrutamento de jogadores do escalão infantil

Pretendendo verificar como são cativados os jovens do escalão infantil e, simultaneamente, constatar a eficácia dos serviços que neste âmbito os clubes apresentam, solicitámos que os treinadores indicassem, por ordem de importância, as acções internas e externas ao clube que mais têm contribuído para *seduzir* os jovens para as suas equipas.

Assim, como factores internos que suscitaram o *recrutamento* dos actuais jogadores (filiados e não filiados) das equipas infantis dos clubes, destacamos: (i) a escola de natação do clube, (ii) as classes específicas de mini - pólo, (iii) os atletas provenientes da equipa de natação pura do clube, (iv) a divulgação efectuada pelos atletas a colegas e amigos, (v) a divulgação efectuada pelo próprio clube. Como factores externos ao clube: as acções de promoção da modalidade efectuadas pela FPN e pelas AN (quadro 46).

De acordo com a opinião expressa pelos treinadores do escalão infantil, as acções externas de promoção e divulgação do pólo aquático da responsabilidade da FPN e das AN, são as que menos têm contribuído para o aumento do número de praticantes infantis nos clubes. Esta opinião reforça a ideia de que aquelas organizações se encontram especialmente vocacionadas para os aspectos normativos e organizativos do pólo aquático: ambas aparecem em sexto e sétimo lugar na ordem de importância para o recrutamento de jogadores infantis nos clubes (quadro 46).

Quadro 46. *Importância das acções internas e externas ao clube, para o recrutamento dos atletas do escalão infantil*

	Escola natação	Mini – pólo	Natação pura	Colegas, amigos	Divulgação do clube	Acção FPN	Acção AN
Equipa feminina*	**1º**	**3º**	**5º**	**2º**	**4º**	**7º**	**6º**
Equipa masculina**	**1º**	**3º**	**5º**	**2º**	**4º**	**6º**	**7º**

** N= 11 equipas; ** N= 20 equipas*

Contrariando a sensibilidade vigente na década inicial da 2ª vaga do pólo aquático nacional, os atletas provenientes da equipa de natação pura surgem em 5º e último lugar nos factores internos para a cativação dos jogadores infantis de pólo aquático. Considerando que um praticante de natação pura não será necessariamente um jogador de pólo aquático, da mesma forma que um corredor de 100 metros poderá não ser um bom jogador de basquetebol, acreditamos contudo que os clubes deverão optimizar as relações entre os diversos serviços.

Pelos elevados níveis de exigência e dedicação, o número de jovens que abandona a prática da natação pura é globalmente elevado, situação que, em regra, é acompanhada pelo abandono de qualquer outra prática desportiva no clube.

Uma correcta articulação entre os diferentes serviços do clube permitiria a recuperação dos jovens que abandonam a prática da natação pura para o pólo aquático, ou para outro serviço apresentado pelo clube. Entre outras vantagens, o clube evitaria perder os *clientes* que já se encontram potencialmente identificados com as características e especificidades do clube, e sobre os quais recaiu o investimento de um conjunto vasto de recursos conducentes à sua formação pessoal, desportiva e social.

Os mecanismos de divulgação efectuados pelos actuais praticantes junto de colegas e amigos, são dos mais importantes na mobilização de outros jovens para a prática do pólo aquático; de acordo com o quadro 46 representam o 2º factor mais determinante, indiciando um bom grau de satisfação na sua prática desportiva.

Ainda de acordo com o quadro 46, os mecanismos de divulgação efectuados pelo próprio clube não se revelam eficazes na promoção dos seus serviços; representam o 4º e penúltimo factor interno mais determinante para o *recrutamento* de jovens para a equipa infantil de pólo aquático, sugerindo uma

fraqueza dos clubes portugueses no sector da promoção e divulgação das suas secções desportivas.

Apesar do reduzido número de clubes em que as escolas de natação abordam a aprendizagem do pólo aquático (ver quadro 45), o quadro 46 revela que a principal porta para a entrada de jovens de ambos os sexos nas equipas infantis portuguesas, tem sido a escola de natação dos clubes. Este dado releva a necessidade dos clubes com pólo aquático procederem a uma reorientação metodológica do ensino da natação pois, numa perspectiva pedagógica multidisciplinar, a inclusão de elementos básicos de iniciação ao pólo aquático permitiria optimizar o ensino e o treino dos alunos que, posteriormente, optem pela prática específica do pólo aquático.

Singularmente, as classes de mini – pólo, constituídas especificamente para facilitar e promover o posterior acesso dos seus alunos às equipas infantis de pólo aquático, ocupam apenas, em ambos os sexos, o 3º lugar como factor de *recrutamento* dos atletas infantis.

Surgindo a criação de classes de mini – pólo como uma resposta dos clubes às necessidades de formação e de cativação de jovens para o pólo aquático, esperar-se-ia uma maior eficácia da sua acção, i.e., uma capacidade mais significativa no processo de mobilização de jogadores para as equipas infantis de pólo aquático.

Neste sentido, acreditamos que devido à juventude das classes de iniciação ao pólo aquático nos clubes portugueses, existe alguma dificuldade na consolidação de um modelo que se adeqúe à dupla finalidade de formar os futuros jogadores de pólo aquático e de, simultaneamente, adaptar-se às suas motivações, expectativas e ambições.

5.5 Modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação

Pela experiência decorrente da coordenação de um clube que há oito anos adoptou com sucesso um modelo de aprendizagem do pólo aquático[88], parece-nos que, num momento anterior à entrada do aluno na classe de mini – pólo, deverá existir uma formação orientada para o domínio dos deslocamentos e dos movimentos referenciais da natação pura, do pólo aquático e da natação sincronizada.

Numa perspectiva multidisciplinar da aprendizagem da natação, a inclusão, numa classe de mini – pólo, de uma criança que ainda não tenha adquirido um perfeito domínio do saber estar na água, poderá provocar um desajustamento entre as suas possibilidades reais e a especificidade da aprendizagem inicial de um JDC como o pólo aquático.

Neste sentido, o modelo de referência por nós perfilhado passará pela adopção de quatro etapas de progressão, que poderão ser ajustadas[89] de acordo com as características da escola de natação do clube (figura 26):

- 1ª etapa - Escola de natação:

  Orientada, numa perspectiva multidisciplinar, para o saber estar na água, procurando-se o domínio das técnicas de nado e dos deslocamentos base (num plano bidimensional) do pólo aquático e da natação sincronizada;

- 2ª etapa - Classe de natação - pólo:

  Surge das tradicionais classes de pré-competição de natação, introduzindo-se simultaneamente uma primeira abordagem ao pólo aquático. Vocacionada para a mestria das técnicas de nado (incluindo as viragens e as partidas) e para a aprendizagem e compreensão do pólo aquático. Primeiro contacto com um quadro competitivo adequado ao

[88] Currículo do clube Arsenal 72: campeão nacional de infantis femininos nas épocas 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004, vice campeão nacional de infantis masculinos na época 2002-2003 e vice campeão nacional em juvenis masculinos na época 2003-2004.

[89] Mantendo-se no entanto os objectivos referenciais de cada etapa.

desenvolvimento *biocultural* dos alunos, quer ao nível da natação pura quer ao nível de versões de mini – pólo. Todos os alunos participarão indistintamente em competições não formais de natação e de pólo aquático;

- 3ª etapa – Classe de mini - pólo:

Surge como o primeiro nível de especialização, direccionada para os alunos da classe de natação – pólo que tenham optado pela aprendizagem do pólo aquático. Primeiro contacto com um quadro competitivo orientado para versões de mini – pólo, mantendo-se contudo um contacto pontual com as competições de natação pura;

- 4ª etapa – Equipa infantil de pólo aquático:

Segundo nível de especialização, no qual se procederá à filiação desportiva dos alunos e à sua integração num quadro competitivo promovido por AN e FPN, orientado para o mini – pólo e para o jogo formal.

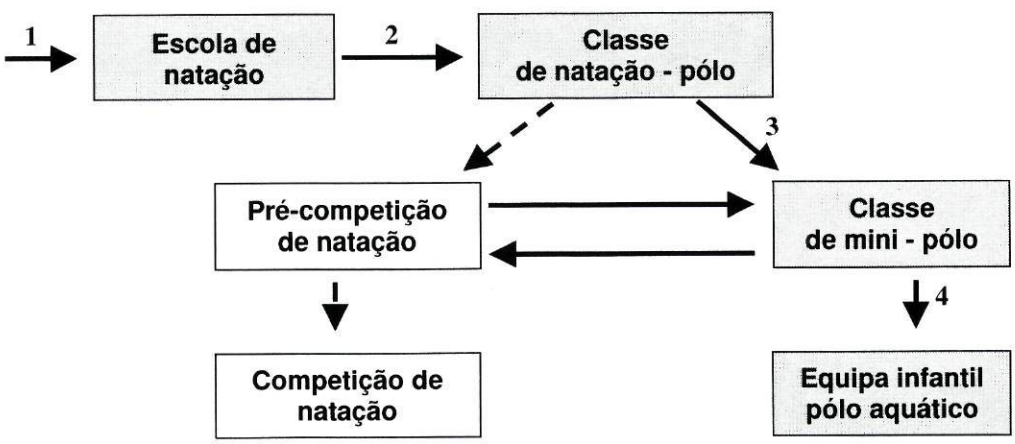


Figura 26. *Modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação*

Para além de uma formação plena do jovem no meio aquático, este modelo transporta a vantagem de não apresentar, prematuramente, uma única via desportiva. Com efeito, no primeiro nível de especialização desportiva (pré-competição de natação e classe de mini - pólo) os alunos poderão optar, de acordo com as suas motivações de momento, por se transferir de uma para a outra, sem se verificarem roturas na sua capacidade de integração e de acompanhamento das exigências específicas de práticas desportivas tão diversas como a natação e o pólo aquático.

Na perspectiva do clube, o modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação agora apresentado, possibilita a manutenção do aluno no espaço da organização. A multiplicidade de propostas alternativas permitirá que o aluno, numa fase de saturação emocional, percorra diversos caminhos na sua experiência motora e desportiva, sem quebrar o vínculo que o liga ao clube.

5.6 Os objectivos das equipas do escalão infantil: a visão dos seus treinadores

5.6.1 Objectivos gerais

Prosseguiremos o estudo do escalão infantil analisando os objectivos gerais que, na sua actividade com os jogadores infantis de ambos os sexos, os treinadores das equipas nacionais perseguem.

Decorrente do número reduzido de praticantes jovens de pólo aquático, não constitui surpresa o 5º e último lugar atribuído pelos treinadores, em ambos os sexos, à detecção de talentos como objectivo das equipas infantis (quadro 47). De facto, com uma base massiva de jogadores infantis tão diminuta, todos os jovens serão potenciais talentos e indispensáveis ao devir desta modalidade nos clubes.

Nesta linha, os treinadores portugueses procuram, como 1ª prioridade, que as sessões de treino das equipas infantis se direccionem para a recriação de um espaço lúdico, em que o ambiente de convívio, de amizade e de divertimento possa proporcionar o estabelecimento de vínculos afectivos duradouros entre os jovens e a equipa, tendo o pólo aquático como pano de fundo (quadro 47).

Assim, o rendimento desportivo imediato das equipas infantis surge como a 3ª prioridade no sector masculino e a 4ª prioridade no sector feminino, constituindo antes a preparação para os escalões seguintes o objectivo que,

por ordem da importância atribuída pelos seus treinadores, ocupa a 2ª prioridade no treino das equipas infantis em ambos os sexos (quadro 47).

Quadro 47. *Os objectivos gerais das equipas infantis de pólo aquático, por ordem da importância atribuída pelos seus treinadores*

	Espaço lúdico	Equipa compet.	Formação pluridiscip.	Preparação futuro	Detecção talentos
Equipa feminina*	**1º**	**4º**	**3º**	**2º**	**5º**
Equipa masculina**	**1º**	**3º**	**4º**	**2º**	**5º**

** N= 11 equipas; ** N= 20 equipas*

Apresentando um quadro de objectivos gerais que, na nossa opinião, se mostra adequado às necessidades de formação dos jovens e que, igualmente, reflecte uma correcta interpretação do actual momento do pólo aquático nacional, efectuaremos em seguida uma análise aos objectivos específicos estabelecidos pelos treinadores portugueses, para as equipas infantis de pólo aquático em ambos os sexos.

5.6.2 Objectivos específicos

O quadro 48 reflecte a expressão dos treinadores relativamente aos objectivos específicos que estabelecem para as equipas infantis portuguesas, em ambos os sexos. Nele poderemos observar que, para os treinadores nacionais, o objectivo específico prioritário das suas equipas infantis direcciona-se no sentido do domínio das técnicas de nado, i.e., para a relação dos jovens com o meio aquático.

Como já referimos anteriormente, a abordagem a este JDC deverá pressupor um domínio amplo do saber estar no meio aquático, bem como das técnicas de nado formais.

Contudo, consideramos que os alunos que procuram um espaço de ensino e aprendizagem de um JDC, não encontram a satisfação das suas

expectativas e ambições num espaço cujo objectivo específico prioritário se relaciona com a resolução dos seus problemas de deslocação na água. Com efeito, aquilo que a criança procura num JDC é jogar e participar no jogo (Hopper e Bell, 2001).

Na nossa opinião, a adopção do modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação (ver figura 26), em que a resolução do domínio das técnicas de nado é efectuado num estágio anterior[90], permitiria ultrapassar o conflito estabelecido entre o que o aluno procura num JDC e o que, de forma consciente, o treinador lhe deverá proporcionar para uma correcta aprendizagem e assimilação do que é o pólo aquático.

De facto, ao nível do escalão infantil constatamos a existência de duas situações – tipo no ensino do pólo aquático:
Situação – tipo 1: O aluno provém da escola de natação, com um reportório motor que inclui o domínio das técnicas de nado, procurando no pólo aquático a satisfação de necessidades hedonísticas e sociais que já não encontra no ensino da natação. A confrontação com uma rotina já vivida anteriormente poderá constituir um factor potencial de abandono da equipa infantil de pólo aquático e, cumulativamente, do clube[91];

Situação – tipo 2: O jovem inicia a aprendizagem do pólo aquático possuindo um domínio rudimentar do meio aquático. Neste caso, o esforço do ensino concentrar-se-á na superação das suas dificuldades de relação com o meio aquático, afastando-o progressivamente dos colegas que possuam uma superior motricidade aquática.

[90] De acordo com o modelo definido na figura 26, o domínio das técnicas de nado é efectuado na classe de natação – pólo, que se situa numa etapa de aprendizagem do pólo aquático anterior à da equipa infantil.

[91] A reintegração destes alunos num nível superior da aprendizagem do pólo aquático, nomeadamente num escalão etário superior, poderá constituir um recurso estratégico que numa primeira fase ajudará a ultrapassar a decepção dos jovens, mas que, por outro lado, poderá proporcionar lacunas importantes ao nível do conhecimento e da compreensão do jogo.

Assim, sugerimos a adopção do modelo de aprendizagem do pólo aquático (ver figura 26), o qual aponta para a introdução de uma etapa de aprendizagem prévia à das equipas do escalão etário infantil[92].

Quadro 48. *Os objectivos específicos das equipas infantis de pólo aquático, por ordem da importância atribuída pelos seus treinadores*

	Técnicas de nado	Técnica (c/ bola)	Desloca/os (s/ bola)	Táctica	Apz jogo pelo jogo	Condição física
Equipa feminina*	1º	4º	3º	6º	2º	5º
Equipa masculina**	1º	2º	4º	6º	3º	5º

** N= 11 equipas; ** N= 20 equipas*

A exclusão do domínio do meio aquático como objectivo específico mais importante do treino das equipas infantis, permitiria que a aprendizagem do jogo pelo jogo ocupasse o objectivo específico prioritário no sector feminino e o segundo objectivo específico mais importante no sector masculino (quadro 48), situação que se configura mais coerente e ajustada ao objectivo geral prioritário manifestado pelos treinadores: a aprendizagem do pólo aquático no escalão etário infantil deverá revestir-se de um ambiente lúdico (ver quadro 47).

Se aquilo que a criança procura na aprendizagem de um JDC é o jogo em si, então o tempo normalmente longo dedicado à preparação da criança para o *jogo dos adultos*, desencoraja-a nas suas primeiras vivências desportivas.

Contudo, a aprendizagem do jogo pelo jogo implica necessariamente a utilização de jogos modificados com uma significância táctica dirigida para o jogo formal (Garganta, 1995; Hopper e Bell, 2001).

Nesta linha, o objectivo específico prioritário num espaço dirigido para a aprendizagem de um JDC, deverá apontar para a aprendizagem do jogo

[92] Classe de natação-polo.

através de formas modificadas do próprio jogo que, na sua essência, sejam portadoras de um elevado conteúdo táctico.

A aprendizagem do(s) conteúdo(s) táctico(s) do jogo permitirá que a criança obtenha um nível mais elevado de compreensão do jogo, parecendo-nos desajustado que a táctica surja, em ambos os sexos, como o objectivo menos importante no trabalho efectuado com os jovens (quadro 48).

Privilegiar a aprendizagem da técnica com e sem bola (deslocamentos e posição base fundamental) fora do contexto táctico do jogo, para além de exigir um elevado domínio das técnicas de nado, promoverá a formação de jogadores com capacidade para intervir no jogo, sem contudo compreenderem o jogo em que intervêm.

5.7 O escalão infantil no futuro: o mini – pólo como factor estratégico de desenvolvimento

5.7.1 Medidas de desenvolvimento do pólo aquático jovem

Decorrente dos diversos diálogos estabelecidos com os treinadores nacionais, foi recolhido um conjunto de medidas que, na opinião dos referidos treinadores, poderia promover o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do pólo aquático jovem em Portugal.

Foram registadas sete medidas de desenvolvimento (Med. Des.) que, sem obedecer a qualquer grau ou ordem de importância, agora categorizamos:

- Med. Des. 1 – Formação de treinadores, medida catalizadora para o aumento da qualidade da intervenção dos treinadores, ao nível dos praticantes jovens. De grande pertinência, face a uma nova dinâmica que se pretende implementar no ensino e na aprendizagem do pólo aquático, aproveitando a introdução do projecto nacional mini – pólo.

- Med. Des. 2 – Implementação do mini – pólo, como projecto nacional que potencie o nível de envolvimento dos actuais praticantes jovens com a modalidade e que, paralelamente, cative novos praticantes.
- Med. Des. 3 – Alteração do quadro competitivo, adequando-o às diferenças registadas quanto ao género e quanto à implantação geográfica da modalidade.
- Med. Des. 4 – Implementação de estágios técnico – pedagógicos, encorajando o empenho dos jogadores de pólo aquático no seu desenvolvimento pessoal e desportivo, constituirá, ainda, um factor potencial do aumento da qualidade desportiva de atletas e treinadores.
- Med. Des. 5 – Instituição de torneios inter-associações, permitindo que o jovem ultrapasse a exaltação do clube como modelo de referência desportiva e que melhore o seu espírito desportivo através do convívio com colegas de outros clubes. Possibilitará que os jovens filiados em clubes que não possuam equipas do seu escalão etário, possam ter uma referência competitiva, constituindo, ainda, um oportuno momento de avaliação para os directores técnicos e seleccionadores nacionais. Proporciona um estímulo adicional ao trabalho das associações de natação e respectivos dirigentes e treinadores.
- Med. Des. 6 – Alteração do agrupamento etário do escalão infantil, promovendo a sua divisão em dois grupos etários distintos, com uma oferta desportiva adequada às características bioculturais dos seus praticantes.
- Med. Des. 7 – Forma de competição direccionada para torneios multidesportivos, proporcionando uma formação multidisciplinar dos praticantes jovens, num clima de competição agradável e de forte componente lúdica.

Da análise do quadro 49, poderemos observar que a opinião dos treinadores das equipas infantis femininas e masculinas de pólo aquático coincide quanto às três medidas de desenvolvimento consideradas prioritárias. De facto, a medida de desenvolvimento mais importante, no parecer dos

referidos treinadores, será a implementação nacional do projecto mini – pólo, seguindo-se a alteração do agrupamento etário do escalão infantil e, finalmente como a terceira medida mais importante, a alteração do quadro competitivo dos jogadores infantis.

Quadro 49. *Importância das medidas de desenvolvimento do pólo aquático jovem, para os treinadores das equipas infantis nacionais de ambos os sexos*

	Med. Des.1	Med. Des.2	Med. Des.3	Med. Des.4	Med. Des.5	Med. Des.6	Med. Des.7
Equipa feminina*	7º	1º	3º	5º	6º	2º	4º
Equipa masculina**	4º	1º	3º	5º	6º	2º	7º

** N= 11 treinadores; **N= 20 treinadores*

Com uma forte convicção nas virtudes do mini – pólo como projecto transformador do panorama actual do pólo aquático jovem, as medidas de desenvolvimento como a implementação de estágios técnico – pedagógicos e de torneios inter-associações surgem, respectivamente para os treinadores de equipas femininas e masculinas, na 5ª e 6ª ordem de importância, enquanto a forma de competição direccionada para torneios multi-desportivos ocupa a 4ª e a 7ª ordem de importância (quadro 49).

5.7.2 O vínculo de participação dos dirigentes desportivos na implementação do mini – pólo

Existindo a intenção expressa da FPN em implementar o projecto nacional de mini – pólo na época desportiva de 2004-2005, medida considerada pelos treinadores como prioritária para o desenvolvimento do pólo aquático jovem, restava conhecer a posição dos dirigentes desportivos dos clubes com pólo aquático relativamente a este projecto nacional.

Com efeito, sem o apoio e a colaboração dos dirigentes desportivos a implementação do mini – pólo seria inexequível nos clubes, restando a procura

de novos mercados, situação que representaria uma fraqueza importante num processo que agora se inicia.

Colocada a questão sobre as medidas de desenvolvimento consideradas prioritárias para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do pólo aquático jovem[93], a resposta de 12 dirigentes desportivos converge para a opinião dos treinadores quanto à medida de desenvolvimento de 1ª importância e prioridade: a implementação do mini – pólo (quadro 50).

Quadro 50. *Importância das medidas de desenvolvimento do pólo aquático jovem, para os dirigentes dos clubes nacionais com pólo aquático*

	Med. Des.1	Med. Des.2	Med. Des.3	Med. Des.4	Med. Des.5	Med. Des.6	Med. Des.7
Dirigentes	**7º**	**1º**	**3º**	**6º**	**3º**	**3º**	**2º**

N= 12 dirigentes desportivos

Com efeito, para 52,2% dos 23 dirigentes desportivos inquiridos a implementação do mini – pólo constituirá uma medida decisiva para o desenvolvimento do pólo aquático ao nível dos escalões etários mais baixos, enquanto 30,4% dos dirigentes classifica a medida como muito interessante e 8,7% define o projecto como interessante (quadro 51).

Quadro 51. *Classificação da implementação do mini – pólo como medida de desenvolvimento do pólo aquático jovem, para os dirigentes dos clubes nacionais com pólo aquático*

	Nada interes.te	Pouco interes.te	Interes.te	Muito interes.te	Decisiva	Sem opinião
Implementação mini - pólo	**---**	**---**	**8,7%**	**30,4%**	**52,2%**	**8,7%**

N= 23 dirigentes desportivos

[93] Foi utilizado o mesmo procedimento usado para os treinadores de equipas infantis, mantendo-se a legendagem das medidas de desenvolvimento.

Questionados sobre o seu vínculo de participação no projecto, 91,3% dos 23 dirigentes afirma pretender colaborar com o projecto nacional, enquanto 95,7% dos dirigentes pretende desenvolver o mini – pólo no seu clube.

Existindo a convicção de que a introdução do mini – pólo contribuirá para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do pólo aquático em Portugal e que a sua implementação contará com o apoio de treinadores e dirigentes, o questionário prosseguirá no sentido de recolher informações sobre qual a estrutura do jogo a apresentar aos novos escalões cadete e infantil, bem como sobre os mercados prioritários para a implantação nacional do mini – pólo.

5.7.3 A estrutura do jogo no escalão cadete e no escalão infantil

De acordo com os quadros 52 e 53, a resposta dos treinadores é expressiva no sentido de definir o mini – pólo como a estrutura de jogo a apresentar no escalão cadete, opinião que congrega a totalidade dos treinadores das equipas femininas e 93,3% dos treinadores das equipas masculinas.

Quanto ao novo escalão infantil, a estrutura de jogo formal configura-se como a mais adequada para a totalidade dos treinadores das equipas masculinas e para 81,8% dos treinadores de equipas femininas.

Quadro 52. *Sentido da estrutura do jogo proposto pelos treinadores das equipas femininas, para os escalões de cadetes e infantis*

	MINI – PÓLO		JOGO FORMAL	
Equipas Femininas	Frequência*	%	Frequência*	%
Cadetes	**11**	**100%**	**0**	**0%**
Infantis	**2**	**18,2%**	**9**	**81,8%**

** N= 11 treinadores*

Quadro 53. *Sentido da estrutura do jogo proposto pelos treinadores das equipas masculinas, para os escalões de cadetes e infantis*

	MINI – PÓLO		JOGO FORMAL	
Equipas Masculinas	Frequência*	%	Frequência*	%
Cadetes	**14**	**93,3%**	**1**	**6,7%**
Infantis	**0**	**0%**	**15**	**100%**

** N= 15 treinadores*

5.7.4 A metodologia de implementação do mini – pólo

Dado que a implementação do mini – pólo em Portugal, para além de visar uma oferta desportiva mais adequada aos praticantes mais jovens de pólo aquático [94], pretende, igualmente, ir ao encontro de novos mercados (municípios, desporto escolar, piscinas que ainda não desenvolvam a prática desportiva do pólo aquático, entre outros), procurámos recolher a opinião dos treinadores sobre a estratégia adequada para a implementação deste novo produto.

Foram colocadas quatro situações-tipo a 31 treinadores de equipas infantis de ambos os sexos:

- Situação 1:

  Procurar novos mercados (municípios, desporto escolar, piscinas que ainda não desenvolvam a prática desportiva do pólo aquático, entre outros).

- Situação 2:

  Implementar no actual mercado (clubes desportivos que desenvolvam a prática federada do pólo aquático).

- Situação 3:

  Implementar no actual mercado e posteriormente em novos mercados.

- Situação 4:

  Implementar simultaneamente no actual e em novos mercados.

[94] Devidamente enquadrados num clube desportivo que desenvolva este JDC.

A necessidade premente de aumentar a base massiva de praticantes jovens, parece impulsionar os treinadores dos escalões infantis para a procura de novos mercados, conforme se pode verificar a partir da figura 27: 41% dos treinadores considera que a estratégia prioritária será a da implementação em novos mercados – situação 1, enquanto 47% opta pela implementação simultânea do mini – pólo no mercado existente e em novos mercados – situação 4 (figura 27).

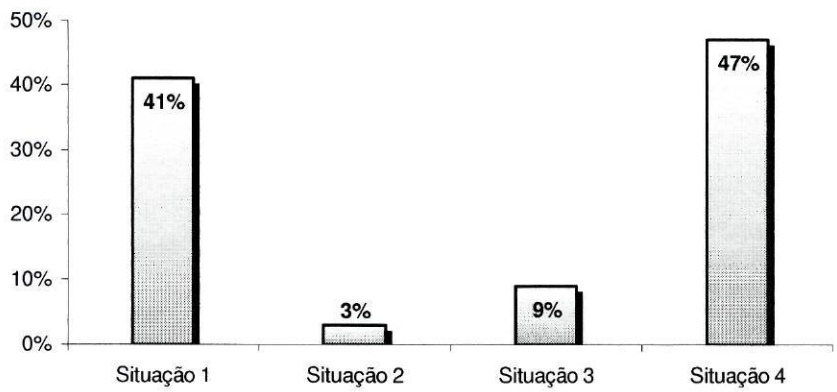


Figura 27. *Estratégia para a implementação do mini – pólo: que público-alvo?*

Contudo, a apresentação de um novo produto desportivo como o mini – pólo deverá ser alvo de uma reflexão prévia, da qual resulte uma avaliação sobre a sua adequação às expectativas e ambições dos jovens. Por outro lado, defendemos que deverão existir versões de mini – pólo direccionadas para alunos com diferentes níveis de adaptação ao meio aquático, pelo que essas versões deverão ser testadas previamente. Finalmente, a própria FPN deverá ter tempo para efectuar uma reflexão interna sobre a eficácia da sua estrutura e serviços.

Desta forma, entendemos que deverá existir uma *décalage* entre o momento de implementação nos clubes que já possuem núcleos de mini – pólo e o momento da implementação em novos mercados, pelo que defendemos uma actuação que se configura com a situação 3, ou seja, implementação inicial do mini – pólo nos clubes desportivos com pólo aquático e posteriormente procurar novos mercados.

6. Plano de desenvolvimento do pólo aquático português

Decorrente da caracterização realizada sobre o pólo aquático português, o plano de desenvolvimento que agora apresentamos será estruturado em quatro planos de análise: (i) análise das condicionantes externas macro-estruturais, (ii) análise das condicionantes externas específicas, (iii) análise das condicionantes internas (clubes com pólo aquático) e (iv) análise das condicionantes internas específicas (equipas infantis). Por cada plano de análise efectuaremos uma reflexão prognóstica sobre as tendências de evolução do pólo aquático e sintetizaremos ainda os factores críticos de sucesso, i.e., as estratégias e medidas que deverão ser assumidas face à situação actual do pólo aquático em Portugal.

6.1. Análise das condicionantes externas macro-estruturais

Factores demográficos: Diminuição da população jovem em Portugal, fenómeno derivado da redução dos valores da natalidade e de mortalidade. Concentração populacional, nomeadamente jovem, nas grandes cidades. Dispersão geográfica de Portugal por continente e regiões autónomas.

Factores económicos: Diminuição da despesa pública ao desporto e redução de receitas provenientes do totoloto.

Factores jurídico-legais: Período de transição para a aplicação e assimilação do espírito da nova Lei de Bases do Desporto.

Factores sociais: Reduzido índice de prática desportiva em Portugal. Reduzido número de praticantes no desporto escolar e no desporto organizado, situação agravada por uma articulação ineficaz entre os dois sistemas Alteração dos valores dos jovens relativamente ao desporto organizado.

6.1.1 Prognóstico

Com a diminuição da população jovem em Portugal, acompanhada de uma diminuição da despesa pública ao desporto e por uma orgânica legislativa que se procura adaptar à dinâmica dos novos tempos, o aumento da prática desportiva só poderá ser alcançado através do conhecimento profundo da população daquela faixa etária, harmonizando os produtos e serviços das organizações desportivas às suas exigências e motivações.

Reconhecendo-se o afastamento da população jovem face ao universo do desporto organizado e que os vínculos aí criados perdurarão ao longo da sua vida, urge repensar sobre o sentido da sua prática desportiva ao nível das atitudes, dos valores e do exemplo daqueles que dirigem a experiência que lhes é proporcionada (Adelino et al., 2002).

Naturalmente que as organizações desportivas deverão criar respostas ao nível dos serviços e produtos a apresentar a uma faixa etária progressivamente mais velha, mas o campo de acção deste estudo exclui esse âmbito de análise, não deixando, contudo, de o considerarmos igualmente decisivo para um Portugal mais aberto à participação desportiva.

6.1.2 Factores críticos de sucesso

Perante as condicionantes externas macro estruturais enunciadas, acreditamos que o aumento da participação dos jovens no desporto será um problema de natureza multifactorial, cujos vectores força, na perspectiva das organizações desportivas, deverão ser:

- Conhecimento mais profundo da realidade desportiva;
- Reconhecimento dos valores que orientam os jovens na prática desportiva;
- Adequação dos serviços e produtos oferecidos pelas organizações desportivas, às expectativas, ambições e motivações dos jovens;

- Adequação dos serviços e produtos oferecidos pelas organizações desportivas, à dinâmica regional específica;
- Eficiente rede de distribuição dos serviços e produtos, atendendo às características verificadas de dispersão e concentração demográfica;
- Criar condições para um aumento da competência de todos os agentes desportivos, incluindo os adultos de referência;
- Maior qualidade no processo de ensino e de aprendizagem;
- Imagem dinâmica e jovem que cative o mercado alvo.

6.2. Análise das condicionantes externas específicas

Tendo sido criadas condições para a evolução quantitativa da natação pura[95], acreditamos que o pólo aquático, através de um trabalho metódico, planeado e com o suporte de uma *doutrina* de desenvolvimento, poderá conquistar o seu espaço num país em que, nos últimos anos, as autarquias têm investido fortemente na construção de planos de água ao serviço da sua população[96].

Com efeito, verifica-se que o pólo aquático não tem crescido expressivamente ao longo dos últimos sete anos e que, sempre que existem picos de crescimento, não existe uma actuação concomitante da FPN que cative os novos praticantes e que, paralelamente, promova a fixação dos mais antigos.

[95] De acordo com o seu Director Técnico Nacional Dr. Paulo Cunha, o aumento do número de praticantes tem-se reflectido igualmente no desenvolvimento qualitativo da natação pura nacional.

[96] Há vinte anos atrás, a natação pura era sustentada pelos praticantes das grandes cidades de Lisboa, do Porto e de Coimbra, pois nelas se encontravam as instalações necessárias para a sua prática. Com a construção de um número crescente de piscinas por todo o país, a natação pura descentralizou-se e implantou-se fortemente nas urbes mais pequenas, surgindo por cada nova instalação novos clubes com uma perspectiva competitiva da natação pura. Paralelamente, a FPN estimula a actividade competitiva regional, com um forte ênfase na formação de técnicos, atletas e dirigentes, obtendo um evidente sucesso com as suas opções de desenvolvimento desportivo.

Conscientes de que o sucesso da 2ª vaga do pólo aquático em Portugal vai para além do seu *crescimento demográfico*, acreditamos porém, tal como Feio (1985), que o nível desportivo depende fortemente do número de praticantes, independentemente da sua qualidade, constituindo um elemento essencial para a qualificação desportiva deste desporto.

Avaliação histórica: Na história recente do pólo aquático, a FPN revela-se como uma organização reactiva à dinâmica dos clubes, dos treinadores e dos atletas. Desconhece-se qualquer documento que referencia a sua vocação e missão relativamente a esta disciplina da natação. Não existe uma estratégia definida para o desenvolvimento do pólo aquático, nem um estudo sobre a situação desportiva da modalidade. Dum conjunto de factores promotores do *recrutamento* de atletas do escalão infantil, as acções promovidas pela FPN e pelas AN são as que menos têm contribuído para o aumento do número de praticantes nos clubes portugueses. O mini – pólo será, desde o início da 2ª vaga do pólo aquático nacional, o primeiro produto a ser implementado pela FPN.

As AN encontram-se totalmente condicionadas pelas cotas de financiamento atribuídas pela FPN. Esta situação condiciona uma estratégia de desenvolvimento das AN sem pólo aquático, ou com um reduzido número de equipas filiadas, pois quanto menor o número de clubes filiados menor a verba recebida. As AN exibem grandes dificuldades ao nível dos recursos humanos, na medida em que são escassos e, maioritariamente, possuem dirigentes benévolos e uma estrutura técnica que exerce a sua função em tempo parcial. A sua função concentra-se nos processos burocráticos de filiação e inscrição de jogadores, bem como na estrutura normativa e organizativa das competições regionais.

Avaliação da dinâmica:

Representatividade institucional:

- O pólo aquático representa a segunda modalidade da FPN, com um peso de 14% sobre o número total de praticantes filiados. Verifica-se um maior crescimento do número total de atletas da natação pura, relativamente ao número total de atletas de pólo aquático. Nos últimos sete anos o peso relativo do pólo aquático na FPN é progressivamente menor, face ao crescimento verificado do número de praticantes da natação pura.

Crescimento:

- Global: A época de 2003-2004 corresponde ao maior pico de praticantes de pólo aquático, em ambos os sexos, com um total de 1135 atletas. Nos últimos sete anos, a taxa de crescimento média anual de praticantes cifra-se em 3,9%.
- Clubes: Existem 25 clubes com pólo aquático em Portugal, não se verificando nos últimos anos um crescimento do número de clubes. O crescimento do número total de praticantes de pólo aquático resulta do aumento de praticantes por clube e não do aumento do número de clubes.
- Género: Existe, aproximadamente, ¼ de praticantes do sexo feminino para ¾ de praticantes do sexo masculino. De 1998 a 2004 existe uma tendência de crescimento dos praticantes masculinos, não se verificando crescimento quanto ao número de praticantes femininos. O ano de 2004 corresponde ao maior pico de praticantes masculinos.

A situação do pólo aquático feminino em Portugal é deveras preocupante pois, para além de registar um número médio de praticantes extremamente reduzido, 261 atletas no período de 1998 a 2004, o crescimento médio de 1,4%, verificado naquele período de tempo, cifra-se num valor insuficiente para consolidar a prática feminina deste desporto.

Com efeito, "sendo quase nula a base massiva em que assenta, a sua possibilidade de progresso e desenvolvimento fica extremamente reduzida e condicionada" (Feio, 1985:71).

Atendendo aos dados relativos à presença feminina na natação pura[97], 2264 praticantes femininas em 2001 e 2498 praticantes femininas em 2002, poderemos compreender que as opções de desenvolvimento do pólo aquático *conjugado* no feminino não têm sido as mais correctas. No mesmo período de tempo, a um peso relativo de 45% sobre o total de atletas da natação pura, as jogadoras contrapõem um peso relativo de 25% sobre o total de praticantes de pólo aquático.

Aparentemente sem uma noção concreta da *demografia estatística* da situação (Feio, 1985), a FPN compromete(u) o futuro do pólo aquático feminino devido a dois erros estratégicos:

1. Ao não reconhecer a diversidade entre a situação do pólo aquático feminino e a do pólo masculino, a FPN adoptou opções estratégicas de desenvolvimento idênticas para ambos os sexos;
2. Ao promover a presença maciça de selecções nacionais femininas em fases de apuramento para campeonatos da Europa nas categorias júnior e sénior, em torneios internacionais e estágios realizados para além da nossa fronteira, a FPN revelou desconhecimento sobre o nível desportivo do pólo aquático português, ignorando as relações de equilíbrio entre massa e elite[98].

Sabendo-se que o nível desportivo é determinado em função dos números reais de praticantes e de elite – situação real – comparados com os

[97] Os últimos dados disponíveis reportam-se apenas a 2001 e 2002, assegurando o Director Técnico Nacional para a natação pura que os valores para 2003 e 2004 se encontram numa amplitude semelhante.

[98] "A elite representa a qualidade, o atingir dos mais altos níveis no quadro de resultados do maior valor internacional, ..., donde pertencer a uma elite nacional é não caber nas fronteiras do seu país e ser digno de enfrentar os melhores em qualquer parte do mundo" (Feio, 1985:70).

números desejáveis de praticantes e de elite – situação ideal – (Feio, 1985; Pires, 2003), o enorme *gap* verificado entre o que é real e o que se supõe ideal, desaconselhava as opções efectuadas pela FPN ao nível das participações internacionais das selecções nacionais.

Desta forma, urge repensar as opções estratégicas definidas até aqui pela FPN, concentrando todo o esforço em termos de recursos logísticos, humanos e financeiros no aumento da massa praticante feminina. A elite resultará como consequência deste investimento, não se devendo, contudo, negligenciar a mais valia que as atletas de maior dimensão poderão transportar para a promoção e desenvolvimento do pólo aquático.

Escalão, em ambos os sexos: o escalão infantil apresenta uma taxa de crescimento médio anual superior à dos outros escalões. Nos últimos anos, o escalão júnior apresenta o menor número de praticantes. O número de praticantes decresce à medida que se progride nos escalões etários. Assiste-se a um crescimento dos escalões de formação, relativamente aos escalões de rendimento.

Implantação geográfica: O desequilíbrio da implantação do pólo aquático a Norte aumentará a dificuldade em se criarem novos clubes a Sul, pelo aumento dos custos de deslocação e afins, bem como devido ao crescimento qualitativo das equipas fora daquela região. Na época 2003-2004 verifica-se:

- Inexpressiva implantação nacional, pois apenas 50% do total de AN possui clubes com pólo aquático federado;
- Forte concentração de clubes na AN Norte, superior a 50% do total de clubes nacionais.

Implantação geográfica, por género: Assistir-se-á ao desaparecimento dos núcleos femininos situados a sul da cidade do Porto, pois o reduzido número de clubes condicionará a construção de um calendário regional aliciante, induzindo ao abandono progressivo das atletas das AN do Sul e de Lisboa. Por

outro lado, com os seus orçamentos agravados devido a deslocações tendencialmente mais longas, os clubes destas AN desinvestirão no apoio aos núcleos femininos de pólo aquático, direccionando o investimento para os núcleos masculinos. Na época 2003-2004 verifica-se:

- Apenas existem clubes com praticantes do sexo feminino em três AN (Sul, Lisboa e Norte);
- Destas associações, a AN do Norte concentra 75,7% do total de praticantes do sexo feminino.

Avaliação das instalações:

- O local de prática: A obrigatoriedade de utilização de piscinas regulamentares, para a realização de competições oficiais de pólo aquático, constitui um obstáculo à formação de novos núcleos de pólo aquático. Os clubes mais recentes têm surgido em piscinas com um perfil compatível com o regulamento, não se verificando a formação de clubes em piscinas de pequena profundidade.

- Relação do clube com o local de prática: Um reduzido número de clubes é simultaneamente proprietário e gestor da piscina onde desenvolve a sua prática desportiva. Os clubes que não possuam instalações próprias (20% sobre o total de clubes), para além das despesas inerentes da competição, terão de suportar os custos de aluguer de piscinas para treino e competição. Deste modo, quanto maior o número de equipas por clube, maiores serão os custos resultantes da sua actividade desportiva. Contrariando a finalidade do aumento do número de praticantes de pólo aquático, os clubes tendem a contrair a expansão das suas equipas.

- A autarquia e o clube: Apenas 28% dos clubes portugueses com pólo aquático possuem instalações próprias, recorrendo ao aluguer de espaços para treino e competição. Assiste-se ao aumento de piscinas com uma propriedade e gestão autárquicas e, paralelamente, a equipas

de pólo aquático representativas dos serviços sociais camarários e das entidades municipais gestoras das piscinas. Os modelos adoptados para a gestão de equipamentos com as características particulares de uma piscina, deverão adaptar-se às especificidades locais. Perante o número crescente de piscinas com uma gestão ligada à autarquia, sugere-se que, para além da dimensão social, a vertente competitiva esteja sempre presente, constituindo um factor catalisador para o aumento da qualidade das suas escolas de natação. Contudo, a estabilidade e continuidade dos clubes com pólo aquático que surjam desta nova realidade desportiva, poderá ficar comprometida pela sensibilidade política que, no momento, lidere a autarquia.

Avaliação dos regulamentos:

- Dimensões regulamentares das piscinas: As dimensões regulamentares das piscinas constituem um obstáculo ao aumento do número de praticantes e à expansão nacional do pólo aquático, pois o parque de piscinas nacional não é compatível com os requisitos regulamentares. Desta forma, propõe-se a deslocação progressiva da época competitiva para meses climatericamente compatíveis com a utilização de piscinas descobertas, bem como o apoio da FPN aos clubes que não possuam piscina própria. Sugere-se que ao nível dos escalões cadete e infantil sejam utilizadas piscinas de dimensões não regulamentares.

- A divisão do escalão em dois grupos etários: Os treinadores encontram-se amplamente a favor da divisão do actual escalão infantil, apoiando um escalão cadete para os praticantes com 10, 11 e 12 anos de idade e um escalão infantil para praticantes com 13 e 14 anos de idade. Face ao inexpressivo número de praticantes filiados e não filiados do escalão cadete em ambos os sexos, que se verifica actualmente, será impossível efectuar um sistema de competições que aponte para o jogo formal. Efectivamente, para poderem usufruir de um quadro competitivo regular, os jogadores cadetes competirão no escalão seguinte, esvaziando a

essência da divisão do actual escalão infantil. Desta forma, sugere-se que a forma de jogo adoptada para a categoria cadete se baseie nos jogos desportivos modificados, permitindo a participação de equipas mistas.

- Sistema de competições: o sistema de competições apresentado pela FPN é estruturalmente semelhante em todos os escalões etários, não estabelecendo estímulos novos e crescentes ao longo do percurso desportivo do jovem.

Avaliação da formação de treinadores:

Em Portugal não tem sido estabelecido um plano de formação de treinadores que contemple a especificidade da aprendizagem do jogo. A concepção da formação em pólo aquático tem ficado *colada* ao modelo da formação de treinadores de natação pura.

6.2.1 Prognóstico

Pela indefinição de uma missão que contemple o desenvolvimento estratégico do pólo aquático e pelo erro de direccionar exclusivamente a sua vocação para as vertentes burocrática, logística, normativa e regulamentadora, a FPN e as AN não possuem condições para assumir, na plenitude da sua dimensão transformadora, a implementação do mini – pólo em Portugal. O sucesso da implementação do mini – pólo, passará, numa primeira fase, pela capacidade em mobilizar e cativar clubes, dirigentes e treinadores para as potencialidades do novo produto. Numa segunda fase, pelo empenho e pela qualidade da intervenção / participação dos clubes.

Para o crescimento *demográfico* do pólo aquático, o género feminino terá uma contribuição reduzida acentuando-se, assim, a *masculinização* deste desporto. Os núcleos femininos a sul tenderão a extinguir-se.

À semelhança de modalidades como o hóquei em campo e o voleibol, o pólo aquático tenderá a ser um desporto com uma forte implantação a norte, nomeadamente nas cidades suburbanas da cidade do Porto e distritos limítrofes. Esta tendência *canibalizará* o crescimento potencial doutras AN, pois aí concentrará dois factores determinantes de desenvolvimento: a tradição e a qualidade das manifestações competitivas. Decorrente deste panorama, a prática do pólo aquático a sul ficará economicamente mais onerosa, pelo isolamento e consequente necessidade de deslocações, exigindo, numa perspectiva competitiva, um esforço suplementar para se processar uma aproximação qualitativa aos clubes do norte.

A manutenção dos actuais regulamentos desportivos continuará a criar obstáculos à expansão e crescimento do pólo aquático, nomeadamente à constituição de novos núcleos, na medida em que impõe a utilização de infra-estruturas de grande complexidade, com uma construção e manutenção economicamente dispendiosas. Dada a existência de um número reduzido de piscinas com as exigências requeridas, continuará a assistir-se a graves problemas na elaboração dos calendários competitivos das mais de 100 equipas dos diversos escalões e sexos.

O sistema de competições não apresenta estímulos competitivos crescentes ao longo do percurso desportivo do praticante, nem se encontra adaptados às necessidades bioculturais dos praticantes jovens. Esta situação contribuirá para o desinteresse e desmotivação precoce dos jogadores.

Pelos seus elevados custos, assistir-se-á a um aumento de piscinas de referência municipal e, concomitantemente, a um aumento do número de clubes ligados à estrutura autárquica, caracterizados por uma grande vulnerabilidade face à sensibilidade política que, no momento, lidere a autarquia.

Devido aos custos de aluguer de piscinas, os clubes tenderão a reduzir o número de equipas filiadas, optando quer pela extinção das equipas do género feminino quer por uma redução da receptividade à introdução do género feminino no clube.

O número de praticantes de pólo aquático continuará a crescer assumindo, contudo, um menor peso relativo sobre o total de praticantes filiados na FPN, nomeadamente praticantes de natação pura. Para o crescimento global do número de praticantes será necessário efectuar um esforço de investimento efectivo nos escalões de formação, por contraposição ao crescente abandono de atletas dos escalões júnior e sénior. Assistir-se-á a um aumento do número de praticantes através do aumento do número de clubes com pólo aquático e não através do aumento de praticantes por clube.

O escalão júnior continuará a ser o escalão etário com o menor número de praticantes, em ambos os sexos. Constituindo uma etapa de transição para o escalão máximo, os jovens que iniciam mais tarde a sua iniciação no pólo aquático, não têm tempo para elevar a sua prontidão desportiva ao nível das exigências do jogo sénior, abandonando prematuramente o pólo aquático.

A aprendizagem do jogo continuará direccionada para os conteúdos técnicos do jogo, para o domínio dos deslocamentos e, acima de tudo, revelar-se-á pouco lúdica. A compreensão táctica do jogo continuará a ser a grande lacuna dos praticantes jovens de pólo aquático.

6.2.2 Factores críticos de sucesso

- Definição inequívoca da vocação e da missão da FPN para o pólo aquático.
- A actuação da FPN terá de passar, prioritariamente, pelo *crescimento demográfico* do pólo aquático, i.e., por trazer mais praticantes para o pólo aquático, assegurando, paralelamente, a fixação dos actuais atletas.

- Reconhecer a diversidade entre a situação do pólo aquático feminino e a do pólo masculino, adoptando opções estratégicas de desenvolvimento diferenciadas para ambos os sexos.
- Capitalização da oportunidade de expansão dos jogadores mais jovens (em 2004 o escalão infantil representa 30% do volume total de praticantes) e, paralelamente, criar condições que evitem o abandono precoce da modalidade, nomeadamente ao nível da transição para os escalões juvenil e júnior.
- Formação de uma comissão de desenvolvimento que, face à construção crescente de piscinas municipais com gestão autárquica, sensibilize os respectivos gestores para as potencialidades do pólo aquático como factor de sucesso das escolas de natação. Paralelamente, a comissão de desenvolvimento deverá apoiar as AN onde se inserem as novas piscinas, no sentido de criar uma estrutura humana de suporte técnico e logístico às iniciativas autárquicas e de promoção local das iniciativas da FPN.
- Estabelecer incentivos, directos ou indirectos, aos clubes que possuam equipas de ambos sexos.
- Estabelecer incentivos, directos ou indirectos, aos clubes que possuam todos os escalões etários.
- Formulação de protocolos com as entidades gestoras das piscinas, no sentido da cedência gratuita da piscina ou por valores compatíveis com as suas possibilidades económicas, aos clubes que não possuam instalações próprias.
- Alteração do regulamento de competições, possibilitando a utilização de piscinas de pequena profundidade.
- Alteração do regulamento de competições, através da divisão do escalão infantil em cadetes e infantis, permitindo a participação de equipas mistas.
- Sistema de competições que contemple dois escalões aglutinadores, com objectivos e conteúdos diferenciados: escalões de formação e escalões de rendimento.

- A amplitude etária do escalão júnior deverá ser alterada de dois para três anos, medida que procurará contrariar o abandono prematuro dos jogadores juniores, oferecendo assim mais tempo para a sua evolução e posterior transição para o escalão sénior.
- Alteração da calendarização de competições no sentido da sua deslocação temporal para o Verão, permitindo que, num país com condições climatéricas únicas na Europa, se possam utilizar tendencialmente as piscinas descobertas.
- A formação dos treinadores é um factor de desenvolvimento crucial no pólo aquático português. O modelo da formação de treinadores de pólo aquático deverá contemplar o seu nível de habilitações literárias[99], possibilitando que a participação dos treinadores na formação se transforme numa experiência mais estimulante e enriquecedora. No currículo da formação de treinadores deverá constar um modelo pedagógico de iniciação ao pólo aquático, adaptado à especificidade das instalações e às motivações dos jovens, onde a aprendizagem através do jogo desportivo modificado deverá desempenhar um papel relevante.

6.3. Análise das condicionantes internas (clubes)

As modalidades desportivas no clube: Existem poucos clubes que possuam exclusivamente modalidades aquáticas. Apesar de não possuírem um perfil *exclusivamente aquático*, os clubes portugueses com pólo aquático apresentam uma configuração pouco eclética (68% dos clubes possuem apenas até 5 modalidades desportivas), revelando uma estrutura agilizada para uma resposta mais eficaz às transformações do ambiente.

[99] Mais de 60% dos treinadores possui uma licenciatura como nível de habilitação académica (ver capítulo III).

Recursos humanos:

- Perfil sócio-gráfico do treinador: Os treinadores possuem um elevado nível de habilitações literárias declaradas: 66% dos treinadores concluiu uma formação de nível superior A área dominante do curso superior frequentado ou concluído é, em 63% dos casos, a educação física e o desporto, o que se projecta de forma evidente nos resultados obtidos quanto à profissão principal. Quanto à distribuição por sexo, podemos constatar que 83% dos treinadores de pólo aquático pertence ao sexo masculino. A idade média dos treinadores de ambos os sexos situa-se nos 30 anos.

- Perfil sócio-gráfico do dirigente: À semelhança dos treinadores, os dirigentes do pólo aquático são predominantemente jovens e apresentam elevados capitais escolares. Mais de metade dos dirigentes inquiridos foi, ou é, praticante de pólo aquático, apresentando como principais motivações para o dirigismo, a paixão intrínseca pelo pólo aquático e a necessidade de auxiliar a secção de pólo aquático. Não encontramos dirigentes em situação de reforma ou de desemprego.

- Equipas técnicas: As equipas técnicas dos clubes são reduzidas sendo o valor mais frequente verificado de 1 treinador por clube. Em média, cada treinador assume a direcção de duas equipas de escalões diferentes, o que poderá comprometer a qualidade do treino e do desenvolvimento do percurso desportivo dos jogadores. Apenas 7 clubes possuem um coordenador técnico que não participa directamente nas tarefas de treino. O plano de formação de treinadores terá uma importância relevante, no sentido de capitalizar todos os recursos didácticos e pedagógicos conducentes a uma optimização da situação existente.

Os serviços oferecidos pelos clubes aos jogadores do escalão infantil: Os clubes portugueses com pólo aquático tendem a apresentar serviços específicos para a aprendizagem do pólo aquático – classes de mini –

pólo, apesar das suas escolas de natação se encontrarem exclusivamente direccionadas para a aprendizagem da natação pura. Destaque-se que, contrariamente ao que seria esperado, as classes de mini – pólo não constituem o principal factor interno para a mobilização de jovens para o pólo aquático. Apesar de direccionada para a aprendizagem da natação pura, o factor interno mais importante para o *recrutamento* de jogadores infantis é, na opinião dos treinadores, a escola de natação do clube. Esta situação surge pela dificuldade na definição e consolidação de um modelo de aprendizagem do pólo aquático nos clubes portugueses. Os factores externos, decorrentes da acção da FPN e das AN, são os que menos contribuem para o *recrutamento* de jogadores do escalão infantil nos clubes portugueses.

- Modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação: Modelo constituído por quatro etapas de progressão, que parte do pressuposto da aprendizagem multidisciplinar da natação. Este modelo encerra a vantagem de não apresentar prematuramente uma única via desportiva, permitindo que o aluno, de acordo com as suas motivações e expectativas, transite da natação para o pólo aquático e vice-versa, sem contudo abandonar o espaço da organização.

6.3.1 Prognóstico

Apesar dos múltiplos problemas que perturbam a prática do pólo aquático em Portugal, a juventude de treinadores e dirigentes, a sua identificação com o fenómeno desportivo, bem como o elevado índice de habilitações académicas que possuem, configura um quadro de oportunidades e forças potencialmente determinantes para o crescimento e desenvolvimento do pólo aquático.

Resultante de um procedimento de racionalização económica dos clubes, a reduzida dimensão das equipas técnicas dos clubes continuará a comprometer a qualidade do processo de treino, colidindo, ao longo do percurso desportivo dos jogadores, com as exigências específicas de cada fase

de aprendizagem. Numa estrutura técnica reduzida, o aumento do número de jogadores e de equipas relevará a importância da figura do coordenador técnico para a área do pólo aquático. As necessidades de crescimento e desenvolvimento dos clubes condicionarão as tradicionais funções do coordenador técnico, afastando-o da área técnica e aproximando-o das funções de um gestor desportivo.

Parece-nos que a oferta do serviço mini – pólo não constituirá uma solução eficaz para o aumento do número de praticantes jovens no clube, pois não resolve o problema da relação do aluno com a água que, na nossa opinião, deverá ser prévio à aprendizagem de um jogo desportivo colectivo que se desenvolve no meio aquático. Desta forma, deverá existir uma perfeita articulação entre a escola de natação e a classe de mini – pólo, perspectivando um enquadramento adequado entre o nível de motricidade aquática do aluno e as ofertas desportivas do clube.

6.3.2 Factores críticos de sucesso

- O pólo aquático não constitui a actividade profissional principal de treinadores e dirigentes. Deste modo, os clubes deverão possuir uma estrutura de secretariado à secção de pólo aquático, que permita optimizar o período de disponibilidade de treinadores e dirigentes.
- Diferente modelo de agrupamento de equipas por treinador. Deverá evitar-se a liderança de equipas de dois escalões etários seguidos, optando-se antes por se assumir o treino de equipas mistas do mesmo escalão.
- Dado o facto da actividade do treinador abranger jogadores de diferentes idades e/ou sexos, o plano de formação dos treinadores revela-se determinante no sentido de capitalizar todos os recursos didácticos e pedagógicos conducentes a uma optimização da situação existente.
- Incluir no plano de formação de treinadores e dirigentes a área da gestão desportiva.

- Aplicação do modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação. Modelo constituído por quatro etapas de progressão, que parte do pressuposto da aprendizagem multidisciplinar da natação e de uma articulação transversal entre as ofertas desportivas do clube.

6.4 Análise das condicionantes internas específicas (equipas infantis)

- Os horários de treino: Os horários das sessões de treino das equipas de pólo aquático coincidem com as derradeiras horas de funcionamento diário das piscinas. Esta situação resulta da (i) opção em reservar os horários nobres de ocupação da piscina para a escola de natação do clube e, quando exista, da (ii) prioridade que é concedida à equipa de competição de natação pura na utilização da piscina em horários menos tardios, relativamente à equipa de pólo aquático. Verifica-se que existe a preocupação dos escalões de formação iniciarem as suas sessões de treino mais cedo que os escalões de rendimento (71% dos escalões de formação iniciam o treino até às 21 horas, enquanto 50% dos escalões de rendimento iniciam o treino a partir das 21 horas). Contudo, o início tardio das sessões de treino ainda afasta muitos jovens da prática do pólo aquático.

- Frequência semanal de treinos: Numa modalidade desportiva que assiste a uma incapacidade de crescimento do sector feminino, verifica-se que os praticantes femininos, quer nos escalões de formação quer nos de rendimento, apresentam uma frequência semanal de treinos superior à dos praticantes masculinos. Nos escalões de formação, 90% das equipas femininas treina pelo menos 4 vezes por semana, contra o registo de 70% verificado pelas equipas masculinas. Esta situação poderá contribuir para o fluxo de abandono de atletas que se tem verificado nos últimos anos. Preconizamos assim que se proceda a uma diminuição do número de treinos semanais, quer nos escalões de

formação quer numa primeira etapa dos escalões de rendimento. A diminuição do número semanal de treinos deverá ser equilibrada com um aumento da qualidade das sessões de treino, relevando-se a importância da formação de treinadores e de outros agentes desportivos como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal.

- Carga horária semanal de treinos: Devido às limitações de utilização do plano de água (diversas equipas utilizam o mesmo espaço durante um período diário limitado), as sessões de treino das equipas portuguesas são de curta duração. Nos escalões de formação, a duração mais frequente situa-se entre as 4 e as 6 horas por semana, enquanto a duração mais frequente dos escalões de rendimento situa-se entre as 6 e as 8 horas por semana. Comparando com as respectivas equipas do sexo feminino, as equipas de formação e de rendimento masculinas treinam menos vezes por semana, mas com uma duração superior por sessão de treino. A redução do número de treinos semanal permitirá aumentar a carga horária por sessão, disponibilizando mais tempo livre para os praticantes de pólo aquático.

- O espaço de treino do escalão infantil: O estudo conclui que, devido à limitação dos espaços de treino disponíveis e à presença simultânea de várias equipas, um número expressivo de equipas infantis nacionais, de ambos os sexos, treina em planos de água sem as dimensões mínimas regulamentares (apenas 9% das equipas femininas e 26,3% das equipas masculinas treinam num plano de água regulamentar). Esta situação perturba a apreensão dos conceitos técnico – tácticos do jogo, bem como a compreensão do próprio jogo. Perante este facto, uma articulação eficaz entre as equipas do clube permitiria a utilização de um espaço com uma geometria variável, mais enriquecedora e aproximada da situação real de jogo. Propomos ainda que, ao contrário do habitual agrupamento infantil/juvenil dentro do mesmo sexo, os clubes

constituam equipas de treino mistas no escalão infantil, o que possibilitaria uma maior racionalização na ocupação do espaço de treino.

- Os objectivos das equipas do escalão infantil: Os treinadores inquiridos consideram como objectivo geral mais importante no treino das equipas infantis de ambos os sexos, a criação de um espaço lúdico que cative os jovens praticantes de pólo aquático. Contudo, o objectivo específico prioritário das equipas infantis, em ambos os sexos, direcciona-se para a aprendizagem das técnicas de nado, originando um conflito entre o que a criança procura num JDC e o que efectivamente encontra no espaço da equipa infantil.

6.4.1 Prognóstico

Apesar do panorama dos horários de treino das equipas de pólo aquático se apresentar mais favorável que há alguns anos atrás, o início tardio das sessões de treino continuará a constituir um obstáculo à presença de um número superior de praticantes de pólo aquático (fundamentalmente ao nível dos escalões de formação).

A presença do pólo aquático na vida das praticantes femininas é muito significativa desde os escalões de formação. Continuar-se-á a assistir a uma quebra do número de praticantes femininos na transição dos escalões de formação para os escalões de rendimento, nomeadamente de juvenil para júnior, pois aumentando as exigências do treino aumentam igualmente as exigências escolares, sociais e familiares.

As sessões de treino das equipas portuguesas são de curta duração. Comparando com as respectivas equipas do sexo feminino, as equipas de formação e de rendimento masculinas treinam menos vezes por semana, mas com uma duração superior por sessão de treino.

A noção de que para treinar pólo aquático não é necessário utilizar a totalidade do plano de água, é benéfica para o aumento do número de equipas jovens em Portugal. Porém, a sistemática utilização de espaços reduzidos ao longo do período de formação do praticante poderá limitar o desenvolvimento da consciência táctica do próprio jogo.

Para a evolução qualitativa[100] e quantitativa[101] do pólo aquático jovem português será necessário efectuar uma redefinição do quadro de objectivos específicos estabelecidos pelos treinadores portugueses, no qual se devem estabelecer como prioritários a aprendizagem do jogo pelo jogo e a compreensão táctica do jogo. Refira-se que, em ambos os sexos, a abordagem táctica do jogo ocupa a última ordem de importância no treino das equipas infantis, indiciando a existência de uma abordagem mecanicista da aprendizagem do pólo aquático. Aliciados por um jogo desportivo colectivo que se disputa no meio aquático, a aprendizagem do jogo vai-se revelando muito técnica, voltada para o domínio dos deslocamentos e, acima de tudo, pouco lúdica.

O jovem é confrontado desde muito cedo com uma abordagem técnica e mecanicista do pólo aquático. Antes de ter oportunidade de compreender o jogo, este é-lhe apresentado na sua estrutura formal, que se situa a um nível superior à sua capacidade de resolução das situações e dos problemas colocados. Desta forma, não existe uma progressiva complexificação na apresentação do jogo: ele já é demasiado complexo assim que o jovem inicia o seu percurso neste desporto.

[100] Aprendizagem do pólo aquático fazendo apelo à formação de jogadores inteligentes.

[101] Essencialmente demográfica, reflectindo-se no aumento do número de praticantes.

6.4.2 Factores críticos de sucesso

- A adopção do modelo de aprendizagem do pólo aquático numa escola de natação por nós perfilhado, permitirá que os alunos possam iniciar-se na aprendizagem do pólo aquático durante o decorrer do período diário de actividade da escola de natação, e não apenas ao final do dia.
- Neste sentido, a utilização do sábado como espaço para a sua prática desportiva, em substituição de um dos treinos semanais, poderá constituir uma solução que cative um número superior de jovens para o pólo aquático.
- Diminuição do número de treinos semanais do sector feminino, quer nos escalões de formação quer numa primeira etapa dos escalões de rendimento. A diminuição do número semanal de treinos deverá ser equilibrada com um aumento da qualidade das sessões de treino, relevando-se a importância da formação de treinadores e de outros agentes desportivos como factor de desenvolvimento do pólo aquático em Portugal.
- A redução do número de treinos semanal permitirá aumentar a carga horária por sessão, disponibilizando mais tempo livre para os praticantes de pólo aquático.
- Articulação eficaz entre as equipas do clube de forma a permitir a utilização de um espaço de treino reduzido mas com uma geometria variável, mais enriquecedora e aproximada às diversas situações de jogo.
- Ao contrário do habitual agrupamento infantil/juvenil dentro do mesmo sexo, os clubes deverão constituir equipas de treino mistas no escalão infantil, possibilitando uma maior racionalização na ocupação do espaço de treino e, consequentemente, a utilização de planos de água com uma maior superfície.
- No currículo da formação de treinadores deverá constar um modelo pedagógico de iniciação ao pólo aquático, adaptado à especificidade das instalações e às motivações dos jovens, onde a aprendizagem através do jogo desportivo modificado deverá desempenhar um papel relevante.

7. Plano estratégico para a implementação do mini – pólo

7.1 A adesão de treinadores e dirigentes

Para treinadores e dirigentes, o projecto mini – pólo apresenta virtudes que poderão influenciar o desenvolvimento do pólo aquático nacional, contando a implementação deste mini-desporto em Portugal com o seu empenho e colaboração. Em síntese, eis o sentido da sua opinião sobre o mini – pólo:

- A implementação do projecto nacional de mini – pólo constitui a medida mais importante para promover o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do pólo aquático jovem em Portugal.

- A implementação do mini – pólo, quer em termos de clube quer na adesão ao projecto nacional, contará com o apoio da quase totalidade dos dirigentes desportivos nacionais.

- De acordo com os treinadores nacionais, o mini – pólo deverá ser a estrutura de jogo a apresentar ao novo escalão cadete, enquanto a estrutura de jogo formal configura-se como a mais adequada para os jogadores infantis.

- Quanto à metodologia de implementação do mini – pólo, a opinião dos treinadores de equipas infantis direcciona-se no sentido da implementação simultânea no actual e em novos mercados. Contudo, defendemos que deverá existir uma *décalage* temporal: um 1º momento de implementação nos clubes e um 2º momento de implementação em novos mercados.

7.2 Análise interna e externa para implementação do mini – pólo nos clubes portugueses com pólo aquático

De acordo com a caracterização do pólo aquático nacional efectuada neste estudo, a implementação do mini – pólo poderá ultrapassar alguns dos pontos fracos detectados e contrariar as ameaças externas que recaem sobre o pólo aquático. Em seguida, apresentaremos em quadro de síntese a análise interna e externa da implementação do mini – pólo, validando a sua potencial eficácia na transformação do pólo aquático através da elevada possibilidade de conversão dos pontos fracos da organização em pontos fortes e das ameaças externas à organização em oportunidades.

Quadro 54 *Avaliação interna da implementação do mini – pólo*

Pontos fortes	Pontos fracos
Em ambos os sexos, o escalão infantil apresenta uma tendência de crescimento do número de praticantes. Oportunidade para a implementação do mini – pólo e para a introdução dum novo plano nacional de formação de treinadores, dirigentes e árbitros.	
Recursos humanos: Treinadores jovens, com alto nível de qualificação literária específica. Dirigentes jovens, com um nível de qualificação literária acima do referenciado na literatura.	
Pela sua estrutura reduzida, a implementação do mini – pólo nos clubes permitirá a ocupação de um espaço de aprendizagem mais reduzido. Esta situação introduz a possibilidade da aprendizagem do pólo aquático se efectuar durante o período de funcionamento normal da escola de natação da piscina.	Horário dos treinos do escalão infantil: O início tardio das sessões de treino afasta os jovens da prática do pólo aquático.

Avaliação interna da implementação do mini – pólo (continuação do quadro 54)

Pontos fortes	Pontos fracos
Os treinadores e os dirigentes apresentam níveis de adesão e entusiasmo elevados, perante a perspectiva de implementação do mini – pólo no clube.	
	Em ambos os sexos, o número de praticantes decresce à medida que se progride nos escalões etários:
Paralelamente à implementação do mini – pólo, incluir no currículo da formação a didáctica do jogo. Deverá contemplar o nível de habilitações literárias dos treinadores.	Plano de formação de treinadores: Não contempla a especificidade da aprendizagem do jogo, pois a concepção da formação em pólo aquático tem ficado colada ao modelo da formação de treinadores de natação pura.
No currículo da formação de treinadores deverá constar um modelo pedagógico de iniciação ao pólo aquático, adaptado à especificidade das instalações e às motivações dos jovens, onde a aprendizagem através do jogo desportivo modificado deverá desempenhar um papel relevante	Visão mecanicista da aprendizagem do jogo: A aprendizagem do jogo revela-se muito técnica, voltada para o domínio dos deslocamentos e, acima de tudo, pouco lúdica.
A implementação do mini – pólo permitirá o crescimento da época competitiva do escalão infantil, quer em volume de jogos quer na duração do período competitivo.	Enquadramento competitivo ao nível do quadro de provas e competições: Devido ao número reduzido de competições no escalão infantil, estes jogadores participam nas competições dos escalões seguintes.

Quadro 55 *Avaliação externa da implementação do mini – pólo*

Oportunidades	Ameaças
Crescimento do mercado: Aumenta o mercado potencial, através da construção crescente de instalações desportivas específicas – piscinas.	
Descentralização do mercado: Maior número de piscinas construídas fora das grandes cidades.	
A implementação do mini – polo permitirá que o clube apresente um serviço que cative os nadadores que abandonam a competição, continuando assim no espaço do próprio clube. Não existe perigo de canibalização.	Tradicional resistência dos treinadores de natação à implementação do pólo aquático no clube: A atracção por um JDC atrairá os nadadores do clube, enfraquecendo a equipa de natação.
A introdução do novo modelo multidisciplinar de aprendizagem da natação, permitirá aumentar a qualidade da aprendizagem da natação e da formação desportiva do jovem.	Escolas de natação vocacionadas para a aprendizagem da natação pura:
O conceito subjacente ao mini – pólo permitirá modificar a imagem exterior do pólo aquático. O sentido diferente da sua aprendizagem permitirá uma formação desportiva onde impere o fair play e o respeito pelos adversários.	Imagem do pólo aquático: Associa-se o pólo aquático a um desporto de combate e violento.
Características das piscinas: Maior número de piscinas construídas recentemente, com condições regulamentares.	

Avaliação externa da implementação do mini – pólo (continuação do quadro 55)

Oportunidades	Ameaças
A estrutura de jogo do mini – pólo permite que se realizem competições em piscinas não regulamentares.	O local de prática: As dimensões regulamentares das piscinas constituem um obstáculo ao aumento do número de clubes.
Configuração dos clubes: Pouco ecléticos, revelando uma estrutura agilizada para uma resposta mais eficaz às transformações do ambiente.	
Divisão do escalão infantil em dois grupos etários: Esta medida permitirá a implementação de versões de mini – pólo adaptadas às características específicas de cada faixa etária.	
Perante o número crescente de piscinas com uma gestão autárquica, sugere-se a elaboração de um plano de intervenção da FPN, no sentido de relevar a vertente competitiva como um factor catalisador para o aumento da qualidade das escolas de natação autárquicas. O mini – pólo constituirá um produto dinamizador da vertente competitiva da escola de natação.	Gestão autárquica das piscinas: Predomínio da vertente social na utilização das piscinas. Quando existam equipas de competição, possibilidade da sua não continuidade devido à sensibilidade política que, no momento, lidere a autarquia.

7.3 Identificação do produto mini – pólo e enquadramento competitivo

Parecendo constituir um produto transformador da situação actual do pólo aquático nacional e contando a sua implementação com o apoio da FPN, dos treinadores e dirigentes nacionais, apresentaremos em seguida, de acordo com a revisão da literatura efectuada, a conceptualização do modelo mini – pólo.

Apresentar um modelo de mini – desporto que se pretenda facilitador da aprendizagem de um desporto e que, simultaneamente, se revele adaptado a todos os praticantes, acaba por se revelar inadequado e incongruente pois, do conjunto total de crianças, nem todas terão objectivamente as mesmas condições de compreensão (Seirul.lo, 1995).

A institucionalização nacional do mini – pólo implicará necessariamente a utilização de um conjunto de regras de referência, de forma a possibilitar que crianças de diversas regiões compitam de acordo com um quadro normativo comum.

Ao replicar a substância do pólo aquático, bem como o seu enquadramento e ambiente competitivo, o mini – pólo, inevitavelmente, confundir-se-á com o que lhe deu origem, perdendo a vantagem didáctica que resultava da essência da sua concepção.

Com efeito, o mini – desporto deverá permitir a participação de todas as crianças e não apenas das mais dotadas. Deverá ser ajustado às suas características, centrando-se menos na vitória e mais no divertimento. É preciso que o desporto se adapte à criança e não o contrário (Marques, 1997).

Pela sua essência, o mini – pólo deverá ser conceptualizado como um meio facilitador para a compreensão do jogo que lhe deu origem e não como um novo desporto colectivo.

Assim, a criança deverá ser a referência central do mini – pólo, pelo que não deverá existir um modelo de referência do mini – pólo mas, no limite, versões de mini – pólo que se adaptem às necessidades de aprendizagem de cada criança.

Não deverá existir uma versão nacional do mini – pólo, mas versões locais e regionais de mini – pólo, que se adaptem às necessidades de desenvolvimento de cada região.

Para além de um projecto desportivo, a implementação do mini – pólo poderá proporcionar uma excelente oportunidade de transformação social e de desenvolvimento do pólo aquático nacional, que se consubstanciará em três planos:

- Treinadores nacionais: através de um plano nacional de formação, proporcionará um espaço de reflexão sobre o ensino e a aprendizagem dos JDC.

- Praticantes jovens: encontrarão à sua disposição um instrumento que facilitará a compreensão do jogo, transformará a prática desportiva num divertimento e proporcionará um enquadramento competitivo adequado ao seu nível de entendimento do jogo.

- Clubes: transformará a concepção do ensino da escola de natação, aumentará a qualidade da intervenção pedagógica, proporcionará uma superior satisfação dos seus clientes jovens, potenciando a sua continuidade no espaço da organização.

De acordo com este esforço de identificação do mini – pólo, propõe-se que o modelo competitivo do mini – pólo a apresentar pela FPN se processe de acordo com o seguinte ambiente normativo e regulamentar (quadro 56):

- Nos escalões cadete e infantil a forma de jogo deverá centrar-se nos jogos desportivos modificados e no mini – pólo. Não deverá existir a

obrigatoriedade de transição de uma faixa etária inferior para uma superior. Apesar da utilização de progressões das formas de jogo por cada escalão etário, a criança, de acordo com a sua prontidão desportiva, poderá saltar uma etapa e posteriormente regressar à etapa anterior.

- No escalão juvenil a forma de jogo deverá centrar-se no jogo formal. Ao longo do ano deverá existir um quadro competitivo direccionado para uma versão de mini – pólo, balizada pelas regras fundamentais do jogo formal e que apresente uma exigência superior ao nível técnico – táctico. Os jogadores do escalão infantil mais aptos poderão integrar esta competição.

Quadro 56. *Modelo para o enquadramento competitivo do mini – pólo em Portugal*

Fases de desenvolvimento (Bayer, 1994)	Escalão (FPN)	Forma de jogo
3- Período de reforço ou estabilização: faz apelo à automatização dum comportamento ou de um hábito motor.	Juvenil	Jogo Formal
2- Período de habituação-conjunção: redução ou simplificação da situação real, preparando o meio e as instituições para que os elementos essenciais se tornem significativos.	Infantil	Versões de Mini – Pólo
1- Período de orientação-investigação: partindo da vivência da criança, colocar situações de descoberta, de criação e de compreensão da situação.	Cadete	Jogos Desportivos Modificados

Desta forma, perante os níveis evolutivos evidenciados, os jovens poderão estabelecer objectivos a curto e médio prazo aumentando a sua motivação e interesse pelo desporto.

De acordo com o quadro síntese propõe-se que, no final do seu período de aplicação (2005-2007), a implementação do projecto mini – pólo em Portugal corresponda a um acréscimo de 10% sobre o total de praticantes dos escalões cadete e infantil (quadro 57).

Quadro 57. *Modelo para o enquadramento competitivo do mini – pólo em Portugal*

Produto	Mini – pólo.
Conceitos	Mini – desporto a ser utilizado como referência competitiva para os escalões cadete e infantil e como meio didáctico facilitador da aprendizagem e compreensão do pólo aquático.
Finalidade	Aumento da base massiva de praticantes de pólo aquático, i.e., trazer mais praticantes para o pólo aquático assegurando, paralelamente, a fixação dos actuais atletas.
Objectivo	Aproximar a aprendizagem do pólo aquático das expectativas, ambições e motivações dos jovens.
Mercado alvo	Clubes filiados na FPN, com pólo aquático.
Período de aplicação	Biénio de 2005-2007, implementação nos clubes portugueses com pólo aquático. Após consolidação e avaliação do modelo, implementação em novos mercados.
Expectativas	No final do período de aplicação, incremento de 10% sobre o total de praticantes do escalão cadete e do escalão infantil, em ambos os sexos.

Ao longo do processo de implementação deverão ser realizadas avaliações de acompanhamento periódicas e de preparação do biénio seguinte, acreditando contudo que o empenho e entusiasmo de treinadores e dirigentes serão determinantes para provocar uma nova era deste desporto: a terceira vaga do pólo aquático em Portugal.

8. Síntese do capítulo

Após um enquadramento histórico dos últimos vinte anos do pólo aquático em Portugal, o capítulo efectua a caracterização da situação desportiva do pólo aquático em Portugal, recorrendo para tal a três etapas metodológicas:

Primeira etapa, análise dos indicadores desportivos de crescimento dos últimos sete anos;

Segunda etapa, análise e interpretação das informações resultantes do questionário aplicado no ano de 2004, aos clubes portugueses com pólo aquático;

Terceira etapa, análise da situação específica do escalão infantil, população sobre a qual recairá a implementação do projecto mini – pólo.

Da interpretação e análise efectuadas nas três etapas anteriores, alicerçam-se as partes seguintes do capítulo:

Plano de desenvolvimento do pólo aquático português, onde se pretende estabelecer orientações e linhas de rumo para o desenvolvimento do pólo aquático. Reparte-se por quatro planos de análise: análise das condicionantes externas macro-estruturais, análise das condicionantes externas (resultantes da política desportiva da FPN), análise das condicionantes internas (dinâmica dos clubes) e análise das condicionantes internas específicas (dirigida para a situação específica do escalão infantil).

Plano estratégico para a implementação do mini – pólo, onde se pretende efectuar uma análise direccionada para a implementação do mini – pólo, num plano interno (pontos fortes e fracos do produto) e num plano externo (oportunidades e ameaças), verificando-se o seu potencial transformador da situação actual.

O capítulo estabelece ainda um modelo para o enquadramento competitivo do mini – pólo em Portugal.

CAPÍTULO V. CONCLUSÕES

1. Problema

Identificado o problema do pólo aquático português com o aumento da base massiva de praticantes e verificando-se que ao longo dos últimos anos, paralelamente ao crescimento dos escalões de formação existe uma perda significativa de praticantes na transição para os escalões de rendimento, o mini – pólo por si não assegurará a fixação dos praticantes mais velhos, pois os factores que contribuem para o seu abandono permanecerão inalterados.

Ao não se assumir exclusivamente como um mini-desporto que replique o macro modelo que lhe dá origem, mas integrando uma nova visão do ensino dos JDC, então o mini – pólo poderá constituir um factor transformador da situação actual do pólo aquático, relevando o papel determinante da qualidade da formação na manutenção dos jovens na prática desportiva do pólo aquático.

Desta forma, o estudo conclui que a implementação do mini – pólo poderá constituir um factor de desenvolvimento do pólo aquático português, desde que, paralelamente à sua implementação, se proceda a uma reestruturação da formação de treinadores de pólo aquático, na qual o mini – pólo surgirá como a expressão de uma nova concepção do ensino dos JDC.

1.1 Sub-problema 1

Encontrando-se dirigentes e clubes preparados para efectuarem a implementação do mini – pólo, a FPN só estará preparada quando:

1- Conhecer a situação desportiva do pólo aquático em Portugal e identificar as tendências do seu crescimento e desenvolvimento;

2- Conceber o mini – pólo no mais amplo espectro da sua dimensão transformadora;

3- Liderar um processo de alteração da orientação pedagógica das escolas de natação, numa perspectiva multidisciplinar do ensino da natação;

4- Proceder a um plano de formação de treinadores que contemple uma nova visão da aprendizagem dos JDC.

1.2 Sub-problema 2

A juventude de treinadores e dirigentes, bem como os seus elevados capitais de formação académica potenciam a capacidade para levar a cabo um programa de implementação do pólo aquático.

1.3 Sub-problema 3

O momento de lançamento do mini – pólo acompanha um período de expansão do público-alvo a que se destina, jogadores das categorias cadete e infantil, perspectivando-se que o sucesso da sua implementação se traduzirá na aproximação da aprendizagem do pólo aquático às expectativas, ambições e motivações dos jovens.

A nível regional, a implementação do mini – pólo poderá corrigir a assimetria verificada de forte implantação da modalidade a norte, promovendo o aparecimento de novos núcleos de pólo aquático a sul.

A nível nacional, a implementação do mini – pólo poderá contribuir para o aumento do número global de praticantes, através da constituição de novos núcleos em piscinas que, até aqui, não incluíam o pólo aquático no conteúdo pedagógico das suas escolas de natação.

CAPÍTULO VI. RECOMENDAÇÕES

Como quem quer marcar as águas que correm num rio, com uma pedra ou um seixo que da sua margem se arremessa, a FPN lança o projecto mini – pólo e, através do seu impacto na água, procura que as ondas daí resultantes envolvam progressivamente o maior número de crianças. E a verdade é que, independentemente do momento em que se confronta o rio, mesmo o seixo mais pequeno poderá alterar a forma do leito e previsivelmente a corrente das águas que nele flúem.

Conscientes de que a mudança do curso de água só será perceptível no futuro, as ondas concêntricas do mini – pólo evoluirão de acordo com a força e a eficácia do seu impacto na água. Se a sua força dependerá do grau de preparação e aceitação de FPN, dirigentes, clubes e treinadores, a eficácia do mini – pólo dependerá contudo da sua conceptualização que, muito mais do que a apresentação de um novo mini-desporto, deverá encerrar em si um novo conceito de aprendizagem dos JDC.

Na linha desta reflexão e no âmbito do desenvolvimento global do pólo aquático em Portugal, concluímos o estudo com duas recomendações:

Recomendação 1 – Verificando-se o aumento da construção de piscinas em Portugal e o crescimento concomitante de escolas de natação, a inexistência de um crescimento paralelo de núcleos de pólo aquático deve-se a uma ineficácia dos serviços da FPN na promoção do pólo aquático, como uma disciplina integrante dos conteúdos pedagógicos das escolas de natação. Registando-se um distanciamento progressivo entre o número de praticantes filiados de natação pura e o de praticantes filiados de pólo aquático, a FPN deverá definir de forma inequívoca a sua missão quanto ao pólo aquático em Portugal, aumentando desta forma a coerência e a eficácia do desempenho dos seus membros (dirigentes, directores técnicos, treinadores,

seleccionadores e colaboradores) e, consequentemente, assistindo-se a uma gestão optimizada dos seus recursos físicos e financeiros.

Recomendação 2 – A problemática do pólo aquático feminino é, de acordo com a análise efectuada, substancialmente diferente do sentido de evolução do sector masculino. Assim, a actuação da FPN deverá contemplar esta diferença, promovendo uma política de desenvolvimento distinta para o sector masculino e para o sector feminino.

CAPÍTULO VII. BIBLIOGRAFIA

Adelino, J., Vieira, J., Coelho, O. (2002). Desporto juvenil: pressupostos para uma prática com sucesso. Ed. C.E.F.D. Lisboa.

Albuquerque, N. (2002). Desporto. Colecção legislação. Porto Editora.

Almeida, C. (2001). O treinador em Portugal: Perfil social, caracterização da actividade e formação. Lisboa: Ed. INFED.

Almeida, C. (2003). A actividade, a formação e o perfil social do treinador nos Açores. Angra do Heroísmo, Açores: Secretaria Regional da Educação e Cultura / DREFD.

Bayer, C. (1994). O ensino dos desportos colectivos. Lisboa: Dinalivro. Col. Estudos.

Béraud, J., ; Daniel, E., ; Genson, M., ; Hippolyte, R., ; Rousseaux, E. (1999). Entraînement et compétition des jeunes en volley-ball – Jeux à effectifs réduits, EPS, 277, Mai.-Jun. 1999, 15-18.

Bezerra, P. (1997). Contributo do futebol de 5 para o desenvolvimento do jovem futebolista. Horizonte, 15 (87), 21 - 26.

Biddle, S. (1999). Adherence to sport and physical activity in children and youth, in Bull, S (Ed.), Adherence issues in exercise and sport (pp. 111-144). Chichester, England.

Biddle, S. (2003). Attrition and dissatisfaction in youth sport, In Malina, R., ; Clark, M. (Eds.), Perspectives for a new century (pp.139-148). Coaches choice. USA: Monterey Ca.

Blázquez, D. (1986). La inicición a los deportes de equipo. Barcelona: Ed. Martínez Roca.

Blázquez, D. (1995). Métodos de enseñanza de la práctica deportiva. In Blázquez, D. (Ed.), La iniciación deportiva e el deporte escolar (251-271). Barcelona: INDE.

Blázquez, D. (1995a). A modo de introducción. In Blázquez, D. (Ed.), La iniciación deportiva e el deporte escolar (pp.19-48). Barcelona: INDE.

Blázquez, D., ; Flores, A. (1995). La edad de iniciación: vísteme despacio que tengo prisa, in Blázquez, D. (Ed.), La iniciación deportiva e el deporte escolar (pp. 115-130). Barcelona: INDE.

Brustad, R. (2003). Parental roles and involvement in youth sport: psychological outcomes for children, In Malina, R., ; Clark, M. (Eds.), Perspectives for a new century (pp.127-138). Coaches choice. USA: Monterey Ca.

Buck, M., ; Harrison, J., (1990). Analysis of game plays in volleyball. Champaign III: Journal of Teaching in Physical Education, 10 (11), Oct., 38-48.

Buck, M., ; Harrison, J., ; Bryce, G., (1991). An analysis of learning trials and their relationship to achievement in volleyball. Champaign III: Journal of Teaching in Physical Education, 10 (2), Jan., 134-152.

Bunker, D., ; Thorpe, R. (1982). A model for the teaching of games. In Bulletin of Physical Education (pp.5-8), 18.

Bunker, D., ; Thorpe, R. (1986b). Issues that arise when teaching for understanding. In Thorpe, R., ; Bunker, D., ; Almond, L. (Eds.), Rethinking Games Teaching(57-59), Loughborough University Press.

Bunker, D., Thorpe, R. (1986a). From theory to practice. In Thorpe, R., ; Bunker, D., ; Almond, L. (Eds.), Rethinking Games Teaching (pp. 11-14), Loughborough University Press.

C.F.D. (2002). Confederação do Desporto de Portugal e o orçamento de estado para o desporto para 2003. Desporto Federado – Boletim da Confederação do Desporto de Portugal. Outubro.

Carrilho, M., Patrício, L. (2002). A situação demográfica recente em Portugal. Revista de Estudos Demográficos. I.N.E. 32, 147-175.

Carvalho, A. (2003). Concepções didáctico-metodológicas para o ensino/treino dos jogos desportivos colectivos: futebol. Treino desportivo. Ed. IDP. Abr. 52-55

Castejon Paz, B. (1977). A racionalização das escolhas em matéria de política desportiva: os instrumentos conceptuais (2ª ed.). Lisboa: DGD.

Chelladurai, P. (1999). Human resource management in sport and recreation. Champaign: Human Kinetics Publishers.

Chiavenato, I. (2000). Introdução à teoria geral da administração (6ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Campus.

Claudino, R. (1993). Observação em desporto: elaboração de um sistema de observação e sua aplicação pedagógica a jogos desportivos colectivos. Dissertação com vista à obtenção do grau de mestre em desporto. FMH – Universidade Técnica de Lisboa.

Constantino, J. (2002). A ilusão e o vazio. Desporto Federado – Boletim da Confederação do Desporto de Portugal", Agosto.

Correia, A. (2000). Estratégia das federações desportivas: Estudo das principais federações portuguesas no ciclo olímpico de 1993 a 1996. Lisboa: CEFD. Col. Gestão do desporto.

Cumming, S. , ;Malina, R. (2003). Current status and issues in youth sports. In Malina, R., ; Clark, M. (Eds.), Perspectives for a New Century (pp.7-25), Coaches Choice. USA: Monterey Ca.

Dévis, J., ; Peiró, C. (1992). Nuevas perspectivas curriculares en educación física: La salud y los juegos modificados. Barcelona: Ed. INDE.

Dévis, J., ; Peiró, C. (1995). Enseñanza de los deportes de equipo: La comprensión en la iniciación de los juegos deportivos. In Blázquez, D. (Ed.), La Iniciación deportiva e el deporte escolar (pp.333-350). Barcelona: Ed. INDE.

Doolittle, S., Girard, K. (1991). A dynamic approach to teaching games. In Elementary PE, Journal of Physical Education, Recreation and Dance, 62 (4), 57-62.

Ellis, M. (1983). Similarities and differences in games: A system for classification. Congresso mundial da A.I.E.S.E.P., Roma.

European Opinion Research Group – E.E.I.G. (2003). Eurobarometre special 197, Vague 60.0 : Les Citoyens de l'Union Europeenne et le Sport. Premiers Resultats. Sondage commandité par la Direction générale Education et culture et coordonné par la Direction générale Presse et communication. Bruxelles, Novembre. [Consult.04-06-17]. Disponível em http://europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/eb/ebs_197_fr_summ.pdf

Ewing, M., ; Seefeldt, V. (1988). Participation and attrition patterns in american agency-sponsored and interscholastic sports: An executive summary. Michigan State University: Institute for the Study of Youth Sports.

F.P.B. (2000). Três contra três. Desporto: revista bimestral de informação desportiva. 6 (III), Nov.-Dez., 16-19.

F.P.B. (2001). Brincar ao minibásquete. Desporto: revista bimestral de informação desportiva. 5 (IV), Set.-Out. 12-16.

F.P.V. (2000). Gira volei transformou o desporto em Portugal. Desporto: revista bimestral de informação desportiva. 1 (III), Jan.-Fev., 26-27.

Feio, N. (1979). Desporto e política: ensaios para a sua compreensão. Edições Compendium, Colecção Educação Física e Desporto

Feio, N. (1985). Portugal: desporto e sociedade. Direcção Geral da Comunicação Social. Ed. Terra Livre, Lisboa.

Garcia López, A., ; Ruiz Juan, F., ; Casado Rodriguez, C., ; Rodriguez Dionis, D. (2001). Fundamentación curricular de los deportes colectivos en educación primária. In Ruiz Juan, F., ; López Garcia, A., ; Casimiro Andújar, A., La Iniciación deportiva basada en los deportes colectivos: nuevas tendencias metodológicas (pp.17-30). Madrid: Editorial Gymnos.

Garcia, R., Queirós, P. (1998). L´éducation physique scolaire et les nouvelles valeurs: la compréhension de l´éducation physique à la lumière des mutations axiologiques de notre société en cette fin de millénaire, in Sociologia do Desporto, página de Rui Garcia e Jefferson Jurema. [Consult.03-02-24]. Disponível em http://www.terravista.pt/enseada/2603/pdesport.htm

Garganta, J. (1995). Para uma teoria dos jogos desportivos colectivos. In Graça, A., ; Oliveira, J. (Eds.), O ensino dos jogos desportivos (2ª ed.) (pp.11-25). FCDEF – Universidade do Porto.

Godinho, F. (1989). Observação do jogo de pólo aquático – Apresentação e validação de uma ficha de observação em pólo aquático: observação de duas equipas nacionais em diferentes níveis de jogo. Seminário, FMH-UTL, Lisboa.

Gould, D., ; Petlichkoff, L. (1988). Participation, motivation and attrition. In Young Athletes. Children in Sport (pp.161-178). Champaign Il: Human Kinetics Publishers.

Graça, A. (1995). Os comos e os quandos no ensino dos jogos. In Graça, A., ; Oliveira, J., O ensino dos jogos desportivos (2ª ed.) (27-34). FCDEF – Universidade do Porto.

Graça, A., ; Mesquita I. (2002). A investigação sobre o ensino dos jogos desportivos: ensinar e aprender as habilidades básicas do jogo. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 2 (5), FCDEF – Universidade do Porto, Jul.-Dez., 67-79.

Hernández Moreno, J. (2000). La iniciación a los deportes desde su estructura y dinámica: Aplicación a la educación física escolar y al entrenamiento deportivo. Barcelona: Ed. INDE.

Hill, M.; Hill, A (2000). Investigação por questionário. Edições Silabo.

Hogg, J. (2001). A relação confiança / performance: algumas implicações para treinadores e psicólogos desportivos que trabalham com atletas até aos 12 anos. In Seminário Internacional de Treino de Jovens: Pensar no Futuro, Apostar na Qualidade (pp.159-168). Lisboa: INFED.

Hopper, T. (1998). Teaching games for understanding using progressive principles of play. In Canadian Association Health Physical Education Recreation – Journal de l´ACSEPLD, 27(1), 1-5.

Hopper, T., ; Bell, R. (2000). Games classification system: Teaching strategic understanding and tactical awareness. CAHPERD, 66 (4), 14-19.

Hopper, T., ; Bell, R. (2001). Can we play that game again?. STRATEGIES, 14 (6), 23-28.

I.N.D. (2002). Federações desportivas: indicadores desportivos e financeiros. Ed. CEFD. 241-244.

Knop, P., ; Martelaer, K., ; Hoecke, J.V., ; Heddegem, L., ; Theeboom, M. (2002). Marketing in Organized Sports: Participation, Expectations and Experiences of Children in European Sport Management Quarterly, 2 (2), University of Alberta, Jun, 113-134.

Kontos, A., ; Malina, R. (2003). Youth sports in the 21st century: Overview and new directions. In Malina, R., ; Clark, M. (Eds.), Perspectives for a new century (pp.240-253). Coaches choice. USA: Monterey Ca.

Le Boulch, J. (1991). El deporte educativo. Paidós. Barcelona.

Leedy, P. (1988). Practical research – Planning and design. Ed. MacMillan Publishing Co., Inc., New York

Lopes, J. (1989). Estudo histórico da introdução, desenvolvimento e desaparecimento do pólo aquático em Portugal no período entre 1907 e 1952. Lisboa: DGD. Col. Desporto e Sociedade.

López, R., ; Presedo, I. (2004). La iniciación deportiva en la educación primaria: Enseñanza de los deportes de cooperación / oposición de participación simultanea y espacio compartido. Digital Lecturas: Educación Física y Deportes, Ano 10, 77, Oct.

M.E. (2003). Documento orientador do desenvolvimento do desporto escolar – Jogar pelo futuro: medidas e metas para a década. [Consult.04-07-24]. Disponível em
http://www.gcde.min-edu.pt/noticias/ficheiros/jogar_pelo_futuro.pdf

Manaças, J. (2001). Andebol 5: uma nova realidade. Desporto, revista bimestral de informação desportiva. 6 (IV), Nov. –Dez. 22-27.

Marivoet, S. (1998). Aspectos sociológicos do desporto, Ed. Livros Horizonte, Lisboa.

Marivoet, S. (2001). Hábitos desportivos da população portuguesa. Ed. CEFD. Colecção estudos.

Marques, A. (1997). Repensar o desporto. Horizonte, 13 (75), 3-10.

Mertens, B. ; Musch, E. (1990). A methodological sport game concept applied to basketball. Poster presented at the AIESEP. World convention "Moving towards excellence". Loughborough, cit. In Graça, A. (1995). Os comos e os quandos no ensino dos jogos. In Graça, A., ; Oliveira, J., O ensino dos jogos desportivos (2ª ed.) (27-34). FCDEF – Universidade do Porto.

Mesquita, I. (1998). A instrução e a estruturação das tarefas no treino de voleibol: Estudo experimental no escalão de iniciados feminino. Dissertação com vista à obtenção do grau de doutoramento: FCDEF - Universidade do Porto.

Mestre Sancho, J. (2002). Planificación estratégica de la gestión de piscinas. Madrid: Ed. Gymnos.

Mullin, B., ; Hardy, S., ; Sutton, W. (1993). Sports marketing. Champaign: Human Kinetics Publishers.

Oliveira, A. (2002). A formação dos dirigentes desportivos. Dissertação com vista à obtenção do grau de mestre em ciências do desporto. FCDEF – Universidade do Porto.

Orlick, T. (2000). Promover a confiança, a alegria e a excelência no treino de jovens, In Seminário Internacional de Treino de Jovens – Os caminhos do sucesso, (pp. 5-16). Lisboa: INFED.

Pacheco, R. (2001). O ensino do futebol: futebol de 7 um jogo de iniciação ao futebol de 11, edição do autor. S. Mamede de Infesta.

Parlebas, P. (1986) Éléments de sociologie du sport. Paris : PUF.

Piéron, M. (1999). Les jeunes européens, l´école et l´éducation physique. E.P.S. 278. Jul. -Ago. 9-11.

Pires, G. (1994). Do jogo ao desporto: Para uma dimensão organizacional do conceito de desporto. Ludens, 14. 43-60.

Pires, G. (2002). Dossier Desporto Escolar – Parte II. Horizonte, 104 (XVIII), Nov. –Dez.

Pires, G. (2003). Gestão do desporto – desenvolvimento organizacional. Edição APOGESD. Porto

Queiró, J. (2004). Onde fica o centro de Portugal?: Portugueses optam por viver a Sul. Jornal diário Correio da Manhã, de 23 de Agosto.

Queirós, C. (1983). Para uma teoria do ensino/treino do futebol. Horizonte, 8 (1), 25-44.

Quivy, R., ; Campenhoudt, L. (1992). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Ed. Gradiva.

Rink, J. (1993). Teaching physical education for learning. St. Louis: MOsby.

Sá, C., ; Sá, D. (2002). Marketing para desporto: Um jogo empresarial (2ª ed.). Porto: Ed. IPAM: Colecção Marketing.

Santos, A. (2002). Estratégia dos clubes desportivos: estudo comparativo dos clubes portugueses de pequena, média e grande dimensão. Lisboa: CEFD. Col. Gestão do Desporto.

Sarmento, J. (1986). Novas perspectivas para a aprendizagem e a prática da natação. Horizonte, 3 (13), Mai.-Jun., 7-9.

Sarmento, J. (1996). A investigação e os factores de desenvolvimento no pólo aquático português (n.p.). Congresso Técnico da APTN, Portimão.

Schembri, G. (2002). O desporto juvenil na Austrália – possíveis ligações com o desporto de alta competição. In Seminário Internacional de Treino de Jovens: Melhores treinadores para uma melhor prática, (pp.5-14). Lisboa: INFED.

Seirullo, F. (1995). Valores educativos del deporte. In Blázquez, D. (Ed.), La Iniciación Deportiva e el Deporte Escolar (pp.61-77). Barcelona: INDE.

Senge, P. (1990). The fifth discipline. New York: D. Currency.

Sobral, F., et al. (2002). Demografia e jovens no desporto: Participação e factores de constrangimento no desporto federado infanto-juvenil segundo a percepção das famílias e dos agentes desportivos. Lisboa: CEFD Col. Estudos, pp.13.

Soto, C., ; Andújar, A. (2001). Iniciación a los deportes colectivos. In Ruiz Juan, F., ; López Garcia, A., ; Casimiro Andújar, A., La Iniciación Deportiva Basada en los Deportes Colectivos: nuevas tendencias metodológicas (31-56). Madrid: Editorial Gymnos.

Tavares, F. (1995). O processamento da informação nos jogos desportivos. In Graça, A., ; Oliveira, J., O Ensino dos Jogos Desportivos (2ª ed.) (pp.35-46). FCDEF – Universidade do Porto.

Temprado, J. (1997). Apprentissage moteur: Quelque données actuelles. Education Physique et Sport, 267, 20-23.

Thorpe, R. (1990). New directions in games teaching. In New Directions - Physical Education, 1, Champaign: Human Kinetics Publishers, 79-99.

Thorpe, R., ; Bunker, D., ; Almond, L. (1986). A change in focus for teaching of games. In Piéron, M., ; Graham, G. (Eds.), Rethinking Games Teaching (pp. 5-6), Loughborough University Press.

Weiss, M. (2003). Social influences on children's psychosocial development. In Youth Sports. In Malina, R., ; Clark, M. (Eds.), Perspectives for a New Century (pp.109-126). Coaches Choice. USA: Monterey Ca.

Werner, P. (1996). Teaching games for understanding: Evolution of a model, Journal of Physical Education, Recreation and Dance, 67(1), 28-33.

Werner, P., ; Thorpe, R., ; Bunker, D. (1996). Teaching games for understanding: Evolution of model. Journal of Physical Education, Recreation and Dance, 67 (1), 28-33.

Zeithaml, V., ; Parasuraman, A., ; Berry, L. (1990). Delivering quality service – Balancing customer perceptions and expectations. New York: The Free Press.

ANEXOS

Anexo 1. Questionário

O questionário surge estruturado em três partes:

1- Caracterização do clube (a preencher pelo dirigente do clube e treinadores do escalão infantil);
2- Inquérito aos treinadores (a preencher pelos treinadores principais e assistentes de todos os escalões etários);
3- Inquérito aos dirigentes (a preencher pelo dirigente directamente responsável pela secção de pólo aquático).

Pág.	Parte	Apresentação do questionário
		Caracterização do clube
IV	**I**	Identificação do clube
IV	**I**	Caracterização do local de prática
VI	**II**	Caracterização da relação do clube com o local de prática
VIII	**III**	Caracterização do pólo aquático nos clubes portugueses
XII	**IV**	Caracterização do escalão infantil no seu clube
XVI	**V**	Para uma visão do escalão infantil nacional
		Inquérito aos treinadores
XIX	**VI**	Caracterização sociográfica de base
XX	**VII**	Caracterização da actividade de treinador
XXI		Situação profissional actual
XXIII	**VIII**	Caracterização da formação de treinador
		Inquérito aos dirigentes
XXIV	**IX**	Caracterização do dirigente

INQUÉRITO AOS CLUBES PORTUGUESES COM PÓLO AQUÁTICO

O presente questionário pretende conhecer alguns aspectos relacionados com os clubes portugueses que desenvolvem a prática federada do pólo aquático. Pretendemos conhecer melhor o local onde decorre a prática do treino, as condições de trabalho, as equipas, os seus técnicos, jogadores e dirigentes.
Numa perspectiva de desenvolvimento da modalidade, procuramos conhecer a opinião dos técnicos e dirigentes sobre o escalão infantil.

A sua resposta é indispensável, pelo que desde já agradecemos a sua colaboração.

Para responder:

- Assinale a sua opinião com um **X** no espaço correspondente à sua situação;
- Em caso de dúvida no reconhecimento das alternativas de respostas propostas, especifique, com clareza, a sua situação;
- Se alguma das questões não se aplicar à sua situação, passe à questão seguinte;
- Para qualquer esclarecimento, contactar:

Francisco Godinho
Telef.
Email:

Depois de preenchido, o questionário deve ser devolvido, tão rapidamente quanto possível, no sobrescrito junto, que já contém selo

Para que o seu questionário seja considerado válido, necessitamos que responda até:

Clube:	
Morada:	
Localidade: _____ - _____	Código Postal:
Concelho:	Distrito:
Telef.:	Fax:
Site:	Mail:

I- CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PRÁTICA

Nesta parte inicial do questionário pretendemos recolher algumas informações que nos permitam conhecer o local onde o clube desenvolve a sua actividade.

1 Piscina onde, habitualmente, o clube desenvolve a sua actividade de aprendizagem e treino do pólo aquático:

Piscina

_____

_____(localidade) _____(concelho)

2 Data de construção:

_____ (ano).

3 Dimensões (comprimento e largura):

☐ 25m x 12,5m ☐ 25m x 16m ☐ 25m x 21m

☐ 50m x 21m ☐ 50m x 25m ☐ Outro

(especifique):_____

4 Dimensões (profundidade):

☐ Sem pé na sua totalidade ☐ Com pé na sua totalidade

☐ Situação mista (parte com pé e parte sem pé)

5 Número de pistas:

☐ 6 Pistas ☐ 8 Pistas ☐ 10 Pistas
☐ Outro (especifique): _____

6 Cobertura da piscina:

☐ Coberta ☐ Descoberta
☐ Coberta no Inverno, descoberta no Verão

7 Aquecimento da água:

☐ Não aquecida ☐ Aquecida ☐ Aquecida, apenas no Inverno

8 Bancadas:

☐ Não possui bancadas ☐ Possui bancadas, com _____ lugares.

9 Ginásio:

☐ Não possui sala de condição física ☐ Possui sala de condição física

10 Sala de reuniões:

☐ Não possui sala de reuniões ☐ Possui sala de reuniões

11 Tanque de aprendizagem:

☐ Não possui tanque de aprendizagem
☐ Possui tanque de aprendizagem. Dimensões _____/_____/_____
(comprimento / largura / profundidade)

12 A piscina é servida por um parque de estacionamento?

☐ Não ☐ Sim, com _____ lugares (aproximadamente).

II- CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DO CLUBE COM O LOCAL DE PRÁTICA

Em seguida, pretendemos recolher algumas informações que nos permitam conhecer a relação do clube com o local onde desenvolve a sua actividade.

1 Propriedade da piscina:

- ☐ Câmara Municipal
- ☐ Junta de Freguesia
- ☐ Clube
- ☐ Instituição Escolar
- ☐ Particular
- ☐ Outra (especifique)

_____

2 Entidade gestora da piscina:

- ☐ Câmara Municipal
- ☐ Empresa Municipal
- ☐ Junta de Freguesia
- ☐ Clube
- ☐ Instituição Escolar
- ☐ Particular
- ☐ Outra (especifique)

_____

Caso o clube não efectue a gestão directa da piscina, explicite a relação contratual que estabeleceu com a entidade gestora, para poder desenvolver a aprendizagem e o treino do pólo aquático.

3 Relação com a entidade gestora da piscina:

- ☐ Concessão gratuita
- ☐ Aluguer de espaço na piscina
- ☐ Outro (Especifique)

_____

Caso efectue um pagamento à entidade gestora, responda às questões seguintes nº 4 e 5.

4 Valor mensal do aluguer da piscina para a **aprendizagem** e para o **treino** do pólo aquático:

☐ Menos de 500€ mês ☐ Entre 501€ e 1000€ mês
☐ Entre 1001€ e 1500€ mês ☐ Entre 1501€ e 2000€ mês
☐ Mais de 2000€ mês

5 A que recursos recorre para efectuar o pagamento do referido aluguer da piscina (indique por ordem de importância; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.)?

☐ Subsídios provenientes da Câmara Municipal
☐ Subsídios provenientes da Junta de Freguesia
☐ Contratos publicitários e sponsorização
☐ Escola de Natação do clube
☐ Quotização dos atletas de pólo aquático
☐ Outro (especifique):

_____

6 A piscina onde regularmente treina, possui condições regulamentares para a realização de jogos oficiais de pólo aquático?

☐ Não ☐ Sim

Caso a piscina onde regularmente treina, não possua condições regulamentares para a realização de jogos oficiais de pólo aquático, responda às questões seguintes.

7 Indique a(s) piscina(s) onde realiza os jogos oficiais de pólo aquático?

Piscina _____ Piscina _____

8 A utilização desta(s) piscina(s) é gratuita?

☐ Não ☐ Sim

9 Se respondeu Não, qual o valor do aluguer por jogo?

_____ Euros.

10 Quantos jogos prevê realizar, aproximadamente, na presente época desportiva (inclua todos os escalões, de ambos os sexos)?

_____ jogos.

III– CARACTERIZAÇÃO DO PÓLO AQUÁTICO NOS CLUBES PORTUGUESES

Neste capítulo pretendemos efectuar um levantamento de algumas características dos clubes portugueses com pólo aquático.

1 Ano de fundação do clube:

Ano: _____

2 Quantas modalidades desportivas possui o clube?

☐ Apenas pólo aquático
☐ Apenas modalidades aquáticas
☐ Até 5 modalidades desportivas
☐ 6 a 10 modalidades desportivas
☐ 11 a 15 modalidades desportivas
☐ Mais de 15 modalidades desportivas

3 Em que ano e em que circunstâncias surgiu o pólo aquático no clube?

Ano: _____ Circunstâncias: _____

_____

4 Existe uma secção de pólo aquático?

☐ Não ☐ Sim. Quantos elementos? _____

5 A direcção do clube está directamente representada na secção de pólo aquático?

☐ Não ☐ Sim. Que cargo ocupa na direcção? _____

_____

6 Existe um coordenador técnico para o pólo aquático?

☐ Não ☐ Sim. Que competências? _____

_____

7 Se na questão anterior respondeu Sim, indique o sexo:

☐ Feminino ☐ Masculino

8 O coordenador técnico acumula as funções de treinador?

☐ Não ☐ Sim

9 O corpo técnico é constituído por quantos elementos?

☐ Treinadores principais do sexo feminino: _____
☐ Treinadores principais do sexo masculino: _____
☐ Treinadores assistentes do sexo feminino: _____
☐ Treinadores assistentes do sexo masculino: _____

10 Que equipas filiadas na FPN possui?

Femininos

☐ Infantil ☐ Juvenil ☐ Júnior ☐ Sénior

Masculinos

☐ Infantil ☐ Juvenil ☐ Júnior ☐ Sénior

11 Quantos atletas de pólo aquático **filiados** na FPN?

Femininos	Infantil	Juvenil	Júnior	Sénior	Total
	____	____	____	____	____

Masculinos	Infantil	Juvenil	Júnior	Sénior	Total
	____	____	____	____	____

12 Horários de treino:

Femininos	**Masculinos**
☐ Infantil, das _____ às _____	☐ Infantil, das _____ às _____
☐ Juvenil, das _____ às _____	☐ Juvenil, das _____ às _____
☐ Júnior, das _____ às _____	☐ Júnior, das _____ às _____
☐ Sénior, das _____ às _____	☐ Sénior, das _____ às _____

13 Frequência de treinos / semana:

Femininos	1x sem	2x sem	3x sem	4x sem	5x sem	6x sem
Infantil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Júnior	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sénior	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Masculinos	1x sem	2x sem	3x sem	4x sem	5x sem	6x sem
Infantil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Júnior	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sénior	☐	☐	☐	☐	☐	☐

14 Número de horas de treino semanal (exclusivamente de água):

Femininos	Menos de 2 horas	Entre 2 a 4 horas	Entre 4 a 6 horas	Entre 6 a 8 horas	Entre 8 a 10 horas	Mais de 10 horas
Infantil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Júnior	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sénior	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Masculinos	Menos de 2 horas	Entre 2 a 4 horas	Entre 4 a 6 horas	Entre 6 a 8 horas	Entre 8 a 10 horas	Mais de 10 horas
Infantil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Júnior	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sénior	☐	☐	☐	☐	☐	☐

15 Número de horas de treino semanal (exclusivamente em seco):

Femininos	Ausente planeamento	Até 1 hora	Entre 1 a 2 horas	Entre 2 a 3 horas	Entre 3 a 4 horas	Mais de 4 horas
Infantil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Júnior	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sénior	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Masculinos	Ausente planeamento	Até 1 hora	Entre 1 a 2 horas	Entre 2 a 3 horas	Entre 3 a 4 horas	Mais de 4 horas
Infantil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Júnior	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sénior	☐	☐	☐	☐	☐	☐

16 Caso o clube possua exclusivamente equipas masculinas, ou exclusivamente equipas femininas, indique o principal motivo:

☐ Ausência de espaço de treino para mais equipas

☐ Opção estratégica para não dispersar os recursos disponíveis, potenciando a qualidade das equipas já existentes

☐ Dificuldade em captar e cativar jogadores (as)

☐ Outro (explicite) _____

IV- CARACTERIZAÇÃO DO ESCALÃO INFANTIL NO SEU CLUBE

Nesta parte do questionário procuramos recolher algumas informações que nos permitam conhecer, um pouco melhor, a realidade do pólo aquático jovem português.

1 Quantos atletas **filiados** do escalão infantil possui?

Femininos	Nascidos em 93	Nascidos em 92	Nascidos em 91	Nascidos em 90	Nascidos em 89	Total
Infantil	____	____	____	____	____	_____

Masculinos	Nascidos em 93	Nascidos em 92	Nascidos em 91	Nascidos em 90	Nascidos em 89	Total
Infantil	____	____	____	____	____	_____

2 Quantos atletas **não filiados** do escalão infantil possui?

Femininos	Nascidos em 93	Nascidos em 92	Nascidos em 91	Nascidos em 90	Nascidos em 89	Total
Infantil	____	____	____	____	____	_____

Masculinos	Nascidos em 93	Nascidos em 92	Nascidos em 91	Nascidos em 90	Nascidos em 89	Total
Infantil	____	____	____	____	____	_____

3 Qual o horário do treino dos atletas filiados do escalão infantil?

Femininos	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
Infantil	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__

Masculinos	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
Infantil	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__	___h__ às ___h__

4 O treino da equipa infantil **feminina** encontra-se integrado no treino de outros escalões etários do mesmo sexo?

☐ Não ☐ Sim. Que escalões e porquê? _____

_____

5 O treino da equipa infantil **masculina** encontra-se integrado no treino de outros escalões etários do mesmo sexo?

☐ Não ☐ Sim. Que escalões e porquê? _____

_____

6 As equipas infantil masculina e infantil feminina treinam em simultâneo e no mesmo espaço (treino comum, sob a orientação de um único treinador)?

☐ Não. Porquê? _____

☐ Sim. Porquê? _____

7 Que espaço da piscina ocupam os atletas infantis em situação de treino?

Femininos	**Masculinos**
☐ Totalidade da piscina	☐ Totalidade da piscina
☐ Metade da piscina (largura)	☐ Metade da piscina (largura)
☐ Até 2 Pistas	☐ Até 2 Pistas
☐ Até 4 Pistas	☐ Até 4 Pistas
☐ Até 6 Pistas	☐ Até 6 Pistas
☐ Até 8 Pistas	☐ Até 8 Pistas
☐ Outra situação (explicite): _____ _____	☐ Outra situação (explicite): _____ _____

8 Que serviços apresenta o clube para os alunos da categoria infantil que queiram iniciar a aprendizagem do pólo aquático?

☐ Escola de natação (aprendizagem geral das técnicas de nado e de pólo aquático)

☐ Classe específica de natação - pólo e/ou de mini - pólo

☐ Equipa federada correspondente ao seu escalão etário

☐ Outra situação (explicite) _____

9 Como são cativados, no seu clube, os atletas infantis que se queiram iniciar na prática do pólo aquático (indique por ordem de frequência; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.)?

- ☐ Provenientes de escola de natação
- ☐ Provenientes de equipa federada de natação pura
- ☐ Através de colegas, amigos, familiares
- ☐ Provenientes de classe específica de natação/pólo ou mini - pólo
- ☐ Através de divulgação no clube (cartazes, site, jornais)
- ☐ Através de actividades promovidas pela F.P.N.
- ☐ Através de actividades promovidas pela Associação de Natação do seu clube
- ☐ Outra situação (explicite) _____

10 O que privilegia na aprendizagem do pólo aquático (indique por ordem de importância; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.)?

- ☐ Domínio das técnicas de nado
- ☐ Técnica
- ☐ Deslocamentos
- ☐ Táctica
- ☐ Jogos pré desportivos
- ☐ Condição física

11 Que prioridades considera na abordagem de uma equipa infantil (indique por ordem de importância; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.)?

- ☐ Espaço de lazer
- ☐ Equipa competitiva
- ☐ Formação pluridisciplinar (integração de vários desportos: natação pura, natação sincronizada, etc.)
- ☐ Preparação para os próximos escalões etários
- ☐ Detecção de talentos
- ☐ Outra situação (explicite): _____

12 Para além das actividades previstas no quadro competitivo formal, costuma organizar outras actividades para os jogadores infantis?

☐ Não ☐ Sim

13 Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique que actividades organiza?

- ☐ Torneios de pólo aquático
  - ☐ Internos
  - ☐ Abertos a outros clubes
- ☐ Jogos de treino de pólo aquático
- ☐ Provas de natação
  - ☐ Internas
  - ☐ Abertas a outros clubes
- ☐ Torneios de mini - pólo
  - ☐ Internos
  - ☐ Abertos a outros clubes
- ☐ Percursos pedestres e outras actividades de natureza
- ☐ Estágios em período de férias escolares
- ☐ Viagens de final de época
- ☐ Torneios multi-desportivos
- ☐ Actividades culturais
- ☐ Outra actividade (explicite) _____

Caso o clube possua uma Escola de Natação, responda às questões seguintes.

14 Número de alunos da Escola de Natação (exclua os alunos integrados nas classes de aprendizagem do pólo aquático):

_____ alunos.

15 Orientação pedagógica da Escola de Natação do Clube

- ☐ Vocacionada exclusivamente para o ensino da natação pura
- ☐ Para além do ensino da natação pura, aborda elementos do pólo aquático e da natação sincronizada
- ☐ Pontualmente inclui elementos de outras modalidades desportivas (pólo aquático e natação sincronizada)

16 No programa dos festivais de natação internos do clube, encontra-se habitualmente prevista a realização de jogos de mini - pólo ou de outros jogos colectivos pré-desportivos?

☐ Não ☐ Sim

V- PARA UMA VISÃO DO ESCALÃO INFANTIL NACIONAL

No presente capítulo pretendemos recolher a sua opinião sobre o actual panorama do escalão infantil.

1 O actual modelo competitivo apresentado pela FPN, adequa-se às características dos seus jogadores infantis?

☐ Sim

☐ Não. Porquê? _____

_____

3 Concorda com a actual faixa etária do escalão infantil?

☐ Sim

☐ Não. Porquê? _____

_____

4 Se, na questão anterior, indicou Não, identifique a que melhor se adequa:

☐ Subdividir o actual escalão infantil em dois: Infantil A (+ novos) com faixa etária de 3 anos e Infantil B (+ velhos) com faixa etária de 2 anos

☐ Subdividir o actual escalão infantil em dois: Infantil A (+ novos) com faixa etária de 2 anos e Infantil B (+ velhos) com faixa etária de 3 anos

☐ Outra (indique): _____

5 Caso proponha a divisão do escalão infantil, que estrutura competitiva defende para cada uma das subdivisões:

Infantil A (+ novos):

☐ Jogo reduzido (p. ex. mini - pólo) ☐ Jogo formal

☐ Outra (qual): _____

Infantil B (+ velhos):

☐ Jogo reduzido (p. ex. mini - pólo) ☐ Jogo formal

☐ Outra (qual): _____

6 A implementação do jogo reduzido (p. ex. mini – pólo) poderá promover o desenvolvimento do pólo aquático em Portugal?

☐ Não ☐ Sim. Porquê? _____

7 Que estratégia deveria ser considerada prioritária na implementação do jogo reduzido (p. ex. mini – pólo)?

☐ Ir ao encontro de novos mercados (escolas de natação de clubes, autarquias com a gestão de piscinas municipais, núcleos de natação do desporto escolar, etc.)

☐ Potenciar e desenvolver o mercado já existente (clubes de pólo aquático com atletas infantis)

☐ Potenciar e desenvolver o mercado já existente e, posteriormente, ir ao encontro de novos mercados

☐ Potenciar e desenvolver o mercado já existente e, simultaneamente, ir ao encontro de novos mercados

☐ Outra estratégia (qual): _____

_____

8 A impossibilidade regulamentar de se poder jogar em piscinas com pé, limita o aparecimento de novos núcleos de pólo aquático no escalão infantil e juvenil?

☐ Sim ☐ Não

9 Se, na questão anterior, respondeu Sim, indique em que escalão, género e em que nível de competição proporia a realização de jogos de pólo aquático em piscinas com pé

COMPETIÇÃO DE NÍVEL REGIONAL

Feminino	**Masculino**
☐ Infantil A (mais novos)	☐ Infantil A (mais novos)
☐ Infantil B (mais velhos)	☐ Infantil B (mais velhos)
☐ Juvenil	☐ Juvenil

COMPETIÇÃO DE NÍVEL NACIONAL

Feminino	**Masculino**
☐ Infantil A (mais novos)	☐ Infantil A (mais novos)
☐ Infantil B (mais velhos)	☐ Infantil B (mais velhos)
☐ Juvenil	☐ Juvenil

10 Na sua opinião, indique os factores que mais têm influenciado o abandono dos seus jogadores mais jovens (indique por ordem de importância; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.)?

- ☐ Estrutura competitiva não adaptada
- ☐ Horário dos treinos
- ☐ Conciliação entre estudos e treinos
- ☐ Desinteresse dos pais
- ☐ Condições de treino pouco atractivas
- ☐ Concorrência de outras modalidades
- ☐ Imagem da modalidade
- ☐ Instalações desportivas (piscina, balneários)
- ☐ Quadro competitivo pouco estimulante e diversificado
- ☐ Aprendizagem de dificuldade elevada
- ☐ Outro (especifique): _____

_____

11 Indique as medidas que, na sua opinião, melhor se adequariam ao desenvolvimento do pólo aquático jovem (indique por ordem de importância; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.):

- ☐ Valorização da formação dos treinadores
- ☐ Implementação do jogo reduzido para os jogadores mais jovens
- ☐ Quadro competitivo mais extenso e prolongado na época
- ☐ Realização periódica de estágios técnicos e pedagógicos (organização das Associações e FPN)
- ☐ Realização periódica de torneios inter – associações
- ☐ Divisão do escalão infantil em dois grupos de idades
- ☐ Quadro competitivo que privilegie o convívio entre equipas
- ☐ Organização de torneios multi-desportivos sem vínculo competitivo
- ☐ Valorização da formação de árbitros
- ☐ Outra (especifique): _____

12 Na sua opinião, a integração dos conteúdos do jogo reduzido (p. ex. mini – pólo) nos cursos de treinador, seria uma medida:

- ☐ Pouco interessante
- ☐ Interessante
- ☐ Muito interessante

INQUÉRITO AOS TREINADORES

VI- CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA DE BASE

Nesta parte inicial do questionário procuramos recolher algumas informações que nos permitam conhecer alguns elementos de caracterização geral.

1 Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

2 Idade:

_____ anos.

3 Naturalidade:

_____

(Distrito, se nasceu no país; País, se nasceu no estrangeiro)

4 Nível de ensino que frequenta ou o mais elevado que frequentou:

FREQUENTA	COMPLETOU	NÍVEL DE ENSINO
☐	☐	Curso Superior (Pós-graduação)
☐	☐	Curso Superior (Licenciatura)
☐	☐	Curso Médio (Bacharelato)
☐	☐	12º Ano (Antigo propedêutico, serviço cívico)
☐	☐	Ensino secundário (antigo 7º ano)
☐	☐	3º Ciclo do ensino básico (antigo 5º ano dos liceus)
☐	☐	2º Ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório)
☐	☐	1º Ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe)

4 Designação exacta do(s) curso(s) médio(s) ou superior(es):

CURSO	GRAU*	ESCOLA / LOCAL
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

*Bacharelato, Licenciatura, Mestrado, Doutoramento.

5 Profissão principal:

_____

(Especifique com o máximo pormenor, por ex., não diga apenas funcionário público, militar, bancário, etc., indique também o cargo ou o posto ocupado)

6 Situação na profissão principal:

☐ Patrão (mais de dez trabalhadores a seu cargo)
☐ Trabalhador(a) por conta própria
☐ Trabalhador(a) em empreendimento familiar
☐ Trabalhador(a) por conta de outrem

VII- CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DE TREINADOR

Passamos agora a um conjunto de questões que procura recolher informações que nos permitam descrever a sua actividade de treinador.

1 Quantos anos tem de exercício da actividade de treinador?

Cerca de _____ anos.

2 Quais as principais razões que o(a) levaram a ser treinador(a)?

_____

_____

3 Qual foi a sua primeira experiência como treinador(a), indicando:

ESCALÃO	IDADES	SEXO	INSTITUIÇÃO*

(Clube, Associação, Federação)

4 E qual a situação em que se manteve mais tempo?

ESCALÃO	IDADES	SEXO	INSTITUIÇÃO*

(Clube, Associação, Federação)

PENSANDO AGORA NA SUA SITUAÇÃO ACTUAL

5 Onde exerce a actividade?

Distrito _____ Concelho _____ Instituição*_____

*(Clube, Associação, Federação)

6 Qual a sua função específica?

☐ Treinador(a) principal
☐ Treinador(a) adjunto
☐ Outra. Qual? _____

7 Há quanto tempo exerce a actual actividade?

Cerca de _____ anos.

8 Em média, quantas horas dedica?

Sessões de treino: _____ horas / semana Outras tarefas: _____ horas / semana

9 Onde se insere a sua intervenção?

ESCALÃO	IDADES	SEXO
_____	_____	_____
_____	_____	_____

10 Tem, na presente época, praticantes internacionais?

☐ Não ☐ Sim

11 Exerce a actual actividade de treinador(a) como profissão principal?

☐ Não ☐ Sim

12 Recebe alguma remuneração pelo exercício da sua actividade de treinador(a)?

☐ Não ☐ Sim

13 Qual é o seu rendimento mensal ilíquido proveniente do exercício dessa actividade?

☐ Menos de 100€ ☐ Entre 100 e 250€ ☐ Entre 251€ e 500

☐ Entre 501 e 1000€ ☐ Entre 1001 e 2000€ ☐ Mais de 2000€

14 Para além desta actividade, indique se exerce alguma outra com ela relacionada:

☐ Seleccionador(a) nacional

☐ Director(a) técnico(a)

☐ Outra. Qual? _____

15 Tenciona continuar a ser treinador?

☐ Não ☐ Sim

16 Se na questão anterior respondeu Não, indique porquê?

_____

_____

17 Relativamente ao seu passado desportivo, diga se foi (ou ainda é) praticante:

☐ Não ☐ Sim

18 Se respondeu Sim, qual o nível competitivo mais elevado atingido:

☐ Internacional (Camp. Europa) ☐ Internacional (Torneios)

☐ Nacional ☐ Até distrital / regional

19 Exerce a actividade de treinador(a) na modalidade onde foi (ou é) praticante?

☐ Não ☐ Sim

20 Se respondeu Não, em que modalidade foi praticante?

_____

VIII- CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DO TREINADOR

Nesta parte final do questionário pretendemos recolher um conjunto de informações que nos permitam caracterizar a formação do treinador(a).

1 Frequentou cursos de treinador?

☐ Não ☐ Sim

2 Se nos últimos 5 anos frequentou cursos de treinador, indique:

Designação do curso _____

Duração _____

Instituição responsável _____

3 Em 2003 quantas acções na área do treino desportivo frequentou?

☐ Nenhuma ☐ 1 a 2 ☐ 3 a 5 ☐ mais de 5

4 Pensando nas razões que o levaram a frequentar cursos e acções de formação, indique a importância que atribui aos seguintes motivos (indique por ordem de importância, 1º, 2º, ...):

☐ Actualização
☐ Especialização
☐ Formação complementar
☐ Formação inicial
☐ Obrigatoriedade / Certificação
☐ Outro (qual): _____

4 Futuramente tenciona frequentar outros cursos e acções de formação?

Curso de treinador: ☐ Não ☐ Sim
Acções de formação: ☐ Não ☐ Sim

INQUÉRITO AOS DIRIGENTES

IX- CARACTERIZAÇÃO DO DIRIGENTE

Nesta parte do questionário procuramos recolher algumas informações que nos permitam efectuar uma caracterização geral do dirigente desportivo, directamente ligado ao pólo aquático do clube.

1 Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

2 Idade:

☐ 15 a 19 anos ☐ 20 a 24 anos ☐ 25 a 34 anos
☐ 35 a 44 anos ☐ 45 a 54 anos ☐ 55 a 64 anos
☐ 65 a 74 anos

3 Habilitações escolares:

_____

4 Profissão principal:

_____

5 Ocupa algum cargo na direcção do clube?

☐ Não ☐ Sim (especifique o cargo): _____

6 É membro da secção de pólo aquático do clube?

☐ Não ☐ Sim

7 Número de anos na função de dirigente do clube (ligado ao pólo aquático)?

☐ Até 2 anos ☐ De 3 a 5 anos ☐ De 6 a 10 anos
☐ De 11 a 15 anos ☐ Mais de 15 anos

8 Foi (ou é) praticante desportivo?

☐ Não ☐ Sim

9 Exerce a actividade de dirigente na modalidade onde foi (ou é) praticante?

☐ Não ☐ Sim

10 Se na questão anterior respondeu Não, indique em que modalidade foi praticante?

_____

11 Tem algum familiar seu na equipa de pólo aquático?

☐ Não

☐ Sim (que grau de parentesco?) _____

12 Quais as principais razões que o(a) levaram a ser dirigente?

_____

_____

13 Tenciona continuar na função de dirigente desportivo?

☐ Não ☐ Sim

14 Se na questão anterior respondeu Não, indique porquê?

_____

_____

Em seguida, pretendemos recolher a sua opinião sobre o actual panorama do escalão infantil, para podermos perceber até que ponto o projecto nacional mini – pólo terá o seu apoio e compreensão.

15 Na sua opinião, a actual estrutura competitiva nacional do pólo aquático jovem, é estimulante para os atletas mais novos do seu clube?

☐ Não ☐ Sim

16 Se na questão anterior respondeu Não, que iniciativas permitiriam estimular o jovem a continuar a prática do pólo aquático (indique por ordem de importância; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, etc.)?

☐ Valorização da formação dos treinadores
☐ Implementação do jogo reduzido (p.ex. mini – pólo) para os jogadores mais jovens
☐ Quadro competitivo mais extenso e prolongado na época
☐ Realização periódica de estágios técnicos e pedagógicos (organização das AN e FPN)
☐ Realização periódica de torneios inter – associações
☐ Divisão do escalão infantil em dois grupos de idades
☐ Quadro competitivo que privilegie o convívio entre equipas
☐ Organização de torneios multi-desportivos sem vínculo competitivo
☐ Valorização da formação de árbitros
☐ Outra (especifique): _____

17 Como dirigente, qual a sua intervenção na política de desenvolvimento do pólo aquático no seu clube?

☐ Não é da minha área de competências
☐ Não intervenho, mas aprovo a política de desenvolvimento do pólo aquático definida pela equipa técnica
☐ Participo, com a equipa técnica, na definição da estratégia de desenvolvimento do pólo aquático
☐ Apresento, à equipa técnica, a estratégia de desenvolvimento desportivo definida pela direcção do clube
☐ Outra (especifique): _____

18 A introdução do projecto nacional do mini – pólo é uma medida de desenvolvimento desportivo:

☐ Nada interessante
☐ Pouco interessante
☐ Interessante
☐ Muito interessante
☐ Decisiva para o desenvolvimento do pólo - aquático
☐ Não tenho opinião

19 Estaria disposto a colaborar com um projecto nacional de implementação do mini - pólo?

☐ Não ☐ Sim

20 Estaria disposto a abraçar um projecto de implementação do mini – pólo no seu clube?

☐ Não ☐ Sim

Anexo 2. Lençol de dados (questionário)

Pág.	Parte do questionário
XXVIII	1ª Parte- Caracterização das piscinas
XXVIII	2ª Parte- Relação do clube com o local de prática
XXX	3ª Parte- Caracterização pólo aquático
XXXIII	4ª Parte A- Caracterização escalão infantil feminino
XXXV	4ª Parte B- Caracterização escalão infantil masculino
XXXVIII	5ª Parte A- Visão escalão infantil feminino
XXXIX	5ª Parte B- Visão escalão infantil masculino
XLI	6ª Parte- Caracterização dos treinadores
XLII	7ª Parte- Caracterização da actividade dos treinadores
XLIV	8ª Parte- Caracterização da formação dos treinadores
XLVI	9ª Parte- Caracterização dos dirigentes

CASOS

1.0	*Amadora*	2.0	*Aminata*	3.0	*Apolos*	4.0	*Arsenal 72*
5.0	*Belenenses*	6.0	*Benfica*	7.0	*CDUP*	8.0	*CNAc*
9.0	*CPN*	10.0	*Fluvial*	11.0	*Foca*	12.0	*Gespaços*
13.0	*Gondomar*	14.0	*Guimarães*	15.0	*Louletano*	16.0	*Lousada*
17.0	*Mealhada*	18.0	*Paredes*	19.0	*Penafiel*	20.0	*Portinado*
21.0	*Povoense*	22.0	*Salgueiros*	23.0	*Sporting*	24.0	*Vigorosa*
25.0	*Vila Real*						

1ª Parte- Caracterização das piscinas

Caso	Data	Dimensão	Profundidade	Pistas	Cobertura	Aquecimento	Bancadas	Ginásio	Sala	Tanque	Parque
1.0	2	2	1	4	1	2	1	1	1	1	1
2.0	5	1	3	1	1	2	0	1	1	0	1
3.0	3	6	1	4	1	2	0	1	0	1	0
4.0	5	1	3	1	1	2	1	0	0	1	1
5.0	5	4	1	2	3	2	0	1	1	1	1
6.0	5	2	1	2	1	2	1	0	0	0	1
7.0	3	6	1	4	1	2	0	1	0	1	0
8.0	5	1	3	1	1	2	0	1	0	0	0
9.0	5	6	1	2	1	2	1	0	1	1	0
10.0	2	2	1	2	3	3	1	0	0	1	1
11.0	5	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1
12.0	6	3	1	2	1	2	1	1	1	1	1
13.0	5	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1
14.0	6	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1
15.0	5	1	3	1	1	2	1	0	1	1	1
16.0	6	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1
17.0	5	6	1	2	4	2	1	0	1	1	1
18.0	4	1	3	1	1	2	1	0	0	1	1
19.0	4	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1
20.0	4	1	1	1	1	2	1	1	1	0	0
21.0	5	4	1	2	1	1	1	1	1	1	1
22.0	4	4	3	2	3	3	1	1	1	1	1
23.0	6	3	1	2	1	2	1	1	1	1	1
24.0	4	4	3	2	3	3	1	1	1	1	1
25.0	.	6	3	4	1	2	1	0	1	1	0
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

2ª Parte- Relação do clube com o local de prática

Caso	Propriedade	Gestora	Relação	Valor	RecCâm	RecJun	RecPub	RecEsc	RecQuot	RecOut	Condições	Gratuita	Aluguer	QuantJog
1.0	1	4	0	0	.	.	.	.	.	.	1	1	0	5
2.0	3	4	0	0	.	.	.	.	.	.	0	0	3	3
3.0	4	5	1	0	.	.	.	.	.	.	0	0	2	2
4.0	1	2	2	4	2	.	.	1	3	.	0	0	3	6

5.0	3	4	0	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	5								
6.0	6	7	2	1	.	.	1	2	.	.	1
	1	0	2								
6.1	4	5	3	0	.	.	.	.	.	.	0
	1	0	2								
7.0	4	5	0	0	.	.	.	.	.	.	0
	0	2	1								
8.0	6	7	2	1	.	.	2	1	3	.	0
	1	0	2								
9.0	3	4	0	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	.								
10.0	3	4	0	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	.								
11.0	1	1	1	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	5								
12.0	1	2	1	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	.								
13.0	1	1	3	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	4								
14.0	1	7	3	1	1	.	3	.	2	.	1
	1	0	.								
15.0	1	1	1	0	.	.	.	.	.	.	0
	1	0	2								
15.1	1	1	1	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	1								
16.0	1	2	1	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	.								
17.0	1	1	2	1	2	.	1	.	3	.	1
	1	0	.								
18.0	1	1	1	0	.	.	.	.	.	.	0
	0	1	6								
19.0	1	1	1	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	.								
20.0	1	4	0	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	.								
21.0	1	2	1	0	.	.	.	.	.	.	0
	0	2	4								
21.1	1	2	1	0	.	.	.	.	.	.	0
	0	2	1								
22.0	1	1	2	3	.	.	.	1	2	.	1
	-1	-1	-1								
23.0	3	4	0	0	.	.	.	.	.	.	1
	1	0	1								
24.0	1	7	2	2	.	.	.	2	1	.	1
	-1	-1	-1								
25.0	1	1	2	1	1	.	3	.	2	.	0
	0	2	3								

3ª Parte- Caracterização pólo aquático

Caso	ClubFund	ClubMod	AnoPolo	SecçPolo	SecçElem	SecçDirecç	CoordTéc
CoordTécSex	CoordTécTre	TreinFem	TreinMas	TreinTotal	TreinAdjFem	TreinAdjMas	
EqFemInf	EqFemJuv	EqFemJun	EqFemSen	EqMascInf	EqMascJuv	EqMascJun	
EqMascSen	AtlFemInf	AtlFemJuv	AtlFemJun	AtlFemSen	AtlMascInf	AtlMascJuv	
AtlMascJun	AtlMascSen	HorFemInf	HorFemJuv	HorFemJun	HorFemSen	HorMascInf	
HorMascJuv	HorMascJun	HorMascSen	FreqFemInf	FreqFemJuv	FreqFemJun		
FreqFemSen	FreqMascInf	FreqMascJuv	FreqMascJun	FreqMascSen	HTreFemInf		
HTreFemJuv	HTreFemJun	HTreFemSen	HTreMascInf	HTreMascJuv	HTreMascJun		
HTreMascSen	HTreSecFemInf	HTreSecFemJuv	HTreSecFemJun	HTreSecFemSen			
HTreSecMascInf	HTreSecMascJuv	HTreSecMascJun	HTreSecMascSen	EqFemOuMasc			
AlEscNat	OrEscNat	ProgFestiv					
1.0	4	2	1	1	1	1	0	.	.	1	2
	3	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
	2	6	5	7	12	9	13	19	5	5	5
	5	6	6	8	8	5	5	5	5	5	5
	5	5	3	3	4	4	3	3	3	4	2
	2	2	2	2	2	2	2	.	6000	2	1
2.0	4	2	1	0	0	0	0	.	.	0	2
	2	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
	0	0	0	0	14	4	1	14	.	.	.
	.	10	10	.	8	.	.	.	.	3	3
	.	3	.	.	.	.	3	3	.	4	.
	.	.	.	1	1	.	1	1	1005	1	0
3.0	4	1	1	1	2	0	0	.	.	1	0
	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	0	0	0	0	0	0	0	16	.	.	.
	.	.	.	.	9	.	.	.	.	.	.
	.	3	.	.	.	.	.	.	.	4	.
	.	.	.	.	.	.	1	2	0	.	.
4.0	3	3	4	1	2	1	1	2	1	1	2
	3	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1

	9	6	0	0	12	11	3	10	7	7	.
	.	7	7	7	7	4	4	.	.	4	4
	4	4	3	3	.	.	3	3	3	3	3
	3	.	.	3	3	3	3	.	180	2	1
5.0	1	6	2	1	3	0	0	.	.	0	3
	3	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1
	0	1	2	12	4	8	11	13	.	.	.
	5	.	3	3	8	.	.	.	5	.	5
	5	5	.	.	.	5	.	5	5	5	.
	.	.	1	.	3	3	1	.	-1	1	0
6.0	1	6	5	1	3	0	0	.	.	0	1
	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	0	0	0	0	0	0	0	14	.	.	.
	.	.	.	.	9	.	.	.	.	.	.
	.	2	.	.	.	.	.	.	.	2	.
	.	.	.	.	.	.	1	3	-1	1	0
7.0	3	4	1	1	1	1	1	2	1	0	3
	3	0	2	0	0	0	0	1	1	1	1
	0	0	0	0	17	10	9	6	.	.	.
	.	4	4	5	5	.	.	.	.	3	3
	5	5	.	.	.	.	3	3	4	4	.
	.	.	.	1	1	2	2	2	-1	2	1
8.0	4	2	2	0	0	1	0	.	.	0	1
	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	0	0	0	0	0	0	0	16	.	.	.
	.	.	.	.	10	.	.	.	.	.	.
	.	3	.	.	.	.	.	.	.	2	.
	.	.	.	.	.	.	3	1	1200	3	0
9.0	2	3	3	1	2	1	1	2	1	0	2
	2	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1
	0	9	0	0	12	15	12	16	.	5	.
	.	5	5	7	7	.	3	.	.	4	4
	4	5	.	1	.	.	1	1	1	1	.
	1	.	.	1	4	4	6	.	-1	2	1
10.0	1	4	1	1	1	0	1	2	1	2	3
	5	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1
	8	10	2	10	20	9	8	11	3	3	6
	6	3	3	8	8	4	5	5	5	4	5
	5	5	3	3	3	3	3	3	3	3	1
	1	2	2	1	2	2	2	.	600	3	1
11.0	4	3	4	0	0	0	1	2	1	0	3
	3	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
	7	3	3	10	14	8	3	10	5	5	5
	5	5	5	5	5	.	4	5	5	4	5
	5	5	.	4	4	4	3	4	4	4	.
	5	5	5	5	5	5	5	.	600	2	1
12.0	5	2	5	0	0	1	1	2	0	0	2
	2	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0
	10	5	0	0	13	14	4	0	10	10	.

	.	10	10	.	.	5	5	.	.	5	5
	5	.	5	5	.	.	5	5	5	.	1
	1	.	.	1	1	1	.	.	-1	2	1
13.0	4	3	4	1	1	1	1	2	1	1	1
	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	10	10	6	6	15	6	9	10	3	3	8
	8	4	4	8	8	4	4	5	5	4	4
	5	5	3	3	4	4	3	3	4	4	2
	2	3	3	2	2	3	3	.	1800	2	1
14.0	1	4	5	1	4	0	1	2	0	0	1
	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1
	0	0	0	0	15	4	6	20	.	.	.
	.	7	.	.	7	.	.	.	.	3	.
	.	3	.	.	.	.	3	.	.	3	.
	.	.	.	3	.	.	3	2	-1	1	0
15.0	1	3	2	1	3	1	1	2	1	1	2
	3	0	1	0	0	1	0	1	1	0	1
	5	5	2	0	16	10	5	19	.	.	7
	.	7	7	.	8	.	.	3	.	3	3
	.	3	.	.	3	.	3	3	.	3	.
	.	1	.	1	1	.	1	.	600	1	0
16.0	5	2	5	0	0	0	1	2	1	0	2
	2	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1
	10	7	1	.	12	8	10	6	2	2	2
	.	2	2	6	6	4	5	5	.	4	5
	5	5	4	5	5	.	4	5	5	5	2
	3	3	.	2	3	3	.	.	-1	2	1
17.0	5	2	5	0	0	0	0	.	.	0	1
	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	0	0	0	0	0	0	4	17	.	.	.
	.	.	.	.	5	.	.	.	.	.	.
	.	3	.	.	.	.	.	.	.	4	.
	.	.	.	.	.	.	3	3	1831	3	1
18.0	4	3	4	1	1	0	1	2	0	0	3
	3	1	3	1	1	0	1	1	1	1	1
	12	6	1	7	20	8	10	7	3	3	.
	3	5	5	6	6	4	4	.	4	4	4
	4	4	3	4	.	4	3	4	4	4	1
	1	.	1	1	1	1	1	.	2000	2	1
19.0	4	4	5	0	0	0	0	.	0	0	2
	2	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1
	5	3	8	0	4	7	7	13	-1	-1	-1
	-1	-1	-1	-1	-1	2	4	4	.	2	4
	4	4	2	3	3	.	2	3	4	4	1
	3	3	.	1	3	3	4	.	-1	1	1
20.0	4	3	1	3	1	1	1	2	1	0	2
	2	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1
	0	0	0	0	16	9	2	14	.	.	.
	.	6	8	.	8	.	.	.	.	5	5

	5	5	.	.	.	.	3	4	.	4	.
	.	.	.	4	5	.	5	2	-1	1	1
21.0	1	3	5	1	3	0	1	2	0	0	1
	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1
	0	0	0	0	15	6	2	14	.	.	.
	.	3	3	.	5	.	.	.	.	6	6
	.	4	.	.	.	.	4	4	.	3	.
	.	.	.	3	3	.	3	2	-1	2	1
22.0	1	3	1	1	5	1	1	2	1	0	2
	2	0	3	0	0	0	0	1	1	1	1
	0	0	0	0	15	15	12	15	.	.	.
	.	6	6	6	6	.	.	.	.	3	4
	4	5	.	.	.	.	3	4	5	6	.
	.	.	.	2	3	4	4	2	-1	2	1
23.0	1	6	5	0	0	0	0	.	0	0	1
	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	0	0	0	0	0	0	0	18	.	.	.
	.	.	.	.	7	.	.	.	.	.	.
	.	3	.	.	.	.	.	.	.	3	.
	.	.	.	.	.	.	1	1	3000	1	1
24.0	1	4	4	1	2	0	1	1	1	1	0
	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0
	10	8	0	0	0	0	0	0	6	6	.
	.	.	.	.	.	4	4	.	.	.	.
	.	.	3	3	.	.	.	.	.	.	2
	2	.	.	.	.	.	.	4	54	1	0
25.0	1	3	5	1	4	1	1	2	0	0	1
	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1
	0	0	0	0	1	10	1	6	.	.	.
	.	.	7	.	7	.	.	.	.	.	4
	.	4	.	.	.	.	.	4	.	4	.
	.	.	.	.	3	.	1	3	-1	1	0

4ª Parte A- Caracterização escalão infantil feminino

Caso	*EqFem*	*AtlFil93*	*AtlFil92*	*AtlFil91*	*AtlFil90*	*AtlFil89*	*AtlFilTot*

AtlNFil93	*AtlNFil92*	*AtlNFil91*	*AtlNFil90*	*AtlNFil89*	*AtlNFilTot*	*HorTrei2ª*

HorTrei3ª	*HorTrei4ª*	*HorTrei5ª*	*HorTrei6ª*	*HorTreiSáb*	*TreiInt*	*TreiSim*

EspTrei	*ServEsc*	*ServMini*	*ServFed*	*ServOut*	*RecEscNat*	*RecEqFed*

RecAmig	*RecMini*	*RecDiv*	*RecFPN*	*RecANat*	*RecOut*	*ApzNat*

ApzTéc	*ApzDesloc*	*ApzTáct*	*ApzPréDesp*	*ApzCondFís*	*ObjecLaz*

ObjecComp	*ObjecPluri*	*ObjecFut*	*ObjecDetecç*	*ObjecOut*	*Activ*

	TornPoloInt	TornPoloAb	JogTrei	ProvNatInt	ProvNatAb	TornMiniInt	TornMiniAb	PercPed	Est	Viag	TornMulti	Cult	Out			
1	1	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1					
	1	2	5	5	5	5	5	.	1	0	2					
	0	1	0	0	2	.	.	1	3	.	.					
	.	1	2	4	6	5	3	3	5	2	1					
	4	.	0	.	.	.	.	.	.	.	.					
	.	.	.	.	.											
4	1	0	0	1	6	2	9	0	0	0	1					
	0	1	7	.	7	7	7	.	1	0	2					
	0	1	1	1	2	.	3	1	4	.	5					
	.	5	6	3	4	2	1	4	3	5	1					
	2	.	1	0	0	1	1	0	1	1	0					
	1	1	0	0	0											
10	1	2	1	1	0	4	8	0	0	2	0					
	0	2	.	3	.	3	3	10	1	1	4					
	0	0	1	0	1	3	2	.	.	.	.					
	.	1	3	2	6	4	5	5	1	3	2					
	4	.	1	0	0	1	0	0	0	0	0					
	0	0	0	0	0											
11	1	0	1	0	4	2	7	1	0	0	0					
	0	1	5	5	.	5	5	.	1	0	2					
	1	1	0	0	1	3	2	4	5	7	6					
	.	3	5	2	4	1	6	1	4	2	3					
	5	.	1	1	1	1	0	0	1	1	0					
	0	0	0	0	1											
12	1	1	4	1	1	0	7	0	0	0	0					
	0	0	7	7	7	7	7	.	1	0	4					
	0	1	0	0	1	5	2	3	4	7	6					
	.	1	2	4	6	3	5	1	2	4	3					
	5	.	1	0	1	0	0	0	0	1	1					
	1	0	0	1	0											
15	1	0	0	0	1	4	5	0	0	0	0					
	0	0	7	.	7	.	7	.	1	0	2					
	0	0	1	0	.	.	1	.	2	4	.					
	3	2	4	3	5	1	6	1	4	2	3					
	5	.	1	1	1	1	0	0	1	1	0					
	0	0	0	1	1											
16	1	1	0	1	2	6	10	0	0	0	0					
	0	0	3	.	3	3	.	3	1	0	5					
	1	0	1	0	3	.	4	1	2	.	.					
	.	4	1	3	6	2	5	1	3	4	2					
	5	.	1	1	1	1	1	0	1	1	1					
	1	0	0	0	0											
18	1	3	1	2	3	3	12	8	0	0	0					
	0	8	.	3	3	.	3	10	1	1	2					

	0	1	1	0	1	3	4	2	5	7	6
	.	2	4	3	5	1	6	1	5	2	3
	4	.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	1	.	1	1	.						
19	1	0	0	1	1	3	5	0	0	0	2
	1	3	.	.	10	.	.	10	0	1	4
	0	1	1	0	2	5	3	1	4	7	6
	.	1	3	5	6	4	2	1	4	2	3
	5	.	1	1	0	1	1	0	1	0	1
	1	0	1	.	.						
23	1	0	0	0	0	0	0	1	5	5	2
	0	14	10	.	10	.	10	.	0	1	3
	0	1	0	0	1	.	2	.	.	.	.
	.	1	2	5	6	4	3	-1	-1	-1	-1
	-1	-1	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	0	0	0	0	0						
24	1	1	1	2	1	5	10	0	0	0	1
	0	1	.	6	.	6	6	10	1	0	1
	0	1	0	0	.	.	1	3	2	.	.
	.	3	4	1	5	2	4	1	3	2	4
	5	.	1	0	0	1	0	0	1	0	1
	1	1	0	1	0						

4ª Parte B- Caracterização escalão infantil masculino

Caso	*EqFem*	*AtlFil93*	*AtlFil92*	*AtlFil91*	*AtlFil90*	*AtlFil89*	*AtlFilTot*

AtlNFil93	*AtlNFil92*	*AtlNFil91*	*AtlNFil90*	*AtlNFil89*	*AtlNFilTot*	*HorTrei2ª*

HorTrei3ª	*HorTrei4ª*	*HorTrei5ª*	*HorTrei6ª*	*HorTreiSáb*	*TreiInt*	*TreiSim*

EspTrei	*ServEsc*	*ServMini*	*ServFed*	*ServOut*	*RecEscNat*	*RecEqFed*

RecAmig	*RecMini*	*RecDiv*	*RecFPN*	*RecANat*	*RecOut*	*ApzNat*

ApzTéc	*ApzDesloc*	*ApzTáct*	*ApzPréDesp*	*ApzCondFís*	*ObjecLaz*

ObjecComp	*ObjecPluri*	*ObjecFut*	*ObjecDetecç*	*ObjecOut*	*Activ*

TornPoloInt	*TornPoloAb*	*JogTrei*	*ProvNatInt*	*ProvNatAb*	*TornMiniInt*

TornMiniAb	*PercPed*	*Est*	*Viag*	*TornMulti*	*Cult*	*Out*

1	1	0	3	5	4	3	15	1	0	0	0
	0	1	6	6	6	6	6	.	1	0	2
	0	1	0	0	2	.	.	1	3	.	.
	.	1	2	3	6	4	5	4	5	3	1
	2	.	1	1	0	1	0	0	1	0	0
	0	0	0	0	0						

2	1	3	0	4	1	6	14	4	1	0	0
	0	5	10	.	10	.	10	.	1	0	1
	0	1	1	0	3	4	1	2	5	6	7
	.	2	4	3	5	1	6	1	4	2	3
	5	.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0						
4	1	0	0	3	3	4	10	0	0	0	0
	0	0	7	7	.	7	7	.	1	0	2
	0	1	1	0	2	5	4	1	3	7	6
	.	1	3	2	6	4	5	3	2	5	1
	4	.	1	0	0	1	0	0	1	1	1
	0	1	0	0	0						
5	1	0	0	0	2	2	4	0	1	0	0
	0	1	4	4	4	4	4	.	1	0	5
	0	0	1	0	2	3	1	7	4	5	6
	.	1	2	3	6	4	5	1	3	5	2
	4	.	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0						
7	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.						
9	1	2	2	2	1	7	14	0	0	0	0
	0	0	.	4	4	4	.	.	0	0	4
	0	1	1	0	2	3	4	1	5	7	6
	.	1	4	3	6	2	5	1	3	4	2
	5	.	1	1	1	1	0	0	0	0	0
	0	0	1	0	0						
10	1	1	3	2	5	7	18	1	0	1	2
	2	6	3	.	3	.	4	10	1	0	4
	0	0	1	0	1	.	2	.	.	.	.
	.	1	3	2	5	6	4	4	3	5	1
	2	.	1	0	0	1	0	0	0	0	1
	0	0	0	0	0						
11	1	1	1	3	4	6	15	0	0	0	0
	0	0	5	5	5	5	5	.	1	0	2
	1	1	1	0	1	4	3	2	5	6	7
	.	2	5	3	4	1	6	2	4	1	3
	5	.	1	0	1	1	0	0	1	1	0
	0	0	0	0	1						
12	1	3	4	0	6	0	13	17	0	0	0
	0	17	10	10	10	10	10	.	1	1	4
	0	1	0	0	2	1	3	4	5	6	7
	.	1	2	3	6	4	5	2	1	5	3
	4	.	1	0	1	0	1	1	1	1	1
	1	0	1	0	0						

13	1	0	1	2	5	8	16	1	1	2	0
	0	4	.	4	6	4	.	10	1	0	2
	1	0	0	0	1	.	2	.	.	.	.
	.	1	3	4	6	2	5	1	3	4	2
	5	.	1	0	0	1	0	0	0	1	0
	1	1	0	0	.						
14	1	0	1	4	3	7	15	6	3	0	0
	0	9	7	.	7	.	7	.	0	0	1
	0	1	0	0	.	.	2	1	3	.	.
	4	1	4	2	5	3	6	1	3	5	2
	4	.	1	1	1	1	0	0	0	1	1
	1	0	0	0	1						
15	1	2	0	0	7	7	16	0	0	0	0
	0	0	7	.	7	.	7	.	1	0	1
	0	0	1	0	.	.	1	.	2	4	.
	3	2	4	3	6	1	6	1	4	2	3
	5	.	1	1	1	1	0	0	1	1	0
	0	0	0	1	1						
16	1	1	2	6	2	1	12	0	0	0	0
	0	0	.	2	3	.	3	10	0	0	4
	1	0	1	0	3	.	4	1	2	.	.
	.	4	1	3	6	2	5	1	3	.	2
	.	.	1	1	1	1	1	0	1	1	1
	1	0	0	0	0						
18	1	5	0	1	7	7	21	6	0	0	0
	0	6	.	3	3	.	3	10	1	1	2
	0	1	1	0	1	3	4	2	5	7	6
	.	2	4	3	5	1	6	1	5	2	3
	4	.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	1	0	1	1	0						
19	1	0	0	1	1	2	4	0	1	2	1
	0	4	.	.	10	.	.	10	0	1	4
	0	1	0	0	2	5	3	1	4	7	6
	.	1	3	5	6	4	2	1	4	2	3
	5	.	1	1	0	1	1	0	1	0	1
	1	0	1	0	0						
20	1	0	1	4	2	9	16	0	0	0	0
	0	0	5	5	5	5	5	5	0	0	1
	0	1	1	0	5	4	3	2	1	.	.
	.	1	2	5	6	4	3	2	3	4	1
	5	.	1	0	1	1	0	0	1	1	1
	0	0	0	0	0						
21	1	1	0	5	4	5	15	0	0	0	0
	6	6	3	.	3	3	6	10	0	0	4
	0	1	1	0	.	3	2	4	1	.	.
	.	2	3	5	6	4	1	2	3	5	1
	4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.						

22	1	1	0	1	5	5	12	0	1	1	0
	0	2	6	5	6	5	6	.	0	0	7
	0	0	1	0	2	.	1	.	.	.	.
	.	1	5	2	3	4	6	1	3	4	2
	5	.	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	1	0	0	0	0						
23	1	0	0	0	0	0	0	1	9	8	7
	3	28	10	.	10	.	10	.	1	1	3
	0	1	1	0	1	.	2	.	.	.	.
	.	1	2	5	6	4	3	-1	-1	-1	-1
	-1	.	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	0	0	0	0	0						
25	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	0	0	7	4	.	4	7	.	1	0	1
	0	0	0	1	2	4	1	.	3	.	.
	.	3	2	4	1	6	5	4	2	5	1
	3	.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0						

5ª Parte A- Visão escalão infantil feminino

Caso	*ModComp*	*FaixEtá*	*FaixEtáAdeq*	*InfAEstComp*	*InfBEstComp*	*ImpMini*	*EstImpMini*

LimPisc	*CompReg*	*CompNac*	*Aband1*	*Aband2*	*Aband3*	*Aband4*

Aband5	*Aband6*	*Aband7*	*Aband8*	*Aband9*	*Aband10*	*MedDes1*	*MedDes2*

MedDes3	*MedDes4*	*MedDes5*	*MedDes6*	*MedDes7*	*MedDes8*	*CursTrei*

1	0	1	.	1	1	1	1	1	1	1	8
	4	2	3	7	1	6	5	9	.	6	4
	5	2	3	7	1	.	2				
4	0	0	1	1	2	1	4	1	2	1	1
	2	3	6	8	4	9	5	7	.	1	4
	5	2	2	3	4	5	2				
5	1	1	.	.	.	1	1	1	2	2	1
	4	2	7	8	9	5	3	6	.	4	1
	5	7	3	6	2	.	3				
10	0	0	1	1	2	1	4	1	1	.	7
	3	4	9	1	6	5	2	8	.	6	3
	1	2	4	5	7	.	2				
11	0	0	1	1	2	1	1	0	.	.	2
	1	3	5	8	7	9	4	6	.	7	5
	2	6	4	3	1	.	2				
12	0	0	3	.	.	1	5	0	.	.	2
	4	1	3	5	8	6	7	8	.	7	1
	6	2	3	4	5	.	3				

13	0	0	1	1	2	1	4	1	2	1	1
	2	6	3	5	7	9	8	4	.	5	3
	4	7	6	1	2	.	2				
15	0	0	1	1	1	1	4	1	3	2	2
	5	6	4	9	3	8	1	7	.	7	2
	3	4	5	1	6	.	3				
16	0	0	1	1	2	1	3	1	3	2	3
	2	4	5	.	.	.	1	.	.	4	1
	2	3	5	.	.	.	3				
18	0	0	1	1	2	1	4	1	3	3	2
	3	5	7	4	8	6	1	9	.	5	3
	1	6	7	2	4	.	3				
19	0	0	1	1	2	1	4	1	3	1	1
	5	2	3	8	4	9	6	7	.	4	1
	2	5	6	3	7	.	3				
23	0	0	1	1	2	1	1	1	3	1	1
	2	3	4	5	8	9	7	6	.	7	1
	6	3	2	4	5	.	3				
24	0	0	1	1	2	1	4	1	3	2	1
	3	4	2	.	.	.	.	.	.	1	3
	2	5	4	1	1	.	3				

5ª Parte B- Visão escalão infantil masculino

Caso	*ModComp*	*FaixEtá*	*FaixEtáAdeq*	*InfAEstComp*	*InfBEstComp*	*ImpMini*	*EstImpMini*

LimPisc	*CompReg*	*CompNac*	*Aband1*	*Aband2*	*Aband3*	*Aband4*

Aband5	*Aband6*	*Aband7*	*Aband8*	*Aband9*	*Aband10*	*MedDes1*	*MedDes2*

MedDes3	*MedDes4*	*MedDes5*	*MedDes6*	*MedDes7*	*MedDes8*	*CursTrei*

1	0	0	1	1	2	1	2	0	.	.	.
	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1
	.	.	3	2	.	.	2				
2	1	0	1	1	2	1	4	1	1	1	5
	4	6	3	7	8	2	9	1	.	4	2
	7	5	6	3	1	.	2				
4	0	0	1	3	2	1	4	1	1	1	2
	1	3	4	8	7	9	6	5	.	5	2
	7	4	6	1	3	.	2				
5	1	1	.	.	.	1	1	1	2	2	1
	4	2	7	8	9	5	3	6	.	4	1
	5	7	3	6	2	.	2				
9	0	1	.	.	.	1	1	1	1	1	2
	1	.	.	.	.	.	.	.	.	4	3
	1	5	2	6	7	.	2				

10	1	0	1	1	2	1	1	0	.	.	3
	4	1	5	7	2	8	9	6	.	5	2
	3	1	6	4	7	.	2				
11	0	0	2	1	2	1	1	0	.	.	1
	2	3	5	6	8	9	4	7	.	7	1
	2	5	6	3	4	.	2				
12	0	1	1	1	2	1	4	0	.	.	1
	5	2	3	7	6	4	8	9	.	3	1
	2	5	4	6	7	.	3				
13	0	0	1	1	2	1	4	1	2	1	1
	2	6	3	5	7	9	8	4	.	5	3
	4	7	6	1	2	.	2				
14	0	0	1	1	2	1	1	1	2	1	1
	2	3	5	8	4	9	6	7	.	2	1
	4	3	5	6	7	.	3				
15	0	0	1	1	2	1	4	1	3	2	2
	5	6	4	9	3	8	1	7	.	7	2
	3	4	5	1	6	.	3				
16	0	0	1	1	2	1	3	1	3	2	3
	2	4	5	8	6	9	1	7	.	4	1
	2	3	5	6	7	.	3				
18	0	0	1	1	2	1	4	1	3	3	2
	3	5	7	4	8	6	1	9	.	5	3
	1	6	7	2	4	.	3				
19	0	0	1	1	2	1	4	1	3	1	1
	5	2	3	8	4	9	6	7	.	4	1
	2	5	6	3	7	.	3				
20	0	0	1	1	2	1	1	1	2	1	.
	.	.	1	.	.	.	.	.	.	4	1
	5	6	7	3	2	.	3				
21	1	1	.	.	.	1	1	1	2	2	1
	2	.	.	.	.	.	.	.	.	2	6
	5	3	1	7	4	.	3				
22	1	0	1	1	2	1	4	0	.	.	1
	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	2	.	.	1	.	.	2				
23	0	0	1	1	2	1	1	1	1	3	1
	2	3	4	5	8	9	7	6	.	7	1
	6	3	2	4	5	.	3				
25	0	1	.	.	.	1	1	1	1	1	.
	.	3	.	1	.	2	.	.	.	2	1
	5	3	4	6	7	.	3				

6ª Parte- Caracterização dos treinadores

Caso	Sexo	Idade	Natur	FreqNívEns	CompNívEns	Curso	Grau	Escola	Profis	SitProf
1.0	2	4	1	.	2	.	.	.	.	4
1.1	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
1.2	1	3	1	2	4	.	.	.	.	2
2.0	1	3	3	2	4	.	.	.	.	4
3.0	2	2	1	.	2	.	.	.	.	4
4.0	1	4	6	.	4	.	.	.	.	4
4.1	1	4	3	1	2	.	.	.	.	4
4.2	1	3	2	2	4	.	.	.	.	2
5.0	1	3	3	.	4	.	.	.	.	2
5.1	1	3	3	.	4	.	.	.	.	2
6.0	1	3	3	.	1	.	.	.	.	1
7.0	1	3	1	.	2	.	.	.	.	3
7.1	2	2	1	.	2	.	.	.	.	4
8.0	1	3	2	.	2	.	.	.	.	4
9.0	1	4	1	.	2	.	.	.	.	4
9.1	1	3	1	2	4	.	.	.	.	.
10.0	2	3	3	.	2	.	.	.	.	4
10.1	2	2	1	2	4	.	.	.	.	.
10.2	1	3	1	.	2	.	.	.	.	.
10.3	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
10.4	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
11.0	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
11.1	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
12.0	1	3	1	.	4	.	.	.	.	4
13.0	1	4	1	.	4	.	.	.	.	4
13.1	1	2	1	.	2	.	.	.	.	4
13.2	2	3	1	.	2	.	.	.	.	.
14.0	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
15.0	1	3	3	.	2	.	.	.	.	4
15.1	1	3	3	.	2	.	.	.	.	4
15.2	2	3	3	.	2	.	.	.	.	4
15.3	1	3	3	.	4	.	.	.	.	4
15.4	1	2	3	2	4	.	.	.	.	4
16.0	1	3	1	1	2	.	.	.	.	4
16.1	1	3	6	.	2	.	.	.	.	4
17.0	1	3	3	.	4	.	.	.	.	2
18.0	1	2	1	.	2	.	.	.	.	4
19.0	1	3	1	.	1	.	.	.	.	4
20.0	1	3	3	1	2	.	.	.	.	1
20.1	1	3	5	.	2	.	.	.	.	4
21.0	1	3	1	.	2	.	.	.	.	4
22.0	1	4	1	.	2	.	.	.	.	1
22.1	1	2	1	2	4	.	.	.	.	.

23.0	1	3	1	4	5	.	.	.	.	2	
23.1	1	3	1	2	4	.	.	.	.	.	
24.0	2	2	1	.	2	.	.	.	.	4	
25.0	1	3	3	.	2	.	.	.	.	4	

7ª Parte- Caracterização da actividade dos treinadores

Caso	*ActTre*	*Raz*	*ExpTre*	*ExpTre2*	*ExActiv*	*FunTre*	*TempTre*

Ded1	*Ded2*	*ProfTre*	*RemTre*	*RendTre*	*OutAct*	*IntTre1*

IntTre2	*PasDesp1*	*PasDesp2*	*TrePolo1*	*TrePolo2*

1.0	1	.	.	.	.	1	1	5	2	0	1
	4	.	0	.	1	1	1	.			
1.1	2	.	.	.	.	1	1	6	4	0	1
	3	.	1	.	1	4	1	.			
1.2	2	.	.	.	.	1	2	5	.	0	1
	3	1	1	.	1	2	1	.			
2.0	2	.	.	.	.	1	1	5	1	0	1
	2	3	0	.	1	3	1	.			
3.0	1	.	.	.	.	1	1	1	1	0	2
	1	.	0	.	1	3	1	.			
4.0	2	.	.	.	.	1	2	3	1	0	1
	3	3	1	.	1	2	1	.			
4.1	4	.	.	.	.	1	1	5	3	0	1
	3	3	0	.	0	.	0	.			
4.2	2	.	.	.	.	1	2	4	3	0	1
	2	3	0	.	1	2	1	.			
5.0	2	.	.	.	.	1	1	5	-1	1	1
	-1	.	1	.	1	1	1	.			
5.1	1	.	.	.	.	1	1	4	-1	0	1
	3	.	1	.	1	1	1	.			
6.0	1	.	.	.	.	1	1	2	1	0	0
	.	.	0	.	1	3	1	.			
7.0	3	.	.	.	.	1	2	4	2	0	1
	3	.	1	.	1	3	1	.			
7.1	1	.	.	.	.	1	1	1	1	0	1
	2	3	1	.	1	2	1	.			
8.0	1	.	.	.	.	1	1	4	2	0	1
	2	.	1	.	1	3	1	.			
9.0	4	.	.	.	.	1	2	5	2	0	0
	.	1	1	.	1	1	1	.			
9.1	1	.	.	.	.	1	1	5	-1	0	1
	2	3	1	.	1	1	1	.			
10.0	1	.	.	.	.	1	1	3	1	0	1
	2	.	1	.	1	1	1	.			
10.1	1	.	.	.	.	1	1	3	1	0	1
	2	3	1	.	1	1	1	.			

10.2	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	.	.	.	.	.			
10.3	3	.	.	.	.	1	2	3	-1	0	0
	.	.	1	.	1	2	1	.			
10.4	2	.	.	.	.	1	2	6	6	0	1
	-1	1	1	.	1	3	1	.			
11.0	2	.	.	.	.	1	2	5	-1	0	1
	3	1	1	.	1	2	1	.			
11.1	1	.	.	.	.	1	1	5	6	0	1
	3	.	1	.	1	2	1	.			
12.0	2	.	.	.	.	1	1	3	1	0	1
	-1	3	1	.	1	1	1	.			
13.0	4	.	.	.	.	1	4	4	3	0	1
	4	.	1	.	1	2	1	.			
13.1	1	.	.	.	.	1	1	3	1	0	1
	2	.	1	.	1	4	1	.			
13.2	2	.	.	.	.	1	2	6	-1	0	1
	2	.	1	.	1	2	1	.			
14.0	1	.	.	.	.	3	1	2	1	0	1
	2	.	1	.	1	3	1	.			
15.0	3	.	.	.	.	3	1	.	3	0	1
	2	3	1	.	1	2	1	.			
15.1	1	.	.	.	.	1	1	3	4	0	1
	2	.	0	.	1	3	1	.			
15.2	1	.	.	.	.	1	1	3	-1	0	1
	2	.	1	.	1	3	1	.			
15.3	1	.	.	.	.	1	1	3	1	0	1
	2	.	1	.	1	3	0	.			
15.4	1	.	.	.	.	2	1	3	-1	0	1
	1	3	1	.	1	3	1	.			
16.0	2	.	.	.	.	1	1	5	3	0	1
	3	.	1	.	1	3	1	.			
16.1	2	.	.	.	.	1	1	2	2	0	1
	4	.	1	.	1	3	1	.			
17.0	1	.	.	.	.	1	1	5	2	0	0
	.	.	1	.	1	2	1	.			
18.0	2	.	.	.	.	1	1	4	2	0	1
	3	3	1	.	1	4	1	.			
19.0	1	.	.	.	.	1	1	5	-1	0	1
	3	.	1	.	1	3	1	.			
20.0	1	.	.	.	.	1	1	3	-1	0	1
	2	3	1	.	1	3	1	.			
20.1	2	.	.	.	.	1	1	6	3	1	1
	3	3	1	.	1	1	1	.			
21.0	1	.	.	.	.	1	1	5	-1	0	1
	3	.	1	.	1	3	1	.			
22.0	4	.	.	.	.	1	4	6	5	0	1
	-1	.	0	.	1	3	1	.			

22.1	1	.	.	.	.	1	1	-1	-1	0	0
	.	.	1	.	1	1	1	.			
23.0	1	.	.	.	.	1	1	2	-1	0	1
	1	.	1	.	1	3	1	.			
23.1	1	.	.	.	.	1	1	3	-1	0	0
	.	3	1	.	1	1	1	.			
24.0	1	.	.	.	.	1	1	3	3	0	1
	1	.	0	.	1	3	1	.			
25.0	1	.	.	.	.	1	1	4	3	0	1
	1	.	1	.	1	2	1	.			

8ª Parte- Caracterização da formação dos treinadores

Caso	*FreqCurs*	*Curs1*	*Curs2*	*Curs3*	*Acç03*	*ImpAcç1*	*ImpAcç2*

ImpAcç3	*ImpAcç4*	*ImpAcç5*	*ImpAcç6*	*IntFreq1*	*IntFreq2*				

1.0	1	2	4	1	1	3	2	1	4	5	.
	1	1									
1.1	1	.	.	.	0	1	3	2	4	5	.
	1	1									
1.2	1	2	5	1	2	1	2	3	5	4	.
	1	1									
2.0	1	1	1	2	0	3	4	5	1	2	.
	1	1									
3.0	1	3	5	3	1	3	1	2	5	4	.
	0	1									
4.0	0	.	.	.	0	.	.	.	.	.	.
	1	1									
4.1	0	.	.	.	0	3	4	2	6	5	1
	0	1									
4.2	1	2	3	1	1	2	.	1	3	4	.
	1	1									
5.0	1	2	2	1	1	2	.	.	.	1	.
	0	1									
5.1	1	2	2	1	1	2	.	.	.	1	.
	1	1									
6.0	0	.	.	.	0	.	.	.	.	.	.
	0	0									
7.0	1	2	2	1	1	1	.	3	.	2	.
	1	1									
7.1	1	.	.	.	0	.	.	.	.	.	.
	1	1									
8.0	1	1	1	1	0	.	.	.	.	1	.
	0	0									
9.0	1	.	.	.	1	1	.	.	.	.	.
	1	1									
9.1	1	1	-1	1	1	.	3	2	.	1	.
	1	1									

10.0	1	4	1	1	1	3	2	1	4	5	.
	1	1									
10.1	0	.	.	.	1	1	.	.	2	.	.
	1	1									
10.2	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.									
10.3	1	2	1	1	1	1	.	2	.	.	.
	1	1									
10.4	1	-1	-1	3	4	1	2	3	4	5	.
	1	1									
11.0	1	2	1	1	1	1	2	3	5	4	.
	1	1									
11.1	1	2	1	1	1	1	2	3	5	4	.
	1	1									
12.0	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	.	.									
13.0	1	2	2	1	1	1	3	2	5	4	.
	1	1									
13.1	0	.	.	.	0	.	.	.	.	.	.
	1	1									
13.2	1	2	2	1	1	1	3	2	.	.	.
	1	1									
14.0	1	.	.	.	1	1	3	4	2	.	.
	1	1									
15.0	1	.	.	.	0	1	3	2	5	4	.
	1	1									
15.1	1	1	1	1	1	3	2	1	.	.	.
	1	1									
15.2	1	2	2	1	1	2	1	3	.	.	.
	1	1									
15.3	1	1	2	1	1	3	2	4	1	.	.
	1	1									
15.4	0	.	.	.	1	.	.	.	1	.	.
	1	1									
16.0	1	3	5	3	0	1	2	3	.	.	.
	0	1									
16.1	0	.	.	.	1	1	3	2	4	5	.
	0	1									
17.0	1	1	1	1	0	1	.	2	.	.	.
	1	1									
18.0	1	3	5	3	1	1	2	3	4	5	.
	1	1									
19.0	1	2	.	1	2	1	2	3	.	.	.
	1	1									
20.0	0	.	.	.	1	2	1	3	4	5	.
	1	1									
20.1	0	.	.	.	.	1	.	3	.	2	.
	1	1									

21.0	1	2	2	1	1	1	2	3	4	.	.
	1	1									
22.0	1	3	2	3	2	3	2	1	4	5	.
	1	1									
22.1	0	.	.	.	0	.	.	.	.	.	.
	1	1									
23.0	1	1	1	2	1	.	.	1	.	.	.
	1	1									
23.1	0	.	.	.	2	2	3	1	4	5	.
	1	1									
24.0	1	3	5	3	1	3	1	2	5	4	.
	0	1									
25.0	0	.	.	.	2	3	2	1	.	.	.
	1	1									

9ª Parte- Caracterização dos dirigentes

Caso	*Sexo*	*Idade*	*Habil*	*Prof*	*Direcç*	*Secç*	*AntDirig*

Prat	*PratPolo*	*PratMod*	*Fam*	*Fam2*	*Raz*	*Cont*

Cont2	*EstrutComp*	*Medids1*	*Medids2*	*Medids3*	*Medids4*	*Medids5*

Medids6	*Medids7*	*Medids8*	*IntervDesenv*	*Mini*	*ColabNac*	*MiniClub*

1	2	5	5	.	1	1	2	1	0	.	1
	.	.	1	.	0	7	6	5	4	2	1
	3	.	3	3	0	1					
2	1	2	4	.	1	0	1	1	1	.	1
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	3	4	1	1					
3	1	3	2	.	1	1	1	1	1	.	0
	.	.	0	.	0	.	.	.	.	.	.
	.	.	3	6	1	1					
4	2	4	4	.	1	1	3	0	0	.	0
	.	.	1	.	0	1	5	3	4	6	2
	.	.	2	5	1	1					
5	1	3	2	.	0	1	1	1	1	.	0
	.	.	1	.	0	4	1	5	7	3	6
	2	.	3	5	1	1					
6	1	3	1	.	0	1	2	1	1	.	0
	.	.	1	.	0	.	.	.	.	1	.
	2	.	5	4	1	1					
7	1	1	4	.	0	1	1	1	1	.	0
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	3	5	1	1					
8	1	6	4	.	1	1	2	1	0	.	1
	.	.	1	.	0	1	.	.	.	.	.
	.	2	4	3	1	1					

10	1	3	2	.	0	1	4	1	1	.	1
	.	.	0	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	5	5	1	1					
11	1	5	2	.	1	1	3	0	0	.	1
	.	.	1	.	0	6	3	1	5	7	4
	2	.	3	4	1	1					
12	2	2	4	.	1	1	1	1	0	.	0
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	2	4	1	1					
13	1	4	7	.	1	1	3	1	0	.	0
	.	.	1	.	0	.	1	2	.	.	3
	4	.	3	4	1	1					
14	1	3	3	.	0	1	1	1	1	.	0
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	2	5	1	1					
15	1	6	6	.	1	1	5	1	0	.	1
	.	.	0	.	0	6	3	1	4	5	7
	2	.	3	5	1	1					
16	2	4	4	.	1	0	1	0	0	.	0
	.	-1	-1	.	0	.	.	.	.	.	.
	.	.	.	5	1	1					
17	2	4	5	.	1	1	1	0	0	.	1
	.	-1	1	.	-1	.	.	.	.	.	.
	.	.	3	5	1	1					
18	1	4	1	.	0	1	3	1	1	.	0
	.	.	1	.	0	7	1	4	5	6	2
	3	.	3	5	1	1					
19	1	5	5	.	0	1	2	1	0	.	1
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	3	5	1	1					
20	1	5	2	.	1	1	1	1	1	.	0
	.	.	1	.	0	.	.	.	3	2	1
	4	5	3	4	1	1					
21	1	3	2	.	1	1	1	1	1	.	1
	.	.	1	.	0	3	.	2	1	2	.
	.	.	5	5	1	1					
23	1	3	5	.	0	1	1	1	1	.	0
	.	.	1	.	0	6	1	7	2	3	4
	5	.	3	5	1	1					
24	2	4	1	.	1	0	1	1	0	.	0
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	2	6	0	0					
25	1	3	2	.	0	1	1	1	1	.	0
	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.
	.	.	3	4	1	1					

Anexo 3. Registo de atletas e clubes filiados na FPN (1998-2004)

Pág.	*Ano do registo de atletas e clubes filiados na FPN*
XLIX	2004
L	2003
LI	2002
LII	2001
LIII	2000
LIV	1999
LV	1998

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (2004)

2004	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
SSCMM	21		0	**21**
SCA	19		0	**19**
Total	**40**		**0**	**40**
ANCoimbra				
CNAC	18		0	**18**
Total	**18**		**0**	**18**
ANDLeiria				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDPortalegre				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDSantarém				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANLisboa				
CA72DC	38		13	**51**
CFB	36		15	**51**
CNA	56		23	**79**
				0
				0
SCP	18		0	**18**
SLB	15		0	**15**
Total	**163**		**51**	**214**
ANMadeira				
				0
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANMinho				
Total	**0**		**0**	**0**
ANRAçores				
Total	**0**		**0**	**0**

ARNNordeste				
SCVR	**18**			**18**
CNVR	0		0	**0**
Total	**18**		**0**	**18**
ANNPortugal				
ADDCEG	40		32	**72**
ADP	31		16	**47**
VSC	42		0	**42**
AJCRJUNI	0		0	**0**
APOLOS	17		0	**17**
				0
				0
CDUP	42		0	**42**
CFP	55		30	**85**
CNP	37		0	**37**
CPN	50		11	**61**
EVS	0		17	**17**
				0
FOCA	35		26	**61**
GESPACOS	30		15	**45**
LAC	0		0	**0**
LXXI	43		19	**62**
SCS	43		0	**43**
SSCMP	46		30	**76**
Total	**511**		**196**	**707**
ANSul				
AMINATA	33		0	**33**
				0
LDC	50		12	**62**
PORTINA	43		0	**43**
Total	**126**		**12**	**138**

TOTAL GERAL	***876***		***259***	***1135***

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (2003)

2003	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
GDM	25		0	**25**
Total	**25**		**0**	**25**
ANCoimbra				
CNAC	51		0	**51**
Total	**51**		**0**	**51**
ANDLeiria				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDPortalegre				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDSantarém				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANLisboa				
CA72DC	40		22	**62**
CFB	37		21	**58**
CNA	47		25	**72**
				0
				0
SAD	28		0	**28**
SCP	17		0	**17**
SLB	16		0	**16**
Total	**185**		**68**	**253**
ANMadeira				
				0
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANMinho				
Total	**0**		**0**	**0**
ANRAçores				
Total	**0**		**0**	**0**

ARNNordeste				
				0
CNVR	28		0	**28**
Total	**28**		**0**	**28**
ANNPortugal				
ADDCEG	44		33	**77**
ADP	23		18	**41**
				0
AJCRJUNI	28		0	**28**
APOLOS	19		0	**19**
				0
				0
CDUP	52		0	**52**
CFP	42		36	**78**
CNP	24		0	**24**
CPN	51		0	**51**
EVS	2		13	**15**
				0
FOCA	39		21	**60**
GESPACOS	28		13	**41**
LAC	30		14	**44**
				0
SCS	36		0	**36**
SSCMP	37		21	**58**
Total	**455**		**169**	**624**
ANSul				
AMINATA	19		0	**19**
				0
LDC	32		9	**41**
PORTINA	50		12	**62**
Total	**101**		**21**	**122**
TOTAL GERAL	***845***		***258***	***1103***

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (2002)

2002	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANCoimbra				
AAC	31		18	**49**
CNAC	27		0	**27**
Total	**58**		**18**	**76**
ANDLeiria				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDPortalegre				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDSantarém				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANLisboa				
CA72DC	46		20	**66**
CFB	25		7	**32**
CNA	52		31	**83**
				0
CNPSL	16		0	**16**
SAD	17		0	**17**
				0
SLB	19		0	**19**
Total	**175**		**58**	**233**
ADMadeira				
CCDLC	1		0	**1**
CDA	9		0	**9**
Total	**10**		**0**	**10**
ANVCastelo				
Total	**0**		**0**	**0**
ANARAçores				
Total	**0**		**0**	**0**

ARNNordeste				
AAUTAD	17		0	**17**
CNVR	12		0	**12**
Total	**29**		**0**	**29**
ANNPortugal				
ADDCEG	41		27	**68**
				0
				0
AJCRJUNI	27		13	**40**
APOLOS	8		0	**8**
				0
CDP	31		18	**49**
CDUP	48		0	**48**
CFP	57		23	**80**
				0
CPN	49		0	**49**
EVS	0		31	**31**
				0
FOCA	39		24	**63**
				0
LAC	41		11	**52**
				0
SCS	47		0	**47**
SSCMP	39		24	**63**
Total	**427**		**171**	**598**
ANSul				
AMINATA	11		0	**11**
				0
LDC	57		24	**81**
PORTINADO	63		0	**63**
Total	**131**		**24**	**155**
TOTAL GERAL	***830***		***271***	***1101***

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (2001)

2001	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
				0
Total	0		0	0
ANCoimbra				
AAC	22		17	39
CNAC	14		0	14
Total	36		17	53
ANDLeiria				
Total	0		0	0
ANDPortalegre				
Total	0		0	0
ANDSantarém				
CADCA	14			14
Total	14		0	14
ANLisboa				
CA72DC	48		26	74
CFB	48		17	65
CNA	57		32	89
				0
CNPSL	14		0	14
SAD	0		14	14
				0
				0
Total	167		89	256
ADMadeira				
				0
CDA	11		0	11
Total	11		0	11
ANVCastelo				
Total	0		0	0
A.N.São Miguel				
Total	0		0	0

ARNNordeste				
AAUTAD	11		11	22
				0
Total	11		11	22
ANNPortugal				
ADDCEG	27		17	44
				0
AHBVG	36		13	49
				0
APOLOS	15		0	15
				0
CDP	20		0	20
CDUP	36		0	36
CFP	45		13	58
				0
CPN	38		0	38
EVS	0		32	32
				0
FOCA	48		16	64
				0
LAC	31		0	31
				0
SCS	40		0	40
SSCMP	29		13	42
Total	365		104	469
ANSul				
AMINATA	19		0	19
				0
LDC	43		15	58
PORTINADO	49		7	56
Total	111		22	133
TOTAL GERAL	*715*		*243*	*958*

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (2000)

2000	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANCoimbra				
AAC	30		25	**55**
CNAC	17		0	**17**
Total	**47**		**25**	**72**
ANDLeiria				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDPortalegre				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDSantarém				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANLisboa				
CA72DC	42		20	**62**
CFB	34		21	**55**
CNA	47		22	**69**
				0
CNPSL	11		0	**11**
SAD	18		16	**34**
				0
				0
Total	**152**		**79**	**231**
ADMadeira				
CCDLC	2		0	**2**
CDA	13		0	**13**
Total	**15**		**0**	**15**
ANVCastelo				
Total	**0**		**0**	**0**
A.N.São Miguel				
Total	**0**		**0**	**0**

ARNNordeste				
				0
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANNPortugal				
ADDCEG	33		26	**59**
				0
AHBVG	25		9	**34**
				0
APOLOS	18		0	**18**
				0
CDP	26		0	**26**
CDUP	47		0	**47**
CFP	42		13	**55**
				0
CPN	17			**17**
EVS	0		27	**27**
FCP	0		1	**1**
FOCA	42		23	**65**
				0
LAC	32		0	**32**
NEPTUS	18		0	**18**
SCS	58		0	**58**
SSCMP	24		19	**43**
Total	**382**		**118**	**500**
ANSul				
AMINATA	21		0	**21**
				0
LDC	43		21	**64**
PORTINA	58		12	**70**
Total	**122**		**33**	**155**

TOTAL GERAL	***718***		***255***	***973***

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (1999)

1999	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANCoimbra				
AAC	30		18	**48**
CNAC	11		0	**11**
Total	**41**		**18**	**59**
ANDLeiria				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDPortalegre				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDSantarém				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANLisboa				
CA72DC	47		22	**69**
CFB	72		32	**104**
CNA	71		35	**106**
CNC	13		0	**13**
				0
SAD	61		24	**85**
				0
				0
Total	**264**		**113**	**377**
ADMadeira				
				0
CDA	15		0	**15**
Total	**15**		**0**	**15**
ANVCastelo				
Total	**0**		**0**	**0**
A.N.São Miguel				
Total	**0**		**0**	**0**

ARNNordeste				
AAUTAD	25		0	**25**
				0
Total	**25**		**0**	**25**
ANNPortugal				
ADDCEG	26		32	**58**
				0
AHBVG	20		10	**30**
				0
APOLOS	19		0	**19**
				0
CDP	17		0	**17**
CDUP	39		0	**39**
CFP	39		16	**55**
				0
CPN	15		0	**15**
EVS	0		20	**20**
				0
FOCA	45		25	**70**
				0
LAC	10		0	**10**
NEPTUS	15		0	**15**
SCS	46		0	**46**
SSCMP	21		22	**43**
Total	**312**		**125**	**437**
ANÉvora				
AMINATA	16		0	**16**
CDAL	8		2	**10**
LDC	48		27	**75**
PORTINA	58		9	**67**
Total	**130**		**38**	**168**

TOTAL GERAL	***787***		***294***	***1081***

Registo de atletas e clubes filiados na FPN (1998)

1998	masc.		fem.	Total
ANAveiro				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANCoimbra				
AAC	34		23	**57**
CNAC	20		0	**20**
Total	**54**		**23**	**77**
ANDLeiria				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDPortalegre				
Total	**0**		**0**	**0**
ANDSantarém				
				0
Total	**0**		**0**	**0**
ANLisboa				
CA72DC	37		17	**54**
CFB	41		20	**61**
CNA	59		20	**79**
				0
				0
SAD	40		15	**55**
				0
				0
Total	**177**		**72**	**249**
ADMadeira				
CCDLC	13		0	**13**
CDA	11		0	**11**
Total	**24**		**0**	**24**
ANVCastelo				
Total	**0**		**0**	**0**
A.N.São Miguel				
Total	**0**		**0**	**0**

ARNNordeste				
AAUTAD	22		0	**22**
				0
Total	**22**		**0**	**22**
ANNPortugal				
				0
				0
AHBVG	17		0	**17**
				0
APOLOS	19		0	**19**
CCDTCMG	20		25	**45**
CDP	23		0	**23**
CDUP	44		16	**60**
CFP	40		16	**56**
				0
CPN	18		0	**18**
				0
				0
FOCA	41		28	**69**
				0
				0
NEPTUS	18		0	**18**
SCS	17		0	**17**
SSCMP	0		15	**15**
Total	**257**		**100**	**357**
ANÉvora				
AMINATA	19		0	**19**
CDAL	12		11	**23**
LDC	57		24	**81**
PORTINA	55		17	**72**
Total	**143**		**52**	**195**

TOTAL GERAL	***677***		***247***	***924***

Anexo 4. Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e género (1998-2004)

Pág.	Ano do registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo
LVII	2004
LVIII	2003
LIX	2002
LX	2001
LXI	2000
LXII	1999
LXIII	1998

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (2004)

2004	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
ANCoimbra										
CNAC			1	18	**19**					**0**
Total	**0**	**0**	**1**	**18**	**19**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANLisboa										
CA72DC	12	11	3	12	**38**	9	4			**13**
CFB	4	8	11	13	**36**		1	2	12	**15**
CNA	11	9	16	20	**56**	2	5	6	10	**23**
SCP		1	1	18	**20**					**0**
SLB				15	**15**					**0**
Total	**27**	**29**	**31**	**78**	**165**	**11**	**10**	**8**	**22**	**51**
ANNPortugal										
ADDCEG	15	6	9	10	**40**	10	10	6	6	**32**
ADP	4	7	7	13	**31**	5	3	8		**16**
APOLOS			1	16	**17**					**0**
CDUP	17	10	9	6	**42**					**0**
CFP	19	10	12	14	**55**	8	9	3	10	**30**
CNP	15	6	2	14	**37**					**0**
CPN	13	12	8	17	**50**		11			**11**
EVS					**0**	11	6			**17**
FOCA	14	8	3	10	**35**	6	3	6	11	**26**
GESPAÇOS	17	8	5		**30**	12	3			**15**
LXXI	20	10	5	8	**43**	11	7	1		**19**
SCS	13	9	7	14	**43**					**0**
VSC	17	4	4	17	**42**					
SSCMP	21	8	10	7	**46**	16	6	1	7	**30**
Total	**185**	**98**	**82**	**146**	**511**	**79**	**58**	**25**	**34**	**196**
ANSul										
AMINATA	14	4	1	14	**33**					**0**
LDC	16	10	5	19	**50**	5	5	2		**12**
PORTINA	16	10	3	14	**43**					**0**
Total	**46**	**24**	**9**	**47**	**126**	**5**	**5**	**2**	**0**	**12**
ARNNordeste										
SCVR	1	9	1	7	**18**					**0**
Total	**1**	**9**	**1**	**7**	**18**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANAveiro										
SSCMM	2	3	3	13	**21**					**0**
SCA				16	**16**					**0**
Total	**2**	**3**	**3**	**29**	**37**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
T GERAL	***261***	***163***	***127***	***325***	***876***	***95***	***73***	***35***	***56***	***259***

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (2003)

2003	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
ANCoimbra										
CNAC		1	6	44	**51**					**0**
Total	**0**	**1**	**6**	**44**	**51**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANLisboa										
CA72DC	16	10	7	7	**40**	17	3	1	1	**22**
CFB	5	10	6	16	**37**	1	6	3	11	**21**
CNA	14	9	6	18	**47**	3	4	5	13	**25**
SAD		4	8	16	**28**					**0**
SCP			2	15	**17**					**0**
SLB				16	**16**					**0**
Total	**35**	**33**	**29**	**88**	**185**	**21**	**13**	**9**	**25**	**68**
ANNPortugal										
ADDCEG	13	12	7	12	**44**	13	8	7	5	**33**
ADP		7	4	12	**23**	6	9	3		**18**
AJCRJUNI	10	6	4	8	**28**					**0**
APOLOS				19	**19**					**0**
CDUP	16	10	10	16	**52**					**0**
CFP	3	14	8	17	**42**	9	5	7	15	**36**
CNP			3	21	**24**					**0**
CPN	13	14	8	16	**51**					**0**
EVS		2			**2**	10	3			**13**
FOCA	11	11	6	11	**39**	3	2	6	10	**21**
GESPAÇOS	20	6	2		**28**	13				**13**
LAC	12	6	2	10	**30**	7	7			**14**
SCS	10	8	4	14	**36**					**0**
SSCMP	16	9	4	8	**37**	7	5	4	5	**21**
Total	**124**	**105**	**62**	**164**	**455**	**68**	**39**	**27**	**35**	**169**
ANSul										
AMINATA			1	18	**19**					**0**
LDC	9	5	7	11	**32**	5	2	2		**9**
PORTINA	18	13	4	15	**50**	4	6	2		**12**
Total	**27**	**18**	**12**	**44**	**101**	**9**	**8**	**4**	**0**	**21**
ARNNordeste										
CNVR	1	11	2	14	**28**					**0**
Total	**1**	**11**	**2**	**14**	**28**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANAveiro										
GDM	2	4	8	11	**25**					**0**
Total	**2**	**4**	**8**	**11**	**25**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
T GERAL	***189***	***172***	***119***	***365***	***845***	***98***	***60***	***40***	***60***	***258***

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (2002)

2002	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
ADMadeira										
CCDLC				1	1					0
CDA			1	8	9					0
Total	**0**	**0**	**1**	**9**	**10**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANCoimbra										
AAC		2	2	27	31			2	16	18
CNAC		1	3	23	27					0
Total	**0**	**3**	**5**	**50**	**58**	**0**	**0**	**2**	**16**	**18**
ANLisboa										
CA72DC	19	11	7	9	46	12	5	2	1	20
CFB	3	15	3	4	25	4	2		1	7
CNA	13	14	11	14	52	6	7	3	15	31
CNPSL				16	16					0
SAD/ID	2	2	6	7	17					0
SLB				19	19					0
Total	**37**	**42**	**27**	**69**	**175**	**22**	**14**	**5**	**17**	**58**
ANNPortugal										
ADDCEG	11	13	3	14	41	15	5	1	6	27
AJCRJUNI	5	6	6	10	27	2	4	5	2	13
APOLOS				8	8					0
CDP	10	3	6	12	31	11	7			18
CDUP	14	8	7	19	48					0
CFP	17	17	9	14	57		4	7	12	23
CPN	16	9	9	15	49					0
EVS					0	13	3	8	7	31
FOCA	14	7	9	9	39	4	5	8	7	24
LAC	11	8	10	12	41	9	2			11
SCS	14	13	3	17	47					0
SSCMP	14	12	5	8	39	10	5	6	3	24
Total	**126**	**96**	**67**	**138**	**427**	**64**	**35**	**35**	**37**	**171**
ANSul										
AMINATA			1	10	11					0
LDC	17	9	9	22	57	11	2	3	8	24
PORTINA	26	11	13	13	63					0
Total	**43**	**20**	**23**	**45**	**131**	**11**	**2**	**3**	**8**	**24**
ARNNordeste										
AAUTAD	9	3			12					0
CNVR				17	17					0
Total	**9**	**3**	**0**	**17**	**29**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
T GERAL	***215***	***164***	***123***	***328***	***830***	***97***	***51***	***45***	***78***	***271***

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (2001)

2001	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
ADMadeira										
CDA			1	10	11					0
Total	**0**	**0**	**1**	**10**	**11**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANCoimbra										
AAC	0	2	1	19	22	0	0	3	14	17
CNAC	0	1	4	9	14	0	0	0	0	0
Total	**0**	**3**	**5**	**28**	**36**	**0**	**0**	**3**	**14**	**17**
ANLisboa										
CA72DC	20	16	5	7	48	17	5	4	0	26
CFB	7	8	5	28	48	5	1	4	7	17
CNA	9	10	14	24	57	9	5	6	12	32
CNPSL	0	0	0	14	14	0	0	0	0	0
SAD/ID	0	0	0	0	0			2	12	14
Total	**36**	**34**	**24**	**73**	**167**	**31**	**11**	**16**	**31**	**89**
ANNPortugal										
ADDCEG	8	5	4	10	27	3	7	3	4	17
AHBVG	11	10	7	8	36	2	3	5	3	13
APOLOS				15	15					0
CDP		1	8	11	20					0
CDUP	6	10	6	14	36					0
CFP	12	10	9	14	45		3	3	7	13
CPN	9	6	6	17	38					0
EVS					0	12	8	1	11	32
FOCA	14	10	11	13	48	1	2	12	1	16
LAC	12	9	3	7	31					0
SCS	12	5	9	14	40					0
SSCMP	11	4	6	8	29	2	6	4	1	13
Total	**95**	**70**	**69**	**131**	**365**	**20**	**29**	**28**	**27**	**104**
ANDSantarém										
CADCA		2	2	10	14					0
Total	**0**	**2**	**2**	**10**	**14**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANSul										
AMINATA		1	2	16	19					0
LDC	7	11	7	18	43			4	11	15
PORTINA	15	13	9	12	49	2	5			7
Total	**22**	**25**	**18**	**46**	**111**	**2**	**5**	**4**	**11**	**22**
ARNNordeste										
AAUTAD				11	11				11	11
Total	**0**	**0**	**0**	**11**	**11**	**0**	**0**	**0**	**11**	**11**
T GERAL	***153***	***134***	***119***	***309***	***715***	***53***	***45***	***51***	***94***	***243***

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (2000)

2000	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
ADMadeira										
CCDLC				2	2					0
CDA			1	12	13					0
Total	**0**	**0**	**1**	**14**	**15**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ANCoimbra										
AAC	2	4	3	21	30	1	2	4	18	25
CNAC			7	10	17	0	0	0	0	0
Total	**2**	**4**	**10**	**31**	**47**	**1**	**2**	**4**	**18**	**25**
ANLisboa										
CA72DC	16	12	4	10	42	12	4	4		20
CFB	5	4	4	21	34	2	7	4	8	21
CNA	9	12	11	15	47	3	4	6	9	22
CNPSL	0	0	0	11	11	0	0	0	0	0
SAD/ID	1	4	2	11	18		1	1	14	16
Total	**31**	**32**	**21**	**68**	**152**	**17**	**16**	**15**	**31**	**79**
ANNPortugal										
ADDCEG	5	7	8	14	34	4	5	5	12	26
AHBVG	6	5	5	9	25	3	2	2	2	9
APOLOS			2	16	18					0
CDP		7	11	8	26					0
CDUP	15	9	12	11	47					0
CFP	12	11	5	13	41	2	2	4	5	13
CPN				17	17					0
EVS					0	12	6	1	8	27
FCP					0				1	1
FOCA	12	13	5	12	42	2	8	13		23
LAC	10	10	5	7	32					0
NEPTUS			1	17	18					0
SCS	21	12	7	18	58					0
SSCMP	9	5	2	8	24	2	9	5	3	19
Total	**90**	**79**	**63**	**150**	**382**	**25**	**32**	**30**	**31**	**118**
ANSul										
AMINATA		2	5	14	21					0
LDC	4	14	4	21	43		5	7	9	21
PORTINA	15	21	7	15	58		7	2	3	12
Total	**19**	**37**	**16**	**50**	**122**	**0**	**12**	**9**	**12**	**33**
T GERAL	***142***	***152***	***111***	***313***	***848***	***43***	***62***	***58***	***92***	***255***

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (1999)

1999	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
A.N.Coimbra										
AAC	1	3	9	17	30		2	4	12	18
CNAC				11	11					0
Total	**1**	**3**	**9**	**28**	**41**	**0**	**2**	**4**	**12**	**18**
A.N.Evora										
LDC	13	8	7	20	48	1	7	5	14	27
AMINATA		2	3	11	16					0
PORTIN	23	17	5	13	58	4	1	2	2	9
CDAL		1	1	6	8			1	1	2
Total	**36**	**28**	**16**	**50**	**130**	**5**	**8**	**8**	**17**	**38**
A.N.Lisboa										
CFB	7	8	18	39	72	2	6	10	14	32
CNA	3	12	19	37	71	4	8	5	18	35
CNC				13	13					0
SAD	6	13	14	28	61	1	5	2	16	24
CA72DC	17	6	4	20	47	13	7	2		22
Total	**33**	**39**	**55**	**137**	**264**	**20**	**26**	**19**	**48**	**113**
A.D.Madeira										
CDA				15	15					0
Total	**0**	**0**	**0**	**15**	**15**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
A.R.NNordeste										
AAUTAD			2	23	25					0
Total	**0**	**0**	**2**	**23**	**25**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
A.N.Norte P.										
ADDCEG	6	9	7	4	26	9	4	10	9	32
AHBVG	10	4	2	4	20	2	2	2	4	10
APOLOS			1	18	19					0
CDP	1	3	6	7	17					0
CDUP	9	9	9	12	39					0
CFP	11	10	7	11	39	2	3	3	8	16
CPN				15	15					0
EVS				0	0	11		5	4	20
FOCA	16	13	7	9	45	4	16	5		25
LAC	3	1	4	2	10					0
NEPTUS			2	13	15					0
SCS	15	5	8	18	46					0
SSCMP	6	4	5	6	21	8	9	4	1	22
Total	**77**	**58**	**58**	**119**	**312**	**36**	**34**	**29**	**26**	**125**
T GERAL	**147**	**128**	**140**	**372**	**787**	**61**	**70**	**60**	**103**	**294**

Registo de atletas filiados na FPN, por escalão e sexo (1998)

1998	masculinos					femininos				
	Inf	Juv	Jun	Sen	Total	Inf	Juv	Jun	Sen	Total
A.N.Coimbra										
AAC	2	1	9	22	34		4	4	15	23
CNAC			1	19	20					0
Total	**2**	**1**	**10**	**41**	**54**	**0**	**4**	**4**	**15**	**23**
A.N.Evora										
LDC	18	10	13	16	57	2	3	6	13	24
AMINATA		3	4	12	19		3	7	7	17
PORTIN	21	9	8	17	55		2	7	2	11
CDAL		1	8	3	12					0
Total	**39**	**23**	**33**	**48**	**143**	**2**	**8**	**20**	**22**	**52**
A.N.Lisboa										
CFB	4	10	8	19	41	5	5	6	4	20
CNA	8	14	10	27	59		5	8	7	20
SAD	6	8	11	15	40	1	1		13	15
CA72DC	15	6	7	9	37	16	1			17
Total	**33**	**38**	**36**	**70**	**177**	**22**	**12**	**14**	**24**	**72**
A.D.Madeira										
CCDLC		3	8	2	13					0
CDA				11	11					0
Total	**0**	**3**	**8**	**13**	**24**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
A.R.NNordeste										
AAUTAD				22	22					
Total	**0**	**0**	**0**	**22**	**22**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
A.N.Norte P.										
AHBVG		1	9	7	17					0
APOLOS				19	19					0
CCDTCMG	5	8	7		20	6	6	7	6	25
CDP	1	7	6	9	23					0
CDUP	4	19	7	14	44	3	3	3	7	16
CFP	14	7	5	14	40		4	2	10	16
CPN			2	16	18					0
FOCA	20	6	12	3	41	9	16	1	2	28
NEPTUS			1	17	18					0
SCS			1	16	17					0
SSCMP					0	8	5	2		15
Total	**44**	**48**	**50**	**115**	**257**	**26**	**34**	**15**	**25**	**100**
T GERAL	**118**	**113**	**137**	**309**	**677**	**50**	**58**	**53**	**86**	**247**